

Papa Paulo VI

ENCÍCLICAS

*This is a MBS Library best viewed by Micro Book Studio.
You may download it at*

<http://www.microbookstudio.com>

- **ECCLESIAM SUAM,**
SOBRE OS
CAMINHOS DA
IGREJA

- **MYSTERIUM FIDEI,**
SOBRE O CULTO DA
SAGRADA
EUCARISTIA

- **POPULORUM**
PROGRESSIO,
SOBRE O
DESENVOLVIMENTO
DOS POVOS

- **SACERDOTALIS**
CAELIBATUS, SOBRE
O CELIBATO
SACERDOTAL

- **HUMANAE VITAE,**
SOBRE A
REGULAÇÃO DA
NATALIDADE

- **EVANGELII**

NUNTIANDI, SOBRE A
EVANGELIZAÇÃO NO
MUNDO
CONTEMPORÂNEO

Paulo VI

CARTA ENCÍCLICA ECCLESIAM SUAM

Sobre os Caminhos da Igreja

Índice Geral

- PRÓLOGO
- I. A CONSCIÊNCIA
- II. A RENOVAÇÃO
- III. O DIÁLOGO

-
- *Índice Anterior*

Papa Paulo VI

CARTA ENCÍCLICA MYSTERIUM FIDEI

Sobre o culto da Sagrada Eucaristia

Índice Geral

[Introdução](#)

[Motivos de solicitude pastoral e de ansiedade](#)

[A Sagrada Eucaristia é um mistério de fé](#)

[O Mistério Eucarístico realiza-se no Sacrifício da Missa](#)

[No sacrifício da missa Cristo torna-se presente sacramentalmente](#)

[Cristo Senhor está presente no Sacramento da Eucaristia pela transubstanciação](#)

[O culto litúrgico devido ao Sacramento Eucarístico](#)

[Exortação para que se promova o culto eucarístico](#)

[NOTAS](#)

▪ [Índice Anterior](#)

Paulo VI

CARTA ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO

Sobre o Desenvolvimento dos Povos

Índice Geral

- **INTRODUÇÃO**
- **PRIMEIRA PARTE PARA O
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO HOMEM**
- **SEGUNDA PARTE PARA UM
DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DA
HUMANIDADE**
- **NOTAS**

■ *Índice Anterior*

Papa Paulo VI

SACERDOTALIS CAELIBATUS

sobre o celibato sacerdotal

Introdução

PROÊMIO

OBJEÇÕES CONTRA O CELIBATO SACERDOTAL

Primeira Parte

I. RAZÕES DO CELIBATO CONSAGRADO

SIGNIFICADO CRISTOLÓGICO DO CELIBATO

SIGNIFICADO ECLESIOLÓGICO DO CELIBATO

SIGNIFICADO ESCATOLÓGICO DO CELIBATO

II. O CELIBATO NA VIDA DA IGREJA

III. CELIBATO E VALORES HUMANOS

Segunda Parte

I. FORMAÇÃO SACERDOTAL.

II. VIDA SACERDOTAL

III. DESERÇÕES DOLOROSAS

IV. PATERNIDADE DO BISPO

V. A PARTE DOS FIÉIS

CONCLUSÃO

NOTAS

-
- ***Índice Anterior***

Paulo VI

CARTA ENCÍCLICA HUMANAЕ VITAE

Sobre a Regulação da Natalidade

Índice Geral

A TRANSMISSÃO DA VIDA

I. ASPECTOS NOVOS DO PROBLEMA E COMPETÊNCIA DO MAGISTÉRIO

II. PRINCÍPIOS DOUTRINAIS

AS CARACTERÍSTICAS DO AMOR CONJUGAL

III. DIRETIVAS PASTORAIS

APELO AOS GOVERNANTES

AOS HOMENS DE CIÊNCIA

AOS ESPOSOS CRISTÃOS

APOSTOLADO NOS LARES

AOS MÉDICOS E AO PESSOAL SANITÁRIO

AOS SACERDOTES

AOS BISPOS

APELO FINAL

NOTAS

-
- *Índice Anterior*

Paulo VI

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA EVANGELII NUNTIANDI

Sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo

Índice Geral

INTRODUÇÃO

I. DE CRISTO EVANGELIZADOR A UMA IGREJA EVANGELIZADORA

II. O QUE É EVANGELIZAR?

III. O CONTEÚDO DA EVANGELIZAÇÃO

IV. AS VIAS DE EVANGELIZAÇÃO

V. OS DESTINATARIOS DA EVANGELIZAÇÃO

VI. OS OBREIROS DA EVANGELIZAÇÃO

VII. O ESPÍRITO DA EVANGELIZAÇÃO

CONCLUSÃO

NOTAS

▪ *Índice Anterior*

PRÓLOGO

Índice

PRÓLOGO

A doutrina do Evangelho e a grande família humana

Tríplice empenho da Igreja

Zelo assíduo e ilimitado pela paz

▪ *Índice Anterior*

I. A CONSCIÊNCIA

Índice

I. A CONSCIÊNCIA

A vigilância dos fiéis sequazes de Cristo

"Creio, Senhor!"

Viver a própria vocação

A consciência segundo a mentalidade moderna

Do Concílio de Trento às Encíclicas hodiernas

A ciência do Corpo Místico

A videira e os ramos

O mistério da Igreja

Pedagogia daquele que é batizado

▪ *Índice Anterior*

II. A RENOVAÇÃO

Índice

II. A RENOVAÇÃO

Perfectibilidade dos cristãos

Em que sentido deve-se entender a reforma

Prejuízos e perigos que emanam da concepção profana da vida

Não imobilidade, mas "atualização"

Obediência, energias morais, sacrifício

O espírito de pobreza

A hora da caridade

Culto a Maria

▪ *Índice Anterior*

III. O DIÁLOGO

Índice

III. O DIÁLOGO

Viver no mundo, mas não ser do mundo

Missão a cumprir, mensagem para propagar

O diálogo

A religião: diálogo entre Deus e o homem

Características do diálogo da salvação

Mensagem cristã no viver humano

Clareza, mansidão, confiança, prudência

Dialética de autêntica sabedoria

Como chegar-se aos irmãos na inteireza da verdade

Supremacia insubstituível da pregação

Com quem dialogar

Primeiro círculo: tudo o que é humano

A negação de Deus: obstáculo ao diálogo

Também no silêncio o testemunho do amor

[O diálogo pela paz](#)

[Segundo círculo: os crentes em Deus](#)

[Terceiro círculo: os cristãos, irmãos separados](#)

[Augúrios e esperanças](#)

[O diálogo na Igreja Católica](#)

[Caridade e obediência](#)

[Fervor de sentimentos e obras](#)

[A Igreja está hoje mais do que nunca viva!](#)

▪ [Índice Anterior](#)



Papa Paulo VI

CARTA ENCÍCLICA MYSTERIUM FIDEI

Sobre o culto da Sagrada Eucaristia

Introdução

Veneráveis Irmãos

1. Sempre a Igreja Católica conservou religiosamente, como tesouro preciosíssimo, o mistério inefável da fé que é o dom da Eucaristia, recebido do seu Esposo, Cristo, como penhor de amor imenso; a ele tributou, no Concílio Ecumênico Vaticano II, nova e soleníssima profissão de fé e de culto.

2. Na verdade, tratando da restauração da Sagrada Liturgia, os Padres do Concílio, pensando no bem da Igreja universal, tiveram sobretudo a peito exortar os féis a participarem ativamente, com fé íntegra e com a maior piedade, na celebração deste sacrossanto Mistério, oferecendo-o a Deus como sacrifício, juntamente com o sacerdote, pela salvação própria e de todo o mundo, recorrendo a ele para encontrarem o alimento da alma.

3. Porque, se a Sagrada Liturgia ocupa o primeiro lugar na vida da Igreja, o Mistério Eucarístico é, podemos dizer, o coração e o centro da Sagrada Liturgia, constituindo a fonte de vida que nos purifica e robustece, de modo que já não vivamos para nós mas para Deus, e nos unamos uns com os outros pelo vínculo mais íntimo da caridade.

4. E para que ficasse bem claro o nexu indissolúvel entre a fé e a piedade, os Padres do Concílio, confirmando a doutrina sempre defendida e ensinada pela Igreja e definida solenemente pelo Concílio de Trento, julgaram dever iniciar a matéria do Sacrossanto Mistério Eucarístico por esta síntese de verdades: "O nosso Salvador, na última Ceia, na noite em que foi traído, instituiu o Sacrifício Eucarístico do seu Corpo e do seu Sangue, para perpetuar o Sacrifício da Cruz pelos séculos afora, até à sua vinda, deixando

deste modo à Igreja, sua diletta Esposa, o memorial da sua morte e ressurreição: sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal, em que se recebe Cristo, se enche a alma de graça e é dado o penhor da glória futura".[1]

5. Com estas palavras exaltam-se ao mesmo tempo não só o Sacrifício, que pertence à essência da Missa, que todos os dias é celebrada, mas também o sacramento, no qual os fiéis comem, pela sagrada comunhão, a carne de Cristo e bebem o seu Sangue, recebendo assim a graça, antecipação da vida eterna e "remédio da imortalidade", segundo as palavras do Senhor: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue, tem a vida eterna e eu ressuscitá-lo-ei no último dia".[2]

6. Da restauração da Sagrada Liturgia; esperamos firmemente que hão de brotar frutos copiosos de piedade eucarística, para que a Igreja santa, elevando este sinal de salvação e piedade, cada dia mais se aproxime da unidade perfeita [3] e convide para a unidade da fé e caridade todos quantos se gloriam do nome de cristãos, atraindoos suavemente sob o impulso da graça divina.

7. Estes frutos parece-nos entrevê-los e quase contemplar-lhes as primícias, tanto na alegria exuberante e na prontidão de ânimo, que os alhos da Igreja Católica manifestaram ao receber a Constituição que restaurou a sagrada Liturgia, como também em muitas e notáveis publicações, destinadas a investigar melhor e a tornar mais frutuosa a doutrina da sagrada Eucaristia, especialmente no tocante à sua relação com o mistério da Igreja.

8. Tudo isso é motivo, para nós, de não pequena consolação e alegria. Com muito gosto vo-las queremos comunicar a vós, Veneráveis Irmãos, para que, juntamente conosco, agradeçais a Deus, doador de todo o bem, que com o seu Espírito governa a Igreja e a fecunda com novos graus de virtude.

▪ Índice

▪ Posterior



Motivos de solicitude pastoral e de ansiedade

9. Não faltam, todavia, Veneráveis Irmãos, precisamente na matéria de que estamos falando, motivos de grave solicitude pastoral e de ansiedade. A consciência do nosso dever apostólico não nos permite passá-los em silêncio.

10. Bem sabemos que, entre os que falam e escrevem sobre este Sacrossanto Mistério, alguns há que, a respeito das missas privadas, do dogma da transubstanciação e do culto eucarístico, divulgam opiniões que perturbam o espírito dos féis, provocando notável confusão quanto às verdades da fé, como se fosse lícito, a quem quer que seja, passar em silêncio a doutrina já definida da Igreja ou interpretá-la de tal maneira, que percam o seu valor o significado genuíno das palavras ou o alcance dos conceitos.

11. Não é lícito, só para aduzirmos um exemplo, exaltar a Missa chamada "comunitária", a ponto de se tirar a sua importância à Missa privada; nem insistir tanto sobre o conceito de sinal sacramental, como se o simbolismo que todos, é claro, admitimos na Sagrada Eucaristia, exprimisse, única e simplesmente, o modo da presença de Cristo neste sacramento; ou ainda discutir sobre o mistério da Transubstanciação sem mencionar a admirável conversão de toda a substância do pão no corpo e de toda a substância do vinho no sangue de Cristo, conversão de que fala o Concílio Tridentino; limitam-se apenas à transignificação e transfinalização, conforme se exprimem. Nem é lícito, por fim, propor e generalizar a opinião que afirma não estar presente Nosso Senhor Jesus Cristo nas hóstias consagradas que sobram, depois da celebração do Sacrifício da Missa.

12. Quem não vê que, em tais opiniões ou noutras semelhantes postas a correr, sofrem não pouco a fé e o culto da divina Eucaristia?

13. Do Concílio originou-se a esperança de vir a percorrer toda a Igreja nova luz de piedade eucarística. Para que esta luz não sofra e morra com essas sementes já espalhadas de falsas opiniões, resolvemos dirigir-nos a vós, Veneráveis Irmãos, para vos comunicarmos com apostólica autoridade o nosso pensamento sobre assunto de tanta importância.

14. Longe estamos de negar que exista, naqueles que divulgam tais idéias extravagantes, o desejo incensurável de perscrutar tão alto Mistério, desentranhando as suas inexauríveis riquezas e desvelando-lhes o sentido, diante dos homens do nosso tempo. Esse desejo reconhecemo-lo até como legítimo e aprovamo-lo. O que não quer dizer que aprovemos as opiniões a que eles conduzem. Do grave perigo que elas representam para a fé autêntica, sentimos o dever de vos premunir.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A Sagrada Eucaristia é um mistério de fé

15. Primeiro que tudo, queremos recordar uma verdade, que muito bem conheceis e é absolutamente necessária no combate a qualquer veneno de racionalismo. Verdade, que muitos mártires selaram com o próprio sangue, e célebres Padres e Doutores da Igreja professaram e ensinaram constantemente. É a seguinte: a Eucaristia é um Mistério altíssimo, é, propriamente, o Mistério da fé, como se exprime a Sagrada Liturgia: "Nele só, estão concentradas, com singular riqueza e variedade de milagres, todas as realidades sobrenaturais", como muito bem diz o nosso predecessor Leão XIII de feliz memória.[4]

16. Sobretudo deste Mistério é necessário que nos aproximemos com humilde respeito, não dominados por pensamentos humanos que devem emudecer, mas atendonos firmemente à Revelação divina.

17. São João Crisóstomo, que, como sabeis, tratou com tanta elevação de linguagem e tão iluminada piedade o Mistério Eucarístico, exprimiu-se nos seguintes termos precisos, ao ensinar aos seus féis esta verdade: "Inclinemo-nos sempre diante de Deus sem o contradizermos, embora o que Ele diz possa parecer contrário à nossa razão e à nossa inteligência; sobre a nossa razão e a nossa inteligência, prevaleça a sua palavra. Assim nos comportemos também diante do Mistério (Eucarístico), não considerando só o que nos pode vir dos nossos sentidos, mas conservando-nos fiéis às suas palavras. Uma palavra sua não pode enganar".[5]

18. Idênticas afirmações encontramos freqüentemente nos Doutores Escolásticos. Estar presente neste Sacramento o verdadeiro Corpo e o verdadeiro Sangue de Cristo, "não é coisa que se possa descobrir com os sentidos, diz Santo Tomás, mas só com a fé, baseada na autoridade de Deus. Por isso, comentando a passagem de São Lucas, 22,19: "Isto é o meu corpo que será entregue por vós", diz São Cirilo: "Não ponhas em dúvida se é ou não verdade, mas aceita com fé as palavras do Salvador; sendo Ele a Verdade, não mente".[6]

19. Repetindo a expressão do mesmo Doutor Angélico, assim canta o povo cristão: "Enganam-se em ti a vista, o tato e o gosto. Com segurança só no ouvido cremos: creio tudo o que disse o Filho de

Deus. Nada é mais verdadeiro do que esta palavra de verdade".

20. Mais ainda: é São Boaventura quem afirma: "Estar Cristo no Sacramento como num sinal, nenhuma dificuldade tem; estar no Sacramento verdadeiramente, como no céu, tem a maior das dificuldades: é pois sumamente meritório acreditá-lo".[7]

21. O mesmo dá a entender o Evangelho ao contar que muitos discípulos de Cristo, ao ouvirem falar de comer carne e beber sangue, voltaram as costas e abandonaram o Senhor, dizendo: Duras são estas palavras! Quem pode escutá-las? Perguntando então Jesus se também os Doze se queriam retirar, Pedro afirmou, com decisão e firmeza, a fé sua e a dos Apóstolos, com esta resposta admirável: "Senhor, a quem iremos? Tens palavras de vida eterna!" [8]

22. Ao magistério da Igreja confiou o Redentor divino a palavra de Deus tanto escrita como transmitida oralmente, para que a guardasse e interpretasse. É esse magistério que devemos seguir, como estrela orientadora, na investigação desse Mistério, convencidos de que "embora não esteja ao alcance da razão e embora se não explique com palavras, continua sempre a ser verdade aquilo que há muito se proclama com a fé católica genuína e é objeto de crença em toda a Igreja". [9]

23. Ainda não é tudo. Salva a integridade da fé, é necessário salvar também a maneira exata de falar, não aconteça que, usando nós palavras ao acaso, entrem no nosso espírito, o que Deus não permita, idéias falsas como expressão da crença nos mais altos mistérios. Vem a propósito a advertência de Santo Agostinho sobre o modo diverso como falam os filósofos e os cristãos: "Os filósofos, escreve o Santo, falam livremente, sem medo de ferir os ouvidos das pessoas religiosas em coisas muito difíceis de entender. Nós, porém, devemos falar segundo uma regra determinada, para evitar que a liberdade de linguagem venha a causar maneiras de pensar ímpias, mesmo quanto ao sentido das palavras".[10]

24. Donde se conclui que se deve observar religiosamente a regra de falar, que a Igreja, durante longos séculos de trabalho, assistida pelo Espírito Santo, estabeleceu e foi confirmando com a autoridade dos Concílios, regra que, muitas vezes, se veio a tornar sinal e bandeira da ortodoxia da fé. Ninguém presuma mudá-la, a seu arbítrio ou a

pretexto de nova ciência. Quem há de tolerar que fórmulas dogmáticas, usadas pelos Concílios Ecumênicos a propósito dos mistérios da Santíssima Trindade e da Encarnação, sejam acusadas de inadaptação à mentalidade dos nossos contemporâneos, e outras lhes sejam temerariamente substituídas? Do mesmo modo, não se pode tolerar quem pretenda expungir, a seu talante, as fórmulas usadas pelo Concílio Tridentino ao propor a fé no Mistério Eucarístico. Essas fórmulas, como as outras que a Igreja usa para enunciar os dogmas de fé, exprimem conceitos que não estão ligados a uma forma de cultura, a determinada fase do progresso científico, a uma ou outra escola teológica, mas apresentam aquilo que o espírito humano, na sua experiência universal e necessária, atinge da realidade, exprimindo-o em termos apropriados e sempre os mesmos, recebidos da linguagem ou vulgar ou erudita. São, portanto, fórmulas inteligíveis em todos os tempos e lugares.

25. Pode haver vantagem em explicar essas fórmulas com maior clareza e em palavras mais acessíveis, nunca, porém, em sentido diverso daquele em que foram usadas. Progrida a inteligência da fé, contanto que se mantenha a verdade imutável da fé. O Concílio Vaticano I ensina que nos dogmas "se deve conservar perpetuamente aquele sentido que, duma vez para sempre, declarou a Santa Madre Igreja, e que nunca é lícito afastarmo-nos desse sentido, pretextando e invocando maior penetração".[11]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



O Mistério Eucarístico realiza-se no Sacrifício da Missa

26. Para comum edificação e conforto, apraz-nos, Veneráveis Irmãos, recordar a doutrina que a Igreja Católica recebeu da tradição e ensina com consenso unânime.

27. Convém recordar primeiramente aquilo que é, por assim dizer, a síntese e o ponto mais sublime desta doutrina: que no Mistério Eucarístico é representado de modo admirável o Sacrifício da Cruz, consumado uma vez para sempre no Calvário; e que nele se relembra perenemente a sua eficácia salutar na remissão dos pecados que todos os dias cometemos.[\[12\]](#)

28. Nosso Senhor Jesus Cristo, ao instituir o Mistério Eucarístico, sancionou com o seu sangue o Novo Testamento de que é Mediador, do mesmo modo que Moisés sancionara o Velho com o sangue dos vitelos. [\[13\]](#) Segundo contam os Evangelistas, na última Ceia, "tomou um pão, deu graças, partiu e distribuiu-o a eles, dizendo, 'isto é o meu corpo que é dado por vós. Fazei isto em minha memória'. E, depois de comer, fez o mesmo com o cálice, dizendo: 'Este cálice é a Nova Aliança em meu sangue, que é derramado em favor de vós'" [\[14\]](#). E mandando aos Apóstolos que fizessem isto em sua memória, mostrou a vontade de que este Mistério se renovasse. Na realidade, foi o que a Igreja primitiva realizou fielmente, perseverando na doutrina dos Apóstolos e reunindo-se para celebrar o Sacrifício Eucarístico. Como testemunha São Lucas, "eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações" [\[15\]](#) E assim, chegavam a tal fervor, que deles se podia dizer: "A multidão dos que haviam crido era um só o coração e uma só a alma" [\[16\]](#)

29. O Apóstolo São Paulo, que com toda a fidelidade nos transmitiu aquilo que recebera do Senhor, [\[17\]](#) fala claramente do sacrifício eucarístico, ao mostrar que os cristãos não podem tomar parte nos sacrifícios dos pagãos, exatamente porque já participavam da mesa do Senhor. Assim se exprime: "O cálice de bênção que abençoamos não é comunhão com o Sangue de Cristo? O pão que partimos não é comunhão com o Corpo de Cristo?... Não podeis beber o cálice do Senhor e o cálice dos demônios. Não podeis participar da mesa do Senhor e da mesa dos demônios. [\[18\]](#) Esta nova oblação do Novo

Testamento, que Malaquias profetizara, [19] sempre a ofereceu a Igreja, ensinada pelo Senhor e pelos Apóstolos, "não só pelos pecados, penas, expiações e outras necessidades dos fiéis vivos, mas também em sufrágio dos defuntos em Cristo, ainda não de todo purificados".[20]

30. Passando em silêncio outros testemunhos, queremos recordar apenas o de São Cirilo de Jerusalém. Instruindo os neófitos na fé cristã, pronunciou estas palavras memoráveis: "Depois de terminado o sacrifício espiritual, rito incruento, pedimos a Deus, sobre esta hóstia de propiciação, pela paz universal da Igreja, pela justa ordem do mundo, pelos imperadores, pelos nossos soldados e pelos aliados, pelos doentes, pelos aflitos, e todos nós rogamos por todos, em geral, quantos precisam de ajuda; oferecemos esta vítima... e depois recomendamos também os santos padres e bispos, e em conjunto todos os nossos defuntos, convencidos como estamos que esta será a maior ajuda para as almas, por quem se oferece a oração, enquanto está presente a Vítima santa que infunde o maior respeito". Confirmando o fato com o exemplo da coroa, que se tece ao imperador, para que ele conceda perdão aos exilados, o mesmo santo Doutor conclui: "Do mesmo modo também nós, oferecendo orações a Deus pelos defuntos, mesmo pecadores, não lhe tecemos uma coroa, mas oferecemos-lhe Cristo imolado pelos nossos pecados, procurando conciliar a clemência de Deus em nosso favor e em favor deles".[21] Este costume, de oferecer "o sacrifício do nosso preço" também pelos defuntos, vigorava na Igreja Romana, como testemunha Santo Agostinho, [22] que declara ser, além disso, observado por toda a Igreja, como herança recebida dos Padres.[23]

31. Mas há outra coisa, que nos apraz acrescentar, por ser muito útil para aclarar o Mistério da Igreja: desempenhando esta, em união com Cristo, as funções de sacerdote e de vítima, é ela toda que oferece o Sacrifício da Missa, como também ela toda é oferecida no mesmo. Admirável doutrina, já ensinada pelos Padres, [24] exposta recentemente pelo nosso predecessor Pio XII de feliz memória, [25] que foi expressa ultimamente pelo Concílio Ecumênico Vaticano II na Constituição De Ecclesia, ao tratar do povo de Deus. [26] Muito desejamos que seja cada vez mais explicada e mais profundamente inculcada no ânimo dos féis, salva contudo a justa distinção, não só de grau, mas também de essência, entre o sacerdócio dos féis e o sacerdócio hierárquico.[27] Muito ajudou esta doutrina a alimentar a

piedade eucarística e a tornar conhecida a dignidade de todos os fiéis, e não menos a estimular a alma para que suba até à mais alta santidade. Esta não consiste senão em pormo-nos inteiramente ao serviço da divina Majestade, com generosa oblação de nós mesmos.

32. E necessário recordar ainda a conclusão, que deriva desta doutrina, acerca da "natureza pública e social de toda e qualquer Missa".[28] Toda a Missa, ainda que celebrada privadamente por um sacerdote, não é ação privada, mas ação de Cristo e da Igreja. Esta, no sacrifício que oferece, aprende a oferecer-se a si mesma como sacrifício universal, e aplica, pela salvação do mundo inteiro, a única e infinita eficácia redentora do Sacrifício da Cruz. Na realidade qualquer Missa celebrada oferece-se não apenas pela salvação de alguns mas pela salvação do mundo inteiro. Donde se conclui: se muito convém que à celebração da Missa, quase por sua natureza, participe ativamente grande número de fiéis, não se deve condenar, mas sim aprovar, a Missa que um sacerdote, por justa causa e segundo as prescrições e tradições legítimas da Santa Igreja, reza privadamente, embora haja apenas um acólito para ajudar e responder; de tal Missa deriva grande abundância de graças particulares, para bem tanto do sacerdote, como do povo fiel e de toda a Igreja, e mesmo do mundo inteiro; graças estas, que não se obtêm em igual medida só por meio da sagrada Comunhão.

33. Os sacerdotes, que são mais que ninguém a nossa alegria e a nossa coroa no Senhor, lembrem-se do poder que receberam do Bispo ordenante para oferecer a Deus o Sacrifício e celebrar Missas tanto pelos vivos como pelos defuntos no nome do Senhor.[29] Recomendamos-lhes com paternal insistência que celebrem todos os dias com dignidade e devoção, a fim de que, eles mesmos e os outros cristãos em geral, beneficiem da aplicação dos frutos copiosos que provêm do Sacrifício da Cruz. Deste modo, contribuirão muito para a salvação do gênero humano.

▪ [*Anterior*](#)

▪ [*Índice*](#)

▪ [*Posterior*](#)



No sacrifício da missa Cristo torna-se presente sacramentalmente

34. O pouco, que a propósito do Sacrifício da Missa expusemos, levamos a dizer também alguma coisa do Sacramento da Eucaristia. Um e outro, Sacrifício e Sacramento, fazem parte do mesmo Mistério, tanto que não é possível separar um do outro. O Senhor imola-se de modo incruento no Sacrifício da Missa, que representa o Sacrifício da Cruz e lhe aplica a eficácia salutar, no momento em que, pelas palavras da consagração, começa a estar sacramentalmente presente, como alimento espiritual dos féis, sob as espécies de pão e de vinho.

35. Bem sabemos todos que vários são os modos da presença de Cristo na sua Igreja. Esta verdade muito consoladora, que a Constituição da Sagrada Liturgia expôs brevemente,[30] é útil que a lembremos com mais demora. Cristo está presente à sua Igreja enquanto esta ora, sendo Ele quem "roga por nós, roga em nós e por nós é rogado; roga por nós como nosso Sacerdote; roga em nós como nossa Cabeça; é rogado por nós como nosso Deus".[31] Ele mesmo prometeu: "Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estou eu no meio deles".[32] Ele está presente à sua Igreja enquanto ela pratica as obras de misericórdia; isto não só porque, quando nós fazemos algum bem a um dos seus irmãos mais humildes, o fazemos ao mesmo Cristo, [33] mas também porque Cristo é quem faz estas obras por meio da sua Igreja, não deixando nunca de socorrer os homens com a sua divina caridade. Está presente à sua Igreja enquanto esta peregrina e anseia por chegar ao porto da vida eterna: habita nos nossos corações por meio da fé, [34] e neles difunde a caridade por meio da ação do Espírito Santo, que nos dá.[35]

36. De outro modo, também verdadeiríssimo, Cristo está presente à sua Igreja enquanto ela prega, sendo o Evangelho, assim anunciado, Palavra de Deus, que é anunciada em nome de Cristo, Verbo de Deus Encarnado, e com a sua autoridade e assistência, para que haja "um só rebanho, cuja segurança virá de ser um só o pastor". [36]

37. Está presente à sua Igreja, enquanto esta dirige e governa o povo

de Deus, porque de Cristo deriva o poder sagrado, e Cristo, "Pastor dos Pastores", assiste os Pastores que o exercem,[37] segundo a promessa feita aos Apóstolos: "Eu estarei convosco todos os dias, até a consumação dos séculos".[38]

38. Além disso, de modo ainda mais sublime, está Cristo presente à sua Igreja enquanto esta, em seu nome, celebra o Sacrifício da Missa e administra os Sacramentos. Quanto à presença de Cristo na oferta do Sacrifício da Missa, apraz-nos recordar o que São João Crisóstomo, cheio de admiração, diz com verdade e eloquência: "Quero acrescentar uma coisa verdadeiramente estupenda, mas não vos espanteis nem vos perturbeis. Que coisa é? A oblação é a mesma, seja quem for o oferente, chame-se ele Pedro ou Paulo; é a mesma que Jesus Cristo confiou aos discípulos e agora realizam os sacerdotes: esta última não é menor que a primeira, porque não são os homens que a tornam santa, mas Aquele que a santificou. Como as palavras pronunciadas por Deus são exatamente as mesmas que agora diz o sacerdote, assim a oblação é também a mesma".[39]

39. E ninguém ignora serem os Sacramentos ações de Cristo, que os administra por meio dos homens. Por isso, são santos por si mesmos e, quando tocam nos corpos, infundem, por virtude de Cristo, a graça nas almas.

40. Estas várias maneiras de presença enchem o espírito de assombro e levam-nos a contemplar o Mistério da Igreja. Outra é, contudo, e verdadeiramente sublime, a presença de Cristo na sua Igreja pelo Sacramento da Eucaristia. Por causa dela, é este Sacramento, comparado com os outros, "mais suave para a devoção, mais belo para a inteligência, mais santo pelo que encerra"; [40] contém, de fato, o próprio Cristo e é "como que a perfeição da vida espiritual e o fim de todos os Sacramentos".[41]

41. Esta presença chama-se "real", não por exclusão como se as outras não fossem "reais", mas por antonomásia porque é substancial, quer dizer, por ela está presente, de fato, Cristo completo, Deus e homem.[42] Erro seria, portanto, explicar esta maneira de presença imaginando uma natureza "pneumática", como lhe chamam, do corpo de Cristo, natureza esta que estaria presente em toda a parte; ou reduzindo a presença a puro simbolismo, como se tão augusto Sacramento consistisse apenas num sinal eficaz "da presença espiritual de Cristo e da sua íntima união com os féis,

membros do Corpo Místico".[43]

42. E certo que do simbolismo eucarístico, especialmente em relação com a unidade da Igreja, muito trataram os Padres e os Doutores Escolásticos, cuja doutrina resumiu o Concílio de Trento, ensinando que o nosso Salvador deixou a Eucaristia à sua Igreja "como símbolo... da unidade desta e da caridade que Ele quis unisse intimamente todos os cristãos uns com os outros", "mais ainda, como símbolo daquele corpo único, de que Ele é a Cabeça".[44]

43. Logo nos primórdios da literatura cristã, assim escrevia o autor desconhecido da "Didaquê ou Doutrina dos doze Apóstolos": "Quanto à Eucaristia, dai graças deste modo: ...como este pão, agora partido, estava antes disperso pelos montes, mas, ao ser reunido, se tornou um só, do mesmo modo se reúna a tua Igreja, dos confins da terra, no teu reino".[45]

44. Escreve igualmente São Cipriano, ao defender a unidade da Igreja contra o cisma: "Por fim, os mesmos Sacrifícios do Senhor põem em evidência a unanimidade dos cristãos, cimentada em caridade firme e indivisível. Pois, quando o Senhor chama seu Corpo ao pão, composto de muitos grãos juntos, indica o nosso povo reunido, por Ele sustentado; e quando chama seu Sangue ao vinho, espremido de muitos cachos e bagos, reduzidos à unidade, indica de maneira semelhante o nosso rebanho, composto de uma multidão reduzida à unidade".[46]

45. Antes que ninguém, já o dissera o Apóstolo São Paulo, dirigindo-se aos coríntios: "Nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que todos participamos desse único pão".[47]

46. O simbolismo eucarístico, se nos faz compreender bem o efeito próprio do Sacramento, que é a unidade do Corpo Místico, não explica todavia nem exprime a natureza que distingue este Sacramento dos outros. A instrução dada constantemente pela Igreja aos catecúmenos, o sentido do povo cristão, a doutrina definida pelo Concílio Tridentino e as mesmas palavras que usou Cristo, ao instituir a sagrada Eucaristia, vão mais longe: obrigam-nos a professar "que a Eucaristia é a Carne do nosso Salvador Jesus Cristo, a qual sofreu pelos nossos pecados e foi ressuscitada pelo Pai na sua benignidade".[48] Às palavras do mártir Santo Inácio apraz-nos acrescentar as de Teodoro de Mopsuéstia, neste

particular testemunha fiel da crença da Igreja: "O Senhor não disse: Isto é o símbolo do meu Corpo e isto é o símbolo do meu Sangue, mas, Isto é o meu Corpo e o meu Sangue, ensinando-nos a não considerar a natureza visível que os sentidos atingem, mas a (crer) que ela pela ação da graça se mudou em carne e sangue".[49]

47. O Concílio Tridentino, baseando-se nesta fé da Igreja, "afirma clara e simplesmente que, no augusto Sacramento da santa Eucaristia, depois da consagração do pão e do vinho, Nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, está presente verdadeira, real e substancialmente, sob a aparência destas realidades sensíveis". Portanto, o nosso Salvador, está presente com a sua humanidade não só à direita do Pai, segundo o modo de existir natural, mas também no Sacramento da Eucaristia "segundo um modo de existir, que nós, com palavras mal conseguimos exprimir, mas com a inteligência iluminada pela fé podemos reconhecer como possível a Deus, e que devemos aceitar firmissimamente como real".[50]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Cristo Senhor está presente no Sacramento da Eucaristia pela transubstanciação

48. Todavia, para que ninguém entenda mal este modo de presença que supera as leis da natureza e constitui no seu gênero o maior dos milagres,[51] é necessário escutar com docilidade a voz da Igreja docente e orante. Esta voz, que repete continuamente a voz de Cristo, ensina-nos que neste Sacramento Cristo se torna presente pela conversão de toda a substância do pão no seu Corpo e de toda a substância do vinho no seu Sangue; conversão admirável e sem paralelo, que a Igreja Católica chama, com razão e propriedade, "transubstanciação".[52] Depois da transubstanciação as espécies do pão e do vinho tomam nova significação e nova finalidade, deixando de pertencer a um pão usual e a uma bebida usual, para se tornarem sinal de coisa sagrada e sinal de alimento espiritual; mas só adquirem nova significação e nova finalidade por conterem nova "realidade", a que chamamos com razão "ontológica". Com efeito, sob as ditas espécies já não há o que havia anteriormente, mas outra coisa completamente diversa: isto não só porque assim julga a fé da Igreja, mas porque é uma realidade objetiva, pois, convertida a substância ou natureza do pão e do vinho, no Corpo e no Sangue de Cristo, nada fica do pão e do vinho, além das espécies; debaixo destas, está Cristo completo, presente na sua "realidade" física, mesmo corporalmente, se bem que não do mesmo modo como os corpos se encontram presentes localmente.

49. Por isso, tanto recomendaram os Santos Padres que os fiéis, ao considerarem este augustíssimo Sacramento, não se fiassem nos sentidos, que testemunham as propriedades do pão e do vinho, mas sim nas palavras de Cristo, que têm poder de mudar, transformar e "transubstanciar" o pão e o vinho no seu Corpo e Sangue; na verdade, como repetem os mesmos Padres, a força que opera este prodígio é a própria força de Deus Onipotente, que no princípio do tempo criou do nada todo o universo.

50. Diz São Cirilo de Jerusalém, ao concluir o discurso acerca dos Mistérios da fé: "Assim instruído e acreditando com a maior certeza que aquilo que parece pão não é pão, apesar do sabor que tem, mas sim o Corpo de Cristo; e que o que parece vinho não é vinho, apesar de assim parecer ao gosto, mas sim o Sangue de Cristo... tu fortalece o teu coração, comendo aquele pão como coisa espiritual,

e alegre a face da tua alma".[53]

51. Insiste São João Crisóstomo: "Quem faz que as coisas oferecidas se tornem o Corpo e o Sangue de Cristo não é o homem, é Cristo que foi crucificado por nós. Como representante, pronuncia o sacerdote as palavras rituais; a eficácia e a graça vêm de Deus. Diz 'isto é o meu Corpo:' esta palavra transforma as coisas oferecidas". [54]

52. E com o celeberrimo Bispo de Constantinopla está em perfeito acordo Cirilo, Bispo de Alexandria, ao escrever no comentário ao Evangelho de São Mateus: "(Cristo) afirmou de maneira categórica 'isto é o meu Corpo e isto é o meu Sangue' não vás tu julgar que as realidades visíveis são figura, mas fiques sabendo que Deus Onipotente transforma, de modo misterioso, algumas das coisas oferecidas, no Corpo e no Sangue de Cristo; quando destes participamos, recebemos a força vivificante e santificadora de Cristo".[55]

53. O Bispo de Milão, Santo Ambrósio, assim descreve a conversão eucarística: "Persuadamo-nos que já não temos o que a natureza formou, mas o que a bênção consagrou; e que a força da bênção é maior que a força da natureza, porque a bênção, muda até a natureza". E querendo confirmar a verdade do Mistério, exemplifica com muitos milagres contados na Sagrada Escritura, como Jesus que nasce da Virgem Maria, e depois, passando a falar da obra da criação, assim conclui: "A palavra de Cristo, que pode fazer do nada aquilo que não existia, não poderá mudar as coisas que existem naquilo que não eram? Criar coisas não é menos que mudá-las".[56]

54. Mas não é necessário multiplicar testemunhos. Mais útil será recordar a firmeza da fé que mostrou a Igreja, ao resistir muito unânime a Berengário. Levado pelas dificuldades que sugere a razão humana, foi ele quem primeiro se atreveu a negar a conversão eucarística; a Igreja condenou-o repetidamente, se não se retratasse. Gregório VII, nosso predecessor, obrigou-o a prestar um juramento nestes termos: "Creio de coração e confesso de palavra que o pão e o vinho, colocados sobre o altar, se convertem substancialmente, pelo mistério da oração sagrada e das palavras do nosso Redentor, na verdadeira, própria e vivificante Carne e no Sangue de nosso Senhor Jesus Cristo; e que, depois de consagrados, são o verdadeiro Corpo de Cristo, que nascido da Virgem e oferecido pela

salvação do mundo, esteve suspenso na Cruz e agora está assentado à direita do Pai; como também o verdadeiro Sangue de Cristo, que saiu do seu peito. Não está Cristo somente como figura e virtude do Sacramento, mas também na propriedade da natureza e na realidade da substância".[57]

55. Com estas palavras concordam (admirável exemplo da firmeza da fé católica!) os Concílios Ecumênicos de Latrão, de Constança, de Florença e, por fim, de Trento, naquilo que constantemente ensinaram acerca do mistério da conversão eucarística, quer expusessem a doutrina da Igreja quer condenassem erros.

56. Depois do Concílio Tridentino, o nosso predecessor Pio VI, opondo-se aos erros do Sínodo de Pistóia, recomendou seriamente aos párocos, encarregados de ensinar, que não deixassem de falar da transubstanciação, que figura entre os artigos da fé.[58] Na mesma linha, o nosso predecessor Pio XII, de feliz memória, recordou quais são os limites que não devem ultrapassar aqueles que aprofundam o Mistério da transubstanciação.[59] E nós mesmos no recente Congresso Eucarístico Nacional italiano, realizado em Pisa, demos, em obediência ao nosso dever apostólico, testemunho público e solene da fé da Igreja.[60]

57. Esta mesma Igreja não só ensinou mas viveu a fé na presença do Corpo e do Sangue de Cristo na Eucaristia, adorando sempre tão grande Sacramento com culto latrêutico, que só a Deus compete. Deste culto escreve Santo Agostinho: "A mesma carne, com que andou (o Senhor) na terra, essa mesma nos deu a comer para nossa salvação; ninguém come aquela Carne sem primeiro a adorar...; não só não pecamos adorando-a, mas pecaríamos se a não adorássemos".[61]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



O culto latrêutico devido ao Sacramento Eucarístico

58. Este culto latrêutico devido ao Sacramento Eucarístico, professou-o e professa-o a Igreja Católica, não só durante a Missa mas também fora dela, conservando com o maior cuidado as hóstias consagradas, expondo-as à solene veneração dos fiéis, e levando-as em procissão vitorizadas por grandes multidões.

59. Temos muitos testemunhos desta veneração nos antigos documentos eclesiásticos. Sempre os Pastores da Igreja exortaram os fiéis a conservar com o maior respeito a Eucaristia que levavam para casa. "O Corpo de Cristo é para se comer e não para se desprezar", lembrava judiciosamente Santo Hipólito.[62]

60. Os fiéis julgavam-se culpados e com razão, conforme lembra Orígenes, se, recebendo o Corpo do Senhor e conservando-o com a maior cautela e veneração, apesar disso deixavam cair algum fragmento.[63]

61. E que os Pastores reprovavam energicamente qualquer falta da reverência devida, mostra-o Novaciano (nisto digno de fé), o qual julga merecedor de condenação aquele que, "saindo da celebração dominical e levando ainda consigo a Eucaristia, como é costume..., fez dar voltas ao santo Corpo do Senhor", não se dirigindo logo para casa mas correndo aos espetáculos.[64]

62. Mais ainda, São Cirilo de Alexandria rejeita como loucura a opinião dos que afirmavam que, para nos santificarmos, nada serve a Eucaristia no caso de haver apenas algum resto conservado do dia anterior. Assim escreve: "Nem se altera Cristo, nem se muda o seu santo Corpo; perseveram sempre nele a força e o poder de bênção, e a graça constante que vivifica".[65]

63. Nem devemos esquecer que antigamente os fiéis, quer se encontrassem sujeitos à violência da perseguição, quer vivessem no ermo por amor da vida monástica, costumavam alimentar-se mesmo diariamente da Eucaristia, tomando a sagrada comunhão com as próprias mãos, no caso de faltar um sacerdote ou diácono.[66]

64. Isto não o dizemos para que se altere, seja no que for, o modo de

conservar a Eucaristia ou de receber a sagrada comunhão, segundo foi estabelecido mais tarde pelas leis eclesiásticas ainda em vigor, mas somente para todos juntos nos alegrarmos por ser sempre a mesma a fé da Igreja.

65. Desta fé única nasceu a festa do Corpo de Deus, celebrada pela primeira vez na diocese de Liège, graças sobretudo aos esforços da Beata Juliana de Mont Cornillon, festa que o nosso predecessor Urbano IV estendeu a toda a Igreja; e nasceram igualmente muitas outras instituições de piedade eucarística, que por inspiração da graça divina multiplicaram-se sempre mais, e com as quais, quase à porfia, se empenha a Igreja Católica quer em honrar a Cristo, quer em lhe dar graças por dádiva tão extraordinária, quer em implorar a sua misericórdia.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Exortação para que se promova o culto eucarístico

66. A nossa fé ambiciona apenas manter fidelidade perfeita à palavra de Cristo e dos Apóstolos, rejeitando decididamente qualquer opinião errônea e perniciosa. Pedimo-vos, Veneráveis Irmãos, que, no povo confiado aos vossos cuidados e vigilância, a conserveis pura e íntegra e, sem quererdes poupar palavras e canseiras, promovais o culto eucarístico. Este deve ser, o ponto de convergência último, para todas as outras formas de piedade.

67. Consiga a vossa insistência que os féis conheçam cada vez melhor e experimentem em si mesmos o que diz Santo Agostinho: "Quem quer viver, tem onde viva e donde viva: aproxime-se, creia, incorpore-se na Igreja, para ser vivificado. Não renuncie à união com os outros membros, não seja membro podre a merecer ser cortado, não passe pela vergonha de ser membro aleijado: seja membro belo, perfeito e são; conserve-se ligado ao corpo, viva para Deus e de Deus; trabalhe agora na terra, para depois reinar no céu".[67]

68. Como é desejável, participem os fiéis ativamente, cada dia e em grande número, no Sacrifício da Missa, vindo alimentar-se da sagrada Comunhão, com intenção pura e santa, e dando graças a Cristo Senhor Nosso por tão grande dom. Recordem-se destas palavras: "O desejo de Jesus Cristo e da Igreja, de que todos os fiéis se aproximem quotidianamente da sagrada mesa, consiste sobretudo nisto: em que os féis, unindo-se a Deus pelo Sacramento, dele recebam força para dominar a concupiscência, lavar as culpas leves quotidianas, e prevenir as faltas graves a que está sujeita a fragilidade humana".[68] Durante o dia, não deixem de visitar o Santíssimo Sacramento, que se deve conservar nas igrejas no lugar mais digno, e com máxima honra, segundo as leis litúrgicas; cada visita é prova de gratidão, sinal de amor e dever de adoração a Cristo Senhor nosso, ali presente.

69. Quem não vê que a divina Eucaristia confere ao povo cristão dignidade incomparável? Cristo é verdadeiramente "Emmanuel", isto é, "o Deus conosco", não só durante a oferta do Sacrifício e realização do Sacramento, mas também depois, enquanto a Eucaristia se conserva em igrejas ou oratórios. Dia e noite, está no meio de nós, habita conosco, cheio de graça e de verdade: [69] morigera os costumes, alimenta as virtudes, consola os aflitos,

fortifica os fracos; atrai à sua imitação quantos dele se abeiram, para que aprendam com o seu exemplo a ser mansos e humildes de coração, e a procurar não os seus interesses mas os de Deus. Todos os que dedicam particular devoção ao augusto Sacramento eucarístico e se esforçam por corresponder com prontidão e generosidade ao amor infinito de Cristo por nós, todos esses experimentam e se alegram de compreender quanto é útil e preciosa a vida oculta com Cristo em Deus[70] e quanto importa que o homem se demore a falar com Cristo. Nada há mais suave na terra, nada mais eficaz para nos conduzir pelos caminhos da santidade.

70. Bem sabeis também, Veneráveis Irmãos, que a Eucaristia se conserva nos templos e oratórios como centro espiritual de comunidades, ou religiosas ou paroquiais; mais ainda, como centro da Igreja universal e da humanidade inteira, porque, debaixo do véu das sagradas espécies, está Cristo, Cabeça invisível da Igreja, Redentor do mundo, Centro de todos os corações: "por quem tudo existe e por quem nós somos".[71]

71. Donde se segue que o culto eucarístico promove muito nas almas o amor "social",[72] que nos leva a antepor o bem comum ao bem particular, a fazer nossa a causa da comunidade, da paróquia e da Igreja universal, e a dilatarmos a caridade até abraçarmos o mundo inteiro; sabemos que em toda a parte há membros de Cristo.

72. Como, Veneráveis Irmãos, o Sacramento eucarístico é sinal e causa da comunidade do Corpo Místico, e produz nas pessoas mais fervorosas um espírito eclesial ativo, não deixeis nunca de persuadir os vossos fiéis a que, aproximando-se do Mistério eucarístico, aprendam a tomar como própria a causa da Igreja, a dirigir-se a Deus sem descanso, a oferecer-se a si mesmos ao Senhor, como sacrificio agradável, pela paz e unidade da Igreja; a fim de que todos os filhos da Igreja sejam uma só coisa e tenham um mesmo sentimento, nem haja entre eles divisões, mas sejam perfeitos num mesmo espírito e mentalidade, como manda o Apóstolo;[73] e também para que todos aqueles que não estão ainda perfeitamente unidos à Igreja Católica, mas, embora dela separados, se gloriam do nome de cristãos, cheguem quanto antes a gozar conosco, pela graça divina, aquela unidade de fé e de comunhão, que Jesus Cristo deseja constitua sinal distintivo dos seus discípulos.

73. O desejo de orar e de consagrar-se a Deus pela unidade da

Igreja, devem sobretudo os religiosos e religiosas considerá-lo como muito próprio, dada a vocação particular que têm de adorar o Santíssimo Sacramento e formar-lhe coroa na terra, como pedem os votos que pronunciaram.

74. Todavia, os anelos da unidade de todos os cristãos, tudo quanto há de mais profundo e suave no coração da Igreja, queremos nós exprimi-los mais uma vez, usando as mesmas palavras do Concílio Tridentino na conclusão do Decreto sobre a Sagrada Eucaristia: "Por último, no seu afeto paternal, o Sagrado Sínodo adverte, exorta, pede e roga, 'pelas entranhas da misericórdia de nosso Deus',^[74] que todos e cada um dos cristãos acabem já agora por se reunir e concordar neste 'sinal da unidade', neste 'vínculo da caridade', neste símbolo de concórdia; e que, lembrados da grande majestade e do tão alto amor de nosso Senhor Jesus Cristo, que deu a sua diletta alma como preço da nossa salvação e deu a 'sua carne como alimento',^[75] creiam e venerem estes sagrados mistérios de seu Corpo e Sangue com tal constância e firmeza de fé, com tal devoção, piedade e culto, que possam receber freqüentemente aquele Pão supersubstancial.^[76] Deveras seja para eles vida verdadeira da alma e saúde perene do espírito, tanto que, 'robustecidos pelo seu vigor',^[77] possam da miserável peregrinação da terra passar à pátria celeste, onde sem nenhum véu venham a comer o mesmo 'Pão dos Anjos'^[78] que presentemente comem oculto por sagrados véus".^[79]

75. O nosso bondosíssimo Redentor, pouco antes da morte, pediu ao Pai que todos aqueles, que viessem a crer n'Ele, se tornassem uma só coisa, como Ele e o Pai são uma coisa só.^[80] Oxalá que Ele se digne ouvir, quanto antes, este voto, que é também Nosso e da Igreja inteira, para que todos celebremos, com uma voz e uma fé únicas, o Mistério Eucarístico, e, tornados participantes do Corpo de Cristo, formemos um só corpo,^[81] unido com os mesmos vínculos que Ele determinou.

76. E dirigimo-nos com paternal amor também aos que pertencem às Veneráveis Igrejas do Oriente, nas quais floresceram tantos e tão célebres Padres, cujos testemunhos, a respeito da Eucaristia, recordamos com tanto gosto na presente Carta. Enorme alegria nos invade, quando recordamos a vossa fé a respeito da Eucaristia, fé que não diverge da nossa, quando ouvimos as orações litúrgicas com que celebrais tão alto Mistério, quando admiramos o vosso

culto eucarístico e lemos os vossos teólogos, ao expor e defender a doutrina a respeito deste augustíssimo Sacramento.

77. A Santíssima Virgem Maria, de quem Cristo Senhor Nosso tomou a Carne que neste Sacramento, sob as espécies do pão e do vinho, "está presente, se oferece e se recebe",^[82] e todos os Santos e Santas de Deus, especialmente aqueles que sentiram devoção mais ardente para com a divina Eucaristia, intercedam junto do Pai das Misericórdias, para que a fé comum e o culto eucarístico produzam e façam prosperar a unidade perfeita de comunhão entre todos os cristãos. Temos impressas no Nosso espírito as palavras de Santo Inácio Mártir, ao prevenir os fiéis de Filadélfia contra o mal das divisões e dos cismas, cujo remédio está na Eucaristia: "Procurai, diz o Santo, ter uma só Eucaristia: porque uma só é a Carne de nosso Senhor Jesus Cristo, e um só é o cálice na unidade do seu Sangue, um o altar e um o Bispo...".^[83]

78. Animado pela dulcíssima esperança de ver derivarem, do aumento do culto eucarístico, muitos bens para toda a Igreja e para todo o mundo, a vós, Veneráveis Irmãos, aos sacerdotes, aos religiosos, a todos aqueles que vos prestam colaboração, e a todos os fiéis confiados aos vossos cuidados, concedemos, com grande efusão de amor, a bênção apostólica, como penhor das graças celestiais.

Dado em Roma, junto de São Pedro, na festa de São Pio X, 3 de Setembro de 1965, ano terceiro do nosso pontificado.

PAULUS PP. VI

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



NOTAS

[1] Constit. De sacra Liturgia, n. 47; AAS 56, 1964, p.113.

[2] Jo 6,55.

[3] Cf. Jo 17,23.

[4] Carta encicl. Mirae Caritatis; Acta Leonis, XIII, XXII,1902-103, p. 122.

[5] In Matth. hom. 8, 4; PG 58, 473.

[6] Summa Theol. III, q. 75, a. I.

[7] In IV Sent., X, P. I, a. un., q. I; Opera Omnia, N, 217.

[8] Jo 6,61-69.

[9] Santo Agostinho, Contra Julianum, VI, 5, II; PL 44, 823.

[10] De civit. Dei, X, 23; PL 41. 300.

[11] Constit. dogm. De Fide Catholica. c. 4.

[12] Cf. Conc. Trid., Doctrina de Ss. Missae Sacrificio, c. 1

[13] Cf. Ex 24, 8.

[14] Lc 22,19-20; Cf. Mt 26,26-29; Mc 14,22-24.

[15] At 2,42.

[16] At 4,32.

[17] 1Cor 11,23.

[18] 1Cor 10,16.

[19] Cf. MI 1,11.

[20] Conc.Trid., Doctrina de Ss. Missae Sacrificio, c. 2.

[21] Catech. 23 (mist. 5), 8,18; PG 33,1116.

[22] Confess. IX,12, 32; PL 32, 777; Cf. ibid. 9,11, 27; PL 32, 775.

[23] Cf. Serm.172, 2; PL 38, 936; Cf. De Cura gerenda pro mortuis, 13; PL 40, 34. 593.

[24] Cf. Santo Agostinho, De civit. Dei, X, 6; PL 41, 284.

[25] Cf. Carta Enc. Mediator Dei; AAS 39,1947, p. 552.

[26] Cf. Const. Dogm. Lumen Gentium, c. 2, n.11; AAS 57,1965, p.15.

[27] Cf. ibid, c. 2, n.10; AAS 57,1965, p.14.

[28] Const. De Sacra Liturgia, c. 1, n. 27; AAS 56,1964, p.107.

[29] Cf. Pontif. Rom.

[30] Cf. AAS 56,1964, pp.100-101.

[31] Santo Agostinho, In Ps. 81,1; PL 37,1081.

[32] Mt 18,20.

[33] Cf. Mt 25,40.

[34] Cf. Ef 3,17.

[35] Cf. Rm 5,5.

[36] Santo Agostinho, Contra Litt. Petiliani, 3,10, 43, 353.

[37] Santo Agostinho, In Ps. 86, 3; PL 37,1102.

[38] Mt 28,20.

[39] In Epist. 2. ad Tim., hom. 2,4; PG 62,612.

[40] Egídio Rom., Theoremata de Corpore Christi, theor. 50; Veneiis 1521, p. 127.

[41] Santo Tomás, Summa Theol. III, q. 73, a. 3 c.

[42] Cf. Conc.Trid., Decr. De SS. Euchar, c.3.

[43] Pio XII, Carta Enc. Humani Generis; AAS 42,1950, p. 578.

[44] Decr. De SS. Euchar., Proem. e c. 2.

[45] Didaquê, 9,1; Funk, Patres Apostolici, I, 20.

[46] Epist. ad Magnum, 6; PL 3,1189.

[47] I Cor 10,17.

[48] Santo Inácio M., Epist. ad Smyrn., 7,1; PG 5, 713.

[49] In Matth. Comm., c. 26; PG 66, 714.

[50] Decr. De Ss. Euchar., c. 1.

[51] Cf. Carta Enc. Mirae Caritatis; Acta Leonis XIII, vol . XXII,1902-1903, p.123.

[52] Cf. Conc.Trid., Decr. De Ss. Euchar., c. 4 e cân. 2.

[53] Catech., 22,9 (myst. 4); PG 33,1103.

[54] De prodit. Iudae, homil.1,6; PG 49, 380; cf In Matth., homil. 82,5; PG 58, 744.

[55] In Matth., 26, 27; PG 72, 451.

[56] De myster., 9, 50-52; PL 16, 422-424.

[57] Mansi, Sacr. Concil. nova et ampliss. collectio, XX, 524D.

[58] Constit. Auctorem fidei, 28 Agosto 1794.

[59] Alocução de 22 de Set. de 1956; AAS 48,1956, p. 720.

[60] AAS 57,1965, pp. 588-592.

[61] In Ps., 98,9; PL 37,1264.

[62] Tradit. Apost., ed. Botte, La tradition apostolique de St. Hippolyte, Münster 1963, p. 84.

[63] Cf. In Exod. fragm.: PG 12,391.

[64] De spectaculis: CSEL III3, p. 8.

[65] Epist. ad Calosyrium: PG 76,1075.

[66] Cf. Basil., Epist. 93: PG 32, 483-486.

[67] Santo Agostinho, In Ioann. tract., 26,13; PL 35,1613.

[68] Decr. S. Congr. Concil., de 20 de Dez. de 1905, aprovado por S. Pio X; AAS 38,1905. p. 401.

[69] Cf Jo 1,14.

[70] Cf. Col 3,3.

[71] Cor 8,6.

[72] Cf. Santo Agostinho, De Gen. ad litt., XL 15,20; PL 34, 437.

[73] Cf. ICor 1,10.

[74] Lc 1,78.

[75] Jo 6,48 ss.

[76] Mt 6,11.

[77] 1 Rs 19,8.

[78] SI 77,25.

[79] Decr. De Ss. Euchar., c. 8.

[80] Cf. Jo 17,20-21.

[81] Cf. ICor 10,17.

[82] CIC, cân. 801.

[83] Santo Inácio, Epist. ad Philad., 4; PG 5,700.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

INTRODUÇÃO

Índice

A QUESTÃO SOCIAL ABRANGE AGORA O MUNDO INTEIRO.

-
- *Índice Anterior*

PRIMEIRA PARTE

PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO HOMEM

Índice

DADOS DO PROBLEMA

A IGREJA E O DESENVOLVIMENTO

**AÇÃO A EMPREENDER: O DESTINO UNIVERSAL
DOS BENS**

INDUSTRIALIZAÇÃO

PARA UM HUMANISMO TOTAL

▪ *Índice Anterior*

SEGUNDA PARTE

PARA UM DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DA HUMANIDADE

Índice

INTRODUÇÃO

ASSISTÊNCIA AOS FRACOS

EQÜIDADE NAS RELAÇÕES COMERCIAIS

A CARIDADE UNIVERSAL

DESENVOLVIMENTO É O NOVO NOME DA PAZ

APELO FINAL

▪ *Índice Anterior*

NOTAS

Índice

NOTAS

▪ *Índice Anterior*



Papa Paulo VI

SACERDOTALIS CAELIBATUS

aos bispos, aos irmãos no sacerdócio e aos fiéis de todo o mundo católico sobre o celibato sacerdotal

PROÊMIO

Veneráveis Irmãos e diletos filhos, saúde e bênção apostólica.

O celibato consagrado nos dias de hoje

1. O celibato sacerdotal, que a Igreja guarda desde há séculos como brilhante pedra preciosa, conserva todo o seu valor mesmo nos nossos tempos, caracterizados por transformação profunda na mentalidade e nas estruturas.

Mas no clima atual de novos fermentos, manifestou-se também a tendência, e até a vontade expressa, de pedir à Igreja que torne a examinar esta sua instituição característica, cuja observância, segundo alguns, se tornou problemática e quase impossível no nosso tempo e no nosso mundo.

Uma promessa

2. Este estado de coisas, que agita a consciência e provoca perplexidades nalguns sacerdotes e jovens aspirantes ao sacerdócio, e atemoriza muitos fiéis, obriga-nos a não dilatar o cumprimento da promessa, feita aos Veneráveis Padres do Concílio, a quem declaramos o nosso propósito de imprimir novo lustre e novo vigor ao celibato sacerdotal nas circunstâncias atuais. [1] Desde então, invocamos longa e ardentemente as necessárias luzes e auxílios do Espírito Santo e examinamos diante de Deus os pareceres e solicitações que de toda a parte chegaram às nossas mãos, sobretudo de vários Pastores da Igreja de Deus.

Amplitude e gravidade da questão

3. A importante questão do celibato do Clero, na Igreja, foi-se apresentando demoradamente ao nosso espírito em toda a sua amplidão e gravidade. Deve ainda hoje subsistir essa severa e transcendente obrigação para aqueles que desejam receber as sacras ordens maiores? Será hoje possível e conveniente a observância de tal obrigação? Não terá chegado o momento de quebrar o vínculo que, na Igreja, une celibato e sacerdócio? Não poderia tornar-se facultativa esta difícil observância? Não ficaria assim favorecido o ministério sacerdotal e facilitada a aproximação ecumênica? Se a áurea lei do celibato consagrado deve ainda manter-se, quais são os motivos que provam que ela é santa e conveniente? Quais são os meios que tornam possível essa observância, e como se pode ela transformar de peso em auxílio, para a vida sacerdotal?

Realidade e problemas

4. Fixou-se a nossa atenção, de modo particular, nas objeções que, em formas diversas, foram e continuam a ser expressas contra a manutenção do celibato. Com efeito, tema de tão grande importância e complexidade obriga-nos, em virtude do nosso serviço apostólico, a considerar lealmente a realidade e os problemas que essa implica mas, como é nosso dever e nosso encargo, havemos de fazer essa consideração à luz da verdade que é Cristo, propondo-nos cumprir em tudo a vontade daquele que nos entregou a nossa missão e propondo-nos também mostrar aquilo que somos diante da Igreja, isto é, Servo dos servos de Deus.

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



OBJEÇÕES CONTRA O CELIBATO SACERDOTAL

Celibato e Novo Testamento

5. Pode dizer-se que, nunca como hoje, o tema do celibato eclesiástico foi com tanta agudeza examinado, sob todos os aspectos - no plano doutrinal, histórico, sociológico, psicológico e pastoral - e muitas vezes com intenções fundamentalmente retas, se bem que as palavras, de quando em quando, as tenham traído.

Consideremos honestamente as principais objeções contra a lei do celibato eclesiástico unido ao sacerdócio. A primeira provém, ao que parece, da fonte mais autorizada, o Novo Testamento, no qual se conserva a doutrina de Cristo e dos Apóstolos. O Novo Testamento não exige o celibato dos ministros sagrados, mas propõe-no simplesmente como obediência livre a uma vocação especial ou a um carisma particular (cf. Mt 19,11-12). Jesus não impôs esta condição ao escolher os Doze, como também os Apóstolos não a impuseram àqueles que iam colocando à frente das primeiras comunidades cristãs (cf. 1Tm 3,2-5; Tt 1,5-6).

Padres da Igreja

6. A relação íntima que os Padres da Igreja e os escritores eclesiásticos estabeleceram, com o andar dos séculos, entre a vocação ao sacerdócio ministerial e a virgindade consagrada origina-se em mentalidades e situações históricas bastante diferentes das nossas. Muitas vezes, nos textos patrísticos, recomenda-se ao clero, mais que o celibato, a abstinência do uso do matrimônio; e as razões, aduzidas em favor da castidade perfeita dos ministros sagrados, parecem às vezes inspiradas em pessimismo excessivo quanto à condição do homem na carne, ou ainda, num conceito particular da pureza necessária para o contato com as coisas sagradas. Além disso, os argumentos antigos já não estariam em conformidade com os ambientes sócio-culturais em que a Igreja é chamada a atuar, por meio dos sacerdotes, no mundo de hoje.

Vocação e celibato

7. Uma dificuldade, que muitos notam, consiste em fazer-se coincidir, na disciplina vigente do celibato, o carisma da vocação

sacerdotal com o da perfeita castidade, considerada como estado de vida próprio do ministro de Deus. E por isso perguntam se é justo afastar do sacerdócio aqueles que parecem ter vocação ministerial, sem terem vocação de vida celibatária.

Celibato e escassez de clero

8. Manter o celibato sacerdotal na Igreja muito prejudicaria, além disso, as regiões onde a escassez numérica do clero, reconhecida e lamentada pelo Concílio, [2] provoca situações dramáticas, dificultando a plena realização do plano divino de salvação e pondo às vezes em perigo até mesmo a possibilidade do primeiro anúncio evangélico. De fato, a preocupante rarefação do clero é atribuída por alguns ao peso da obrigação do celibato.

Sombras sobre o celibato

9. Nem faltam pessoas convencidas de que o sacerdócio no matrimônio não só tiraria a ocasião de infidelidades, desordens e defecções dolorosas, que ferem e magoam a Igreja inteira, mas consentiria aos ministros de Cristo mais completo testemunho de vida cristã, mesmo no campo da família, campo que lhes está vedado pelo estado atual em que vivem.

Violência contra a natureza?

10. Há ainda quem insista em afirmar que o sacerdote se encontra, em virtude do celibato, numa situação física e psicológica artificial nociva ao equilíbrio e manutenção da sua personalidade humana; acontece, segundo dizem, que muitas vezes o sacerdote se torna insensível, falta de calor humano e de plena comunhão de vida e destino com o resto dos seus irmãos, vendo-se obrigado a uma solidão que é fonte de amargura e aviltamento.

Não indicará tudo isto violência injusta e desprezo injustificável dos valores humanos, derivados da obra divina da criação e integrados na obra da redenção realizada por Cristo?

Formação inadequada

11. Reparando, além disso, no modo como o candidato ao sacerdócio chega a aceitar tão pesado encargo, objeta-se que, na

prática, esse fato é conseqüência duma atitude passiva, causada muitas vezes por formação não perfeitamente adequada, nem respeitadora da liberdade humana, mais que resultado duma decisão autenticamente pessoal, pois o grau de conhecimento e de autodecisão do jovem e a sua maturidade psicofísica são bastante inferiores, e sempre desproporcionados com a realidade, com as dificuldades objetivas e com a duração da obrigação que assumem.

Verdadeiro ponto de vista

12. Não ignoramos que se podem levantar outras objeções contra o celibato: é tema muito complexo, que toca no âmago da concepção habitual da vida e introduz nela a luz superior que vem da revelação divina; interminável série de dificuldades ocorrerá ao espírito daqueles que "não compreendem esta linguagem" (Mt 19,11), não entendem ou esquecem o "dom de Deus" (cf. Jo 4,10), nem conhecem a lógica superior desse novo conceito de vida, a sua admirável eficácia e plenitude exuberante.

Testemunho do passado e do presente

13. Este coro de objeções parece que sufoca a voz secular e solene dos Pastores da Igreja, dos mestres de espírito, do testemunho vivido duma legião sem número de santos e de fiéis ministros de Deus, que fizeram do celibato objeto interior e sinal exterior da sua alegre e total doação ao mistério de Cristo. Não, esta voz é ainda forte e serena; não vem só do passado, vem do presente também. Constantemente atento como estamos a observar a realidade, não podemos fechar os olhos a este fato magnífico e surpreendente: na santa Igreja de Deus, em todas as partes do mundo onde ela levantou felizmente as suas tendas, ainda hoje há inumeráveis ministros sagrados - subdiáconos, diáconos, presbíteros e bispos - que vivem de modo ilibado o celibato voluntário e consagrado; e, ao lado destes, não podemos deixar de notar as falanges imensas de religiosos, religiosas, e também de jovens e leigos, todos fiéis ao compromisso da perfeita castidade: vivem-na, não por desprezo do dom divino da vida, mas por amor superior à vida nova que brota do mistério pascal; vivem-na com austeridade corajosa, com religiosidade alegre, dum modo exemplar e íntegro, e mesmo com relativa facilidade. Este grandioso fenômeno prova a realidade singular do reino de Deus, vivo no seio da sociedade moderna, à qual presta o humilde e benéfico serviço de "luz do mundo" e de "sal da terra" (cf. Mt 5,13-14). Não podemos calar a nossa admiração:

neste fenômeno, sopra indubitavelmente o Espírito de Cristo.

Confirmada a validade do celibato

14. Julgamos portanto que a lei vigente do celibato consagrado deve, ainda hoje, acompanhar firmemente o ministério eclesiástico; deve tornar possível ao ministro a sua escolha, exclusiva, perene e total, do amor único e supremo de Cristo e a sua dedicação ao culto de Deus e ao serviço da Igreja, e deve ser característica do seu estado de vida, tanto na comunidade dos fiéis como na profana.

Poder da Igreja

15. É certo que o carisma da vocação sacerdotal, ordenada ao culto divino e ao serviço religioso e pastoral do Povo de Deus, se distingue do carisma que leva à escolha do celibato como estado de vida consagrada (cf. nn. 5 e 7); mas a vocação sacerdotal, ainda que divina na sua inspiração, não se torna definitiva e operante sem o exame e a aceitação de quem possui na Igreja o poder e a responsabilidade do ministério ao serviço da comunidade eclesial; e pertence por conseguinte à autoridade da Igreja estabelecer, segundo os tempos e os lugares, quais devam ser em concreto os homens e quais os requisitos exigidos para que possam considerar-se aptos para o serviço religioso e pastoral da mesma Igreja.

Finalidade da Encíclica

16. Guiando-nos pelo espírito de fé, consideramos portanto favorável a ocasião, que nos é oferecida pela Divina Providência, de explicarmos de novo e de maneira mais adaptada aos homens do nosso tempo as razões profundas do celibato consagrado, pois, se as dificuldades contra a fé "podem estimular o espírito à mais cuidadosa e profunda inteligência" da mesma, [3] não acontece diferentemente com a disciplina eclesiástica, que dirige a vida dos crentes.

Sentimo-nos vibrar de alegria ao contemplar, nestas circunstâncias e desde este ponto de vista, a divina riqueza e beleza da Igreja de Cristo que nem sempre é imediatamente decifrável a olhos humanos, sendo obra do amor do Chefe divino da mesma Igreja e manifestando-se em tal perfeição de santidade (cf. Ef 5,25-27) que maravilha o espírito do homem e ultrapassa tudo quanto as forças

da criatura humana poderiam fazer para explicá-la.

▪ *Aterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



PRIMEIRA PARTE. I. RAZÕES DO CELIBATO CONSAGRADO

Concílio e celibato

17. É certo, conforme declarou o Concílio Ecumênico Vaticano II, que a virgindade "não é requerida pela própria natureza do sacerdócio, como se conclui da prática da Igreja primitiva e da tradição das Igrejas Orientais". [4] Mas o mesmo Sagrado Concílio não hesitou em confirmar solenemente a antiga, sagrada e providencial lei vigente do celibato sacerdotal, expondo também os motivos que a justificam aos olhos de quem sabe apreciar com espírito de fé e com fervor íntimo e generoso os dons divinos.

Argumentos antigos à luz nova

18. Não foi hoje que se começou a refletir sobre a "múltipla conveniência" (1.c.) do celibato para os ministros de Deus, e, mesmo que os motivos explícitos tenham variado conforme as várias mentalidades e as diversas situações, esses motivos inspiraram-se sempre em considerações especificamente cristãs, no fundo das quais está a intuição das razões mais profundas. Estas podem ser vistas com melhor luz, mas somente por influxo do Espírito Santo, prometido por Cristo aos seus para dar conhecimento das coisas vindouras (cf. Jo 16,13) e aumentar no Povo de Deus a inteligência do mistério de Cristo e da Igreja, mesmo através da experiência dimanante de maior penetração das coisas espirituais no decurso dos séculos. [5]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



SIGNIFICADO CRISTOLÓGICO DO CELIBATO

Novidade de Cristo

19. O sacerdócio cristão, que é novo, só pode ser compreendido à luz da novidade de Cristo, Pontífice máximo e Sacerdote eterno, que instituiu o sacerdócio ministerial como participação do seu sacerdócio único.[6] Portanto o ministro de Cristo e administrador dos mistérios de Deus (I 1Cor 4,1), encontra também nele o modelo direto e o ideal supremo (cf. 1Cor 11,1). O Senhor Jesus Cristo, Unigênito de Deus, enviado ao mundo pelo Pai, fez-se homem para que a humanidade sujeita ao pecado e à morte, fosse regenerada e, por meio dum nascimento novo (Jo 3,5; Tt 3,5), entrasse no reino dos céus. Consagrando-se inteiramente à vontade do Pai (Jo 4,34; 17,4), Jesus realizou, por meio do seu mistério pascal, esta nova criação (2Cor 5,17; Gl 6,15), introduzindo no tempo e no mundo uma forma de vida, sublime e divina, que transforma a condição terrena da humanidade (cf. Gl 3,28).

Matrimônio e celibato na novidade de Cristo

20. O matrimônio que, por vontade de Deus, continua a obra da primeira criação (cf. Gn 2,18), ao ser integrado no desígnio total da salvação, adquire novo significado e valor. Na verdade, Jesus, restituiu-lhe a dignidade primitiva (Mt 19,3-8), honrou-o (cf. Jo 2,1-11) e elevou-o à dignidade de sacramento e de sinal misterioso da sua união com a Igreja (Ef 5,32). Assim, os cônjuges cristãos, no exercício do amor mútuo e no cumprimento dos próprios deveres, e tendendo para aquela santidade que lhes é própria, caminham juntos em direção à pátria celeste. Mas Cristo, Mediador dum Testamento mais excelente (Hb 8,6), abriu também novo caminho, em que a criatura humana, unindo-se total e diretamente ao Senhor e preocupada apenas com Ele e com as coisas que lhe dizem respeito (1Cor 7,33-35), manifesta de maneira mais clara e completa a realidade profundamente inovadora do Novo Testamento.

Virgindade e sacerdócio em Cristo Mediador

21. Cristo, Filho único de Deus, está constituído, em virtude da sua mesma encarnação, Mediador entre o céu e a terra, entre o Pai e o gênero humano. Em plena harmonia com esta missão, Cristo

manteve-se toda a vida no estado de virgindade, o que significa a sua dedicação total ao serviço de Deus e dos homens. Este nexo profundo em Cristo, entre virgindade e sacerdócio, reflete-se também naqueles que têm a sorte de participar da dignidade e da missão do Mediador e Sacerdote eterno, e essa participação será tanto mais perfeita quanto o ministro sagrado estiver mais livre dos vínculos da carne e do sangue.[7]

O celibato para o reino dos céus

22. Jesus que escolheu os primeiros ministros da salvação e quis que eles fossem participantes dos mistérios do reino dos céus (Mt 13,11; cf. Mc 4,11; Lc 8,10), cooperadores de Deus a título especialíssimo e seus embaixadores (2Cor 5,20), Jesus que lhes chamou amigos e irmãos (cf. Jo 15,15; 20,17), e se consagrou por eles para que também eles fossem consagrados na verdade (cf. Jo 17,19), prometeu superabundante recompensa a todos quantos abandonem casa, família, mulher e filhos pelo reino de Deus (cf. Lc 18, 29-30). E até recomendou, [8] com palavras densas de mistério e de promessas, uma consagração mais perfeita ainda, ao reino dos céus, com a virgindade, em consequência dum dom especial (cf. Mt 19,11-12). A correspondência a este carisma divino tem como motivo o reino dos céus (ibid. v 12); e, do mesmo modo, é neste reino (cf. Lc 18,29-30), no evangelho (Mc 10, 29-30) e no nome de Cristo (Mt 19,29), que se encontram motivados os convites de Jesus às difíceis renúncias apostólicas no sentido duma participação mais íntima na sua própria sorte.

Testemunho dado a Cristo

23. É portanto o mistério da novidade de Cristo, de tudo o que Ele é e significa, é a soma dos mais altos ideais do evangelho e do reino, é uma manifestação particular da graça, que brota do mistério pascal do Redentor, e torna desejável e digna a escolha da virgindade por parte dos que foram chamados pelo Senhor Jesus, não só a participarem do seu ministério sacerdotal, mas a compartilharem com Ele o seu mesmo estado de vida.

Plenitude de amor

24. A correspondência à vocação divina é resposta de amor ao amor que Jesus Cristo nos mostrou de maneira sublime (cf. Jo

3,16;15,13); é resposta coberta de mistério no amor particular pelas almas a quem Ele fez sentir os apelos mais instantes (cf. Mc 10,21). A graça multiplica, com força divina, as exigências do amor; este, quando autêntico, é total, exclusivo, estável e perene, e estímulo irresistível que leva a todos os heroísmos. Por isso, a escolha do celibato consagrado foi sempre considerada pela Igreja "como sinal e estímulo da caridade": [9] sinal de amor sem reservas, estímulo de caridade que a todos abraça. Numa vida de entrega tão inteira, feita pelos motivos que expusemos, quem poderá reconhecer sinais de pobreza espiritual ou de egoísmo, sendo ela e devendo ser, pelo contrário, exemplo raro e excepcionalmente expressivo duma vida impulsionada e fortalecida pelo amor, no qual o homem exprime a grandeza que é exclusivamente sua? Quem poderá duvidar da plenitude moral e espiritual duma vida, assim consagrada não a qualquer ideal, por mais nobre que seja, mas a Cristo e à sua obra em favor duma humanidade nova, em todos os lugares e em todos os tempos?

Convite ao estudo

25. Esta perspectiva bíblica e teológica, que associa o nosso sacerdócio ministerial ao de Jesus, e que, na total e exclusiva dedicação de Cristo à sua missão salvadora, encontra exemplo e razão de ser para assimilarmos, na nossa vida, a forma de caridade e de sacrifício própria de Cristo Redentor, parece-nos tão profunda e tão rica de verdades especulativas e práticas, que vos convidamos, veneráveis Irmãos, - como convidamos os que se dão ao estudo da doutrina cristã, os mestres de espírito e todos os sacerdotes capazes de intuições sobrenaturais a respeito da sua vocação - a perseverardes no estudo de tal perspectiva, e a penetrardes nas suas íntimas e fecundas realidades, de maneira que o vínculo entre sacerdócio e celibato apareça cada vez mais claro na sua lógica, luminosa e heróica, de amor único e ilimitado a Cristo Senhor e à sua Igreja.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



SIGNIFICADO ECLESIOLÓGICO DO CELIBATO

Celibato e amor de Cristo e do sacerdote para com a Igreja

26. "Conquistado por Cristo Jesus" (Fl 3,12) até ao abandono total de si mesmo a Ele, o sacerdote configura-se mais perfeitamente a Cristo, também no amor com que o eterno Sacerdote amou a Igreja seu Corpo, oferecendo-se inteiramente por ela, para a tornar Esposa sua, gloriosa, santa e imaculada (cf. Ef 5,25-27). A virgindade consagrada dos sacerdotes manifesta, de fato, o amor virginal de Cristo para com a Igreja e a fecundidade virginal e sobrenatural desta união em que os filhos de Deus não são gerados pela carne e pelo sangue (Jo 1,13).[\[10\]](#)

Unidade e harmonia da vida sacerdotal: o ministério da Palavra

27. O sacerdote, dedicando-se ao serviço do Senhor Jesus e do seu Corpo místico, em plena liberdade, facilitada pela sua oferta total, realiza, de modo mais completo, a unidade e a harmonia da vida sacerdotal; [\[11\]](#) torna-se mais capaz de ouvir a Palavra de Deus e de se entregar à oração. Na verdade, a Palavra de Deus, conservada pela Igreja, deixa na alma do sacerdote, que diariamente a medita, vive e anuncia, os ecos mais vibrantes e mais profundos.

Ofício divino e oração

28. Deste modo, como Cristo, aplicado total e exclusivamente às coisas de Deus e da Igreja (cf. Lc 2,49; 1Cor 7,32-33), o ministro do Senhor, à imitação do sumo Sacerdote sempre vivo na presença de Deus a interceder por nós (cf. Hb 9,24; 7,25), encontra na recitação devota e atenta do Ofício divino, [\[12\]](#) na qual empresta a sua voz à Igreja que ora em união com o seu Esposo, alegria e impulso incessantes e sente necessidade de ser mais assíduo na oração, dever eminentemente sacerdotal (cf. At 6,2).

Ministério da graça e da eucaristia

29. E tudo o mais da vida do sacerdote, adquire maior plenitude de significado e de eficácia santificadora. Com efeito, o seu compromisso especial de santificação encontra novos incentivos no

ministério da graça e no da eucaristia, "em que está encerrado todo o bem da Igreja": [13] operando em nome de Cristo, o sacerdote une-se mais intimamente à oferta, colocando sobre o altar a sua vida inteira, marcada com sinais de holocausto.

Vida pleníssima e fecunda

30. Quantas considerações poderíamos acrescentar ainda sobre o aumento de capacidade, de serviço, de amor e sacrifício do sacerdote em favor do Povo de Deus? Cristo disse de Si mesmo: "Se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas se morrer, produzirá muito fruto" (Jo 12,24); e o apóstolo São Paulo não hesitava em expor-se à morte de todos os dias, para possuir nos seus fiéis a glória em Cristo Jesus (cf. 1Cor 15,31). Assim o sacerdote, na morte cotidiana a toda a sua pessoa, na renúncia ao amor legítimo de uma família própria, por amor de Jesus e do seu reino, encontrará a glória numa vida em Cristo pleníssima e fecunda, porque, como Ele e nele, ama e se entrega a todos os filhos de Deus.

Sacerdote celibatário na comunidade dos fiéis

31. Na comunidade dos fiéis comados aos seus cuidados, o sacerdote é Cristo presente; daqui a suma conveniência de que ele reproduza em tudo a imagem de Cristo e lhe siga o exemplo, tanto na vida íntima como na vida do próprio ministério. Para os seus filhos em Cristo, o sacerdote é sinal e penhor das realidades sublimes e novas do reino de Deus, das quais é distribuidor, possuindo-as em si no grau mais perfeito e alimentando a fé e a esperança de todos os cristãos, que, como tais, são obrigados à observância da castidade segundo o próprio estado.

Eficácia pastoral do celibato

32. A consagração a Cristo, em virtude dum título novo e excelso como é o celibato, consente, além disso, ao sacerdote, mesmo no campo prático, como é evidente, a máxima eficiência e a melhor aptidão psicológica e afetiva para o exercício contínuo daquela caridade perfeita que lhe permitirá, de maneira mais ampla e concreta, dar-se todo para o bem de todos (cf. 2Cor 12,15), [14] e garante-lhe, como é óbvio, maior liberdade e disponibilidade no ministério pastoral, [15] na sua ativa e amorosa presença no mundo, ao qual Jesus Cristo o enviou (cf. Jo 17,18), a fim de que ele pague

inteiramente a todos os filhos de Deus a dívida que tem para com eles (cf. Rm 1,14).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



SIGNIFICADO ESCATOLÓGICO DO CELIBATO

Aspiração do Povo de Deus pelo reino celeste

33. O reino de Deus, que "não é deste mundo" (Jo 18,36), está nele presente, aqui na terra, em mistério e atingirá a sua perfeição com a vinda gloriosa do Senhor Jesus.[16] A Igreja constitui, aqui na terra, o germe e o início deste reino; e, ao passo que vai crescendo lentamente mas seguramente, aspira pelo reino perfeito e ambiciona, com todas as forças, unir-se com o seu Rei na glória.[17]

O Povo de Deus peregrino encontra-se, na história, a caminho da sua verdadeira pátria (cf. Fl 3,20), onde se manifestará em plenitude a filiação divina dos remidos (cf. 1Jo 3,2) e onde brilhará definitivamente a beleza transfigurada da Esposa do Cordeiro divino. [18]

Celibato como sinal dos bens celestes

34. O nosso Senhor e Mestre disse que "na ressurreição, nem eles se casam, e nem elas se dão em casamento, mas são todos como anjos no céu" (Mt 22,30). No mundo do homem, tão absorvido nos cuidados terrenos e dominado muitas vezes pelos desejos da carne (cf. 1Jo 2,16), o precioso dom divino da continência perfeita, por amor do reino dos céus, constitui exatamente "um sinal particular dos bens celestes", [19] anuncia a presença na terra dos últimos tempos da salvação (cf. 1 Cor 7,29-31) com o advento dum mundo nova, e antecipa, de alguma maneira, a consumação do reino, armando os valores supremos do mesmo, que um dia hão de brilhar em todos os filhos de Deus. É, por isso, testemunho da tensão necessária do Povo de Deus orientada para a meta última da peregrinação terrestre e é incitamento para todos erguerem o olhar às coisas do alto, onde o Senhor está sentado à direita do Pai e onde a nossa vida está escondida com Cristo em Deus, até se manifestar na glória (cf. Cl 3,1-4).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



II. O CELIBATO NA VIDA DA IGREJA

Antigüidade

35. Muito instrutivo seria, embora demasiado longo, o estudo dos documentos históricos sobre o celibato eclesiástico. Uma alusão apenas. Os Padres e escritores eclesiásticos da antiguidade cristã dão testemunho da difusão, tanto no Oriente como no Ocidente, da livre prática do celibato nos sagrados ministros,[20] em virtude da grande conveniência dele com a total dedicação ao serviço de Cristo e da Igreja.

Igreja do Ocidente

36. Desde os inícios do século IV, a Igreja do Ocidente, por meio das decisões de vários Concílios provinciais e dos Sumos Pontífices, corroborou, difundiu e sancionou esta prática.[21] Foram sobretudo os supremos Pastores e Mestres da Igreja de Deus, guardas e intérpretes do patrimônio da fé e dos santos costumes cristãos, quem promoveu, defendeu e restaurou o celibato eclesiástico nas épocas sucessivas da história, ainda mesmo quando no próprio clero surgiam oposições a ele e os costumes da sociedade favoreciam pouco os heroísmos da virtude. A obrigação do celibato foi solenemente sancionada pelo Concílio Ecumênico de Trento [22] e por fim inserida no Código de Direito Canônico (can.132 § 1).

Recente magistério pontifício

37. Os Sumos Pontífices mais recentes empregaram o seu ardentíssimo zelo e doutrina em iluminar o clero e estimulá-lo a essa observância. [23] Não queremos deixar de render aqui especial homenagem à piíssima memória do nosso imediato predecessor, ainda vivo no coração do mundo, o qual, no Sínodo Romano e com a sincera anuência do nosso clero da Urbe, pronunciou as seguintes palavras: "Amargura-nos saber... que alguns fantasiam sobre o desejo ou a conveniência, que haveria para a Igreja católica, em renunciar ao que por tantos séculos foi e continua a ser uma das mais nobres e mais puras glórias do sacerdócio. A lei do celibato eclesiástico, com o empenho de fazê-la prevalecer, continua a evocar as batalhas dos tempos heróicos, quando a Igreja teve que

lutar e venceu, evoca o triunfo do seu trinômio glorioso, que será sempre emblema de vitória: Igreja de Cristo, livre, casta e católica". [24]

Igreja do Oriente

38. Se é diferente a legislação da Igreja Oriental em matéria de disciplina celibatária para o clero, como foi finalmente estabelecido no Concílio Trulano do ano 692 [25] e abertamente reconhecido pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, [26] deve-se a uma situação histórica, também diversa, daquela parte nobilíssima da Igreja, à qual o Espírito Santo conformou providencial e sobrenaturalmente o seu influxo.

Aproveitamos esta ocasião para exprimir os nossos sentimentos de estima e de respeito por todo o clero das Igrejas Orientais, e para reconhecer nele os exemplos de fidelidade e de zelo que o tornam digno de sincera veneração.

A voz dos Padres Orientais

39. Mas a apologia que os Padres Orientais fizeram da virgindade é-nos igualmente motivo de conforto para perseverarmos na observância da disciplina sobre o celibato do clero. Ainda hoje faz eco no nosso coração, por exemplo, a voz de São Gregório Nisseno, quando nos recorda que "a vida virginal é a imagem da felicidade que nos espera no mundo que há de vir". [27] Nem é menos confortante o louvor, em que ainda hoje meditamos, dado por São João Crisóstomo ao sacerdócio quando pretendia fazer ressaltar a necessária harmonia que deve reinar entre a vida particular do ministro do altar e a dignidade de que está revestido, em função dos seus deveres sagrados: "...quem se aproxima do sacerdócio, deve ser puro como se estivesse no céu". [28]

Indicações significativas na tradição oriental

40. Além disso, não será inútil observar que, mesmo no Oriente, somente os sacerdotes celibatários são sagrados bispos, e nunca os sacerdotes podem contrair matrimônio depois da ordenação; o que faz compreender como também aquelas venerandas Igrejas possuem, em certo modo, o princípio do sacerdócio celibatário e o de certa conveniência do celibato para o sacerdócio cristão, do qual

os bispos têm o auge e a plenitude. [29]

Fidelidade da Igreja ocidental à própria tradição

41. Em todo o caso, a Igreja ocidental não pode faltar em sua fidelidade à própria antiga tradição; nem poderá passar pela cabeça de ninguém que ela tenha seguido durante séculos um caminho que, em vez de favorecer a riqueza espiritual dos indivíduos e do Povo de Deus, a tenha de algum modo comprometido, ou levado a oprimir, com arbitrárias intervenções jurídicas, a livre expansão das mais profundas realidades da natureza e da graça.

Alguns casos particulares

42. Em virtude da norma fundamental do governo da Igreja católica, a que aludimos acima (n.15), se, por um lado, permanece firme a lei que exige a escolha livre e perpétua do celibato naqueles que são admitidos às Ordens sacras, por outro, poderá admitir-se o estudo das condições peculiares de sacerdotes casados, membros de Igrejas ou comunidades cristãs ainda separadas da comunhão católica, os quais desejando aderir à plenitude desta comunhão e nela exercer o sagrado ministério, forem admitidos às funções sacerdotais. Mas há de ser de tal forma que não causem prejuízo à disciplina vigente sobre o sagrado celibato.

E como prova de que a autoridade da Igreja não se recusa ao exercício deste poder, temos o fato, previsto pelo recente Concílio Ecumênico, da concessão do diaconado também a homens casados de idade madura. [30]

Confirmação

43. Tudo isto porém não significa relaxamento da lei vigente, nem tampouco deve ser interpretado como prelúdio da sua abolição. Em vez de se favorecer esta hipótese que enfraquece nos ânimos a força e o amor, pelos quais o celibato se torna seguro e feliz, e obscurece a verdadeira doutrina que justifica a sua existência e glorifica o seu esplendor, há de promover-se o estudo em defesa do conceito espiritual e do valor moral da virgindade e do celibato. [31]

Confiança da Igreja

44. A virgindade consagrada é certamente dom especial. Mas a Igreja inteira da nossa época, representada solene e universalmente pelos seus Pastores responsáveis, e respeitando, como dizíamos, a disciplina das Igrejas orientais, manifestou a sua plena certeza no Espírito de "que o dom do celibato, tão em harmonia com o sacerdócio do Novo Testamento, será concedido liberalmente pelo Pai, desde que os participantes do sacerdócio de Cristo pelo sacramento da Ordem, e toda a Igreja, humilde e insistentemente o peçam". [32]

Oração do Povo de Deus

45. Nós convocamos em espírito todo o Povo de Deus para que em cumprimento do dever de fomentar as vocações sacerdotais, [33] se dirija insistentemente ao Pai comum, ao divino Esposo da Igreja e ao Espírito Santo que é a sua alma, pedindo que pela intercessão da bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Cristo e da Igreja, derramem especialmente no nosso tempo esse dom divino, do qual o Pai não é certamente avaro, e façam que as almas se disponham a recebê-lo com espírito de fé profunda, e de amor generoso. Assim, neste nosso mundo que necessita da glória de Deus (cf. Rom 3,23), os sacerdotes, tornando-se cada vez mais perfeitamente conformes ao único e sumo Sacerdote, serão irradiante glória de Cristo (cf. 2Cor 8,23), e por meio deles resplandecerá "a glória da graça" de Deus, no mundo atual (cf. Ef 1,6).

Mundo atual e celibato consagrado

46. Sim, Veneráveis e caríssimos Irmãos no sacerdócio, que amamos "com a ternura de Jesus Cristo" (Fl 1,8), o mundo em que hoje vivemos, perturbado por uma crise de crescimento e de transformação, justamente orgulhoso dos valores e das conquistas humanas, tem neste momento, necessidade urgente do testemunho de vidas consagradas aos mais altos e sagrados valores espirituais, para que não lhe falte a rara e incomparável luz das mais sublimes conquistas do espírito.

Escassez numérica de sacerdotes

47. Nosso Senhor Jesus Cristo não temeu contar a um punhado de homens, que todos teríamos julgado insuficientes tanto em número como em qualidade, o encargo imenso da evangelização do mundo

até então conhecido; e ordenou a essa "pequena grei" que não tivesse receio (cf. Lc 12,32), porque alcançaria com Ele e por Ele, a vitória sobre o mundo (Jo 16,33) graças à constante assistência que lhe daria (Mt 28,20). Advertiu-nos também Jesus de que o Reino de Deus possui uma força íntima e secreta, que o faz crescer e chegar à messe sem que o homem saiba como (cf. Mc 4,26-29). Essa messe do Reino de Deus é grande, e os operários ainda são poucos, como ao princípio; ou por outra, nunca chegaram a ser tão numerosos, que se pudessem dizer suficientes segundo os cálculos humanos. Mas o Senhor do Reino exige que se reze, para que o Dono da messe mande operários para o seu campo (Mt 9,37-38). Os planos e a prudência dos homens não podem sobrepor-se à misteriosa sabedoria daquele que, na história da salvação, desafiou a sabedoria e o poder do homem com a sua insensatez e fraqueza (1Cor 1,20-31).

Coragem da fé

48. Nós fazemos apelo à coragem da fé, para exprimir a profunda convicção que a Igreja nutre de que uma resposta mais responsável e generosa à graça, uma confiança mais explícita e qualificada na sua força misteriosa e transformadora, um testemunho mais aberto e completo dado ao mistério de Cristo, nunca a farão errar na sua missão salvadora para com o mundo inteiro, sejam quais forem os cálculos humanos e as aparências exteriores. Não esqueçamos que tudo podemos naquele que é o único a dar força às almas (cf. Fl 4,13) e incremento à sua Igreja (cf. 1Cor 3,6-7).

Raiz do problema

49. Não se pode acreditar sem reservas que, abolido o celibato eclesiástico, as vocações sacerdotais cresceriam por isso mesmo e de forma considerável: a experiência contemporânea das Igrejas e das comunidades eclesiais que permitem o matrimônio aos seus ministros, parece depor em contrário. A rarefação das vocações sacerdotais deve ser procurada principalmente noutras causas: por exemplo, na perda ou na diminuição do sentido de Deus e do que é sacro nos indivíduos e nas famílias, e na perda da estima pela Igreja como instituição de salvação mediante a fé e os sacramentos. O problema tem portanto que ser estudado na sua verdadeira raiz.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



III. CELIBATO E VALORES HUMANOS

Celibato e amor

50. A Igreja, como dizíamos acima (cf. n.10), não ignora que a escolha do celibato consagrado, implicando uma série de severas renúncias que atingem o íntimo do homem, traz também consigo graves dificuldades e problemas a que são particularmente sensíveis os homens de hoje. Poderia, de fato, parecer que o celibato não condiz com o solene reconhecimento dos valores humanos por parte da Igreja no recente Concílio Ecumênico. Mas, se refletirmos mais atentamente, veremos que o sacrifício do amor humano, tal como é vivido na família, feito pelo sacerdote por amor de Cristo, é na realidade homenagem singular prestada a esse amor. É fato universalmente reconhecido, que a criatura humana soube oferecer sempre a Deus o que é digno de quem dá e de quem recebe.

Graça e natureza

51. A Igreja, por outro lado, não pode nem deve ignorar que a escolha do celibato é obra da graça, quando é feita com prudência humana e cristã e com responsabilidade. Mas a graça não destrói nem violenta a natureza: eleva-a e dá-lhe capacidade e vigor sobrenatural. Deus que criou e remiu o homem, sabe o que lhe pode pedir e dá-lhe tudo o que é necessário para poder fazer o que o Criador e Redentor lhe pede. Santo Agostinho, tendo experimentado ampla e dolorosamente em si mesmo a natureza humana, exclamava: "Dá o que ordenas e manda o que queres". [\[34\]](#)

Peso real das dificuldades

52. O conhecimento sincero das dificuldades reais do celibato é muito útil, ou antes, é necessário ao sacerdote, para que ele se dê conta, com pleno conhecimento, daquilo que o celibato requer para ser autêntico e benéfico. Mas se queremos proceder com igual sinceridade, não se deve atribuir a estas dificuldades valor e peso maiores do que têm de fato no contexto humano e religioso, ou declará-las impossíveis de resolver.

O celibato não vai contra a natureza

53. Depois do que a ciência deu como certo, não é justo repetir ainda (cf. n.10) que o celibato vai contra a natureza, por se opor a legítimas exigências físicas, psicológicas e afetivas, cuja satisfação seria necessária para a completa realização e maturidade da pessoa humana. O homem, criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26-27), não é somente carne, e o instinto sexual não é tudo nele. O homem é também e sobretudo inteligência, vontade, liberdade e, graças a estas faculdades, é e deve ter-se como superior ao universo: elas tornam-no senhor dos próprios apetites físicos, psicológicos e afetivos.

Razão profunda do celibato

54. A verdadeira e profunda razão do celibato é, como já dissemos, a escolha duma relação pessoal mais íntima e completa com o mistério de Cristo e da Igreja, em prol da humanidade inteira. Nesta escolha há lugar, sem dúvida, para a expressão dos valores supremos e humanos no grau mais elevado.

Celibato como elevação do homem

55. A escolha do celibato não comporta ignorância, ou desprezo do instinto sexual ou da afetividade, o que teria conseqüências certamente prejudiciais para o equilíbrio físico e psicológico do sacerdote, mas exige lúcida compreensão, atento domínio de si mesmo e sábia sublimação da própria psique, encarada num plano superior. Deste modo o celibato, elevando integralmente o homem, contribui efetivamente para a sua perfeição.

Celibato e maturação da personalidade

56. O desejo natural e legítimo de o homem amar uma mulher e o de constituir família são superados pelo celibato, mas não é verdade que o matrimônio e a família sejam a única via para a maturidade da pessoa humana. No coração do sacerdote não está extinto o amor. Bebida na mais pura fonte (cf. 1Jo 4,8-16), exercida à imitação de Cristo e da Igreja, a caridade, como todo o autêntico amor, é exigente e concreta (cf: 1Jo 3,16-18), abre até ao infinito o horizonte do sacerdote, aprofunda e dilata-lhe o sentido de responsabilidade, índice de personalidade madura, desenvolve nele, como expressão de mais alta e ampla paternidade, a plenitude e delicadeza de

sentimentos **[35]** que o enriquecem com superabundante medida.

Celibato e matrimônio

57. Todo o Povo de Deus deve dar testemunho do mistério de Cristo e do seu reino, mas este testemunho não é unívoco para todos. Deixando aos filhos leigos casados, o dever do necessário testemunho da vida conjugal e familiar autêntica e plenamente cristã, a Igreja confia aos sacerdotes o testemunho de vida totalmente dedicada às mais novas e fascinantes realidades do reino de Deus.

Se ao sacerdote falta a experiência pessoal e direta da vida de matrimônio, não lhe faltará certamente, em virtude da formação, do ministério e da graça de estado, um conhecimento do coração humano, talvez ainda mais profundo, que lhe permitirá atingir esses problemas na sua fonte, e prestar valioso auxílio aos cônjuges e às famílias cristãs assistindo-as e aconselhando-as (cf. 1Cor 2,15). A presença, no lar cristão, do sacerdote que vive em plenitude o celibato, vincará a dimensão espiritual de todo o amor digno deste nome, e o sacrifício pessoal que ele faz merecerá para os féis, unidos pelos vínculos do matrimônio, a graça de uma autêntica união.

Solidão do sacerdote celibatário

58. É certo: o sacerdote, pelo seu celibato, é homem solitário. Mas não é solidão vazia, porque está plena de Deus e da superabundante riqueza do seu reino. Além disso, ele preparou-se para esta solidão, que deve ser plenitude interior e exterior de caridade, escolheu-a conscientemente e não por orgulho de ser diferente dos outros, não para subtrair-se às responsabilidades comuns, não para estremar-se dos irmãos ou por desestima do mundo. Segregado do mundo, o sacerdote não está separado do Povo de Deus, porque foi constituído em favor dos homens (Hb 5,1), consagrado totalmente ao serviço da caridade (cf. 1Cor 14,4ss) e à obra para que o Senhor o chamou.**[36]**

Cristo e a solidão sacerdotal

59. Por vezes a solidão pesará dolorosamente sobre o sacerdote, mas nem por isso há de arrepender-se de tê-la generosamente

escolhido. Também Cristo, nas horas mais trágicas da vida, ficou só, abandonado mesmo daqueles que tinha escolhido para testemunhas e companheiros e que Ele tinha amado até ao fim (Jo 13,1), mas declarou: "Eu não estou só, porque o Pai está comigo" (Jo 16,32). Quem escolheu ser todo de Cristo há de encontrar, antes de tudo, na intimidade com Ele e na sua graça, a força de ânimo necessária para dissipar a melancolia e para vencer os desânimos. Não lhe faltará a proteção da Virgem Mãe de Jesus e os maternos desvelos da Igreja a cujo serviço se consagrou. Poderá contar com a solicitude do seu pai em Cristo, o Bispo, com a fraternidade íntima dos irmãos no sacerdócio e com o conforto de todo o Povo de Deus. E se a hostilidade, a desconfiança, a indiferença dos homens lhe tornarem por vezes demasiado amarga a solidão, há de saber compartilhar com dramática evidência a mesma sorte de Cristo, como o apóstolo que não é maior do que Aquele que o enviou (cf. Jo 13,16;15,18), como o amigo que foi admitido aos segredos mais dolentes e mais gloriosos do divino Amigo que o escolheu para produzir, num viver aparentemente de morte, frutos misteriosos de vida (cf. Jo 15,15-16.20).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



SEGUNDA PARTE. I. FORMAÇÃO SACERDOTAL.

Formação adequada

60. A reflexão sobre a beleza, importância e íntima conveniência da virgindade para os ministros de Cristo e da Igreja, impõe também àquele que exerce as funções de Mestre e de Pastor a obrigação de assegurar e promover a sua positiva observância, a partir do momento em que o candidato principia a preparar-se para acolher dom tão precioso.

De fato, as dificuldades e os problemas que tornam para alguns penosa, ou mesmo inteiramente impossível, a observância do celibato, derivam não raro duma formação sacerdotal que, em virtude das profundas mudanças destes últimos tempos, já não é de todo adequada a formar uma personalidade digna do "homem de Deus" (1Tm 6,11).

Execução das normas do Concílio

61. O Concílio Ecumênico Vaticano II indicou já, a este respeito, critérios e normas sapientíssimas, de harmonia com o progresso da psicologia e da pedagogia e mesmo com a mudança das condições dos homens e da sociedade contemporânea.[37] É vontade nossa publicar, o mais cedo possível, instruções adequadas onde este tema seja tratado com a necessária amplitude recorrendo para isso a peritos, a fim de podermos prestar um competente e oportuno auxílio aos que na Igreja têm o gravíssimo dever de preparar os futuros sacerdotes.

Resposta pessoal à vocação divina

62. O sacerdócio é ministério instituído por Cristo para serviço do seu Corpo Místico que é a Igreja. A esta compete admitir os que julgar aptos, isto é, aqueles a quem Deus concedeu o carisma do celibato juntamente com os outros sinais de vocação eclesial (cf. n.15).

Em virtude deste carisma corroborado pela lei canônica, o homem é chamado a responder com decisão livre e entrega total, subordinando o próprio eu ao beneplácito divino que o chama. Em

concreto a vocação divina manifesta-se num indivíduo determinado, dotado de estrutura pessoal própria que a graça não costuma violentar. Por isso, no candidato ao sacerdócio, há de cultivar-se o sentido da receptividade do dom divino, e da disponibilidade nas relações com Deus, dando essencial importância aos meios sobrenaturais.

Plano da natureza e plano da graça

63. É também necessário que se atenda com toda a diligência ao estado biológico e psicológico do candidato, para poder guiá-lo e orientá-lo para o ideal do sacerdócio. A formação bem adequada há, portanto, de coordenar harmonicamente o plano da graça e o da natureza naquele em quem se reconhecem com clareza qualidades reais e verdadeira aptidão. A presença das qualidades há de reconhecer-se com o mais escrupuloso cuidado, mal se delineiem os sinais da vocação, sem bastar um juízo apressado e superficial. Recorra-se mesmo à assistência e ao auxílio dum médico ou psicólogo competente. Nem se deverá omitir uma séria investigação anamnética para se apurar a idoneidade do candidato, também na importantíssima linha dos fatores hereditários.

Inaptos

64. Os candidatos que se encontrem física, psicológica ou moralmente inaptos, devem ser logo dissuadidos de seguir a carreira do sacerdócio. Saibam os educadores que isto é para eles gravíssimo dever. Não se abandonem a falazes esperanças e a perigosas ilusões, e não permitam de modo algum que o candidato as nutra, com resultados nocivos para ele e para a Igreja. Uma vida tão inteira e amavelmente dedicada, no interior e no exterior, como a do sacerdote celibatário, exclui, de fato, candidatos com insuficiente equilíbrio psicofísico e moral. Não se deve pretender que a graça supra o que falta à natureza.

Desenvolvimento da personalidade

65. Uma vez verificada a idoneidade do candidato e depois de admitido a percorrer o itinerário que o há de levar à meta do sacerdócio, deverá cuidar-se do progressivo desenvolvimento da sua personalidade, com a educação física, intelectual e moral, no que respeita à regulação e ao domínio pessoal dos instintos, dos

sentimentos e das paixões.

Necessidade de disciplina

66. Esta personalidade será comprovada pela firmeza de ânimo com que aceita a disciplina pessoal e comunitária que é a exigida pela vida sacerdotal. Tal disciplina, cuja falta ou insuficiência é de deplorar, pois expõe a graves riscos, não deve ser suportada só como imposição exterior, mas por assim dizer, deve ser interiorizada, inserida no complexo da vida espiritual como seu componente indispensável.

Iniciativa pessoal

67. A arte do educador deverá estimular os jovens a cultivar a virtude sumamente evangélica da sinceridade (cf. Mt 5,37) e da espontaneidade, favorecendo toda a boa iniciativa pessoal, para que o próprio candidato aprenda a conhecer-se e a medir as forças, a assumir conscientemente as próprias responsabilidades, e a adestrar-se no domínio de si mesmo que é de suma importância na educação sacerdotal.

Exercício da autoridade

68. O exercício da autoridade, cujo princípio deve em todo o caso manter-se firme, há de inspirar-se numa sábia moderação e em sentimentos pastorais, e há de exercer-se como num colóquio e num treino gradual, que permita ao educador compreensão cada vez mais profunda da psicologia do jovem e dê a toda a obra educativa caráter eminentemente positivo e persuasivo.

Escolha consciente

69. A formação integral do candidato ao sacerdócio deve ter em vista uma escolha livre, calma, e convicta das graves obrigações que este há de vir a assumir responsabilmente, diante de Deus e da Igreja.

O ardor e a generosidade são qualidades admiráveis da juventude e, esclarecidas e amparadas, merecem-lhe, com a bênção do Senhor, a admiração e confiança da Igreja e de todos os homens. Mas, para que o entusiasmo não seja superficial e oco, não se lhes há de

esconder nenhuma das verdadeiras dificuldades pessoais e sociais com que terão de enfrentar-se em virtude da sua escolha. E, juntamente com as dificuldades será justo que se ponha em relevo, com não menor verdade e clareza, a sublimidade desta escolha, a qual, se por um lado provoca na pessoa humana certo vazio físico e psíquico, por outro dá-lhe plenitude interior capaz de sublimá-la desde o íntimo da alma.

Ascese para a maturação da personalidade

70. Os jovens deverão convencer-se de que não podem percorrer o difícil caminho do aspirante ao sacerdócio, sem uma ascese particular e própria, superior à que se pede aos demais fiéis. Será ascese severa, mas não sufocante, exercício assíduo e meditado daquelas virtudes que fazem do homem um sacerdote: abnegação de si mesmo no mais alto grau - condição essencial para o seguimento de Cristo (Mt 16,24; Jo 12,25) -; humildade e obediência como expressão de verdade interior e de liberdade ordenada; prudência e justiça, fortaleza e temperança, virtudes sem as quais não pode existir vida religiosa verdadeira e profunda; sentido de responsabilidade, de fidelidade e de lealdade no assumir das próprias obrigações; desprendimento e espírito de pobreza, que dão tom e vigor à liberdade evangélica; castidade conquistada com perseverança e de harmonia com todas as outras virtudes naturais e sobrenaturais; contato sereno e seguro com o mundo a cujo serviço o candidato se irá dedicar por Cristo e o seu reino.

Assim, o aspirante ao sacerdócio adquirirá com o auxílio da divina graça personalidade equilibrada, forte e madura, síntese de elementos naturais e adquiridos, harmonia de todas as faculdades à luz da fé e da íntima união com Cristo que o escolheu para Si e para o ministério da salvação do mundo.

Períodos de tirocínio

71. Contudo, para se chegar a maior certeza da idoneidade do jovem para o sacerdócio e se poderem obter sucessivas provas de que atingiu a maturidade humana e sobrenatural, tendo em conta o fato de que "é mais difícil comportar-se bem na vida de apostolado por causa dos perigos externos", [38] será útil que a obrigação do celibato seja posta à prova, durante certos períodos de tirocínio, antes de se tornar estável e definitiva com o Presbiterado.[39]

Escolha do celibato como doação

72. Uma vez obtida a certeza moral de que a maturidade do candidato oferece garantias suficientes, poderá este assumir a grave e doce obrigação da castidade, como doação total de si mesmo ao Senhor e à Igreja.

Deste modo, a obrigação do celibato, que a Igreja vincula objetivamente à sagrada ordenação, é assumida de modo pessoal pelo próprio candidato, sob o influxo da graça divina e com plena consciência e liberdade. E óbvio que não hão de faltar os conselhos sábios e prudentes de provados mestres do espírito, para se tornar mais consciente esta grande e livre opção, mas nunca para impô-la. E nesse momento solene, que decidirá para sempre de toda a sua vida, o candidato sentirá, não o peso duma imposição externa, mas a alegria íntima duma escolha feita por amor de Cristo.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



II. VIDA SACERDOTAL

Conquista incessante

73. Não creia o sacerdote que a ordenação tudo tornará fácil e o livrará definitivamente de qualquer tentação ou perigo. A castidade não se adquire de uma vez para sempre, mas é resultado de laboriosa conquista e de reafirmação cotidiana. O mundo de hoje deu grande relevo ao valor positivo do amor nas relações entre os sexos, mas multiplicou também as dificuldades e os riscos nesta matéria. Importa, por isso, que o sacerdote, para salvaguardar com todo o cuidado o bem da castidade e para reforçar-lhe o significado sublime, reflita lúcida e serenamente sobre a sua condição de homem exposto ao combate espiritual contra as seduções da carne que lhe vêm de si mesmo e do mundo, e isto com a intenção incessantemente renovada de aperfeiçoar sempre mais a sua irrevogável oferta, que o obriga a uma fidelidade plena, sincera e real.

Meios sobrenaturais

74. O sacerdote de Cristo encontrará nova força e nova alegria à medida que for aprofundando, na meditação e na oração de cada dia, os motivos da sua entrega e a convicção de que escolheu a melhor parte. Há de, por isso, implorar com humildade e perseverança, a graça da fidelidade, que nunca é recusada a quem a pede com coração sincero e, ao mesmo tempo, recorre aos meios naturais e sobrenaturais de que dispõe. E sobretudo, não há de descuidar aquelas normas ascéticas, que estão garantidas pela experiência da Igreja e que não são menos necessárias nas circunstâncias atuais do que o foram noutros tempos.[40]

Intensa vida espiritual

75. Antes de mais nada, procure o sacerdote cultivar, com todo o amor que a divina graça lhe inspira, a intimidade com Cristo, tirando todo o proveito desse inexaurível e beatificante mistério. Procure igualmente adquirir conhecimento sempre mais profundo do mistério da Igreja, pois fora deste contexto o seu estado de vida correria o risco de parecer-lhe inconsistente e incôgruo.

A piedade sacerdotal, alimentada na fonte puríssima da Palavra de Deus e da Santíssima Eucaristia, vivida no drama da Sagrada Liturgia, animada por terna e esclarecida devoção à Virgem, Mãe do Sumo e eterno Sacerdote e Rainha dos Apóstolos,[41] pô-lo-á em contato com as fontes da autêntica vida espiritual, único e solidíssimo fundamento em que há de assentar a observância da sagrada virgindade.

Espírito do ministério sacerdotal

76. Com a graça e a paz no coração, poderá o sacerdote enfrentar com grandeza de ânimo as múltiplas obrigações da sua vida e do seu ministério. E se as cumprir, com fé e com zelo, encontrará nelas outras tantas ocasiões de demonstrar a sua total consagração a Cristo e ao seu Corpo místico para santificação de si mesmo e do próximo. A caridade de Cristo que o impele (cf. 2Cor 5,14), ajudá-lo-á também, não a renunciar aos melhores sentimentos do seu íntimo, mas a sublimá-los e a aprofundá-los em espírito de consagração, à imitação de Cristo, Sumo Sacerdote, que participou intimamente da vida dos homens, os amou e por eles sofreu (cf. Hb 4,15); à semelhança do Apóstolo Paulo, que participava das angústias de todos (cf. 1Cor 9,22; 2Cor 11,29) para irradiar no mundo a luz e a força "da Boa Nova da graça de Deus" (cf. At 20,24).

Proteção contra os perigos

77. Santamente cioso da sua integral doação ao Senhor, saiba o sacerdote defender-se contra aquelas inclinações do sentimento que põem em jogo uma afetividade não suficientemente iluminada e guiada pelo espírito, e procure não buscar justificações espirituais e apostólicas para o que, na realidade, são perigosas inclinações do coração.

Ascética viril

78. Para viver do Espírito e conformar-se com Ele (cf. Gl 5,25), a vida sacerdotal exige intensidade espiritual genuína e segura, ascética interior e exterior verdadeiramente viril. Pois, quem pertence a Cristo por um título especial, crucificou nele e por ele a própria carne com as paixões e concupiscências (Gl 5,24), não tendo receio de enfrentar, por isso, duras e contínuas provas (cf. 1Cor 9,26-27). Assim, poderá o ministro de Cristo manifestar melhor ao mundo os

frutos do Espírito, que são: "amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio" (Gl 5,22-23).

Fraternidade sacerdotal

79. O gênero de vida, o ambiente e a atividade próprias do ministro de Deus, são também causas de incremento, proteção e defesa da castidade sacerdotal. Por isso, é necessário que se fomente ao máximo aquela "íntima fraternidade sacramental", [42] da qual gozam todos os sacerdotes em virtude da sagrada ordenação. Jesus, nosso Senhor, ensinou-nos a urgência do mandamento novo da caridade, e deu-nos dele exemplo admirável no mesmo momento em que instituiu o sacramento da Eucaristia e do sacerdócio católico (cf. Jo 13,15;23-35), e pediu ao Pai celeste, que o amor com que o Pai o tinha amado desde sempre, estivesse nos seus ministros e Ele neles (cf. Jo 17,26).

Comunhão sacerdotal de espírito e vida

80. Há de ser, portanto, perfeita a comunhão de espírito entre os sacerdotes, e intenso o intercâmbio de orações, de serena amizade e de auxílios de toda a espécie. Nunca será demasiado recomendar aos sacerdotes a utilidade de certa vida comum entre eles, inteiramente orientada ao ministério propriamente espiritual; a prática de freqüentes encontros, com fraternas trocas de idéias, de conselhos e de experiências; a promoção de associações que favoreçam a santidade sacerdotal.

Caridade para com os irmãos em perigo

81. Reflitam os sacerdotes na advertência feita pelo Concílio Vaticano II [43] sobre a sua participação comum no sacerdócio, para se sentirem vivamente responsáveis pelos colegas perturbados por dificuldades que vão expor a sérios perigos o dom divino que possuem. Mostrem entranhas de caridade ardente por eles, uma vez que têm mais necessidade de amor, de compreensão, de orações, de ajuda discreta mas eficaz, e têm justo motivo para contar com a caridade sem limites dos que são e devem ser os seus mais autênticos amigos.

Renovação da eleição

82. Quereríamos finalmente, a título de complemento e de recordação deste nosso colóquio epistolar convosco, veneráveis Irmãos no Episcopado, Sacerdotes e ministros do altar, sugerir que cada um de vós tomasse a resolução de, todos os anos, no aniversário da respectiva ordenação, ou todos unidos em espírito na Quinta-feira Santa, nesse dia misterioso da instituição do sacerdócio, renovar a doação total e cheia de fé a Cristo Senhor, reavivar assim a consciência da própria eleição para o divino serviço, e repetir, com humildade e coragem, a promessa de indefectível fidelidade ao amor único e à castíssima oblação feita (cf. Rm 12,1).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



III. DESERÇÕES DOLOROSAS

Verdadeira responsabilidade

83. Neste momento, o nosso coração volta-se com amor paterno, com ansiedade e grande mágoa para aqueles infelizes, mas sempre muito queridos e saudosos irmãos no sacerdócio, que, mantendo impresso na alma o caráter sagrado que lhes foi conferido na ordenação sacerdotal, foram ou são desgraçadamente infiéis às obrigações assumidas quando se consagraram ao serviço do Senhor.

A sua deplorável situação e as conseqüências particulares ou públicas que dela derivam, levam alguns a duvidar se não será precisamente o celibato responsável de algum modo por tais dramas e tais escândalos que afligem o Povo de Deus. Na realidade, a responsabilidade não recai sobre o próprio celibato, mas sobre o fato de se não terem avaliado a tempo de modo satisfatório e prudente as qualidades do candidato ao sacerdócio, ou ainda, sobre a maneira como os ministros sagrados vivem a sua consagração total.

Motivos para as dispensas

84. Sendo muito sensível à triste sorte destes seus filhos, a Igreja julga necessário fazer todo o esforço para prevenir ou cicatrizar as chagas que estas defecções lhe trazem. Seguindo o exemplo de nossos imediatos antecessores de saudosa memória, também nós quisemos e determinamos que a investigação das causas que têm por objeto a ordenação sacerdotal fosse ampliada a outros motivos gravíssimos que não estão previstos na legislação canônica atual (cf. CIC, can. 214), motivos que podem dar ocasião a dúvidas reais e fundadas sobre a plena liberdade e responsabilidade do candidato ao sacerdócio e sobre a sua idoneidade para o estado sacerdotal, de modo a libertarem-se todos aqueles que um processo judiciário cuidadoso demonstre não serem realmente aptos.

Justiça e caridade da Igreja

85. As dispensas que vêm a ser concedidas, numa percentagem verdadeiramente mínima em relação ao grande número de

sacerdotes são e dignos, ao mesmo tempo que provêem com justiça à saúde espiritual dos indivíduos, demonstram também a solicitude da Igreja pela defesa do celibato e pela fidelidade integral de todos os seus ministros.

Ao fazer isto, a Igreja procede sempre com amargura no coração, especialmente nos casos particularmente dolorosos nos quais a recusa de levar dignamente o suave jugo de Cristo se deve a uma crise de fé ou a fraquezas morais, e é por isso, muitas vezes, responsável e escandalosa.

Doloroso apelo

86. Oh, se estes sacerdotes soubessem quanta dor, quanta desonra, quanta perturbação causam à santa Igreja de Deus, se refletissem na solenidade e beleza dos compromissos assumidos, e nos perigos que enfrentarão nesta vida e na futura, seriam mais cautelosos e reflexivos ao tomar suas decisões, mais solícitos na oração e mais lógicos e corajosos em prevenir as causas do seu colapso espiritual e moral.

Interesse materno da Igreja

87. A Igreja volta-se com particular interesse para os casos dos sacerdotes ainda jovens que tinham iniciado com entusiasmo e com zelo a sua vida de ministros de Cristo. Não será talvez fácil que hoje, no meio da tensão dos deveres sacerdotais, tenham eles momentos de desconfiança, de dúvida, de paixão, de loucura? É por isso que a Igreja deseja que se tentem, sobretudo nestes casos, todos os meios persuasivos, para levar o irmão vacilante à calma, à confiança, ao arrependimento, à perseverança, e só quando o caso não apresenta nenhuma solução possível, permite que o infeliz ministro seja demitido do ministério que lhe tinha sido confiado.

Concessão de dispensas

88. No caso em que ele demonstrasse ser irrecuperável para o sacerdócio, mas apresentasse ainda algumas boas e sérias disposições para viver cristãmente como leigo, a Sé Apostólica, estudadas todas as circunstâncias de acordo com o Ordinário ou o Superior Religioso, deixando ao amor vencer a dor, satisfaz algumas vezes os pedidos de dispensa, mas não sem acompanhá-la da

imposição de obras de piedade e de reparação, a fim de que permaneça no filho, infeliz mas sempre caro, um sinal salutar da dor maternal da Igreja e uma lembrança mais viva da necessidade comum da divina misericórdia.

Encorajamento e aviso

89. Tal disciplina, ao mesmo tempo severa e misericordiosa, inspirando-se sempre na justiça e na verdade, em suma prudência e reserva, contribuirá sem dúvida para confirmar os bons sacerdotes no propósito de vida intemerata e santa, e será aviso aos aspirantes ao sacerdócio, para que, sob a sábia direção dos educadores, avancem para o altar com plena consciência, com sumo desinteresse, com desejo ardente de corresponderem à graça divina e à vontade de Cristo e da Igreja.

Consolações

90. Não queríamos, enfim, deixar de dar graças ao Senhor, com profunda alegria, ao reconhecermos que muitos daqueles que infelizmente foram infiéis por algum tempo às suas obrigações, reencontraram, com a graça do Sumo Sacerdote, o caminho justo e, para alegria de todos, voltaram a ser ministros exemplares, depois de terem recorrido com boa vontade comovedora a todos os meios idôneos e principalmente à intensa vida de oração, de humildade e de contínuos esforços sustentados pela freqüência do sacramento da penitência.

▪ [Anterior](#)

▪ [Índice](#)

▪ [Posterior](#)



IV. PATERNIDADE DO BISPO

Bispo e sacerdotes

91. Os nossos caríssimos sacerdotes têm o direito e o dever de encontrar em vós, veneráveis irmãos no Episcopado, auxílio valiosíssimo e insubstituível para a observância mais fácil e mais feliz dos deveres assumidos. Fostes vós que os aceitastes e destinastes ao sacerdócio, vós quem lhes impusestes as mãos sobre as cabeças, convosco estão aparentados pela honra do sacerdócio e pela virtude do Sacramento da Ordem, representam-vos na comunidade dos fiéis, estão unidos a vós, com magnanimidade e confiança, tomando sobre si, na medida do seu grau, os vossos encargos e a vossa solicitude. [44] Escolhendo o celibato, eles seguiram o exemplo dos Prelados do Oriente e do Ocidente, em vigor desde a antiguidade. E este é novo motivo de comunhão entre o Bispo e o sacerdote, e deve ser fator propício para essa comunhão ser vivida mais intimamente.

Responsabilidade e caridade pastoral

92. A ternura de Jesus pelos seus apóstolos manifestou-se toda, com plena evidência, ao fazê-los ministros do seu Corpo real e místico (cf. Jo cc. 13-17). Também vós, em quem "está presente no meio dos fiéis o Senhor Jesus Cristo, Pontífice Máximo", [45] conheceis o dever de dar o melhor do vosso coração e da vossa solicitude pastoral aos sacerdotes e aos que se preparam para sê-lo. [46] De nenhum outro modo podereis manifestar melhor esta vossa convicção do que por meio da responsabilidade consciente e da caridade sincera e insuperável com que haveis de orientar a educação dos futuros ministros do altar e ajudar com todos os meios os sacerdotes a manterem-se fiéis à vocação e ao cumprimento dos próprios deveres.

O coração do Bispo

93. A solidão humana do sacerdote, lacuna que é a origem não última de tentações e desânimos, há de ser preenchida sobretudo pela vossa presença ativa, fraterna e amiga. [47] Antes de serdes superiores e juízes dos vossos sacerdotes, haveis de ser mestres,

pais, amigos, e irmãos bons e misericordiosos, prontos para os compreender, para os desculpar, para os ajudar. Procurai de todos os modos que os sacerdotes vos dediquem amizade pessoal e levai-os a abrirem-se confiadamente convosco, sem que esta amizade e confiança suprimam a relação de obediência jurídica; devem, pelo contrário superá-la dentro da caridade pastoral, para que essa obediência seja mais voluntária, mais leal e mais segura. A amizade dedicada e a confiança filial convosco, levarão os sacerdotes a abrir-vos, a tempo, as suas almas, a confiar-vos as dificuldades, na certeza de poderem contar sempre com o vosso coração, para nele depositarem mesmo as possíveis derrotas, sem o temor servil do castigo, mas esperando como filhos, correção, socorro e perdão, o que os irá estimular a retomarem confiadamente o árduo caminho da vida.

Autoridade e paternidade

94. Todos Vós, Veneráveis Irmãos, estais certamente persuadidos de que o restituir à alma sacerdotal a alegria e o entusiasmo pela própria vocação, a paz interior e a salvação, é ministério urgente e glorioso que tem influxo incalculável numa multidão de almas. Se em determinado momento fordes obrigados a recorrer à vossa autoridade e à justa severidade para com os poucos que, contra a vossa vontade, causam escândalo ao Povo de Deus com a sua conduta, procurai ter em vista, antes de tudo, a sua recuperação ao tomardes as providências necessárias. À imitação do Senhor Jesus Cristo, Pastor e Bispo das nossas almas (1Pd 2,25), não quebreis a cana fendida e não apagueis a mecha que fumega (Mt 12,20). Curai, como Jesus, as chagas (cf. Mt 9,12), salvai o que se tenha perdido (cf. Mt 18,11), buscai com ânsia e amor a ovelha desgarrada e trazei-a ao calor do redil (cf. Lc 15,4ss.), procurai, como Ele, até ao fim, chamar uma vez mais o amigo infiel (cf. Lc 22,48).

Magistério e vigilância

95. Temos a certeza, Veneráveis Irmãos, que não deixareis de experimentar todos os meios para cultivar assiduamente no vosso clero, com doutrina e zelo de pastores, o ideal do celibato, e que não perdereis nunca de vista os sacerdotes que abandonaram a casa de Deus, que é a sua própria casa, pois eles serão para sempre vossos filhos, seja qual for o desfecho da sua dolorosa aventura.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



V. A PARTE DOS FIÉIS

Responsabilidade de todo o Povo de Deus

96. A virtude sacerdotal é um bem de toda a Igreja, é riqueza e glória que, não sendo humanas, redundam em edificação e benefício de todo o Povo de Deus. Queremos, por isso, dirigir esta nossa afetuosa e premente exortação a todos os fiéis, nossos filhos em Cristo, para que também eles se sintam responsáveis pela virtude destes irmãos que assumiram a missão de servi-los no sacerdócio para os levar à salvação. Rezai e trabalhai pelas vocações sacerdotais, ajudai os sacerdotes com dedicação e amor filial, com dócil cooperação a eles dada, com a intenção bem determinada de oferecer-lhes o conforto da alegre correspondência aos seus cuidados pastorais. Animai estes vossos pais em Cristo a superarem as diversas dificuldades que encontram no cumprimento fiel dos deveres, para a edificação do mundo. Cultivai, com espírito de fé e de caridade cristã, profundo respeito pelo sacerdote, de modo particular na condição de homem totalmente consagrado ao serviço de Deus e da Igreja.

Convite aos leigos

97. O nosso convite dirige-se particularmente àqueles leigos que buscam mais assídua e intensamente a Deus, e tendem à perfeição cristã na vida secular: podem ser de grande auxílio aos sacerdotes com dedicada e cordial amizade. De fato, os leigos estando inseridos na ordem temporal e, ao mesmo tempo, empenhados na mais generosa e perfeita correspondência à vocação batismal, têm possibilidade de, nalguns casos, iluminar e confortar o sacerdote que, imerso no ministério de Cristo e da Igreja, poderia vir a sofrer dano na integridade da vocação, devido a certas situações e a um turvo espírito mundano. Deste modo, todo o Povo de Deus honrará o Senhor Jesus Cristo naqueles que o representam e dos quais Ele disse, prometendo recompensa certa àqueles que de algum modo, exercerem a caridade para com os seus enviados (Mt 10,42): "Quem vos recebe, a Mim me recebe; e quem me recebe, recebe ao que me enviou" (Mt 10,40).

▪ *Autoritas*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



CONCLUSÃO

Intercessão de Maria

98. Veneráveis Irmãos, Pastores do rebanho de Deus espalhado pelas diversas partes do mundo, caríssimos sacerdotes irmãos e filhos nossos, para concluir esta carta que vos dirigimos de alma aberta a toda a caridade de Cristo, convidamo-vos a voltardes confiadamente os olhos e o coração para a dulcíssima Mãe da Igreja, invocando, com renovada e filial confiança, a sua materna e poderosa intercessão em favor do sacerdócio católico. Nela, o Povo de Deus admira e venera o tipo e a figura da Igreja, na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo. Maria, Virgem e Mãe, alcance para a Igreja, que também é chamada mãe e virgem, [48] a graça de poder gloriar-se, humildemente e sempre, da fidelidade dos sacerdotes ao sublime dom da virgindade, e de vê-lo florescer e ser cada vez mais apreciado, em todos os ambientes, para que engrossem as fileiras dos que acompanham o Cordeiro por onde quer que Ele vá (cf. Ap 14,4).

Firme esperança da Igreja

99. A Igreja proclama altamente esta sua esperança em Cristo: tem consciência da dramática escassez de sacerdotes em relação às necessidades espirituais da população do mundo, mas espera firmemente, fundada nos recursos inimitos e misteriosos da graça, que a qualidade espiritual dos seus ministros há de produzir também o seu aumento em número, pois a Deus tudo é possível (cf. Mc 10,27; Lc 1,37).

Nesta fé e nesta esperança, a bênção apostólica que de todo o coração vos concedemos, seja para todos vós augúrio de graças celestes e testemunho da nossa paternal benevolência.

Dado em Roma, junto de S. Pedro, a 24 de junho, festa de S. João Batista, do ano 1967, quinto do nosso pontificado.

PAULUS PP. VI

▪ [*Anterior*](#)

▪ [*Índice*](#)

▪ [*Posterior*](#)



NOTAS

[1] Carta de 10 de outubro a Sua Emcia. o Card. E. Tisserant, lida na Congr. Ger.146 de 11 de outubro.

[2] Conc. Ecum. Vat. II, Decreto Christus Dominus, n. 25; Apostolicam actuositatem, n. I; Presb. Ordin., nn.10,11; Ad Gentes, nn. I9-38.

[3] Conc. Ecum. Vat. II, Const. Gaudium et Spes, n. 62.

[4] Decr. Presbyter. Ordinis, n.16.

[5] Conc. Ecum. Vat. II, Const Dogm. Dei Verbum, n. 8.

[6] Conc. Ecum. Vat. II, Const. Dogm. Lumen Gentium, n. 28; Decr. Presbyterorum Ordinis, n. 2.

[7] Decr. Presbyter. Ordinis, n.16.

[8] Decr. Presbyter. Ordinis, n.16.

[9] Const. Lumen Gentium, n. 42.

[10] Cf. Const. dogm. Lumen Gentium, n. 42; Decr. Presbyter. Ordinis, n.16.

[11] Decr. Presbyter. Ordinis, n.14.

[12] Cf. Decr. Presbyter. Ordinis, n.13.

[13] Decr. Presbyter. Ordinis, n. 5.

[14] Decr. Optatam Totius, n.10.

[15] Decr. Presbyter. Ordinis, n. I6.

[16] Const. past. Gaudium et Spes, n. 39.

[17] Const. dogm. Lumen Gentium, n. 5.

[18] Const. dogm. Lumen Gentium, n. 48.

[19] Conc. Ecum. Vat. II, Decr. Perfectae Caritatis, n.12.

[20] Cf. Tertuliano, De exhort. castitatis, 13: PL 2,930; S. Epifânio, Adv. haer. II, 48,9 e 59, 4: PG 41,869,1025; S. Efrém, Carmina nisibena., XVIII, XIX, ed. G. Bickell, Leipzig 1866, p. 122; Eusébio de Cesaréia, Demonstr. evang. 1,9: PG 22,81; S. Cirilo de Jerusalém, Catech.12,25: PG 33, 757; S. Ambrósio, De offic ministr. 1,50: PL 16,97 ss.; S. Agostinho, De moribus Eccl. cathol.1,32: PL 32,1939; S. Jerônimo, Adv. Vgilant, 2: PL 23,340-41; Sinésio Bispo de Toulon, Epist. 105: PG 66,1485.

[21] A primeira vez no Concílio de Elvira em Espanha (c.a. 300), c. 33: Mansi II,11.

[22] Sess. XXIV, can. 9-10.

[23] S. Pio X, Exhort. Haerent animo, 4 ag.1908, AAS 41,1908, pp. 555-577; Bento XV, Carta ao Arceb. de Praga F. Kordac. 29 jan.1920, AAS 12,1920, p. 57s.; Alloc. consist. 16 dic.1920, AAS 12,1920, pp. 585-588; Pio XI, Enc. Ad catholici sacerdotii, 20 dic.1935, AAS 28,1936, pp. 24-30; Pio XII, Adhort. Ap. Menti Nostrae, 23 set.1950, AAS 42,1950, pp. 657-702; Enc. Sacra virginitas, 25 março 1954, AAS 46,1954, pp.161-191; João XXIII, Enc. Sacerdotii Nostri primordia,1 ag.1959, AAS 51,1959, pp. 554-556.

[24] Alloc. II ao Sínodo Romano, 26 janeiro 1960, AAS 52,1960, pp. 235-236 (texto lat. p. 226).

[25] Can. 6,12,13,48: Mansi XI, 944-948, 965.

[26] Decr. Presbyter. Ordinis, n.16.

[27] De Virginitate, I3: PG 46, 381-382.

[28] De Sacerdotio, I, II, 4, PG 48,642.

[29] Const. dogm. Lumen Gentium, nn. 21,28,64.

[30] Const. cit., n. 29.

[31] Const. cit., n. 42.

[32] Decr. Presbyter. Ordinis, n.16.

[33] Decr. Optatam Totius, n. 2; Presbyterorum Ordinis, n. 11.

[34] Confes., X, 29,40: PL 796.

[35] Cf.1Tes 2,11;1Cor 4,15; 2Cor 6,13; Gl 4,19;1Tm 5,1-2.

[36] Decr. Presbyter. Ordinis, n. 3.

[37] Decr. Optatam Totius, nn. 3-11; Cf. Perfectae Caritatis, n.12.

[38] S. Tomás d'Aquino, Summa Th., Ila Ilae, q.184, a. 8c.

[39] Decr. Optatam Totius, n.12.

[40] Decr. Presbyter. Ordinis, nn.16,18.

[41] Decr. Presbyter Ordinis, n.18.

[42] Decr. Presbyter. Ordinis, n. 8.

[43] Decr. cit., ibid.

[44] Const. Dogm. Lumen Gentium, n. 28.

[45] Const. Dogm. Lumen Gentium, n. 21.

[46] Decr. Presbyter. Ordinis, n. 7.

[47] Decr. cit., ibid.

[48] Const. dogm. Lumen Gentium, nn. 63, 64.

▪ *Autoritas*

▪ *Indice*



Paulo VI

CARTA ENCÍCLICA HUMANAE VITAE

Sobre a Regulação da Natalidade

Aos veneráveis Irmãos Patriarcas, Arcebispos, Bispos e outros Ordinários do Lugar em paz e comunhão com a Sé Apostólica, ao Clero e aos Fiéis de todo o mundo católico e também a todos os homens de boa vontade.

A TRANSMISSÃO DA VIDA

**Veneráveis
Irmãos e
diletos
filhos,**

1. O gravíssimo dever de transmitir a vida humana, pelo qual os esposos são os colaboradores livres e responsáveis de Deus Criador, foi sempre para eles fonte de grandes alegrias, se bem que, algumas vezes, acompanhadas de não poucas dificuldades e angústias.

Em todos os tempos o cumprimento deste dever pôs à consciência dos cônjuges sérios problemas; mas, mais recentemente, com o desenvolver-se da sociedade, produziram-se modificações tais, que fazem aparecer questões novas que a Igreja não podia ignorar, tratando-se de matéria que tão de perto diz respeito à vida e à felicidade dos homens.

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



I. ASPECTOS NOVOS DO PROBLEMA E COMPETÊNCIA DO MAGISTÉRIO

2. As mudanças que se verificaram foram efetivamente notáveis e de vários gêneros. Trata-se, antes de mais, do rápido desenvolvimento demográfico. Muitos são os que manifestam o receio de que a população mundial cresça mais rapidamente do que os recursos à sua disposição, com crescente angústia de tantas famílias e de povos em vias de desenvolvimento. De tal modo que é grande a tentação das Autoridades de contrapor a este perigo medidas radicais. Depois, as condições de trabalho e de habitação, do mesmo modo que as novas exigências, tanto no campo econômico como no da educação, não raro tornam hoje difícil manter convenientemente um número elevado de filhos.

Assiste-se também a uma mudança, tanto na maneira de considerar a pessoa da mulher e o seu lugar na sociedade, quanto no considerar o valor a atribuir ao amor conjugal no matrimônio, como ainda no apreço a dar ao significado dos atos conjugais, em relação com este amor.

Finalmente, deve-se sobretudo considerar que o homem fez progressos admiráveis no domínio e na organização racional das forças da natureza, de tal maneira que tende a tornar extensivo esse domínio ao seu próprio ser global: ao corpo, à vida psíquica, à vida social e até mesmo às leis que regulam a transmissão da vida.

3. O novo estado de coisas faz surgir novos quesitos. Assim, dadas as condições da vida hodierna e dado o significado que têm as relações conjugais para a harmonia entre os esposos e para a sua fidelidade mútua, não estaria indicada uma revisão das normas éticas vigentes até agora, sobretudo se se tem em consideração que elas não podem ser observadas sem sacrifícios, por vezes heróicos?

Mais ainda: estendendo o chamado "princípio de totalidade" a este campo, não se poderia admitir que a intenção de uma fecundidade menos exuberante, mas mais racionalizada, transforma a intervenção materialmente esterilizaste num sensato e legítimo controle dos nascimentos? Por outras palavras, não se poderia admitir que a fecundidade procriadora pertence ao conjunto da vida conjugal, mais do que a cada um dos seus atos? Pergunta-se

também, se, dado o sentido de responsabilidade mais desenvolvido do homem moderno, não chegou para ele o momento de confiar à sua razão e à sua vontade, mais do que aos ritmos biológicos do seu organismo, a tarefa de transmitir a vida.

4. Tais problemas exigiam do Magistério da Igreja uma reflexão nova e aprofundada sobre os princípios da doutrina moral do matrimônio: doutrina fundada sobre a lei natural, iluminada e enriquecida pela Revelação divina.

Nenhum fiel quererá negar que compete ao Magistério da Igreja interpretar também a lei moral natural. É incontestável, na verdade, como declararam muitas vezes os nossos predecessores,[1] que Jesus Cristo, ao comunicar a Pedro e aos Apóstolos a sua autoridade divina e ao enviá-los a ensinar a todos os povos os seus mandamentos, [2] os constituía guardas e intérpretes autênticos de toda a lei moral, ou seja, não só da lei evangélica, como também da natural, dado que ela é igualmente expressão da vontade divina e que a sua observância é do mesmo modo necessária para a salvação.[3]

Em conformidade com esta sua missão, a Igreja apresentou sempre, e mais amplamente em tempos recentes, um ensino coerente, tanto acerca da natureza do matrimônio, como acerca do reto uso dos direitos conjugais e acerca dos deveres dos cônjuges.[4]

5. A consciência desta mesma missão levou-nos a confirmar e a ampliar a Comissão de Estudo, que o nosso predecessor, de venerável memória, João XXIII tinha constituído, em março de 1963. Esta Comissão, que incluía também alguns casais de esposos, além de muitos estudiosos das várias matérias pertinentes, tinha por finalidade: primeiro, recolher opiniões sobre os novos problemas respeitantes à vida conjugal e, em particular, à regulação da natalidade; e depois, fornecer os elementos oportunos de informação, para que o Magistério pudesse dar uma resposta adequada à expectativa não só dos fiéis, mas mesmo da opinião pública mundial. [5]

Os trabalhos destes peritos, assim como os pareceres e os conselhos que se lhes vieram juntar, enviados espontaneamente ou adrede solicitados, de bom número dos nossos irmãos no episcopado, permitiram-nos ponderar melhor todos os aspectos

deste assunto complexo. Por isso, do fundo do coração, exprimimos a todos o nosso vivo reconhecimento.

6. As conclusões a que tinha chegado a Comissão não podiam, contudo, ser consideradas por nós como definitivas, nem dispensar-nos de um exame pessoal do grave problema; até mesmo porque, no seio da própria Comissão, não se tinha chegado a um pleno acordo de juízos, acerca das normas morais que se deviam propor e, sobretudo, porque tinham aflorado alguns critérios de soluções que se afastavam da doutrina moral sobre o matrimônio, proposta com firmeza constante, pelo Magistério da Igreja.

Por isso, depois de termos examinado atentamente a documentação que nos foi preparada, depois de aturada reflexão e de insistentes orações, é nossa intenção agora, em virtude do mandato que nos foi confiado por Cristo, dar a nossa resposta a estes graves problemas.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



II. PRINCÍPIOS DOUTRINAIS

7. O problema da natalidade, como de resto qualquer outro problema que diga respeito à vida humana, deve ser considerado numa perspectiva que transcenda as vistas parciais - sejam elas de ordem biológica, psicológica, demográfica ou sociológica - à luz da visão integral do homem e da sua vocação, não só natural e terrena, mas também sobrenatural e eterna. E, porque na tentativa de justificar os métodos artificiais de limitação dos nascimentos, houve muito quem fizesse apelo para as exigências, tanto do amor conjugal como de uma "paternidade responsável", convém precisar bem a verdadeira concepção destas duas grandes realidades da vida matrimonial, atendo-nos principalmente a tudo aquilo que, a este propósito, foi recentemente exposto, de forma altamente autorizada, pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, na Constituição Pastoral "Gaudium et Spes".

8. O amor conjugal exprime a sua verdadeira natureza e nobreza, quando se considera na sua fonte suprema, Deus que é Amor [6], "o Pai, do qual toda a paternidade nos céus e na terra toma o nome".[7]

O matrimônio não é, portanto, fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes: é uma instituição sábia do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor. Mediante a doação pessoal recíproca, que lhes é própria e exclusiva, os esposos tendem para a comunhão dos seus seres, em vista de um aperfeiçoamento mútuo pessoal, para colaborarem com Deus na geração e educação de novas vidas.

Depois, para os batizados, o matrimônio reveste a dignidade de sinal sacramental da graça, enquanto representa a união de Cristo com a Igreja.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



AS CARACTERÍSTICAS DO AMOR CONJUGAL

9. Nesta luz aparecem-nos claramente as notas características do amor conjugal, acerca das quais é da máxima importância ter uma idéia exata.

É, antes de mais, um amor plenamente humano, quer dizer, ao mesmo tempo espiritual e sensível. Não é, portanto, um simples ímpeto do instinto ou do sentimento; mas é também, e principalmente, ato da vontade livre, destinado a manter-se e a crescer, mediante as alegrias e as dores da vida cotidiana, de tal modo que os esposos se tornem um só coração e uma só alma e alcancem juntos a sua perfeição humana.

É depois, um amor total, quer dizer, uma forma muito especial de amizade pessoal, em que os esposos generosamente compartilham todas as coisas, sem reservas indevidas e sem cálculos egoístas. Quem ama verdadeiramente o próprio consorte, não o ama somente por aquilo que dele recebe, mas por ele mesmo, por poder enriquecê-lo com o dom de si próprio.

É, ainda, amor fiel e exclusivo, até à morte. Assim o concebem, efetivamente, o esposo e a esposa no dia em que assumem, livremente e com plena consciência, o compromisso do vínculo matrimonial. Fidelidade que por vezes pode ser difícil; mas que é sempre nobre e meritória, ninguém o pode negar. O exemplo de tantos esposos, através dos séculos, demonstra não só que ela é consentânea com a natureza do matrimônio, mas que é dela, como de fonte, que flui uma felicidade íntima e duradoura.

É, finalmente, amor fecundo que não se esgota na comunhão entre os cônjuges, mas que está destinado a continuar-se, suscitando novas vidas. "O matrimônio e o amor conjugal estão por si mesmos ordenados para a procriação e educação dos filhos. Sem dúvida, os filhos são o dom mais excelente do matrimônio e contribuem grandemente para o bem dos pais".[8]

10. Sendo assim, o amor conjugal requer nos esposos uma consciência da sua missão de "paternidade responsável", sobre a qual hoje tanto se insiste, e justificadamente, e que deve também ser compreendida com exatidão. De fato, ela deve ser considerada sob

diversos aspectos legítimos e ligados entre si.

Em relação com os processos biológicos, paternidade responsável significa conhecimento e respeito pelas suas funções: a inteligência descobre, no poder de dar a vida, leis biológicas que fazem parte da pessoa humana [9].

Em relação às tendências do instinto e das paixões, a paternidade responsável significa o necessário domínio que a razão e a vontade devem exercer sobre elas.

Em relação às condições físicas, econômicas, psicológicas e sociais, a paternidade responsável exerce-se tanto com a deliberação ponderada e generosa de fazer crescer uma família numerosa, como com a decisão, tomada por motivos graves e com respeito pela lei moral, de evitar temporariamente, ou mesmo por tempo indeterminado, um novo nascimento.

Paternidade responsável comporta ainda, e principalmente, uma relação mais profunda com a ordem moral objetiva, estabelecida por Deus, de que a consciência reta é intérprete fiel. O exercício responsável da paternidade implica, portanto, que os cônjuges reconheçam plenamente os próprios deveres, para com Deus, para consigo próprios, para com a família e para com a sociedade, numa justa hierarquia de valores.

Na missão de transmitir a vida, eles não são, portanto, livres para procederem a seu próprio bel-prazer, como se pudessem determinar, de maneira absolutamente autônoma, as vias honestas a seguir, mas devem, sim, conformar o seu agir com a intenção criadora de Deus, expressa na própria natureza do matrimônio e dos seus atos e manifestada pelo ensino constante da Igreja [10].

11. Estes atos, com os quais os esposos se unem em casta intimidade e através dos quais se transmite a vida humana, são, como recordou o recente Concílio, "honestos e dignos" [11]; e não deixam de ser legítimos se, por causas independentes da vontade dos cônjuges, se prevê que vão ser infecundos, pois que permanecem destinados a exprimir e a consolidar a sua união. De fato, como o atesta a experiência, não se segue sempre uma nova vida a cada um dos atos conjugais. Deus dispôs com sabedoria leis e ritmos naturais de fecundidade, que já por si mesmos distanciam o

sucedem-se dos nascimentos. Mas, chamando a atenção dos homens para a observância das normas da lei natural, interpretada pela sua doutrina constante, a Igreja ensina que qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida[12].

12. Esta doutrina, muitas vezes exposta pelo Magistério, está fundada sobre a conexão inseparável que Deus quis e que o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriador.

Na verdade, pela sua estrutura íntima, o ato conjugal, ao mesmo tempo que une profundamente os esposos, torna-os aptos para a geração de novas vidas, segundo leis inscritas no próprio ser do homem e da mulher. Salvaguardando estes dois aspectos essenciais, unitivo e procriador, o ato conjugal conserva integralmente o sentido de amor mútuo e verdadeiro e a sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade. Nós pensamos que os homens do nosso tempo estão particularmente em condições de apreender o caráter profundamente razoável e humano deste princípio fundamental.

13. Em boa verdade, justamente se faz notar que um ato conjugal imposto ao próprio cônjuge, sem consideração pelas suas condições e pelos seus desejos legítimos, não é um verdadeiro ato de amor e nega, por isso mesmo, uma exigência da reta ordem moral, nas relações entre os esposos. Assim, quem refletir bem, deverá reconhecer de igual modo que um ato de amor recíproco, que prejudique a disponibilidade para transmitir a vida que Deus Criador de todas as coisas nele inseriu segundo leis particulares, está em contradição com o desígnio constitutivo do casamento e com a vontade do Autor da vida humana. Usar deste dom divino, destruindo o seu significado e a sua finalidade, ainda que só parcialmente, é estar em contradição com a natureza do homem, bem como com a da mulher e da sua relação mais íntima; e, por conseguinte, é estar em contradição com o plano de Deus e com a sua vontade. Pelo contrário, usufruir do dom do amor conjugal, respeitando as leis do processo generativo, significa reconhecer-se não árbitros das fontes da vida humana, mas tão somente administradores dos desígnios estabelecidos pelo Criador. De fato, assim como o homem não tem um domínio ilimitado sobre o próprio corpo em geral, também o não tem, com particular razão, sobre as suas faculdades geradoras enquanto tais, por motivo da sua ordenação intrínseca para suscitar a vida, da qual Deus é princípio.

"A vida humana é sagrada, recordava João XXIII; desde o seu alvorecer compromete diretamente a ação criadora de Deus"[13].

14. Em conformidade com estes pontos essenciais da visão humana e cristã do matrimônio, devemos, uma vez mais, declarar que é absolutamente de excluir, como via legítima para a regulação dos nascimentos, a interrupção direta do processo generativo já iniciado, e, sobretudo, o aborto querido diretamente e procurado, mesmo por razões terapêuticas [14].

É de excluir de igual modo, como o Magistério da Igreja repetidamente declarou, a esterilização direta, quer perpétua quer temporária, tanto do homem como da mulher.[15]

É, ainda, de excluir toda a ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento das suas conseqüências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação [16].

Não se podem invocar, como razões válidas, para a justificação dos atos conjugais tornados intencionalmente infecundos, o mal menor, ou o fato de que tais atos constituiriam um todo com os atos fecundos, que foram realizados ou que depois se sucederam, e que, portanto, compartilhariam da única e idêntica bondade moral dos mesmos. Na verdade, se é lícito, algumas vezes, tolerar o mal menor para evitar um mal maior, ou para promover um bem superior [17], nunca é lícito, nem sequer por razões gravíssimas, fazer o mal, para que daí provenha o bem [18]; isto é, ter como objeto de um ato positivo da vontade aquilo que é intrinsecamente desordenado e, portanto, indigno da pessoa humana, mesmo se for praticado com intenção de salvaguardar ou promover bens individuais, familiares, ou sociais. É um erro, por conseguinte, pensar que um ato conjugal, tornado voluntariamente infecundo, e por isso intrinsecamente desonesto, possa ser coonestado pelo conjunto de uma vida conjugal fecunda.

15. A Igreja, por outro lado, não considera ilícito o recurso aos meios terapêuticos, verdadeiramente necessários para curar doenças do organismo, ainda que daí venha a resultar um impedimento, mesmo previsto, à procriação, desde que tal impedimento não seja, por motivo nenhum, querido diretamente. [19]

16. Contra estes ensinamentos da Igreja, sobre a moral conjugal, objeta-se hoje, como já fizemos notar mais acima (n. 3), que é prerrogativa da inteligência humana dominar as energias proporcionadas pela natureza irracional e orientá-las para um fim conforme com o bem do homem. Ora, sendo assim, perguntam-se alguns, se atualmente não será talvez razoável em muitas circunstâncias recorrer à regulação artificial dos nascimentos, uma vez que, com isso, se obtém a harmonia e a tranqüilidade da família e melhores condições para a educação dos filhos já nascidos. A este quesito é necessário responder com clareza: a Igreja é a primeira a elogiar e a recomendar a intervenção da inteligência, numa obra que tão de perto associa a criatura racional com o seu Criador; mas, afirma também que isso se deve fazer respeitando sempre a ordem estabelecida por Deus.

Se, portanto, existem motivos sérios para distanciar os nascimentos, que derivem ou das condições físicas ou psicológicas dos cônjuges, ou de circunstâncias exteriores, a Igreja ensina que então é lícito ter em conta os ritmos naturais imanentes às funções geradoras, para usar do matrimônio só nos períodos infecundos e, deste modo, regular a natalidade, sem ofender os princípios morais que acabamos de recordar [20].

A Igreja é coerente consigo própria, quando assim considera lícito o recurso aos períodos infecundos, ao mesmo tempo que condena sempre como ilícito o uso dos meios diretamente contrários à fecundação, mesmo que tal uso seja inspirado em razões que podem aparecer honestas e sérias. Na realidade, entre os dois casos existe uma diferença essencial: no primeiro, os cônjuges usufruem legitimamente de uma disposição natural; enquanto que no segundo, eles impedem o desenvolvimento dos processos naturais. É verdade que em ambos os casos os cônjuges estão de acordo na vontade positiva de evitar a prole, por razões plausíveis, procurando ter a segurança de que ela não virá; mas, é verdade também que, somente no primeiro caso eles sabem renunciar ao uso do matrimônio nos períodos fecundos, quando, por motivos justos, a procriação não é desejável, dele usando depois nos períodos agênicos, como manifestação de afeto e como salvaguarda da fidelidade mútua.

Procedendo assim, eles dão prova de amor verdadeira e integralmente honesto.

17. Os homens retos poderão convencer-se ainda mais da fundamentação da doutrina da Igreja neste campo, se quiserem refletir nas conseqüências dos métodos da regulação artificial da natalidade. Considerem, antes de mais, o caminho amplo e fácil que tais métodos abririam à infidelidade conjugal e à degradação da moralidade. Não é preciso ter muita experiência para conhecer a fraqueza humana e para compreender que os homens - os jovens especialmente, tão vulneráveis neste ponto - precisam de estímulo para serem féis à lei moral e não se lhes deve proporcionar qualquer meio fácil para eles eludirem a sua observância. É ainda de recear que o homem, habituando-se ao uso das práticas anticoncepcionais, acabe por perder o respeito pela mulher e, sem se preocupar mais com o equilíbrio físico e psicológico dela, chegue a considerá-la como simples instrumento de prazer egoísta e não mais como a sua companheira, respeitada e amada.

Pense-se ainda seriamente na arma perigosa que se viria a pôr nas mãos de autoridades públicas, pouco preocupadas com exigências morais. Quem poderia reprovar a um governo o fato de ele aplicar à solução dos problemas da coletividade aquilo que viesse a ser reconhecido como lícito aos cônjuges para a solução de um problema familiar? Quem impediria os governantes de favorecerem e até mesmo de imporem às suas populações, se o julgassem necessário, o método de contracepção que eles reputassem mais eficaz? Deste modo, os homens, querendo evitar dificuldades individuais, familiares, ou sociais, que se verificam na observância da lei divina, acabariam por deixar à mercê da intervenção das autoridades públicas o setor mais pessoal e mais reservado da intimidade conjugal.

Portanto, se não se quer expor ao arbítrio dos homens a missão de gerar a vida, devem-se reconhecer necessariamente limites intransponíveis no domínio do homem sobre o próprio corpo e as suas funções; limites que a nenhum homem, seja ele simples cidadão privado, ou investido de autoridade, é lícito ultrapassar. E esses mesmos limites não podem ser determinados senão pelo respeito devido à integridade do organismo humano e das suas funções naturais, segundo os princípios acima recordados e segundo a reta inteligência do "princípio de totalidade", ilustrado pelo nosso predecessor Pio XII. [\[21\]](#)

18. É de prever que estes ensinamentos não serão, talvez, acolhidos

por todos facilmente: são muitas as vozes, amplificadas pelos meios modernos de propaganda, que estão em contraste com a da Igreja. A bem dizer a verdade, esta não se surpreende de ser, à semelhança do seu divino fundador, "objeto de contradição"; [22] mas, nem por isso ela deixa de proclamar, com humilde firmeza, a lei moral toda, tanto a natural como a evangélica.

A Igreja não foi a autora dessa lei e não pode portanto ser árbitra da mesma; mas, somente depositária e intérprete, sem nunca poder declarar lícito aquilo que o não é, pela sua íntima e imutável oposição ao verdadeiro bem comum do homem.

Ao defender a moral conjugal na sua integridade, a Igreja sabe que está contribuindo para a instauração de uma civilização verdadeiramente humana; ela compromete o homem para que este não abdique da própria responsabilidade, para submeter-se aos meios da técnica; mais, ela defende com isso a dignidade dos cônjuges. Fiel aos ensinamentos e ao exemplo do Salvador, ela mostra-se amiga sincera e desinteressada dos homens, aos quais quer ajudar, agora já, no seu itinerário terrestre, "a participarem como filhos na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens". [23]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



III. DIRETIVAS PASTORAIS

19. A nossa palavra não seria a expressão adequada do pensamento e das solitudes da Igreja, Mãe e Mestre de todos os povos, se, depois de termos assim chamado os homens à observância e respeito da lei divina, no que se refere ao matrimônio, ela os não confortasse no caminho de uma regulação honesta da natalidade, não obstante as difíceis condições que hoje afligem as famílias e as populações. A Igreja, de fato, não pode adotar para com os homens uma atitude diferente da do Redentor: conhece as suas fraquezas, tem compaixão das multidões, acolhe os pecadores, mas não pode renunciar a ensinar a lei que na realidade é própria de uma vida humana, restituída à sua verdade originária e conduzida pelo Espírito de Deus.[24]

20. A doutrina da Igreja sobre a regulação dos nascimentos, que promulga a lei divina, parecerá, aos olhos de muitos, de difícil, ou mesmo de impossível atuação. Certamente que, como todas as realidades grandiosas e benéficas, ela exige um empenho sério e muitos esforços, individuais, familiares e sociais. Mais ainda: ela não seria de fato viável sem o auxílio de Deus, que apóia e corrobora a boa vontade dos homens. Mas, para quem refletir bem, não poderá deixar de aparecer como evidente que tais esforços são nobilitantes para o homem e benéficos para a comunidade humana.

21. Uma prática honesta da regulação da natalidade exige, acima de tudo, que os esposos adquiram sólidas convicções acerca dos valores da vida e da família e que tendam a alcançar um perfeito domínio de si mesmos. O domínio do instinto, mediante a razão e a vontade livre, impõe, indubitavelmente, uma ascese, para que as manifestações afetivas da vida conjugal sejam conformes com a ordem reta e, em particular, concretiza-se essa ascese na observância da continência periódica. Mas, esta disciplina, própria da pureza dos esposos, longe de ser nociva ao amor conjugal, confere-lhe pelo contrário um valor humano bem mais elevado. Requer um esforço contínuo, mas, graças ao seu benéfico influxo, os cônjuges desenvolvem integralmente a sua personalidade, enriquecendo-se de valores espirituais: ela acarreta à vida familiar frutos de serenidade e de paz e facilita a solução de outros problemas; favorece as atenções dos cônjuges, um para com o outro, ajuda-os a extirpar o egoísmo, inimigo do verdadeiro amor e

enraíza-os no seu sentido de responsabilidade no cumprimento de seus deveres. Além disso, os pais adquirem com ela a capacidade de uma influência mais profunda e eficaz para educarem os filhos; as crianças e a juventude crescem numa estima exata dos valores humanos e num desenvolvimento sereno e harmônico das suas faculdades espirituais e sensitivas.

22. Queremos nesta altura chamar a atenção dos educadores e de todos aqueles que desempenham tarefas de responsabilidade em ordem ao bem comum da convivência humana, para a necessidade de criar um clima favorável à educação para a castidade, isto é, ao triunfo da liberdade sã sobre a licenciosidade, mediante o respeito da ordem moral.

Tudo aquilo que nos modernos meios de comunicação social leva à excitação dos sentidos, ao desregramento dos costumes, bem como todas as formas de pornografia ou de espetáculos licenciosos, devem suscitar a reação franca e unanime de todas as pessoas solícitas pelo progresso da civilização e pela defesa dos bens do espírito humano. Em vão se procurará justificar estas depravações, com pretensas exigências artísticas ou científicas,[25] ou tirar partido, para argumentar, da liberdade deixada neste campo por parte das autoridades públicas.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



APELO AOS GOVERNANTES

23. Nós queremos dizer aos governantes, que são os principais responsáveis pelo bem comum e que dispõem de tantas possibilidades para salvaguardar os costumes morais: não permitais que se degrade a moralidade das vossas populações; não admitais que se introduzam legalmente, naquela célula fundamental que é a família, práticas contrárias à lei natural e divina. Existe uma outra via, pela qual os Poderes públicos podem e devem contribuir para a solução do problema demográfico: é a via de uma política familiar providente, de uma sábia educação das populações, que respeite a lei moral e a liberdade dos cidadãos.

Estamos absolutamente cômicos das graves dificuldades em que se encontram os Poderes públicos a este respeito, especialmente nos países em vias de desenvolvimento. Dedicamos mesmo às suas preocupações legítimas a nossa Encíclica "Populorum Progressio". Mas, com o nosso predecessor João XXIII, repetimos: "...Estas dificuldades não se podem vencer recorrendo a métodos e meios que são indignos do homem e que só encontram a sua explicação num conceito estritamente materialista do mesmo homem e da vida. A verdadeira solução encontra-se somente num progresso econômico e social que respeite e fomente os genuínos valores humanos, individuais e sociais". [26] Nem se poderá, ainda, sem injustiça grave, tornar a Providência divina responsável por aquilo que, bem ao contrário, depende de menos sensatez de governo, de um insuficiente sentido da justiça social, de monopólios egoístas, ou também de reprovável indolência no enfrentar os esforços e os sacrifícios necessários para garantir a elevação do nível de vida de uma população e de todos os seus membros. [27] Que todos os poderes responsáveis, como alguns louvavelmente já vem fazendo, reavivem os seus esforços, que não se deixe de ampliar o auxílio mútuo entre todos os membros da grande família humana: é um campo ilimitado este que se abre assim à atividade das grandes organizações internacionais.

▪ [Anterior](#)

▪ [Índice](#)

▪ [Posterior](#)



AOS HOMENS DE CIÊNCIA

24. Queremos agora exprimir o nosso encorajamento aos homens de ciência, os quais "podem dar um contributo grande para o bem do matrimônio e da família e para a paz das consciências, se se esforçarem por esclarecer mais profundamente, com estudos convergentes, as diversas condições favoráveis a uma honesta regulação da procriação humana".[28] É para desejar muito particularmente que, segundo os votos já expressos pelo nosso predecessor Pio XII, a ciência médica consiga fornecer uma base suficientemente segura para a regulação dos nascimentos, fundada na observância dos ritmos naturais. [29] Assim, os homens de ciência, e de modo especial os cientistas católicos, contribuirão para demonstrar que, como a Igreja ensina, "não pode haver contradição verdadeira entre as leis divinas que regem a transmissão da vida e as que favorecem o amor conjugal autêntico".[30]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



AOS ESPOSOS CRISTÃOS

25. E agora a nossa palavra dirige-se mais diretamente aos nossos filhos, particularmente àqueles que Deus chamou para servi-lo no matrimônio. A Igreja, ao mesmo tempo que ensina as exigências imprescritíveis da lei divina, anuncia a salvação e abre, com os sacramentos, os caminhos da graça, a qual faz do homem uma nova criatura, capaz de corresponder, no amor e na verdadeira liberdade, aos desígnios do seu Criador e Salvador e de achar suave o jugo de Cristo. [31]

Os esposos cristãos, portanto, dóceis à sua voz, lembrem-se de que a sua vocação cristã, iniciada com o Batismo, se especificou ulteriormente e se reforçou com o sacramento do Matrimônio. Por ele os cônjuges são fortalecidos e como que consagrados para o cumprimento fiel dos próprios deveres e para a atuação da própria vocação para a perfeição e para o testemunho cristão próprio deles, que têm de dar frente ao mundo.[32] Foi a eles que o Senhor confiou a missão de tornarem visível aos homens a santidade e a suavidade da lei que une o amor mútuo dos esposos com a sua cooperação com o amor de Deus, autor da vida humana.

Não pretendemos, evidentemente, esconder as dificuldades, por vezes graves, inerentes à vida dos cônjuges cristãos: para eles, como para todos, de resto, "é estreita a porta e apertado o caminho que conduz à vida".[33] Mas, a esperança desta vida, precisamente, deve iluminar o seu caminho, enquanto eles corajosamente se esforçam por "viver com sabedoria, justiça e piedade no tempo presente",[34] sabendo que "a figura deste mundo passa".[35]

Os esposos, pois, envidem os esforços necessários, apoiados na fé e na esperança que "não desilude, porque o amor de Deus foi derramado nos nossos corações, pelo Espírito que nos foi dado"; [36] implorem com oração perseverante o auxílio divino; abeirem-se, sobretudo pela Santíssima Eucaristia, da fonte de graça e da caridade. E se, porventura, o pecado vier a vencê-los, não desanimem, mas recorram com perseverança humilde à misericórdia divina, que é outorgada no sacramento da Penitência. Assim, poderão realizar a plenitude da vida conjugal, descrita pelo Apóstolo: "Maridos, amai as vossas mulheres tal como Cristo amou a Igreja (...) Os maridos devem amar as suas mulheres como os seus

próprios corpos. Aquele que ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. Porque ninguém aborreceu jamais a própria carne, mas nutre-a e cuida dela, como também Cristo o faz com a sua Igreja (...) Este mistério é grande, mas eu digo isto quanto a Cristo e à Igreja. Mas, por aquilo que vos diz respeito, cada um de vós ame a sua mulher como a si mesmo; a mulher, por sua vez, reverencie o seu marido".
[37]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



APOSTOLADO NOS LARES

26. Entre os frutos que maturam mediante um esforço generoso de fidelidade à lei divina, um dos mais preciosos é que os cônjuges mesmos, não raro, experimentam o desejo de comunicar a outros a sua experiência. Deste modo, resulta que vem inserir-se no vasto quadro da vocação dos leigos uma forma nova e importantíssima de apostolado, do semelhante, por parte do seu semelhante: são os próprios esposos que assim se tornam apóstolos e guias de outros esposos. Esta é, sem dúvida, entre tantas outras formas de apostolado, uma daquelas que hoje em dia se apresenta como sendo das mais oportunas.[\[38\]](#)

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



AOS MÉDICOS E AO PESSOAL SANITÁRIO

27. Temos em altíssima estima os médicos e os demais membros do pessoal sanitário, aos quais estão a caráter, acima de todos os outros interesses humanos, as exigências superiores da sua vocação cristã. Perseverem, pois, no propósito de promoverem, em todas as circunstâncias, as soluções inspiradas na fé e na reta razão e esforcem-se por suscitar a convicção e o respeito no seu ambiente. Considerem depois, ainda, como dever profissional próprio, o de adquirirem toda a ciência necessária, neste campo delicado, para poderem dar aos esposos, que porventura os venham consultar, aqueles conselhos sensatos e aquelas sãs diretrizes, que estes, com todo o direito, esperam deles.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



AOS SACERDOTES

28. Diletos filhos sacerdotes, que por vocação sois os conselheiros e guias espirituais das pessoas e das famílias, dirigimo-nos agora a vós, com confiança. A vossa primeira tarefa - especialmente para os que ensinam a teologia moral - é expor, sem ambigüidades, os ensinamentos da Igreja acerca do matrimônio. Sede, pois, os primeiros a dar exemplo, no exercício do vosso ministério, de leal acatamento, interno e externo, do Magistério da Igreja. Tal atitude obsequiosa, bem o sabeis, é obrigatória não só em virtude das razões aduzidas, mas sobretudo por motivo da luz do Espírito Santo, da qual estão particularmente dotados os Pastores da Igreja, para ilustrarem a verdade.[39] Sabeis também que é da máxima importância, para a paz das consciências e para a unidade do povo cristão, que, tanto no campo da moral como no do dogma, todos se atenham ao Magistério da Igreja e falem a mesma linguagem. Por isso, com toda a nossa alma, vos repetimos o apelo do grande Apóstolo São Paulo: "Rogo-vos, irmãos, pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que digais todos o mesmo e que entre vós não haja divisões, mas que estejais todos unidos, no mesmo espírito e no mesmo parecer".[40]

29. Não minimizar em nada a doutrina salutar de Cristo é forma de caridade eminente para com as almas. Mas, isso deve andar sempre acompanhado também de paciência e de bondade, de que o mesmo Senhor deu o exemplo, ao tratar com os homens. Tendo vindo para salvar e não para julgar,[41] Ele foi intransigente com o mal, mas misericordioso para com os homens.

No meio das suas dificuldades, que os cônjuges encontrem sempre na palavra e no coração do sacerdote o eco fiel da voz e do amor do Redentor.

Falai, pois, com confiança, diletos Filhos, bem convencidos de que o Espírito de Deus, ao mesmo tempo que assiste o Magistério no propor a doutrina, ilumina também internamente os corações dos fiéis, convidando-os a prestar-lhe o seu assentimento. Ensinai aos esposos o necessário caminho da oração, preparai-os para recorrerem com freqüência e com fé aos sacramentos da Eucaristia e da Penitência, sem se deixarem jamais desencorajar pela sua fraqueza.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



AOS BISPOS

30. Queridos e Veneráveis Irmãos no Episcopado, com quem compartilhamos mais de perto a solicitude pelo bem espiritual do Povo de Deus, para vós vai o nosso pensamento reverente e afetuosos, ao terminarmos esta Encíclica. A todos queremos dirigir um convite insistente. À frente dos vossos sacerdotes, vossos colaboradores, e dos vossos fiéis, trabalhai com afinco e sem tréguas na salvaguarda e na santificação do matrimônio, para que ele seja sempre e cada vez mais, vivido em toda a sua plenitude humana e cristã. Considerai esta missão como uma das vossas responsabilidades mais urgentes, na hora atual. Ela envolve, como sabeis, uma ação pastoral coordenada, em todos os campos da atividade humana, econômica, cultural e social: só uma melhoria simultânea nestes diversos setores poderá tornar, não só tolerável, mas mais fácil e serena a vida dos pais e dos filhos no seio das famílias, mais fraterna e pacífica a convivência na sociedade humana, na fidelidade aos desígnios de Deus sobre o mundo.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



APELO FINAL

31. Veneráveis Irmãos, diletíssimos Filhos e vós todos, homens de boa vontade: é grandiosa a obra à qual vos chamamos, obra de educação, de progresso e de amor, assente sobre o fundamento dos ensinamentos da Igreja, dos quais o sucessor de Pedro, com os seus Irmãos no Episcopado, é depositário e intérprete. Obra grandiosa, na verdade, para o mundo e para a Igreja, temos disso a convicção íntima, visto que o homem não poderá encontrar a verdadeira felicidade, à qual aspira com todo o seu ser, senão no respeito pelas leis inscritas por Deus na sua natureza e que ele deve observar com inteligência e com amor. Sobre esta obra nós invocamos, assim como sobre todos vós, e de um modo especial sobre os esposos, a abundância das graças do Deus de santidade e de misericórdia, em penhor das quais vos damos a nossa bênção apostólica.

Dada em Roma, junto de São Pedro, na Festa de São Tiago Apóstolo, 25 de julho do ano de 1968, sexto do nosso pontificado.

PAULUS PP. VI

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



NOTAS

[1] Cf. Pio IX, Enc. Qui Pluribus, 9 de novembro de 1846, em Pio IX P. M. Acta, I, pp. 9-10; Pio X, Enc. Singulares Quadam, 24 de setembro de 1912, em AAS 4 (1912), p. 658; Pio XI, Enc. Casti Connubiim, 31 de dezembro de 1930, em AAS 22 (1930), pp. 579-581; Pio XII, Alocução Magnificate Dominum, ao Episcopado do Mundo Católico, 2 de novembro de 1954, em AAS 46 (1954), pp. 671-672; João XXIII, Enc. Mater et Magistra, 15 de maio de 1961, em AAS 53 (1961), p. 457.

[2] Cf. Mt 28,18-19.

[3] Cf. Mt 7,21.

[4] Cf. Catechismus Romanus Concilii Tridentini, p. II, c. VIII; Leão XIII, Enc. Arcanum, 10 de fevereiro de 1880, em Acta Leonis XIII, II (1881), p. 26-29; Pio XI, Enc. Divini Illius Magistri, 31 de dezembro de 1929, em AAS 22 (1930), p. 58-61; Enc. Casti Connubü, 31 de dezembro de 1930, em AAS 22 (1930), pp. 545-546; Pio XII, Alocução à União Italiana Médico-Psicológica, São Lucas, 12 de novembro de 1944, em "Dicorsi e Radiomessagi", Alocução ao Congresso da União Católica Italiana das Parteiras, 29 de outubro de 1951, em AAS 43 (1951), pp. 835-854; Alocução ao Congresso do Sodalício Frente da Família e da Associação das famílias numerosas, 28 de novembro de 1951, em AAS 43 (1951), pp. 857-859; Alocução ao 7º Congresso da Sociedade Internacional de Hematologia, 12 de setembro de 1958, em AAS 50 (1958), p. 734-735; João XXIII, Enc. Mater et Magistra, 15 de maio de 1961, em AAS 53 (1961), pp. 446-447; Codex Iuris Canonici, can. 1067; 1068; § 1-2; Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Past. Gaudium et Spes, nn. 47-52.

[5] Cf. Paulo VI, Alocução ao Sacro Colégio, 23 de junho de 1964, em AAS 56 (1964), p. 588; Alocução à Comissão para o Estudo dos Problemas da População, da Família e da Natalidade, 27 de março de 1965, em AAS 57 (1965), p. 388; Alocução ao Congresso Nacional da Sociedade Italiana de Obstetrícia e Ginecologia, 29 de outubro de 1966, em AAS 59 (1966), p.1168.

[6] Cf. 1Jo 4,8.

[7] Cf. Ef 3,15.

[8] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 50.

[9] Cf. Santo Tomás de Aquino, *S. Theol.*, I-II, q. 94, a. 2.

[10] Cf. Const. Past. *Gaudium et Spes*, nn. 50 e 51.

[11] *Ibid.*, n. 49.

[12] Cf. Pio XI, Enc. *Casti Connubii*, 31 de dezembro de 1930, em AAS 22 (1930), p. 560; Pio XII, em AAS 43 (1951), p. 853.

[13] Cf. João XXIII, Enc. *Mater et Magistra*, em AAS 53 (1961), p. 449.

[14] Cf. *Catechismus Romanus Concilii Tridentini*, pág. II, c. VIII; Pio XI, Enc. *Casti Connubii*, em AAS 22 (1930), pp. 562-564; Pio XII, *Discorsi e Radiomessaggi*, VI (1944), pp. 191-192; AAS 43 (1951), pp. 842-843; pp. 859-859; João XXIII, Enc. *Pacem in Terris*, 11 de abril de 1963, em AAS 55 (1963), pp. 259-260; *Gaudium et Spes*, n. 51.

[15] Cf. Pio XI, Enc. *Casti Connubii*, em AAS 22 (1930), p. 565; Decreto do Santo Ofício, 22 de fevereiro de 1940; em AAS 32 (1940); p. 73; Pio XII, AAS 43 (1951), pp. 843-844; AAS 50 (1958), pp. 734-935.

[16] Cf. *Catechismus Romanus Concilii Tridentini*, p. II, c. VIII; Pio XI, Enc. *Casti Connubii*, em AAS 22 (1930), pp. 559-561; Pio XII AAS 43 (1951), p. 843; AAS 50 (1958), pp. 734-735; João XXIII, Enc. *Mater et Magistra*, em AAS 53 (1961), p. 447.

[17] Cf. Pio XII, *Alocução ao Congresso Nacional da União dos Juristas Católicos*, 6 de dezembro de 1953, em AAS 45 (1953), pp. 798-799.

[18] Cf. Rom 3,8.

[19] Cf. Pio XII, *Alocução aos Participantes do Congresso de Associação Italiana de Urologia*, de 8 de outubro de 1953, em AAS 45 (1953), pp. 674-675; AAS (1958) pp. 734-735.

[20] Cf. Pio XII, AAS 43 (1951), p. 846.

[21] Cf. AAS 45 (1953), pp. 674-675; AAS 48 (1956), pp. 461-462.

[22] Cf. Lc 2,34.

[23] Cf. Paulo VI, Enc. *Populorum Progressio*, 26 de março de 1967, n. 21.

[24] Cf. Rm, cap. 8.

[25] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Decr. *Inter Mirifica* sobre os Meios de Comunicação Social, nn. 6-7.

[26] Cf. Enc. *Mater et Magistra*, em AAS 53 (1961), p. 447.

[27] Cf. Enc. *Populorum Progressio*, nn. 48-55.

[28] Cf. Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 52.

[29] Cf. AAS 43 (1951), p. 859.

[30] Cf. Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 51.

[31] Cf. Mt 11,30.

[32] Cf. Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 48; Conc. Ecum. Vaticano II, *Lumen Gentium*, Const. Dogm., n. 35.

[33] Mt 7,14; Cf. Hb 12,11.

[34] Cf. Tt 2,12.

[35] Cf. 1Cor 7, 31.

[36] Cf. Rm 5,5.

[37] Ef 5, 25; 28-29; 32-33.

[38] Cf. Const. Dogm. Lumen Gentium, n. 35 e 41; Const. Past. Gaudium et Spes, nn. 48-49; Conc. Ecum. Vaticano II, Decr. Apostolicam Actuositatem, n.11.

[39] Cf. Const. Dogm. Lumen Gentium, n.25.

[40] Cf. 1Cor 1,10.

[41] Cf. Jo 3,17.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*



Paulo VI

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA EVANGELII NUNTIANDI

Sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo

Ao Episcopado, ao Clero aos Fiéis de Toda a Igreja

INTRODUÇÃO

Veneráveis
irmãos e
diletos
filhos,
saúde e
bênção
apostólica

1. O empenho em anunciar o Evangelho aos homens do nosso tempo, animados pela esperança mas ao mesmo tempo torturados muitas vezes pelo medo e pela angústia, é sem dúvida alguma um serviço prestado à comunidade dos cristãos, bem como a toda a humanidade.á

É por isso que a tarefa de confirmar os irmãos, que nós recebemos do Senhor com o múnus de sucessor de Pedro [1] e que constitui para nós "cada dia um cuidado solícito" [2], um programa de vida e de atividade e um empenho fundamental do nosso pontificado, tal tarefa afigura-se-nos ainda mais nobre e necessária quando se trata de reconfortar os nossos irmãos na missão de evangelizadores, a fim de que, nestes tempos de incerteza e de desorientação, eles a desempenhem cada vez com mais amor, zelo e alegria.

2. E é precisamente isso que nós intentamos fazer agora, no final deste Ano Santo, no decorrer do qual a Igreja, ao "procurar infatigavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens" [3], outra coisa não quis senão desempenhar-se do seu ofício de

mensageira da Boa Nova de Jesus Cristo, proclamada em base a dois lemas fundamentais; "Revesti-vos do homem novo", [4] e "Reconciliai-vos com Deus".[5]

Queremos fazer isso, também, neste décimo aniversário de encerramento do Concílio Vaticano II, cujos objetivos se resumem, em última análise, num só intento: tornar a Igreja do século XX mais apta ainda para anunciar o Evangelho à humanidade do mesmo século XX.

Queremos fazer isso, ainda, um ano depois da terceira Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos, dedicado, como é sabido, à evangelização; e fazemo-lo também porque isso nos foi demandado pelos próprios Padres sinodais. Efetivamente, ao concluir-se essa memorável Assembléia, eles decidiram confiar ao Pastor da Igreja universal, com grande confiança e simplicidade, o fruto de todo o seu labor, declarando que esperavam do Papa um impulso novo, capaz de suscitar, numa Igreja ainda mais arraigada na força e na potência imorredouras do Pentecostes, tempos novos de evangelização.[6]

3. Quanto a este tema da evangelização, nós tivemos oportunidade, em diversas ocasiões, de realçar a sua importância, muito antes das jornadas do Sínodo. "As condições da sociedade, tivemos ocasião de dizer ao Sacro Colégio dos Cardeais, a 22 de junho de 1973, obrigam-nos a todos a rever os métodos, a procurar, por todos os meios ao alcance, e a estudar o modo de fazer chegar ao homem moderno a mensagem cristã, na qual somente ele poderá encontrar a resposta às suas interrogações e a força para a sua aplicação de solidariedade humana".[7] E acrescentávamos na mesma altura que, para dar uma resposta válida às exigências do Concílio que nos interpelam, é absolutamente indispensável colocar-nos bem diante dos olhos um patrimônio de fé que a Igreja tem o dever de preservar na sua pureza intangível, ao mesmo tempo que o dever também de o apresentar aos homens do nosso tempo, tanto quanto isso é possível, de uma maneira compreensível e persuasiva.

4. Esta fidelidade a uma mensagem da qual nós somos os servidores, e às pessoas a quem nós a devemos transmitir intata e viva, constitui o eixo central da evangelização, Ela levanta três problemas candentes, que o Sínodo dos Bispos de 1974 teve constantemente diante dos olhos: O que é que é feito, em nossos

dias, daquela energia escondida da Boa Nova, suscetível de impressionar profundamente a consciência dos homens? Até que ponto e como é que essa força evangélica está em condições de transformar verdadeiramente o homem deste nosso século? Quais os métodos que hão de ser seguidos para proclamar o Evangelho de modo a que a sua potência possa ser eficaz?

Tais perguntas, no fundo, exprimem o problema fundamental que a Igreja hoje põe a si mesma e que nós poderíamos equacionar assim: Após o Concílio e graças ao Concílio, que foi para ela uma hora de Deus nesta viragem da história, encontrar-se-á a Igreja mais apta para anunciar o Evangelho e para o inserir no coração dos homens, com convicção, liberdade de espírito e eficácia? Sim ou não?

5. Todos nós vemos a urgência em dar a esta pergunta uma resposta leal, humilde, corajosa e, depois, de agir conseqüentemente.

Com o nosso "cuidado solícito de todas as Igrejas", [8] nós desejaríamos ajudar os nossos Irmãos e Filhos a responder a tais interpelações. Oxalá que as nossas palavras, que intentam ser uma reflexão sobre a evangelização, a partir das riquezas do Sínodo, possam levar à mesma reflexão todo o povo de Deus congregado na Igreja, e vir a ser um impulso novo para todos, especialmente para aqueles "que se afadigam na pregação e no ensino", [9] a fim de que cada um deles seja "um operário que distribui retamente a Palavra da verdade" [10] e realize obra de pregador do Evangelho e se desempenhe com perfeição do próprio ministério.

Pareceu-nos de capital importância uma Exortação deste gênero, porque a apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderia ser substituída. Assim, ela não admite indiferença nem sincretismo, nem acomodação, É a salvação dos homens que está em causa; é a beleza da Revelação que ela representa; depois, ela comporta uma sabedoria que não é deste mundo. Ela é capaz, por si mesma, de suscitar a fé, uma fé que se apóia na potência de Deus. [11] Enfim, ela é a Verdade. Por isso, bem merece que o apóstolo lhe consagre todo o seu tempo, todas as suas energias e lhe sacrifique, se for necessário, a sua própria vida.

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



I. DE CRISTO EVANGELIZADOR A UMA IGREJA EVANGELIZADORA

6. O testemunho que o Senhor dá de si mesmo e que São Lucas recolheu no seu Evangelho, "Eu devo anunciar a Boa Nova do Reino de Deus", [12] tem, sem dúvida nenhuma, uma grande importância, porque define, numa frase apenas, toda a missão de Jesus: "Para isso é que fui enviado". [13] Estas palavras assumem o seu significado pleno se se confrontam com os versículos anteriores, nos quais Cristo tinha aplicado a si próprio as palavras do profeta Isaías: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para evangelizar os pobres". [14]

Andar de cidade em cidade a proclamar, sobretudo aos mais pobres, e muitas vezes os mais bem dispostos para o acolher, o alegre anúncio da realização das promessas e da aliança feitas por Deus, tal é a missão para a qual Jesus declara ter sido enviado pelo Pai. E todos os aspectos do seu mistério, a começar da própria encarnação, passando pelos milagres, pela doutrina, pela convocação dos discípulos e pela escolha e envio dos doze, pela cruz, até a ressurreição e à permanência da sua presença no meio dos seus, fazem parte da sua atividade evangelizadora.

7. No decorrer do Sínodo, muitas vezes os Bispos lembraram esta verdade: o próprio Jesus, "Evangelho de Deus", [15] foi o primeiro e o maior dos evangelizadores. Ele foi isso mesmo até o fim, até a perfeição, até o sacrifício da sua vida terrena.

Evangelizar: Qual o significado que teve para Cristo este imperativo? Não é fácil certamente exprimir, numa síntese completa, o sentido, o conteúdo e os modos da evangelização, tal como Jesus a concebia e a pôs em prática. De resto, uma tal síntese jamais será uma coisa perfeitamente acabada. Aqui, bastar-nos-á recordar alguns dos aspetos essenciais.

8. Como evangelizador, Cristo anuncia em primeiro lugar um reino, o reino de Deus, de tal maneira importante que, em comparação com ele, tudo o mais passa a ser "o resto", que é "dado por acréscimo". [16] Só o reino, por conseguinte, é absoluto, e faz com que se torne relativo tudo o mais que não se identifica com ele. O Senhor comprazer-se-ia em descrever, sob muitíssimas formas diversas, a

felicidade de fazer parte deste reino, felicidade paradoxal, feita de coisas que o mundo aborrece; [17] as exigências do reino e a sua carta magna; [18] os arautos do reino; [19] os seus mistérios; [20] os seus filhos; [21] e a vigilância e a fidelidade que se exigem daqueles que esperam o seu advento definitivo.[22]

9. Como núcleo e centro da sua Boa Nova, Cristo anuncia a salvação, esse grande dom de Deus que é libertação de tudo aquilo que oprime o homem, e que é libertação sobretudo do pecado e do maligno, na alegria de conhecer a Deus e de ser por ele conhecido, de o ver e de se entregar a ele. Tudo isto começa durante a vida do mesmo Cristo e é definitivamente alcançado pela sua morte e ressurreição; mas deve ser prosseguido, pacientemente, no decorrer da história, para vir a ser plenamente realizado no dia da última vinda de Cristo, que ninguém, a não ser o Pai, sabe quando se verificará. [23]

10. Este reino e esta salvação, palavras-chave da evangelização de Jesus Cristo, todos os homens os podem receber como graça e misericórdia; e no entanto, cada um dos homens deve conquistá-los pela força, os violentos apoderam-se dele, diz o Senhor, [24] pelo trabalho e pelo sofrimento, por uma vida em conformidade com o Evangelho, pela renúncia e pela cruz, enfim pelo espírito das bem-aventuranças. Mas, antes de mais nada, cada um dos homens os conquistará mediante uma total transformação do seu interior que o Evangelho designa com a palavra "metanoia", uma conversão radical, uma modificação profunda dos modos de ver e do coração. [25]

11. Cristo realiza esta proclamação do reino de Deus por meio da pregação infatigável de uma palavra da qual se diria que não tem nenhuma outra igual em parte alguma: "Eis uma doutrina nova, ensinada com autoridade!"; [26] "Todos testemunhavam a seu respeito, e admiravam-se das palavras cheias de graça que saíam de sua boca" [27]; "Jamais alguém falou como este homem".[28] As suas palavras desvendavam o segredo de Deus, o seu desígnio e a sua promessa, e modificavam por isso mesmo o coração dos homens e o seu destino.

12. Mas ele realiza igualmente esta proclamação com sinais inumeráveis que provocam a estupefação das multidões e, ao

mesmo tempo, as arrastam para junto dele, para o ver, para o escutar e para se deixarem transformar por ele: enfermos curados, água transformada em vinho, pão multiplicado e mortos que tornam à vida. Entre todos os demais, há um sinal a que ele reconhece uma grande importância: os pequeninos, os pobres são evangelizados, tornam-se seus discípulos, reúnem-se "em seu nome" na grande comunidade daqueles que acreditam nele. Efetivamente, aquele Jesus que declarava, "Eu devo anunciar a Boa Nova do reino de Deus" [29], é o mesmo Jesus do qual o evangelista São João dizia que ele tinha vindo e devia morrer "para congregar na unidade todos os filhos de Deus dispersos".[30] Assim aperfeiçoou ele a sua revelação, completando-a e confirmando-a com toda a manifestação da sua pessoa, com palavras e obras, com sinais e milagres, e sobretudo com a sua morte e com a sua ressurreição e com o envio do Espírito de verdade. [31]

13. Aqueles que acolhem com sinceridade a Boa Nova, por virtude desse acolhimento e da fé compartilhada, reúnem-se portanto em nome de Jesus para conjuntamente buscarem o reino, para o edificar e para o viver. Eles constituem uma comunidade também ela evangelizadora. A ordem dada aos doze, "Ide, pregai a Boa Nova", continua a ser válida, se bem que de maneira diferente, também para todos os cristãos. É precisamente por isso que São Pedro chama a estes últimos "povo de sua particular propriedade a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou"; [32] aquelas mesmas maravilhas que cada um pode alguma vez escutar na sua própria língua.[33] A Boa Nova do reino que vem e que já começou, de resto, é para todos os homens de todos os tempos. Aqueles que a receberam, aqueles que ela congrega na comunidade da salvação, podem e devem comunicá-la e difundi-la ulteriormente.

14. A Igreja sabe-o bem, ela tem consciência viva de que a palavra do Salvador, "Eu devo anunciar a Boa Nova do reino de Deus", [34] se lhe aplica com toda a verdade. Assim, ela acrescenta de bom grado com São Paulo: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; é, antes uma necessidade que se me impõe. Ai de mim, se eu não anunciar o evangelho".[35] Foi com alegria e reconforto que nós ouvimos, no final da grande assembléia de outubro de 1974, estas luminosas palavras: "Nós queremos confirmar, uma vez mais ainda, que a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja";[36] tarefa e missão, que as amplas e profundas mudanças da sociedade atual tornam ainda mais

urgentes. Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores com Deus e perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e gloriosa ressurreição.

15. Quem quer que releia no Novo Testamento as origens da Igreja e queira acompanhar passo a passo a sua história e, enfim, a examine em sua vida e ação, verá que ela se acha vinculada à evangelização naquilo que ela tem de mais íntimo.

A Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze. Ela é o fruto normal, querido, o mais imediato e o mais visível dessa evangelização: "Ide, pois, ensinai todas as gentes".[37] Ora "aqueles que acolheram a sua Palavra, fizeram-se batizar. E acrescentaram-se a eles, naquele dia, cerca de três mil pessoas... E o Senhor acrescentava cada dia ao seu número os que seriam salvos".[38]

Nascida da missão, pois, a Igreja é por sua vez enviada por Jesus, a Igreja fica no mundo quando o Senhor da glória volta para o Pai. Ela fica aí como um sinal, a um tempo opaco e luminoso, de uma nova presença de Jesus, sacramento da sua partida e da sua permanência, Ela prolonga-o e continua-o. Ora, é exatamente toda a sua missão e a sua condição de evangelizado, antes de mais nada, que ela é chamada a continuar.[39] A comunidade dos cristãos, realmente, nunca é algo fechado sobre si mesmo. Nela, a vida íntima, vida de oração, ouvir a Palavra e o ensino dos apóstolos, caridade fraterna vivida e fração do pão, [40] não adquire todo o seu sentido senão quando ela se torna testemunho, a provocar a admiração e a conversão e se desenvolve na pregação e no anúncio da Boa Nova. Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar, e a atividade de cada um é importante para o todo.

Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor. Povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela precisa de ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus,[41] que a converteram para o Senhor; precisa sempre ser convocada e

reunida de novo por ele. Numa palavra, é o mesmo que dizer que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar frescor, alento e força para anunciar o Evangelho. O Concílio Ecumênico Vaticano II recordou e depois o Sínodo de 1974 [42] retomou com vigor este mesmo tema: a Igreja que se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade.

A Igreja é depositária da Boa Nova que há de ser anunciada. As promessas da nova aliança em Jesus Cristo, os ensinamentos do Senhor e dos apóstolos, a Palavra da vida, as fontes da graça e da benignidade de Deus, o caminho da salvação, tudo isto lhe foi confiado. É o conteúdo do Evangelho e, por conseguinte, da evangelização, que ela guarda como um depósito vivo e precioso, não para manter escondido, mas sim para o comunicar.

Enviada e evangelizadora, a Igreja envia também ela própria evangelizadores. É ela que coloca em seus lábios a Palavra que salva, que lhes explica a mensagem de que ela mesma é depositária, que lhes confere o mandato que ela própria recebeu e que, enfim, os envia a pregar. E a pregar, não as suas próprias pessoas ou as suas idéias pessoais, [43] mas sim um Evangelho do qual nem eles nem ela são senhores e proprietários absolutos, para dele disporem a seu bel-prazer, mas de que são os ministros para o transmitir com a máxima fidelidade.

16. Existe, portanto, uma ligação profunda entre Cristo, a Igreja e a evangelização. Durante este "tempo da Igreja" é ela que tem a tarefa de evangelizar. E essa tarefa não se realiza sem ela e, menos ainda, contra ela.

Convém recordar aqui, de passagem, momentos em que acontece nós ouvirmos, não sem mágoa, algumas pessoas, cremos bem intencionadas, mas com certeza desorientadas no seu espírito, a repetir que pretendem amar a Cristo mas sem a Igreja, ouvir a Cristo mas não à Igreja, ser de Cristo mas fora da Igreja. O absurdo de uma semelhante dicotomia aparece com nitidez nesta palavra do Evangelho: "Quem vos rejeita é a mim que rejeita".[44] E como se poderia querer amar Cristo sem amar a Igreja, uma vez que o mais belo testemunho dado de Cristo é o que São Paulo exarou nestes termos: "Ele amou a Igreja e entregou-se a si mesmo por ela"? [45]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



II. O QUE É EVANGELIZAR?

17. Na ação evangelizadora da Igreja há certamente elementos e aspectos que se devem lembrar. Alguns deles são de tal maneira importantes que se verifica a tendência para os identificar simplesmente com a evangelização. Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que hão de ser conferidos.

Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.

Tais elementos, acentuados com insistência no decorrer do mencionado Sínodo, são ainda agora aprofundados muitas vezes, sob a influência do trabalho sinodal. E nós regozijamo-nos pelo fato de eles se situarem, no fundo, na linha daqueles que o Concílio Ecumênico Vaticano II nos proporcionou, sobretudo nas Constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* e no Decreto *Ad Gentes*.

18. Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: "Eis que faço de novo todas as coisas". [46] No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo [47] e da vida segundo o Evangelho.[48] A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, [49] ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios.

19. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez

mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação,

20. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar, não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes, a civilização e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição Gaudium et Spes, [50] a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus.

O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da civilização e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas.

A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada.

21. E esta Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou punhado de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de um modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes

cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é, ou quem é, que os inspira? Por que é que eles estão conosco?

Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valiosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome. E outras perguntas surgirão, depois, mais profundas e mais de molde a ditar um compromisso, provocadas pelo testemunho aludido, que comporta presença, participação e solidariedade e que é um elemento essencial, geralmente o primeiro de todos, na evangelização.[51]

Todos os cristãos são chamados a dar este testemunho e podem ser, sob este aspecto, verdadeiros evangelizadores. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade que se origina para os migrantes nos países que os recebem.

22. Entretanto isto permanecerá sempre insuficiente, pois ainda o mais belo testemunho virá a demonstrar-se impotente com o andar do tempo, se ele não vier a ser esclarecido, justificado, aquilo que São Pedro chamava dar "a razão da própria esperança", [52] explicitado por um anúncio claro e inelutável do Senhor Jesus. Por conseguinte, a Boa Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados.

A história da Igreja, a partir da pregação de Pedro na manhã do Pentecostes amalgama-se e confunde-se com a história de tal anúncio. Em cada nova fase da história humana, a Igreja, constantemente estimulada pelo desejo de evangelizar, não tem senão uma preocupação instigadora: Quem enviar a anunciar o mistério de Jesus? Com que linguagem anunciar um tal mistério?

Como fazer para que ele ressoe e chegue a todos aqueles que o não de ouvir? Este anúncio, kerigma, pregação ou catequese, ocupa um tal lugar na evangelização que, com freqüência, se tornou sinônimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto da evangelização.

23. O anúncio, de fato, não adquire toda a sua dimensão, senão quando ele for ouvido, acolhido, assimilado e quando ele houver feito brotar naquele que assim o tiver recebido uma adesão do coração. Sim, adesão às verdades que o Senhor, por misericórdia, revelou. Mais ainda, adesão ao programa de vida, vida doravante transformada, que ele propõe; adesão, numa palavra, ao reino, o que é o mesmo que dizer, ao "mundo novo", ao novo estado de coisas, à nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura. Uma tal adesão, que não pode permanecer abstrata e desencarnada, manifesta-se concretamente por uma entrada visível numa comunidade de fiéis.

Assim, aqueles cuja vida se transformou ingressam, portanto, numa comunidade que também ela própria é sinal da transformação e sinal da novidade de vida: é a Igreja, sacramento visível da salvação.[53] Mas, a entrada na comunidade eclesial, por sua vez, há de exprimir-se através de muitos outros sinais, que prolongam e desenvolvem o sinal da Igreja. No dinamismo da evangelização, aquele que acolhe o Evangelho como Palavra que salva, [54] normalmente, o traduz depois nestas atitudes sacramentais: adesão à Igreja, aceitação dos sacramentos que manifestam e sustentam essa adesão, pela graça que eles conferem.

24. Finalmente, aquele que foi evangelizado, por sua vez, evangeliza. Está nisso o teste de verdade, a pedra-de-toque da evangelização: não se pode conceber uma pessoa que tenha acolhido a Palavra e se tenha entregado ao reino sem se tornar alguém que testemunha e, por seu turno, anuncia essa Palavra.

Ao terminar estas considerações sobre o sentido da evangelização, importa formular uma última observação, que consideramos esclarecedora para as reflexões que se seguem.

A evangelização, por tudo o que dissemos é uma diligência complexa, em que há variados elementos: renovação da humanidade, testemunho, anúncio explícito, adesão do coração, entrada na comunidade, aceitação dos sinais e iniciativas de

apostolado.

Estes elementos, na aparência, podem afigurar-se contrastantes. Na realidade, porém, eles são complementares e reciprocamente enriquecedores uns dos outros. É necessário encarar sempre cada um deles na sua integração com os demais. Um dos méritos do recente Sínodo foi precisamente o de nos ter repetido constantemente o convite para congregar estes mesmos elementos, em vez de os estar a opor entre si, a fim de se ter a plena compreensão da atividade evangelizadora da Igreja.

É esta visão global que nós intentamos apresentar seguidamente, examinando o conteúdo da evangelização, os meios para evangelizar e precisando a quem se destina o anúncio evangélico e a quem é que incumbe hoje esta tarefa de evangelizar.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



III. O CONTEÚDO DA EVANGELIZAÇÃO

25. Na mensagem que a Igreja anuncia, há certamente muitos elementos secundários. A sua apresentação depende, em larga escala, das circunstâncias mutáveis. Também eles mudam. Entretanto, permanece sempre o conteúdo essencial, a substância viva, que não se poderia modificar nem deixar em silêncio sem desnaturar gravemente a própria evangelização.

26. Não é supérfluo, talvez, recordar o seguinte: evangelizar é, em primeiro lugar, dar testemunho, de maneira simples e direta, de Deus revelado por Jesus Cristo, no Espírito Santo. Dar testemunho de que no seu Filho ele amou o mundo; de que no seu Verbo Encarnado ele deu o ser a todas as coisas e chamou os homens para a vida eterna. Esta atestação de Deus proporcionará, para muitos talvez, o Deus desconhecido, [55] que eles adoram sem lhe dar um nome, ou que eles procuram por força de um apelo secreto do coração quando fazem a experiência da vacuidade de todos os ídolos. Mas ela é plenamente evangelizadora, ao manifestar que para o homem, o Criador já não é uma potência anônima e longínqua: ele é Pai.

"Vede que prova de amor nos deu o Pai: sermos chamados filhos de Deus. E nós o somos"; [56] e portanto, nós somos irmãos uns dos outros em Deus.

27. A evangelização há de conter também sempre, ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo, uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus.[57]

E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade.

28. Por conseguinte, a evangelização não pode deixar de comportar o anúncio profético do além, vocação profunda e definitiva do homem, ao mesmo tempo em continuidade e em descontinuidade com a sua situação presente, para além do tempo e da história, para além da realidade deste mundo cujo cenário passa e das coisas deste mundo, de que um dia se manifestará uma dimensão escondida; para além do próprio homem, cujo destino verdadeiro não se limita à sua aparência temporal, mas que virá também ele a ser revelado na vida futura.[58] A evangelização contém, pois, também a pregação da esperança nas promessas feitas por Deus na Nova Aliança em Jesus Cristo: a pregação do amor de Deus para conosco e do nosso amor a Deus, a pregação do amor fraterno para com todos os homens, capacidade de doação e de perdão, de renúncia e de ajuda aos irmãos, que promana do amor de Deus e que é o núcleo do Evangelho; a pregação do mistério do mal e da busca ativa do bem. Pregação, igualmente, e esta sempre urgente, da busca do próprio Deus, através da oração, principalmente de adoração e de ação graças, assim como através da comunhão com o sinal visível do encontro com Deus que é a Igreja de Jesus Cristo.

Uma tal comunhão exprime-se, por sua vez, mediante a realização dos outros sinais de Cristo vivo e a agir na Igreja, quais são os sacramentos. Viver desta maneira os sacramentos, de molde a fazer com que a celebração dos mesmos atinja uma verdadeira plenitude, não é de modo algum, como às vezes se pretende, colocar um obstáculo ou aceitar um desvio da evangelização; é antes proporcionar-lhe a sua integridade. Efetivamente, a totalidade da evangelização para além da pregação de uma mensagem, consiste em implantar a Igreja, a qual não existe sem esta respiração, que é a vida sacramental a culminar na Eucaristia. [59]

29. Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. E por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível,[60] sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação.

30. São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos Bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado "Terceiro Mundo", com uma acentuação pastoral em que se repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos, Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os Bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização.

31. Entre evangelização e promoção humana, desenvolvimento, libertação, existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar "que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, no que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade".[\[61\]](#)

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa.

32. Não devemos esconder, entretanto, que numerosos cristãos, generosos e sensíveis perante os problemas dramáticos que se apresentam quanto a este ponto da libertação, ao quererem atuar o empenho da Igreja no esforço de libertação, têm freqüentemente a tentação de reduzir a sua missão às dimensões de um projeto simplesmente temporal; os seus objetivos a uma visão antropocêntrica; a salvação, de que ela é mensageira e sacramento, a um bem-estar material; a sua atividade, a iniciativas de ordem política ou social esquecendo todas as preocupações espirituais e religiosas. No entanto, se fosse assim, a Igreja perderia o seu significado próprio. A sua mensagem de libertação já não teria originalidade alguma e ficaria prestes a ser monopolizada e manipulada por sistemas ideológicos e por partidos políticos. Ela já não teria autoridade para anunciar a libertação, como sendo da parte de Deus. Foi por tudo isso que nós quisemos acentuar bem na mesma alocução, quando da abertura da terceira Assembléia Geral do Sínodo, "a necessidade de ser reafirmada claramente a finalidade especificamente religiosa da evangelização. Esta última perderia a sua razão de ser se se apartasse do eixo religioso que a rege: o reino de Deus, antes de toda e qualquer outra coisa, no seu sentido plenamente teológico".[62]

33. Acerca da libertação que a evangelização anuncia e se esforça por atuar, é necessário dizer antes o seguinte: ela não pode ser limitada à simples e restrita dimensão econômica, política, social e cultural; mas deve ter em vista o homem todo, integralmente, com todas as suas dimensões, incluindo a sua abertura para o absoluto, mesmo o absoluto de Deus; ela anda portanto coligada a uma determinada concepção do homem, a uma antropologia que ela jamais pode sacrificar às exigências de uma estratégia qualquer, ou de uma "práxis" ou, ainda, de uma eficácia a curto prazo.

34. Assim, ao pregar a libertação e ao associar-se àqueles que operam e sofrem com o sentido de a favorecer, a Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem; mas reafirmando sempre o primado da sua vocação espiritual, ela recusa-se a substituir o anúncio do reino pela proclamação das libertações puramente humanas e afirma que a sua contribuição para a libertação ficaria incompleta se ela negligenciasse anunciar a salvação em Jesus Cristo.

35. A Igreja relaciona, mas nunca identifica a libertação humana com a salvação em Jesus Cristo, porque ela sabe por revelação, por experiência histórica e por reflexão de fé que nem todas as noções de libertação são forçosamente coerentes e compatíveis com uma visão evangélica do homem, das coisas e dos acontecimentos; e sabe que não basta instaurar a libertação, criar o bem-estar e impulsionar o desenvolvimento, para se poder dizer que o reino de Deus chegou.

Mais ainda: a Igreja tem a firme convicção de que toda a libertação temporal, toda a libertação política, mesmo que ela porventura se esforçasse por encontrar numa ou noutra página do Antigo ou do Novo Testamento a própria justificação, mesmo que ela reclamasse para os seus postulados ideológicos e para as suas normas de ação a autoridade dos dados e das conclusões teológicas e mesmo que ela pretendesse ser a teologia para os dias de hoje, encerra em si mesma o gérmen da sua própria negação e desvia-se do ideal que se propõe, por isso mesmo que as suas motivações profundas não são as da justiça na caridade, e porque o impulso que a arrasta não tem dimensão verdadeiramente espiritual e a sua última finalidade não é a salvação e a beatitude em Deus.

36. A Igreja tem certamente como algo importante e urgente que se construam estruturas mais humanas, mais justas, mais respeitadoras dos direitos da pessoa e menos opressivas e menos escravizadoras; mas ela continua a estar consciente de que ainda as melhores estruturas, ou os sistemas melhor idealizados depressa se tornam desumanos, se as tendências inumanas do coração do homem não se acharem purificadas, se não houver uma conversão do coração e do modo de encarar as coisas naqueles que vivem em tais estruturas ou que as comandam.

37. A Igreja não pode aceitar a violência, sobretudo a força das armas, de que se perde o domínio, uma vez desencadeada, e a morte de pessoas sem discriminação, como caminho para a libertação; ela sabe, efetivamente, que a violência provoca sempre a violência e gera irresistivelmente novas formas de opressão e de escravização, não raro bem mais pesadas do que aquelas que ela pretendia eliminar. Dizíamos quando da nossa viagem à Colômbia: "Exortamos a não pôr a vossa confiança na violência, nem na revolução; tal atitude é contrária ao espírito cristão e pode também retardar, em vez de favorecer, a elevação social pela qual legitimamente

aspirais", [63] E ainda: "Nós devemos reafirmar que a violência não é nem cristã nem evangélica e que as mudanças bruscas ou violentas das estruturas seriam falazes e ineficazes em si mesmas e, por certo, não conformes à dignidade dos povos".[64]

38. Dito isto, nós regozijamo-nos de que a Igreja tome uma consciência cada dia mais viva do modo próprio, genuinamente evangélico, que ela tem para colaborar na libertação dos homens. E o que faz ela, então? Ela procura suscitar cada vez mais nos ânimos de numerosos cristãos a generosidade para se dedicarem à libertação dos outros. Ela dá a estes cristãos "libertadores" uma inspiração de fé e uma motivação de amor fraterno, uma doutrina social a que o verdadeiro cristão não pode deixar de estar atento, mas que deve tomar como base da própria prudência e da própria experiência, a fim de a traduzir concretamente em categorias de ação, de participação e de compromisso. Tudo isto, sem se confundir com atitudes táticas nem com o serviço de um sistema político, deve caracterizar a coragem do cristão comprometido. A Igreja esforça-se por inserir sempre a luta cristã em favor da libertação do desígnio global da salvação, que ela própria anuncia.

O que acabamos de recordar aqui emerge por mais de uma vez dos debates do Sínodo. Nós próprios, aliás, também quisemos dedicar a este mesmo tema algumas palavras de esclarecimento na alocução que dirigimos aos Padres sinodais no final da Assembléia.[65]

Todas estas considerações deveriam contribuir, ao menos é de esperar que assim suceda, para evitar a ambigüidade de que se reveste freqüentemente a palavra "libertação", nas ideologias, nos sistemas ou nos grupos políticos. A libertação que a evangelização proclama e prepara é aquela mesma que o próprio Jesus Cristo anunciou e proporcionou aos homens pelo seu sacrifício.

39. Desta justa libertação, ligada à evangelização e que visa alcançar o estabelecimento de estruturas que salvaguardem as liberdades humanas, não pode ser separada a necessidade de garantir todos os direitos fundamentais do homem, entre os quais a liberdade religiosa ocupa um lugar de primária importância. Tivemos ocasião de falar, ainda há pouco, da atualidade deste problema, pondo em relevo que há "muitos cristãos, ainda hoje, que vivem sufocados por uma opressão sistemática, pelo fato de serem cristãos, pelo fato de serem católicos! O drama da fidelidade a Cristo e da liberdade de

religião, se bem que dissimulado por declarações categóricas em favor dos direitos da pessoa e das relações humanas em sociedade, é um drama que continua!"[66]

▪ *Autoria*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



IV. AS VIAS DE EVANGELIZAÇÃO

40. A evidente importância do conteúdo da evangelização não deve esconder a importância das vias e dos meios da mesma evangelização.

Este problema do "como evangelizar" apresenta-se sempre atual, porque as maneiras de o fazer variam em conformidade com as diversas circunstâncias de tempo, de lugar e de cultura, e lançam, por isso mesmo, um desafio em certo modo à nossa capacidade de descobrir e de adaptar.

A nós especialmente, Pastores da Igreja, incumbe o cuidado de remodelar com ousadia e com prudência e numa fidelidade total ao seu conteúdo, os processos, tornando-os o mais possível adaptados e eficazes, para comunicar a mensagem evangélica aos homens do nosso tempo. Limitar-nos-emos, nesta reflexão, a recordar algumas vias que, por um motivo ou por outro, se revestem de uma importância fundamental.

41. E antes de mais nada, sem querermos estar a repetir tudo aquilo já recordado anteriormente, é conveniente realçar isto; para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. "O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres, dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos, ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas".[67] São Pedro exprimia isto mesmo muito bem, quando evocava o espetáculo de uma vida pura e respeitável, "para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento".[68] Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade.

42. Não será nunca demasiado acentuar, depois, o alcance e a necessidade da pregação. "Como poderiam crer naquele que não ouviram? E como poderiam ouvir sem pregador? ...Pois a fé vem da

pregação, e a pregação é pela palavra de Cristo".[69] Esta lei, estabelecida outrora pelo Apóstolo Paulo, conserva ainda hoje todo o seu vigor,

Sim: a pregação, a proclamação verbal de uma mensagem, permanece sempre como algo indispensável. Nós sabemos bem que o homem moderno, saturado de discursos, se demonstra muitas vezes cansado de ouvir e, pior ainda, como que imunizado contra a palavra. Conhecemos também as opiniões de numerosos psicólogos e sociólogos, que afirmam ter o homem moderno ultrapassado já a civilização da palavra, que se tornou praticamente ineficaz e inútil, e estar a viver, hoje em dia, na civilização da imagem. Estes fatos deveriam levar-nos, como é óbvio, a pôr em prática na transmissão da mensagem evangélica os meios modernos criados por esta civilização. Já foram feitos, de resto, esforços muito válidos neste sentido. Nós não temos senão que louvar as iniciativas tomadas e encorajá-las para que se desenvolvam ainda mais. O cansaço que hoje provocam tantos discursos vazios, e a atualidade de muitas outras formas de comunicação não devem no entanto diminuir a permanente validade da palavra, nem levar a perder a confiança nela. A palavra continua a ser sempre atual, sobretudo quando ela for portadora da força divina. [70] É por este motivo que permanece também com atualidade o axioma de São Paulo: "A fé vem da pregação",[71] é a Palavra ouvida que leva a acreditar.

43. Uma tal pregação evangelizadora poderá revestir-se de numerosas formas que o zelo inspirará serem recriadas quase até ao infinito. São inumeráveis, realmente, os acontecimentos da vida e as situações humanas que proporcionam a ocasião para um anúncio, discreto mas incisivo, daquilo que o Senhor tem a dizer nessas circunstâncias. Basta ter uma verdadeira sensibilidade espiritual para saber ler nos acontecimentos a mensagem de Deus. Depois, numa altura em que a liturgia renovada pelo último Concílio valorizou tanto a Liturgia da Palavra, seria um erro não ver na homilia um instrumento valioso e muito adaptado para a evangelização. É preciso, naturalmente, conhecer as exigências e tirar rendimento das possibilidades da homilia, a fim de ela alcançar toda a sua eficácia pastoral. E é sobretudo necessário estar-se convencido e dedicar-se à mesma homilia com amor.

Esta pregação, singularmente inserida na celebração eucarística, da qual recebe força e vigor particulares, tem certamente um papel

especial na evangelização, na medida em que ela exprime a fé profunda do ministro sagrado e em que ela estiver impregnada de amor. Os fiéis congregados para formar uma Igreja pascal, a celebrar a festa do Senhor presente no meio deles, esperam muito desta pregação e dela poderão tirar fruto abundante, contanto que ela seja simples, clara, direta, adaptada, profundamente aderente ao ensinamento evangélico e fiel ao magistério da Igreja, animada por um ardor apostólico equilibrado que lhe advém do seu caráter próprio, cheia de esperança, nutriente para a fé e geradora de paz e de unidade. Muitas comunidades paroquiais ou de outro tipo vivem e consolidam-se graças à homilia de cada domingo, quando ela tem as qualidades apontadas.

Acrescentamos ainda que, graças à mesma renovação da liturgia, a celebração eucarística não é o único momento apropriado para a homilia. Esta tem o seu cabimento e não deve ser descurada na celebração de todos os sacramentos, como também no decorrer das paraliturgias, ou ainda por ocasião de certas assembléias de fiéis. Ela será sempre uma oportunidade privilegiada para comunicar a Palavra do Senhor.

44. Uma via que não há de ser descurada na evangelização é a do ensino catequético. A inteligência nomeadamente a inteligência das crianças e a dos adolescentes, tem necessidade de aprender, mediante um sistemático ensino religioso, os dados fundamentais, o conteúdo vivo da verdade que Deus nos quis transmitir, e que a Igreja procurou exprimir de maneira cada vez mais rica, no decurso da sua história. Depois, que um semelhante ensino deva ser ministrado para educar hábitos de vida religiosa e não para permanecer apenas intelectual, ninguém o negará. E fora de dúvida que o esforço de evangelização poderá tirar um grande proveito deste meio do ensino catequético, feito na igreja, ou nas escolas onde isso é possível, e sempre nos lares cristãos; isso, porém, se os catequistas dispuserem de textos apropriados e atualizados com prudência e com competência, sob a autoridade dos Bispos. Os métodos, obviamente, hão de ser adaptados à idade, à cultura e à capacidade das pessoas, procurando sempre fazer com que elas retenham na memória, na inteligência e no coração, aquelas verdades essenciais que deverão depois impregnar toda a sua vida. Importa sobretudo preparar bons catequistas, catequistas paroquiais, mestres e pais, que se demonstrem cuidadosos em se aperfeiçoar constantemente nesta arte superior, indispensável e exigente do ensino religioso, Além disso, sem minimamente

negligenciar, seja em que aspecto for, a formação religiosa das crianças, verifica-se que as condições do mundo atual tornam cada vez mais urgente o ensino catequético, sob a forma de um catecumenato, para numerosos jovens e adultos que, tocados pela graça, descobrem pouco a pouco o rosto de Cristo e experimentam a necessidade de a ele se entregar.

45. No nosso século tão marcado pelos "mass media" ou meios de comunicação social, o primeiro anúncio, a catequese ou o aprofundamento ulterior da fé, não podem deixar de se servir destes meios conforme já tivemos ocasião de acentuar.

Postos ao serviço do Evangelho, tais meios são susceptíveis de ampliar, quase até ao infinito, o campo para poder ser ouvida a Palavra de Deus e fazem com que a Boa Nova chegue a milhões de pessoas. A Igreja viria a sentir-se culpável diante do seu Senhor, se ela não lançasse mão destes meios potentes que a inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. É servindo-se deles que ela "proclama sobre os telhados",^[72] a mensagem de que é depositária. Neles encontra uma versão moderna e eficaz do púlpito. Graças a eles consegue falar às multidões.

Entretanto, o uso dos meios de comunicação social para a evangelização comporta uma exigência a ser atendida: é que a mensagem evangélica, através deles, deverá chegar sim às multidões de homens, mas com a capacidade de penetrar na consciência de cada um desses homens, de se depositar nos corações de cada um deles, como se cada um fosse de fato o único, com tudo aquilo que tem de mais singular e pessoal, a atingir com tal mensagem e do qual obter para esta uma adesão, um compromisso realmente pessoal.

46. E é por isto que, ao lado da proclamação geral para todos do Evangelho, uma outra forma da sua transmissão, de pessoa a pessoa, continua a ser válida e importante. O mesmo Senhor a pôs em prática muitas vezes, por exemplo as conversas com Nicodemos, com Zaqueu, com a Samaritana, com Simão, o fariseu, e com outros, atestam-no bem, assim como os apóstolos. E vistas bem as coisas, haveria uma outra forma melhor de transmitir o Evangelho, para além da que consiste em comunicar a outrem a sua própria experiência de fé? Importaria, pois, que a urgência de anunciar a Boa Nova às multidões de homens, nunca fizesse esquecer esta

forma de anúncio, pela qual a consciência pessoal de um homem é atingida, tocada por uma palavra realmente extraordinária que ele recebe de outro. Nós não poderíamos dizer nunca e enaltecer bastante todo o bem que fazem os sacerdotes que, através do sacramento da Penitência ou através do diálogo pastoral, se demonstram dispostos a orientar as pessoas pelas sendas do Evangelho, a ajudá-las a firmarem-se nos seus esforços, a auxiliá-las a reerguer-se se porventura caíram, enfim, a assisti-las continuamente, com discernimento e com disponibilidade.

47. Depois, nunca será demasiado insistir no fato de a evangelização não se esgotar com a pregação ou com o ensino de uma doutrina. A evangelização deve atingir a vida: a vida natural, a que ela confere um sentido novo, graças às perspectivas evangélicas que lhe abre; e a vida sobrenatural, que não é a negação, mas sim a purificação e a elevação da vida natural. Esta vida sobrenatural encontra a expressão viva nos sete sacramentos e na admirável irradiação de graça e de santidade de que eles são fonte.

A evangelização exprime assim toda a sua riqueza, quando ela realiza uma ligação o mais íntima possível, e melhor ainda, uma intercomunicação que nunca se interrompe, entre a Palavra e os sacramentos. Num certo sentido há um equívoco em contrapor, como já algumas vezes se fez, a evangelização à sacramentalização. É bem verdade que uma certa maneira de administrar os sacramentos, sem um apoio sólido na catequese destes mesmos sacramentos e numa catequese global, acabaria por privá-los, em grande parte, da sua eficácia. O papel da evangelização é precisamente o de educar de tal modo para a fé, que esta depois leve cada um dos cristãos a viver, e a não se limitar a receber passivamente, ou a suportar os sacramentos como eles realmente são, verdadeiros sacramentos da fé.

48. Neste ponto, tocamos um aspeto da evangelização a que não se pode ser indiferente. Queremos referir-nos àquela realidade que com freqüência vai sendo designada nos nossos dias com os termos religiosidade popular. É um fato que, tanto nas regiões onde a Igreja se acha implantada de há séculos quanto nos lugares onde ela se encontra em vias de implantação, subsistem expressões particulares da busca de Deus e da fé. Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem hoje em dia, mais ou menos por toda a parte, o objeto de uma redescoberta. Os Bispos aprofundaram o

seu significado, no decorrer do recente Sínodo, com um realismo e um zelo pastoral que são de assinalar.

A religiosidade popular, pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se freqüentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com freqüência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial.

Se essa religiosidade popular, porém, for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rico de valores. Assim ela traduz em si uma certa sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes para terem rasgos de generosidade e predispõe-nas para o sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante, etc. Ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam alhures no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida cotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção, etc. Em virtude destes aspectos, nós chamamos-lhe de bom grado " piedade popular", no sentido religião do povo, em vez de religiosidade.

A caridade pastoral há de ditar, a todos aqueles que o Senhor colocou como chefes de comunidades eclesiais, as normas de procedimento em relação a esta realidade, ao mesmo tempo tão rica e tão vulnerável. Antes de mais, importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar-se disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular, pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo.

▪ [*Anterior*](#)

▪ [*Índice*](#)

▪ [*Posterior*](#)



V. OS DESTINATARIOS DA EVANGELIZAÇÃO

49. As últimas palavras de Jesus no Evangelho de São Marcos conferem à evangelização, de que o Senhor incumbe os apóstolos, uma universalidade sem fronteiras: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura".[\[73\]](#)

Os doze e a primeira geração dos cristãos captaram bem a lição deste texto e de outros semelhantes; e assim, fizeram deles um programa de ação. A própria perseguição, ao dispersar os apóstolos, contribuiu para a difusão da Palavra e para que se implantasse a Igreja em muitas regiões, ainda as mais longínquas. A admissão de Paulo nas fileiras dos apóstolos e o seu carisma de pregador da vinda de Jesus Cristo aos pagãos acentuou também essa mesma universalidade.

50. Ao longo de vinte séculos de história, as gerações cristãs tiveram de enfrentar periodicamente diversos obstáculos que se opuseram a esta missão universalista. Por um lado, a tentação da parte dos mesmos evangelizadores, para restringir, sob variados pretextos, o seu campo de atividade missionária. E por outro lado, a resistência muitas vezes humanamente invencível da parte daqueles a quem se dirige o evangelizador. E temos de verificar com mágoa que a obra evangelizadora da Igreja tem sido contrastada, se não mesmo impedida, pelos poderes públicos. Sucede, ainda nos nossos dias, que os anunciadores da Palavra de Deus são privados dos seus direitos, perseguidos, ameaçados e eliminados mesmo, só pelo fato de pregarem Jesus Cristo e o seu Evangelho. No entanto, nós temos confiança de que, apesar destas dolorosas provações, a obra desses apóstolos finalmente não virá a faltar em qualquer região do mundo.

A despeito de tais adversidades, a Igreja reanima-se constantemente com a sua inspiração mais profunda, aquela que lhe provém diretamente do Senhor: por todo o mundo! A toda a criatura! Até as extremidades da terra! Ela fez isso, ainda uma vez, no recente Sínodo, como um apelo para não se deter o anúncio evangélico, delimitando-o a um setor da humanidade, ou a uma classe de homens, ou, ainda, a um só tipo de cultura. Alguns exemplos, quanto a este ponto, poderão ser elucidativos.

51. Dar a conhecer Jesus Cristo e o seu Evangelho àqueles que não os conhecem, é precisamente, a partir da manhã do Pentecostes, o programa fundamental que a Igreja assumiu como algo recebido do seu Fundador. Todo o Novo Testamento, e duma maneira especial os Atos dos Apóstolos, dão testemunho de um momento privilegiado e, de algum modo, exemplar, desse esforço missionário, que viria em seguida a assinalar toda a história da Igreja.

Esse primeiro anúncio de Jesus Cristo efetua-o a Igreja por meio de uma atividade complexa e diversificada, que algumas vezes se designa com o nome de "pré-evangelização", mas que, a bem dizer, já é evangelização, embora no seu estágio inicial e ainda incompleto. Uma gama quase infinita de meios, a começar da pregação explícita, como é óbvio, mas passando também pela arte, pelos contatos e interesse no campo científico e no campo das pesquisas filosóficas, até ao recurso legítimo aos sentimentos do coração do homem, podem ser postos em prática para se alcançar tal objetivo.

52. Se é verdade que este primeiro anúncio se destina especialmente àqueles que nunca ouviram a Boa Nova de Jesus e às crianças, é verdade também que ele se demonstra cada dia mais necessário, e isto por causa das situações de descristianização freqüentes nos nossos dias, igualmente para multidões de homens que receberam o batismo, mas vivem fora de toda a vida cristã, para as pessoas simples que, tendo embora uma certa fé, conhecem mal os fundamentos dessa mesma fé, para intelectuais que sentem a falta de um conhecimento de Jesus Cristo sob uma luz diversa da dos ensinamentos recebidos na sua infância, e para muitos outros ainda.

53. Um tal anúncio destina-se também a porções imensas da humanidade que praticam religiões não cristãs que a Igreja respeita e estima, porque elas são a expressão viva da alma de vastos grupos humanos. Elas comportam em si mesmas o eco de milênios de procura de Deus, procura incompleta, mas muitas vezes efetuada com sinceridade e retidão de coração. Elas possuem um patrimônio impressionante de textos profundamente religiosos; ensinaram gerações de pessoas a orar; e, ainda, acham-se permeadas de inumeráveis "sementes da Palavra" [74] e podem constituir uma autêntica "preparação evangélica", [75] para usarmos a palavra feliz do Concílio Ecumênico Vaticano II, assumida, aliás, de Eusébio de Cesaréia.

Uma situação assim levanta, certamente, problemas complexos e delicados, que é conveniente estudar, à luz da tradição cristã e do magistério da Igreja, de molde a poder proporcionar aos missionários do presente e do futuro novos horizontes nos seus contatos com as religiões não cristãs. Nós queremos acentuar, sobretudo hoje, que nem o respeito e a estima para com essas religiões, nem a complexidade dos problemas levantados são para a Igreja motivo para ela calar, diante dos não-cristãos, o anúncio de Jesus Cristo. Pelo contrário, ela pensa que essas multidões têm o direito de conhecer as riquezas do mistério de Cristo,^[76] nas quais nós acreditamos que toda a humanidade pode encontrar, numa plenitude inimaginável, tudo aquilo que ela procura às apalpadelas a respeito de Deus, do homem, do seu destino, da vida e da morte e da verdade. Mesmo perante as expressões religiosas naturais mais merecedoras de estima, a Igreja apóia-se sobre o fato que a religião de Jesus, que ela anuncia através da evangelização, põe o homem objetivamente em relação com o plano de Deus, com a sua presença viva e com a sua ação; ela leva-o, assim, a encontrar o mistério da paternidade divina que se debruça sobre a humanidade; por outras palavras, a nossa religião instaura efetivamente uma relação autêntica e viva com Deus, que as outras religiões não conseguem estabelecer, se bem que elas tenham, por assim dizer, os seus braços estendidos para o céu.

É por isso que a Igreja conserva bem vivo o seu espírito missionário e deseja mesmo que ele se intensifique neste momento histórico que nos foi dado viver. Ela sente-se responsável perante povos inteiros. Ela não descansa enquanto não tiver feito o seu melhor para proclamar a Boa Nova de Jesus Salvador. Ela prepara continuamente novas gerações de apóstolos. E verificamos com alegria tudo isto, numa altura em que não falta quem pense e mesmo quem diga que o ardor e o espírito apostólico se esgotaram, e que a época para enviar missionários já passou. O Sínodo, em 1974, deu uma resposta a isso, ao dizer que o anúncio missionário não se esgota e que a Igreja estará sempre aplicada em atuar esse mesmo anúncio.

54. Entretanto, a Igreja não se sente dispensada de prestar uma atenção diligente, de igual modo, àqueles que receberam a fé e que, muitas vezes passadas algumas gerações, voltam a ter contato com o Evangelho. Ela procura desta maneira aprofundar, consolidar, alimentar e tornar cada dia mais amadurecida a fé daqueles que se dizem já fiéis ou crentes, afim de que o sejam cada vez mais.

Esta fé, hoje confrontada com o secularismo, ou antes, podemos mesmo dizer, com o ateísmo militante, é quase sempre uma fé exposta a provações e ameaçada, e mais ainda, uma fé assediada e combatida. Ela corre o risco de morrer de asfixia ou de inanição, se ela não for alimentada e amparada todos os dias. Evangelizar há de ser, muito freqüentemente, comunicar à fé dos fiéis, em particular, mediante uma catequese cheia de substância evangélica e servida por uma linguagem adaptada ao tempo e às pessoas, esse alimento e esse amparo de que ela precisa.

A Igreja católica mantém igualmente uma viva solicitude em relação aos cristãos que não estão em plena comunhão com ela: se bem que se ache já empenhada em preparar juntamente com eles a unidade querida por Cristo, e precisamente em vista de realizar a unidade na verdade, ela tem a consciência de que faltaria gravemente ao seu dever, se ela não desse testemunho, também junto deles, da plenitude da revelação de que ela conserva o depósito.

55. Significativa é também aquela preocupação, que e teve presente no Sínodo e diz respeito a duas esferas muito diferentes uma da outra e, no entanto, muito aproximadas por aquele desafio que, cada uma a seu modo lança à evangelização.

A primeira dessas esferas é aquilo que se pode chamar, o crescer da incredulidade no mundo moderno. O mesmo Sínodo aplicou-se a descrever este mundo moderno: sob tal nome genérico, quantas correntes de pensamento, quantos valores e contravalores, quantas aspirações latentes, quantos gérmens de destruição, quantas convicções antigas que desaparecem e quantas outras convicções novas que se impõem! Sob o ponto de vista espiritual, este mundo moderno parece que continua a debater-se sempre com aquilo que um autor dos nossos dias chamava "o drama do humanismo ateu".
[77]

Por um lado, é-se obrigado a verificar no âmago deste mesmo mundo contemporâneo o fenómeno que se torna quase a sua nota mais surpreendente: o secularismo. Nós não falamos da secularização, que é o esforço, em si mesmo justo e legítimo, e não absolutamente incompatível com a fé ou com a religião, para descobrir na criação, em cada coisa ou em cada acontecimento do universo, as leis que os regem com uma certa autonomia, com a

convicção interior de que o Criador aí pôs tais leis. Quanto a este ponto, o recente Concílio reafirmou a autonomia legítima da cultura e particularmente das ciências.[78] Aqui, temos em vista um verdadeiro secularismo: uma concepção do mundo, segundo a qual esse mundo se explicaria por si mesmo, sem ser necessário recorrer a Deus; de tal sorte que Deus se tornou supérfluo e embaraçante. Um secularismo deste gênero, para reconhecer o poder do homem, acaba por privar-se de Deus e mesmo por renegá-lo.

Daqui parecem derivar novas formas de ateísmo: um ateísmo antropocêntrico, que já não é abstrato e metafísico, mas sim pragmático, programático e militante. Em conexão com este secularismo ateu, propõem-se-nos todos os dias, sob as formas mais diversas, uma civilização de consumo, o hedonismo erigido em valor supremo, uma ambição de poder e de predomínio, discriminações de todo o gênero, enfim, uma série de coisas que são outras tantas tendências inumanas desse "humanismo".

Por outro lado e paradoxalmente, neste mesmo mundo moderno não se pode negar a existência de verdadeiras pedras de junção cristãs, valores cristãos pelo menos sob a forma de um vazio ou de uma nostalgia. Não seria exagerar o falar-se de um potente e trágico apelo para ser evangelizado.

56. Uma segunda esfera é a dos não praticantes: hoje em dia um bom número de batizados que, em larga medida, nunca renegaram formalmente o próprio batismo mas que se acham totalmente à margem do mesmo e que o não vivem. O fenômeno dos não praticantes é muito antigo na história do cristianismo e anda ligado a uma fraqueza natural, a uma incoerência profunda que nós, por nosso mal, trazemos no fundo de nós próprios. No entanto, nos tempos atuais, ele apresenta características novas e explica-se freqüentemente pelos desenraizamentos típicos da nossa época. Ele nasce também do fato de os cristãos hoje viverem lado a lado com os não-crentes e de receberem constantemente o contra-choque da incredulidade. Além disso, os não praticantes contemporâneos, mais do que os de outras épocas, procuram explicar e justificar a própria posição em nome de uma religião interior, da autonomia ou da autenticidade pessoal.

Ateus e incrédulos por um lado, e não praticantes pelo outro, opõem, assim, resistências à evangelização que não são para

menosprezar. Os primeiros, a resistência de uma certa recusa, a incapacidade para aceitar a nova ordem das coisas, o sentido novo do mundo, da vida, da história, que não é possível se não se parte do Absoluto de Deus. Os segundos, a resistência da inércia, a atitude um tanto hostil da parte de alguns que se sentem de casa, que afirmam já saber tudo, já haver experimentado tudo e já não acreditarem em nada.

Secularismo ateu e ausência de prática religiosa encontram-se entre os adultos e entre os jovens, nas elites e nas massas, em todos os setores culturais, no seio das antigas e das jovens Igrejas. A ação evangelizadora da Igreja, que não pode ignorar estes dois mundos nem ficar parada diante deles, tem de procurar constantemente os meios e a linguagem adequados para lhes propor a revelação de Deus e a fé em Jesus Cristo.

57. Como Cristo durante o tempo da sua pregação, como os doze na manhã do Pentecostes, também a Igreja vê diante dela uma imensa multidão humana que precisa do Evangelho e a ele tem direito, uma vez que Deus "quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade".[79]

Consciente do seu dever de pregar a todos a salvação e sabendo que a mensagem evangélica não é reservada a um pequeno grupo de iniciados, de privilegiados ou de eleitos, mas destinada a todos, a Igreja assume como sua própria a angústia de Cristo diante das multidões errantes e prostradas "como ovelhas sem pastor" e repete muitas vezes a sua mesma palavra: "Tenho compaixão desta multidão".[80] Mas a Igreja, entretanto, também está consciente de que, para a eficácia da pregação evangélica no coração das massas, ela deve dirigir a sua mensagem a comunidades de fiéis cuja ação, por sua vez, pode e deve ir atingindo outros.

58. O Sínodo ocupou-se largamente destas "pequenas comunidades" ou "comunidades de base", dado que, na Igreja de hoje, elas são freqüentemente mencionadas. O que vêm a ser tais "comunidades" e por que é que elas hão de ser destinatárias especiais da evangelização e ao mesmo tempo evangelizadoras?

Florescentes mais ou menos por toda a parte na Igreja, a ater-nos ao que sobre isso se disse em vários testemunhos ouvidos durante as sessões do último Sínodo, essas comunidades diferem bastante

entre si, mesmo dentro duma só região, e, mais ainda, de umas regiões para outras.

Assim, nalgumas regiões, elas brotam e desenvolvem-se, salvo algumas exceções, no interior da Igreja, e são solidárias com a vida da mesma Igreja e alimentadas pela sua doutrina e conservam-se unidas aos seus pastores. Nesses casos assim, elas nascem da necessidade de viver mais intensamente ainda a vida da Igreja; ou então do desejo e da busca de uma dimensão mais humana do que aquela que as comunidades eclesiais mais amplas dificilmente poderão revestir, sobretudo nas grandes metrópoles urbanas contemporâneas, onde é mais favorecida a vida de massa e o anonimato ao mesmo tempo. Elas poderão muito simplesmente prolongar, a seu modo, no plano espiritual e religioso o culto, o aprofundamento da fé, a caridade fraterna, a oração, comunhão com os Pastores e a pequena comunidade sociológica, a aldeia, ou outras similares. Ou então elas intentarão congregar para ouvir e meditar a Palavra, para os sacramentos e para o vínculo da ágape, alguns grupos que a idade, a cultura, o estado civil ou a situação social tornam mais ou menos homogêneos, como por exemplo casais, jovens, profissionais e outros; ou ainda, pessoas que a vida faz encontrarem-se já reunidas nas lutas pela justiça, pela ajuda aos irmãos pobres, pela promoção humana etc. Ou, finalmente, elas reúnem os cristãos naqueles lugares em que a escassez de sacerdotes não favorece a vida ordinária de uma comunidade paroquial. Tudo isto, porém, é suposto no interior de comunidades constituídas da Igreja, sobretudo das Igrejas particulares e das paróquias.

Noutras regiões, ao contrário, agrupam-se comunidades de base com um espírito de crítica acerba em relação à Igreja, que elas estigmatizam muito facilmente como "institucional" e à qual elas se contrapõem como comunidades carismáticas, libertas de estruturas e inspiradas somente no Evangelho. Estas têm, portanto, como sua característica uma evidente atitude de censura e de rejeição em relação às expressões da Igreja, quais são a sua hierarquia e os seus sinais, Elas contestam radicalmente esta Igreja. Nesta linha, a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos.

A diferença é já notável: as comunidades que pelo seu espírito de contestação se separam da Igreja, da qual prejudicam a unidade, podem muito bem denominar-se "comunidades de base", mas em tais casos há nesta terminologia uma designação puramente sociológica. Elas não poderiam, sem se dar um abuso de linguagem, intitular-se comunidades eclesiais de base, mesmo que elas, sendo hostis à hierarquia, porventura tivessem a pretensão de perseverar na unidade da Igreja. Essa designação pertence às outras, ou seja, àquelas que se reúnem em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja.

Estas últimas comunidades, sim, serão um lugar de evangelização, para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal, como nós tivemos ocasião de dizer ao terminar o Sínodo, à medida que: que elas procurem o seu alimento na Palavra de Deus e não se deixem enredar pela polarização política ou pelas ideologias que estejam na moda, prestes para explorar o seu imenso potencial humano evitem a tentação sempre ameaçadora da contestação sistemática e do espírito hipercrítico, sob pretexto de autenticidade e de espírito de colaboração; permaneçam firmemente ligadas à Igreja local em que se inserem, e à Igreja universal, evitando assim o perigo, por demais real, de se isolarem em si mesmas, e depois de se crerem a única autêntica Igreja de Cristo e, por conseqüência, perigo de anatematizarem as outras comunidades eclesiais; mantenham uma comunhão sincera com os Pastores que o Senhor dá à sua Igreja, e também com o Magistério que o Espírito de Cristo lhes confiou; jamais se considerem como o destinatário único ou como o único agente da evangelização, ou por outra, como o único depositário do Evangelho; mas, conscientes de que a Igreja é muito mais vasta e diversificada, aceitem que esta Igreja se encarna de outras maneiras, que não só através delas; elas progridam cada dia na consciência do dever missionário e em zelo, aplicação e irradiação neste aspecto; elas se demonstrem em tudo universalistas e nunca sectárias.

Com estas condições assim, exigentes sem dúvida alguma, mas exaltantes, as comunidades eclesiais de base corresponderão à sua vocação mais fundamental; de ouvintes do Evangelho que lhes é anunciado e de destinatárias privilegiadas da evangelização, próprias se tornarão sem tardança anunciadoras do Evangelho.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



VI. OS OBREIROS DA EVANGELIZAÇÃO

59. Se há homens que proclamam no mundo o Evangelho da salvação, fazem-no por ordem, em nome e com a graça de Cristo Salvador. "E como podem pregar, se não forem enviados? [81] escrevia aquele que foi, sem dúvida alguma, um dos maiores evangelizadores. Ninguém, pois, pode fazer isso se não for enviado.

Mas, então quem é que tem a missão de evangelizar? O Concílio Ecumênico Vaticano II respondeu claramente a esta pergunta: "Por mandato divino, incumbe à Igreja o dever de ir por todo o mundo e pregar o Evangelho a toda a criatura", [82] E noutro texto o mesmo Concílio diz ainda: "Toda a Igreja é missionária, a obra da evangelização é um dever fundamental do povo de Deus".[83]

Já recordamos esta ligação íntima entre a Igreja e a evangelização. Quando a Igreja anuncia o reino de Deus e o edifica, insere-se a si própria no âmago do mundo, como sinal e instrumento desse reino que já é e que já vem. O mesmo Concílio referiu com justeza, as palavras bem significativas de Santo Agostinho, sobre a ação missionária dos doze: "pregaram a palavra da verdade e geraram as Igrejas".[84]

60. O fato de a Igreja ser enviada e mandada para a evangelização do mundo, é uma observação que deveria despertar em nós uma dupla convicção.

A primeira é a seguinte: evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial. Assim, quando o mais obscuro dos pregadores, dos catequistas ou dos pastores, no rincão mais remoto, prega o Evangelho, reúne a sua pequena comunidade, ou administra um sacramento, mesmo sozinho, ele perfaz um ato de Igreja e o seu gesto está certamente conexo, por relações institucionais, como também por vínculos invisíveis e por raízes recônditas da ordem da graça, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Isto pressupõe, porém, que ele age, não por uma missão pessoal

que se atribuisse a si próprio, ou por uma inspiração pessoal, mas em união com a missão da Igreja e em nome da mesma.

Donde, a segunda convicção: se cada um evangeliza em nome da Igreja, o que ela mesma faz em virtude de um mandato do Senhor, nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua ação evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios e perspectivas individualistas tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus Pastores.

A Igreja é ela toda inteiramente evangelizadora, como frisamos acima. Ora isso quer dizer que, para com o conjunto do mundo e para com cada parcela do mundo onde ela se encontra, a Igreja se sente responsável pela missão de difundir o Evangelho.

61. Chegados a este ponto da nossa reflexão, queremos deter-nos um pouco, convosco, Irmãos e Filhos, sobre uma questão particularmente importante nos nossos dias.

Nas suas celebrações litúrgicas, no seu testemunho diante dos juízes e dos carrascos e nos seus escritos apologéticos, os primeiros cristãos exprimiam de boa mente a sua fé profunda na Igreja e designavam-na como espalhada por todo o universo. E que eles tinham a consciência plena de fazer parte de uma grande comunidade que nem o espaço nem o tempo poderiam delimitar: "Desde o justo Abel até o último dos eleitos",^[85] "até as extremidades da terra",^[86] "até ao fim do mundo".^[87]

Foi assim que o Senhor quis a sua Igreja: universal, uma grande árvore de modo que as aves do céu venham abrigar-se sob os seus ramos,^[88] rede que recolhe toda a espécie de peixes ^[89] ou que Pedro retira cheia com cento e cinqüenta e três grandes peixes,^[90] rebanho que um só pastor apascenta; ^[91] Igreja universal, sem limites nem fronteiras, a não ser, infelizmente, as do coração e do espírito do homem pecador.

62. Entretanto, esta Igreja universal encarna-se de fato nas Igrejas particulares; e estas são constituídas por tal ou tal porção da humanidade em concreto, que fala uma determinada linguagem e é tributária de uma certa herança cultural, de uma visão do mundo, de um passado histórico e, enfim, de um substrato humano específico. A abertura para as riquezas da Igreja particular corresponde a uma sensibilidade especial do homem contemporâneo.

Guardemo-nos bem, no entanto, de conceber a Igreja universal como sendo o somatório, ou, se se preferir dizê-lo, a federação mais ou menos anômala de Igrejas particulares essencialmente diversas. No pensamento do Senhor é a Igreja, universal por vocação e por missão, que, ao lançar as suas raízes na variedade dos terrenos culturais, sociais e humanos, se reveste em cada parte do mundo de aspectos e de expressões exteriores diversas.

Assim, toda a Igreja particular que se separasse voluntariamente da Igreja universal perderia a sua referência ao desígnio de Deus e empobrecer-se-ia na sua dimensão eclesial. Mas, por outro lado, uma Igreja "toto urbe diffusa" (espalhada por todo o mundo) tornar-se-ia uma abstração se ela não tomasse corpo e vida precisamente através das Igrejas particulares. Só uma atenção constante aos dois polos da Igreja nos permitirá aperceber-nos da riqueza desta relação entre Igreja universal e Igrejas particulares.

63. As Igrejas particulares profundamente amalgamadas não apenas com as pessoas, como também com as aspirações, as riquezas e as limitações, as maneiras de orar, de amar, de encarar a vida e o mundo, que caracterizam este ou aquele aglomerado humano, tem o papel de assimilar o essencial da mensagem evangélica, de a transpor, sem a mínima traição à sua verdade essencial, para a linguagem que esses homens compreendam e, em seguida, de a anunciar nessa mesma linguagem.

Uma tal transposição há de ser feita com o discernimento, a seriedade, o respeito e a competência que a matéria exige, no campo das expressões litúrgicas, [92] como de igual modo no que se refere à catequese, à formulação teológica, às estruturas eclesiais secundárias e aos ministérios.

E aqui linguagem deve ser entendida menos sob o aspecto semântico ou literário do que sob aquele aspecto que se pode chamar antropológico e cultural.

O problema é sem dúvida delicado. A evangelização perderia algo da sua força e da sua eficácia se ela porventura não tomasse em consideração o povo concreto a que ela se dirige, não utilizasse a sua língua, os seus sinais e símbolos; depois, não responderia também aos problemas que esse povo apresenta, nem atingiria a sua vida real. De outro lado, a evangelização correria o risco de

perder a sua alma e de se esvaecer se fosse despojada ou fosse desnaturada quanto ao seu conteúdo, sob o pretexto de a traduzir melhor; o mesmo sucederia, se ao querer adaptar uma realidade universal a um espaço localizado, se sacrificasse essa realidade ou se destruísse a unidade, sem a qual já não subsiste a universalidade. Ora, sendo assim, só uma Igreja que conserva a consciência da sua universalidade e demonstra de fato ser universal, pode ter uma mensagem capaz de ser entendida por todos, passando por cima de demarcações regionais.

Uma legítima atenção para com as Igrejas particulares não pode senão vir a enriquecer a Igreja. Tal atenção, aliás, é indispensável e urgente. Ela corresponde às aspirações mais profundas dos povos e das comunidades humanas, a descobrirem cada vez mais a sua fisionomia própria.

64. Esse enriquecimento, porém, exige que as Igrejas particulares mantenham a sua abertura profunda para a Igreja universal. É bem que seja realçado, de resto, que os cristãos mais simples, mais fiéis ao Evangelho e mais abertos ao verdadeiro sentido da Igreja, são aqueles que têm uma sensibilidade absolutamente espontânea em relação a esta dimensão universal; eles sentem, instintiva e vigorosamente, a necessidade dela; reconhecem-se nela com facilidade, vibram com ela e sofrem no mais íntimo do seu ser quando, em nome de teorias que eles não compreendem, se vêem constrangidos numa Igreja desprovida dessa universalidade, Igreja regionalista e sem horizontes.

Conforme a história demonstra, aliás, sempre que tal ou tal Igreja particular, algumas vezes com as melhores intenções e baseando-se em argumentos teológicos, sociológicos, políticos ou pastorais, ou mesmo no desejo de uma certa liberdade de movimentos ou de ação, se desligou da Igreja universal e do seu centro vivo e visível, essa Igreja só muito dificilmente escapou, se é que escapou, a dois perigos igualmente graves: o perigo, de um lado, do isolacionismo estiolante, e depois, em breve tempo, da desagregação, com cada uma das suas células a separar-se dela, como ela própria se separou do núcleo central; e de outro lado, o perigo de perder a sua liberdade, uma vez que, desligada do centro e das outras Igrejas que lhe comunicavam vigor e energia, ela se veio a encontrar sozinha, à mercê das mais variadas forças de escravização e de exploração.

Quanto mais uma Igreja particular estiver ligada, por vínculos

sólidos de comunhão, à Igreja universal, na caridade e na lealdade, na abertura para o magistério de Pedro, na unidade da "lex orandi" (norma da oração), que é também a "lex credendi" (norma para crer), e no cuidado pela unidade com todas as demais Igrejas que compõem a universalidade, tanto mais essa Igreja estará em condições de traduzir o tesouro da fé na legítima variedade das expressões da profissão de fé, da oração e do culto, da vida e do comportamento cristão e do influxo irradiante do povo em que a mesma fé se acha inserida. E, a par disto, mais ela será verdadeiramente evangelizadora, ou seja, capaz de ir beber no patrimônio universal para fazer com que dele aproveite esse seu povo; e, depois, capaz de comungar com a Igreja universal a experiência e a vida desse mesmo povo, para benefício de todos.

65. Neste sentido, precisamente, houvermos por bem dizer uma palavra clara e repassada de afeto paterno, na altura do encerramento das sessões do Sínodo, insistindo sobre a função do sucessor de São Pedro como princípio visível, vivo e dinâmico da unidade entre as Igrejas e, por conseguinte, da universalidade da única Igreja. [93] Insistíamos também na mesma ocasião na grave responsabilidade que sobre nós incumbe, mas que nós compartilhamos com os nossos Irmãos no Episcopado, de manter inalterável o conteúdo da fé católica que o Senhor confiou aos Apóstolos: traduzido em todas as linguagens, este conteúdo nunca há de sofrer amputações ou ser mutilado; mas sim, revestido pelos símbolos próprios de cada povo, explicitado com as expressões teológicas que têm em conta os meios culturais, sociais e até mesmo raciais diversos, ele deve permanecer o conteúdo da fé católica tal como o magistério eclesial o recebeu e o transmite.

66. Toda a Igreja, portanto, é chamada para evangelizar; no seu grêmio, porém, existem diferentes tarefas evangelizadoras que não de ser desempenhadas. Tal diversidade de serviços na unidade da mesma missão é que constitui a riqueza e a beleza da evangelização. Passamos a recordar, em breves palavras, essas tarefas.

Queremos, antes de mais nada, assinalar nas páginas do Evangelho o encarecimento com que o Senhor confia aos apóstolos a função de anunciar a Palavra. Ele próprio os escolheu, [94] formou-os durante os diversos anos de familiaridade, [95] constituiu-os [96] e deu-lhes o mandato [97] para serem testemunhas e mestres autorizados da mensagem da salvação. E os doze, por seu turno,

enviaram os seus sucessores que continuam a pregar a Boa Nova, atendo-se à linha apostólica.

67. O sucessor de Pedro é assim, pela vontade de Cristo, encarregado do ministério preeminente de ensinar a verdade revelada. O Novo Testamento apresenta-nos por várias vezes Pedro "cheio do Espírito Santo" a tomar a palavra em nome de todos.[98] É precisamente por isso que São Leão Magno fala dele como sendo aquele que mereceu ter o primado do apostolado.[99] É por isso, ainda, que a voz da Igreja nos mostra o Papa "no vértice - in apice, in specula - do apostolado".[100] O Concílio Ecumênico Vaticano II houve por bem reafirmar isso mesmo, quando declarou que "o mandamento de Cristo de pregar o Evangelho a toda a criatura (cf. Mc.16,15) impende primária e imediatamente aos Bispos, com Pedro e sob Pedro".[101]

O poder pleno, supremo e universal [102] que Cristo confia ao seu Vigário para o governo pastoral da sua Igreja, acha-se especialmente, portanto, na atividade de pregar e de mandar pregar a Boa Nova da salvação, que o Papa exerce.

68. Unidos ao sucessor de Pedro, os Bispos, sucessores dos apóstolos, recebem pela virtude da ordenação episcopal, a autoridade para ensinar na Igreja a verdade revelada. Eles são os mestres da fé.

Aos Bispos são associados no ministério da evangelização, como responsáveis por um título especial, aqueles que, por força da ordenação sacerdotal, agem em nome de Cristo, [103] dado que são, enquanto educadores do povo de Deus na fé, pregadores, ao mesmo tempo que ministros da eucaristia e dos outros sacramentos.

Todos nós, portanto, enquanto Pastores, somos convidados a tomar consciência, mais do que qualquer outro membro da Igreja, deste dever. Aquilo que constitui a singularidade do nosso serviço sacerdotal, aquilo que dá unidade profunda às mil e uma tarefas que nos solicitam ao longo do dia e da nossa vida, aquilo, enfim, que confere às nossas atividades uma nota específica, é essa finalidade presente em todo o nosso agir: "anunciar o Evangelho de Deus". [104]

Está nisto um traço bem vincado da nossa identidade, que dúvida

alguma jamais haveria de fazer desvanecer, que nunca objeção alguma deveria eclipsar. Como Pastores, nós fomos escolhidos pela misericórdia do supremo Pastor, [105] apesar da nossa insuficiência, para proclamar com autoridade a Palavra de Deus, para reunir o povo de Deus que andava disperso, para alimentar este mesmo povo com os sinais da ação de Cristo que são os sacramentos, para o encaminhar para a via da salvação, para o manter naquela unidade de que nós somos, em diferentes planos, instrumentos ativos e vivos, para animar constantemente esta comunidade congregada em torno de Cristo na linha da sua vocação mais íntima. E sempre que nós, na medida das nossas limitações, perfazemos tudo isto, é uma obra de evangelização aquilo que nós de fato realizamos. Nós, como Pastor da Igreja universal, os nossos Irmãos Bispos à frente das suas Igrejas particulares e os sacerdotes e diáconos unidos aos seus próprios Bispos, de quem são os colaboradores, por uma comunhão que tem a sua origem no sacramento da ordem e na caridade da Igreja.

69. Os religiosos, por sua vez, têm na sua vida consagrada um meio privilegiado de evangelização eficaz. Pelo mais profundo do seu ser, eles situam-se de fato no dinamismo da Igreja, sequiosa do Absoluto de Deus e chamada à santidade. É dessa santidade que dão testemunho. Eles encarnam a Igreja desejosa de se entregar ao radicalismo das bem-aventuranças. Eles são, enfim, pela sua mesma vida, sinal de uma total disponibilidade para Deus, para a Igreja e para os irmãos. E em tudo isto, portanto, têm os religiosos uma importância especial no quadro de testemunho que, conforme frisamos em precedência, é primordial na evangelização.

Este seu testemunho silencioso, de pobreza e de despojamento, de pureza e de transparência, de entrega para a obediência, pode tornar-se, ao mesmo tempo que uma interpelação para o mundo e para a própria Igreja, uma pregação eloqüente, capaz de tocar o coração mesmo dos não-cristãos de boa vontade, sensíveis a certos valores.

Com uma tal perspectiva, fácil se torna adivinhar o papel desempenhado na evangelização pelos religiosos e pelas religiosas consagrados à oração, ao silêncio, à penitência e o sacrifício. Outros religiosos, em grande número, dedicam-se diretamente ao anúncio de Cristo. A sua ação missionária dependerá, evidentemente, da hierarquia e deve ser coordenada com a pastoral que a mesma hierarquia deseja pôr em prática. Mas, quem é que não avalia a

imensa quota-parte com que eles têm contribuído e continuam a contribuir para a evangelização? Graças à sua consagração religiosa, eles são por excelência voluntários e livres para deixar tudo e ir anunciar o Evangelho até as extremidades da terra. Eles são empreendedores, e o seu apostolado é muitas vezes marcado por uma originalidade e por uma feição própria, que lhes granjeiam forçosamente admiração. Depois, eles são generosos: encontram-se com freqüência nos postos de vanguarda da missão e a arrostar com os maiores perigos para a sua saúde e para a sua própria vida. Sim, verdadeiramente a Igreja deve-lhes muito!

70. Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente de tarefas as mais variadas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial, esse é o papel específico dos Pastores, mas sim, o pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos "mass media" e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida e asfíxiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar ao serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo.

71. No conjunto daquilo que é o apostolado evangelizador dos leigos, não se pode deixar de pôr em realce a ação evangelizadora da família. Nos diversos momentos da história da Igreja, ela mereceu bem a bela designação sancionada pelo Concílio Ecumênico Vaticano II: "Igreja doméstica".[\[106\]](#) Isso quer dizer que, em cada família cristã, deveriam encontrar-se os diversos aspectos da Igreja

inteira. Por outras palavras, a família, como a Igreja, tem por dever ser um espaço onde o Evangelho é transmitido e donde o Evangelho irradia.

No seio de uma família que tem consciência desta missão, todos os membros da mesma família evangelizam e são evangelizados. Os pais, não somente comunicam aos filhos o Evangelho, mas podem receber deles o mesmo Evangelho profundamente vivido. E uma família assim torna-se evangelizadora de muitas outras famílias e do meio ambiente em que ela se insere. Mesmo as famílias surgidas de um matrimônio misto têm o dever de anunciar Cristo à prole, na plenitude das implicações do comum batismo; além disso, incumbem-lhes a tarefa que não é fácil, de se tornarem artífices da unidade.

72. As circunstâncias de momento convidam-nos a prestar uma atenção muito especial aos jovens. O seu aumento numérico e a sua crescente presença na sociedade e os problemas que os assediam devem despertar em todos o cuidado de lhes apresentar, com zelo e inteligência, o ideal evangélico, a fim de eles o conhecerem e viverem. Mas, por outro lado, é necessário que os jovens, bem formados na fé e na oração, se tornem cada vez mais os apóstolos da juventude. A Igreja põe grandes esperanças na sua generosa contribuição nesse sentido; e nós próprios, em muitas ocasiões, temos manifestado a plena confiança que nutrimos em relação aos mesmos jovens.

73. Assim, a presença ativa dos leigos nas realidades temporais assume toda a sua importância. No entanto, é preciso não descuidar ou não deixar no esquecimento outra dimensão: os leigos podem também sentir-se chamados ou vir a ser chamados para colaborar com os próprios Pastores ao serviço da comunidade eclesial, para o crescimento e a vida da mesma, pelo exercício dos ministérios muito diversificados, segundo a graça e os carismas que o Senhor houver por bem depositar neles.

Não é sem experimentar intimamente uma grande alegria que nós vemos uma legião de Pastores, religiosos e leigos, apaixonados pela sua missão evangelizadora, a procurarem moldes mais adaptados para anunciar eficazmente o Evangelho; e encorajamos a abertura que, nesta linha e com esta preocupação, a Igreja demonstra ter alcançado nos dias de hoje. Abertura para a reflexão, em primeiro lugar; e depois, abertura para ministérios eclesiais susceptíveis de rejuvenescer e de reforçar o seu próprio dinamismo evangelizador.

É certo que, ao lado dos ministérios ordenados, graças aos quais alguns fiéis são colocados na ordem dos Pastores e passam a consagrar-se de uma maneira particular ao serviço da comunidade, a Igreja reconhece também o lugar de ministérios não-ordenados, e que são aptos para assegurar um especial serviço da mesma Igreja.

Um relance sobre as origens da Igreja é muito elucidativo e fará com que se beneficie de uma antiga experiência nesta matéria dos ministérios, experiência que se apresenta válida, dado que ela permitiu à Igreja consolidar-se, crescer e expandir-se. O atender assim às fontes, deve ser completado ainda pela atenção às necessidades atuais da humanidade e da mesma Igreja. O ir beber nestas fontes sempre inspiradoras, e o nada sacrificar destes valores, mas saber adaptar-se às exigências e às necessidades atuais, constituem a base sobre que há de assentar a busca sábia e o colocar na devida luz os ministérios de que a Igreja precisa e que bom número dos seus membros não de ter a peito abraçar para uma maior vitalidade da comunidade eclesial.

Tais ministérios virão a ter um verdadeiro valor pastoral na medida em que se estabelecerem com um respeito absoluto da unidade e aproveitando-se da orientação dos Pastores, que são precisamente os responsáveis e os artífices da mesma unidade da Igreja.

Tais ministérios, novos na aparência mas muito ligados a experiências vividas pela Igreja ao longo da sua existência, por exemplo, os de catequistas, de animadores da oração e do canto, de cristãos devotados ao serviço da Palavra de Deus ou à assistência aos irmãos em necessidade, ou ainda os de chefes de pequenas comunidades, de responsáveis por movimentos apostólicos, ou outros responsáveis, são preciosos para a implantação, para a vida e para o crescimento da Igreja e para a sua capacidade de irradiar a própria mensagem à sua volta e para aqueles que estão distantes. Nós somos devedores também da nossa estima particular a todos os leigos que aceitam consagrar uma parte do seu tempo, das suas energias e às vezes mesmo a sua vida toda, ao serviço das missões.

Para todos os obreiros da evangelização é necessária uma preparação séria; e é necessária de modo muito particular para aqueles que se dedicam ao ministério da Palavra. Animados pela convicção, incessantemente aprofundada, da nobreza e da riqueza

da Palavra de Deus, aqueles que têm a missão de a transmitir devem dedicar a maior atenção à dignidade, à precisão e à adaptação da sua linguagem. Todos sabem que a arte de falar se reveste hoje em dia de uma grandíssima importância. E como poderiam então os pregadores e os catequistas descurá-la?

Nós auspiciamos vivamente que, em todas as Igrejas particulares, os Bispos velem pela formação adequada de todos os ministros da Palavra. Essa preparação séria fará aumentar neles a indispensável segurança, como também o entusiasmo para anunciar nos dias de hoje Jesus Cristo.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



VII. O ESPÍRITO DA EVANGELIZAÇÃO

74. Não quereríamos concluir este colóquio com os nossos Irmãos e Filhos muito amados, sem um instante apelo, ainda, quanto às disposições interiores que hão de animar os obreiros da evangelização.

Em nome do próprio Senhor Jesus Cristo, em nome dos apóstolos Pedro e Paulo, nós exortamos todos aqueles que, graças aos carismas do Espírito Santo e ao mandato da Igreja, são verdadeiros evangelizadores, a demonstrarem-se dignos da própria vocação, a exercitarem-na sem reticências nascidas de dúvidas ou do medo e a não descurarem as condições que hão de tornar essa evangelização, não apenas possível, mas também ativa e frutuosa. Passamos a apontar, entre muitas outras, as condições que reputamos fundamentais e que queremos pôr em realce.

75. Nunca será possível haver evangelização sem a ação do Espírito Santo. Sobre Jesus de Nazaré, esse Espírito desceu no momento do batismo, ao mesmo tempo que a voz do Pai, "Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo", [107] manifestava de maneira sensível a eleição e a missão do mesmo Jesus.

Depois, foi "conduzido pelo Espírito" que ele viveu no deserto o combate decisivo e superou a última prova antes de começar essa sua missão. [108] Foi "com a potência do Espírito", [109] ainda, que Jesus voltou para a Galiléia e inaugurou a sua pregação, aplicando a si próprio a passagem de Isaías, "o Espírito do Senhor está sobre mim". "Cumpriu-se hoje, acrescentou ele, esta passagem da Escritura". [110] E aos discípulos que estava prestes a enviar, disse soprando ao mesmo tempo sobre eles: "Recebei o Espírito Santo". [111]

Realmente, não foi senão depois da vinda do Espírito Santo, no dia do Pentecostes, que os apóstolos partiram para todas as partes do mundo afim de começarem a grande obra da evangelização da Igreja; e Pedro explica o acontecimento como sendo a realização da profecia de Joel: "Eu efundirei o meu Espírito", [112] E o mesmo Pedro é cheio do Espírito Santo para falar ao povo acerca de Jesus Filho de Deus. [113] Mais tarde, Paulo, também ele, é cheio do

Espírito Santo[114] antes de se entregar ao seu ministério apostólico, e do mesmo modo Estêvão, quando foi escolhido para a diaconia e algum tempo depois para o testemunho do martírio.[115] Espírito que impele Pedro, Paulo, ou os doze a falarem inspira-lhes as palavras que eles devem proferir e desce também "sobre todos os que ouviam a sua palavra".[116]

Repleta do "conforto do Espírito Santo", a Igreja "ia crescendo". [117] Ele é a alma desta mesma Igreja. E ele que faz com que os fiéis possam entender os ensinamentos de Jesus e o seu mistério. Ele é aquele que, hoje ainda, como nos inícios da Igreja, age em cada um dos evangelizadores que se deixa possuir e conduzir por ele, e põe na sua boca as palavras que ele sozinho não poderia encontrar, ao mesmo tempo que predispõe a alma daqueles que escutam afim de a tornar aberta e acolhedora para a Boa Nova e para o reino anunciado.

As técnicas da evangelização são boas, obviamente; mas, ainda as mais aperfeiçoadas não poderiam substituir a ação discreta do Espírito Santo. A preparação mais apurada do evangelizador nada faz sem ele. De igual modo, a dialética mais convincente, sem ele, permanece impotente em relação ao espírito dos homens. E, ainda, os mais bem elaborados esquemas com base sociológica e psicológica, sem ele, em breve se demonstram desprovidos de valor.

Nós vivemos na Igreja um momento privilegiado do Espírito. Procura-se por toda a parte conhecê-lo melhor, tal como a Escritura o revela. De bom grado as pessoas se colocam sob a sua moção.

Fazem-se assembleias em torno dele. Aspira-se, enfim, a deixar-se conduzir por ele. É um fato que o Espírito de Deus tem um lugar eminente em toda a vida da Igreja; mas, é na missão evangelizadora da mesma Igreja que ele mais age. Não foi por puro acaso que a grande balada para a evangelização sucedeu na manhã do Pentecostes, sob a inspiração do Espírito. Pode-se dizer que o Espírito Santo é o agente principal da evangelização: é ele, efetivamente que impele para anunciar o Evangelho, como é ele que nos mais íntimo das consciências leva a aceitar a Palavra da salvação.[118] Mas pode-se dizer igualmente que ele é o termo da evangelização: de fato, somente ele suscita a nova criação, a humanidade nova que a evangelização há de ter como objetivo, com

a unidade na variedade que a mesma evangelização intenta promover na comunidade cristã. Através dele, do Espírito Santo, o Evangelho penetra no coração do mundo, porque é ele que faz discernir os sinais dos tempos, os sinais de Deus, que a evangelização descobre e valoriza no interior da história.

O Sínodo dos Bispos de 1974, que insistiu muito no lugar do Espírito Santo na evangelização, exprimiu também o voto de que Pastores e teólogos, e nós acrescentaremos ainda os fiéis marcados com o selo do Espírito pelo batismo, estudem melhor a natureza e os modos da ação do Espírito Santo na evangelização, em nossos dias. Fazemos nosso também este voto, ao mesmo tempo que exortamos os evangelizadores, sejam eles quem forem, a pedir sem cessar ao Espírito Santo fé e fervor, bem como a deixarem-se prudentemente guiar por ele, qual inspirador decisivo dos seus planos, das suas iniciativas e da sua atividade evangelizadora.

76. Consideramos agora, brevemente, a própria pessoa dos evangelizadores.

Ouve-se repetir, com freqüência hoje em dia, que este nosso século tem sede de autenticidade. A propósito dos jovens, sobretudo, afirma-se que eles têm horror ao fictício, aquilo que é falso e que procuram, acima de tudo, a verdade e a transparência.

Estes "sinais dos tempos" deveriam encontrar-nos vigilantes. Tacitamente ou com grandes brados, sempre porém com grande vigor, eles fazem-nos a pergunta: Acreditais verdadeiramente naquilo que anunciais? Viveis aquilo em que acreditais? Pregais vós verdadeiramente aquilo que viveis?

Mais do que nunca, portanto, o testemunho da vida tornou-se uma condição essencial para a eficácia profunda da pregação. Sob este ângulo, somos, até certo ponto, responsáveis pelo avanço do Evangelho que nós proclamamos.

O que é feito da Igreja passados dez anos após o final do Concílio?, perguntávamos nós, não princípio desta meditação. Acha-se ela radicada no meio do mundo e, não obstante livre e independente para interpelar o mesmo mundo? Testemunha ela solidariedade para com os homens e, ao mesmo tempo, o absoluto de Deus? É ela hoje mais ardorosa quanto à contemplação e à adoração, e mais zelosa

quanto à ação missionária, caritativa e libertadora? Acha-se ela cada vez mais aplicada nos esforços por procurar a recomposição da unidade plena entre os cristãos, que torna mais eficaz o testemunho comum, afim de que o mundo creia? [119] Todos somos responsáveis das respostas que se possam dar a estas interrogações.

Exortamos, pois, os nossos Irmãos no episcopado, constituídos pelo Espírito Santo para governar a Igreja; [120] exortamos os sacerdotes e diáconos, colaboradores dos Bispos no congregar o povo de Deus e na animação espiritual das comunidades locais; exortamos os religiosos, testemunhas de uma Igreja chamada à santidade e, por isso mesmo, convidados eles próprios para uma vida que testemunhe as bem-aventuranças evangélicas; exortamos os leigos, e com estes, as famílias cristãs, os jovens e os adultos, todos os que exercem uma profissão, os dirigentes, sem esquecer os pobres, quantas vezes ricos de fé e de esperança, enfim, todos os leigos conscientes do seu papel evangelizador ao serviço da sua Igreja ou no meio da sociedade e do mundo; e a todos nós diremos: É preciso que o nosso zelo evangelizador brote de uma verdadeira santidade de vida, alimentada pela oração e sobretudo pelo amor à eucaristia, e que, conforme o Concílio no-lo sugere, a pregação, por sua vez, leve o pregador a crescer em santidade. [121]

O mundo que, apesar dos inumeráveis sinais de rejeição de Deus, paradoxalmente, o procura entretanto por caminhos insuspeitados e que dele sente bem dolorosamente a necessidade, o mundo reclama evangelizadores que lhe falem de um Deus que eles conheçam e lhes seja familiar como se eles vissem o invisível. [122] O mundo reclama e espera de nós simplicidade de vida, espírito de oração, caridade para com todos, especialmente para com os pequeninos e os pobres, obediência e humildade, desapego de nós mesmos e renúncia. Sem esta marca de santidade, dificilmente a nossa palavra fará a sua caminhada até atingir o coração do homem dos nossos tempos; ela corre o risco de permanecer vã e infecunda.

77. A força da evangelização virá a encontrar-se muito diminuída se aqueles que anunciam o Evangelho estiverem divididos entre si, por toda a espécie de rupturas. Não residirá nisso uma das grandes adversidades da evangelização nos dias de hoje? Na realidade, se o Evangelho que nós apregoamos se apresenta vulnerado por querelas doutrinárias, polarizações ideológicas, ou condenações

recíprocas entre cristãos, ao capricho das suas maneiras de ver diferentes acerca de Cristo e acerca da Igreja e mesmo por causa das suas concepções diversas da sociedade e das instituições humanas, como não haveriam aqueles a quem a nossa pregação se dirige vir a encontrar-se perturbados, desorientados, se não escandalizados?

O testamento espiritual do Senhor diz-nos que a unidade entre os fiéis que o seguem, não somente é a prova de que nós somos seus, mas também a prova de que ele foi enviado pelo Pai, critério de credibilidade dos mesmos cristãos e do próprio Cristo.

Como evangelizadores, nós devemos apresentar aos fiéis de Cristo, não já a imagem de homens divididos e separados por litígios que nada edificam, mas sim a imagem de pessoas amadurecidas na fé, capazes de se encontrar para além de tensões que se verifiquem, graças à procura comum, sincera e desinteressada da verdade. Sim, a sorte da evangelização anda sem dúvida ligada ao testemunho de unidade dado pela Igreja. Nisto há de ser vista uma fonte de responsabilidade, como também de reconforto.

Quanto a este ponto, nós quereríamos insistir sobre o sinal da unidade entre todos os cristãos, como via e instrumento da evangelização. A divisão dos cristãos entre si é um estado de fato grave, que chega a afetar a própria obra de Cristo. O Concílio Ecumênico Vaticano II afirma com justeza e com firmeza que ela "prejudica a santíssima causa de pregar o Evangelho a toda a criatura e fecha a muitos o acesso à fé".[123] por isso mesmo, ao proclamar o Ano Santo consideramos necessário recordar a todos os fiéis do mundo católico que "a reconciliação de todos os homens com Deus, nosso Pai, pressupõe o estabelecimento da comunhão plena entre aqueles que já reconheceram e acolheram, pela fé, Jesus Cristo como o Senhor da misericórdia, que liberta todos os homens e os une no Espírito de amor e de verdade".[124]

É com um grande sentimento de esperança que nós vemos os esforços que estão a ser envidados no mundo cristão para tal recomposição da plena unidade querida por Cristo. E São Paulo assegura-nos que "a esperança não desilude".[125]

Assim, ao mesmo tempo que continuamos a trabalhar a fim de obter do Senhor a plena unidade, queremos que se intensifique a oração

nesse mesmo sentido. Ademais fazemos nosso o voto dos Padres da terceira Assembléia Geral do Sínodo dos Bipsos, isto é, que se colabore com maior empenho com os irmãos cristãos com os quais não estamos ainda unidos por uma comunhão perfeita, baseando-se sobre o fundamento do batismo e sobre o patrimônio de fé que é de todos, para dar daqui por diante mais amplo testemunho comum de Cristo diante do mundo. A isso nos impele a mandamento do Cristo, exige-o a obra de pregar e de dar testemunho do Evangelho.

78. O Evangelho de que nos foi confiado o encargo é também palavra da verdade. Uma verdade que torna livres[126] e que é a única coisa que dá a paz do coração, é aquilo que as pessoas vêm procurar quando nós lhes anunciamos a Boa Nova. Verdade sobre Deus, verdade sobre o homem e sobre o seu misterioso destino e verdade sobre o mundo. Difícil verdade que nós procuramos na Palavra de Deus e da qual nós somos, insistimos ainda, não os árbitros nem os proprietários, mas os depositários, os arautos e os servidores.

Espera-se de todo o evangelizador que ele tenha o culto da verdade, tanto mais que a verdade que ele aprofunda e comunica, outra coisa não é senão a verdade revelada; e, por isso mesmo, mais do que qualquer outra, parcela daquela verdade primária que é o próprio Deus. O pregador do Evangelho terá de ser, portanto, alguém que, mesmo à custa da renúncia pessoal e do sofrimento, procura sempre a verdade que há de transmitir aos outros. Ele jamais poderá trair ou dissimular a verdade, nem com a preocupação de agradar aos homens, de arrebatá-los ou de chocá-los, nem por originalidade ou desejo de dar nas vistas. Ele não há de evitar a verdade e não há de deixar que ela se obscureça pela preguiça de a procurar, por comodidade ou por medo; não negligenciará nunca o estudo da verdade. Mas há de servi-la generosamente, sem a escravizar.

Enquanto Pastores do povo fiel, o nosso serviço pastoral obriga-nos a preservar, defender e comunicar a verdade, sem olhar a sacrifícios. Tantos e tantos Pastores eminentes e santos nos deixaram o exemplo, em muitos casos heróico, deste amor à verdade. E o Deus da verdade espera de nós precisamente que sejamos os defensores vigilantes e pregadores devotados dessa mesma verdade.

Quer sejais doutores, teólogos, exegetas ou historiadores, a obra da evangelização precisa de todos vós, do vosso labor infatigável de

pesquisa e também da vossa atenção e delicadeza na transmissão da verdade, da qual os vossos estudos vos aproximam, mas que permanece sempre maior do que o coração do homem, porque é a mesma verdade de Deus.

Pais e mestres, a vossa tarefa, que os múltiplos conflitos atuais não tornam fácil, é a de ajudar os vossos filhos e os vossos discípulos na descoberta da verdade, incluindo a verdade religiosa e espiritual.

79. A obra da evangelização pressupõe no evangelizador um amor fraterno, sempre crescente, para com aqueles a quem ele evangeliza. Aquele modelo de evangelizador que é o apóstolo Paulo escrevia aos tessalonicenses estas palavras que são para todos nós um programa: "Tanto bem vos queríamos que desejávamos dar-vos não somente o evangelho de Deus, mas até a própria vida, de tanto amor que vos tínhamos",^[127] E de que gênero é essa afeição? Muito maior do que aquela que pode ter um pedagogo, é a afeição de um pai, e mais ainda, a de uma mãe.^[128] É uma afeição assim, que o Senhor espera de cada pregador do Evangelho e de cada edificador da Igreja.

Será um sinal de amor a preocupação de comunicar a verdade e de introduzir na unidade. Será igualmente um sinal de amor dedicar-se sem reservas e sem subterfúgios ao anúncio de Jesus Cristo.

E acrescentamos ainda mais alguns outros sinais deste amor. O primeiro é o respeito pela situação religiosa e espiritual das pessoas a quem se evangeliza: respeito pelo seu ritmo que não se tem o direito de forçar para além da justa medida; e respeito pela sua consciência e pelas suas convicções. Elas não de ser tratadas sem dureza.

Um outro sinal deste amor é a preocupação por não ferir outrem, sobretudo se esse outrem é débil na sua fé,^[129] com afirmações que podem ser claras para os iniciados, mas para os simples fiéis podem tornar-se fonte de perturbação e de escândalo, como se fosse uma ferida na alma.

Será também um sinal de amor o esforço para transmitir aos cristãos, não dúvidas ou incertezas nascidas de uma erudição mal assimilada, mas certezas sólidas, porque ancoradas na Palavra de Deus. Sim, os fiéis precisam dessas certezas para a sua vida cristã,

eles têm mesmo direito a elas, na medida em que são filhos de Deus, que se abandonam inteiramente nos seus braços, às exigências do amor.

80. Um outro nosso apelo, aqui neste ponto, inspira-se no fervor que se pode observar sempre na vida dos grandes pregadores e evangelizadores, que se consagraram ao apostolado. Entre estes, apraz-nos realçar, particularmente, aqueles que, no decorrer deste Ano Santo, nós tivemos a dita de propor à veneração dos fiéis. Eles souberam superar muitos obstáculos que se opunham à evangelização.

De tais obstáculos, que são também dos nossos tempos, limitar-nos-emos a assinalar a falta de fervor, tanto mais grave por isso mesmo que provém de dentro, do interior de quem a experimenta. Essa falta de fervor manifesta-se no cansaço e na desilusão, no acomodamento e no desinteresse e, sobretudo, na falta de alegria e de esperança em numerosos evangelizadores. E assim, nós exortamos todos aqueles que, por qualquer título e em alguma escala, têm a tarefa de evangelizar, a alimentarem sempre o fervor espiritual.[\[130\]](#)

Este fervor exige, antes de mais nada, que nós saibamos banir os álibis que pretendessem opor-se à evangelização. Os mais insidiosos são certamente aqueles para os quais se presume encontrar um apoio neste ou naquele ensinamento do Concílio.

É assim que se ouve dizer, demasiado freqüentemente, sob diversas formas: impor uma verdade, ainda que seja a verdade do Evangelho, impor um caminho, ainda que seja o da salvação, não pode ser senão uma violência à liberdade religiosa. De resto, acrescenta-se ainda: Para que anunciar o Evangelho, uma vez que toda a gente é salva pela retidão do coração? E sabe-se bem, além disso, que o mundo e a história estão cheios de sementes da Palavra. Não será, pois, uma ilusão o pretender levar o Evangelho aonde ele já se encontra, nestas sementes que o próprio Senhor aí lançou?

Quem quer que se dê ao trabalho de aprofundar, nos mesmos documentos conciliares, os problemas em base aos quais esses álibis são formulados, de maneira demasiado superficial, encontrará uma visão totalmente diversa da realidade.

É claro que seria certamente um erro impor qualquer coisa à consciência dos nossos irmãos. Mas propor a essa consciência a verdade evangélica e a salvação em Jesus Cristo, com absoluta clareza e com todo o respeito pelas opções livres que essa consciência fará, e isso, sem pressões coercitivas, sem persuasões desonestas e sem aliciá-la com estímulos menos retos,[131] longe de ser um atentado à liberdade religiosa, é uma homenagem a essa liberdade, à qual é proporcionado o escolher uma via que mesmo os não-crentes reputam nobre e exaltante. Será então um crime contra a liberdade de outrem o proclamar com alegria uma Boa Nova que se recebeu primeiro, pela misericórdia do Senhor? [132] Ou por que, então, só a mentira e o erro, a degradação e a pornografia, teriam o direito de serem propostos e com insistência, infelizmente, pela propaganda destrutiva dos "mass media", pela tolerância das legislações e pelo acanhamento dos bons e pelo atrevimento dos maus? Esta maneira respeitosa de propor Cristo e o seu reino, mais do que um direito, é um dever do evangelizador. E é também um direito dos homens seus irmãos o receber dele o anúncio da Boa Nova da salvação. Esta salvação, Deus pode realizá-la em quem ele quer por vias extraordinárias que somente ele conhece.[133] E entretanto, se o seu Filho veio, foi precisamente para nos revelar, pela sua palavra e pela sua vida, os caminhos ordinários da salvação. E ele ordenou-nos transmitir aos outros essa revelação, com a sua própria autoridade.

Sendo assim, não deixaria de ter a sua utilidade que cada cristão e cada evangelizador aprofundasse na oração este pensamento: os homens poderão salvar-se por outras vias, graças à misericórdia de Deus, se nós não lhes anunciarmos o Evangelho; mas nós, poder-nos-emos salvar se, por negligência, por medo ou por vergonha, aquilo que São Paulo chamava exatamente "envergonhar-se do Evangelho", [134] ou por se seguirem idéias falsas, nos omitirmos de o anunciar? Isso seria, com efeito, trair o apelo de Deus que, pela voz dos ministros do Evangelho, quer fazer germinar a semente; e dependerá de nós que essa semente venha a tornar-se uma árvore e a produzir todo o seu fruto.

Conservemos o fervor do espírito, portanto; conservemos a suave e reconfortante alegria de evangelizar, mesmo quando for preciso semear com lágrimas! Que isto constitua para nós, como para João Batista, para Pedro e para Paulo, para os outros apóstolos e para uma multidão de admiráveis evangelizadores no decurso da história

da Igreja, um impulso interior que ninguém nem nada possam extinguir. Que isto constitua, ainda, a grande alegria das nossas vidas consagradas. E que o mundo do nosso tempo que procura, ora na angústia, ora com esperança, possa receber a Boa Nova dos lábios, não de evangelizadores tristes e descoroçados, impacientes ou ansiosos, mas sim de ministros do Evangelho cuja vida irradie fervor, pois foram quem recebeu primeiro em si a alegria de Cristo, e são aqueles que aceitaram arriscar a sua própria vida para que o reino seja anunciado e a Igreja seja implantada no meio do mundo.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



CONCLUSÃO

81. Este, Irmãos e Filhos, é o brado que nos brota do íntimo do coração, como que um eco da voz dos nossos Irmãos reunidos para a terceira Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos. Nele vai a palavra programática que nós quisemos dar-vos, no final de um Ano Santo que nos permitiu aperceber-nos, mais do que nunca, das necessidades e dos apelos de uma multidão de irmãos, cristãos e não cristãos, que esperam da Igreja a Palavra da salvação,

Que a luz do Ano Santo que se acendeu nas Igrejas particulares e em Roma para milhões de consciências reconciliadas com Deus, possa continuar a irradiar o Jubileu, através de um programa, de ação pastoral, de que a evangelização é o aspecto fundamental, para estes anos que assinalam a vigília dum novo século e a vigília também do terceiro milênio do cristianismo!

82. É este o voto que nós temos a alegria de colocar nas vossas mãos e no coração da Santíssima Virgem Maria, a Imaculada, neste dia que lhe é dedicado de maneira especial, e no décimo aniversário do encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II. Na manhã do Pentecostes, ela presidiu na prece ao iniciar-se da evangelização, sob a ação do Espírito Santo: que seja ela a estrela da evangelização sempre renovada, que a Igreja, obediente ao mandato do Senhor, deve promover e realizar, sobretudo nestes tempos difíceis mas cheios de esperança!

Em nome de Cristo, nós vos abençoamos, a vós, às vossas comunidades, às vossas famílias e a todos aqueles que vos são queridos, com aquelas palavras que São Paulo dirigia aos filipenses: "Dou graças ao meu Deus todas as vezes que me lembro de vós, e sempre em todas as minhas súplicas oro por todos vós com alegria, pela vossa participação no Evangelho... porque vos tenho no meu coração, a todos vós que, ... na defesa e afirmação do evangelho da fé, comigo vos tornastes participantes da graça.

Deus me é testemunha de que eu vos amo a todos, com a ternura de Cristo Jesus".[135]

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 8 de dezembro, solenidade da Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem

Maria, do ano de 1975, décimo terceiro do nosso pontificado.

PAULUS PP. VI

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



NOTAS

[1] Cf. Lc 22,32.

[2] 2Cor 11,28.

[3] Conc. Ecum. Vaticano II , Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n,1: AAS 58 (1966) p. 947.

[4] Cf. Ef 4,24; 2,15; Cl 3,10, Gl 3,27, Rm 13,14; 2Cor 5,17.

[5] 2Cor 5, 20.

[6] Cf. Paulo PP. VI, Discurso por ocasião do encerramento da III Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos (26 de outubro de 1974); AAS 66 (1974), pp. 634-635, 637.

[7] Paulo PP. VI, Discurso ao Sacro Colégio dos Cardeais (22 de junho de 1973): AAS 65 (1973), p. 383.

[8] 2Cor 11,28.

[9] 1Tm 5,17

[10] 2Tm 2,15.

[11] Cf. 1Cor 2,5.

[12] Lc 4,43.

[13] Ibidem.

[14] Lc 4,18; cf. Is 61,1.

[15] Cf. Mc 1,1, Rm 1,1-3.

[16] Cf. Mt 6,33.

[17] Cf. Mt 5,3-12.

[18] Cf. Mt 5-7.

[19] Cf. Mt 10.

[20] Cf. Mt 13.

[21] Cf. Mt 18.

[22] Cf. Mt 24,25.

[23] Cf. Mt 24,36; At 1,7;1Ts 5,1-2.

[24] Cf. Mt 11,12; Lc 16,16.

[25] Cf: Mt 4,17.

[26] Mc 1,27.

[27] Lc 4, 22,

[28] Jo 7,46.

[29] Lc 4,43.

[30] Jo 11,52,

[31] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Dogmática sobre a Revelação Divina, Dei Verbum, n. 4: AAS 58 (1966), pp. 818-819.

[32] 1Pd 2,9.

[33] Cf. At 2,11.

[34] Lc 4,43.

[35] ICor 9,16.

[36] Cf. Declaração dos Padres Sinodais, n. 4: L'Osservatore Romano, ed. 27 de outubro de 1974, p. 6.

[37] Mt 28,19.

[38] At 2,41.47.

[39] Cf Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, n. 8: AAS 57 (1965), p. 11; Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n. 5: AAS 58 (1966), pp. 951-952.

[40] Cf. At 2,42-46; 4,32-35; 5,12-16.

[41] Cf.1Pd 2,9, At 2,11.

[42] Cf. Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, nn. 5,11-12; AAS 58 (1966), pp. 951-952, 959-961.

[43] Cf. 2Cor 4,5; S. Agostinho, Sermo XLVI, de Pastoribus: C.C.L., XLI, 529530.

[44] Lc 10,16; cf. S. Cipriano, De unitate Ecclesiae 14; PL 4, 527; S. Agostinho, Enarrat. 88, Sermo, 2,14: PL 37,1140; S. João Crisóstomo, Hom. de capto Eutropio, 6: PG 52, 402.

[45] Ef 5,25.

[46] Ap 21,5; 2Cor 5,17; Gl 6,15.

[47] Rm 6,4.

[48] Cf. Ef 4,23-24; Cl 3,9-10.

[49] Cf. Rm 1,16; 1Cor 1,18; 2,4.

[50] Cf. n. 53: AAS 58: (1966), p.1075.

[51] Cf. Tertuliano, Apologeticum, 39: C.C.L., I, pp. 150-153; Minúcio Félix, Octavius, 9, 31: C.S.L.P., Torino 1963, pp.11-13, 47-48.

[52] 1Pd 3,15.

[53] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, nn.1,9,48: AAS 59 (1965), pp. 5,12-14, 53-54; Const. Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, Gaudium et Spes, nn. 42,45: AAS 58 (1966), pp.1060-1061,1065-1066; Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, nn,1,5: AAS 58 (1966), pp. 947, 951-952.

[54] Cf. Rm 1,16; 1Cor 1,18.

[55] Cf At 17, 22-23.

[56] 1Jo 3,1; cf. Rm 8, 14-17.

[57] Cf. Ef 2,8; Rm 1, 16. Cf. Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração para salvaguardar de alguns erros recentes a fé nos mistérios da Encarnação e da Santíssima Trindade (de 21 de fevereiro de 1972): ASS 64 (1972), pp. 237-241.

[58] Cf. 1Jo 3,2; Rm 8, 29; Fl 3,20-21. Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, nn. 48-51: AAS 57 (1965), pp. 53-58.

[59] Cf. Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração acerca da doutrina católica sobre a Igreja para a defender de alguns erros hodiernos (de 24 de junho de 1973): AAS 65 (1973), pp. 396-408.

[60] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, Gaudium et Spes, nn. 47-52: AAS 58 (1966), pp. 1067-1074 Paulo PP VI, Enc. Humanae Vitae: AAS 60 (1968), pp. 481-503.

[61] Paulo PP VI, Discurso na abertura da terceira Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos (em 27 de setembro de 1974): AAS 66 (1374), p. 562.

[62] Paulo PP VI, Discurso na abertura da terceira Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos (em 27 de setembro de 1974): AAS 66 (1974),

p, 562.

[63] Paulo PP. VI, Discurso aos Agricultores ("Campeiros") da Colômbia (em 23 de agosto de 1968): AAS 60 (1968), p. 623.

[64] Paulo PP. VI, Discurso no "Dia do Desenvolvimento", em Bogotá (em 23 de agosto de 1968): AAS 60 (1968), p. 627; cf. S. Agostinho, Epistola 229, 2: PL 33,1020.

[65] Paulo PP. VI, Discurso por ocasião do encerramento da terceira Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos (26 de outubro de 1974): AAS 66 (1974), p. 637.

[66] Paulo PP VI, Discurso na Audiência geral de 15 de outubro de 1975; cf. L'Osservatore Romano de 17 de outubro de 1995, p.1,

[67] Paulo PP VI, Discurso aos Membros do "Consilium de Laicis" (em 2 de outubro de 1974): AAS 66 (1974), p. 568.

[68] Cf. 1Pd 3,1.

[69] Rm 10,14.17.

[70] Cf. 1Cor 2,1-5.

[71] Rm 10,17.

[72] Cf Mt 10,27; Lc 12,3.

[73] Mc 16,15.

[74] Cf. S. Justino, 1 Apologia, 46,1-4; 11 Apologia, 7 (8) 1-4; 13,3-4; Florilegium Patristicum 11, Bonn 1911, pp. 81, 125, 129, 133; Clemente de Alexandria, Stromata I, 19, 91-94; S. Ch. 30, pp. 117-118; 119-120; Conc. Ecum. Vaticano II, Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n. 11: AAS 58 (1966), p. 960; cf. Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, n. 17: AAS 57 (1965), p. 21.

[75] Eusébio de Cesaréia, Praeparatio evangelica, 1,1; PG 21, 28- cf. II

Conc. Ecum. do Vaticano II, Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, n.16; AAS 57 (1965), p. 20.

[76] Cf. Ef 3,8.

[77] Cf. Henri de Lubac, Le drame de l'humanisme athée, Ed. Spes, Paris 1945.

[78] Cf. Const. Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, Gaudium et Spes, n. 59: AAS 58 (1966), p.1080.

[79] 1Tm 2,4,

[80] Mt 9,36;15,32.

[81] Rm 10,15.

[82] Decl. sobre a Liberdade Religiosa, Dignitatis Humanae, n. 13: AAS 58 (1966), p. 939; Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, n. 5: AAS 5 (1965), pp, 9-8; Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n.1: AAS 58 (1966), p. 947.

[83] Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n. 35: AAS 58 (1966), p. 983.

[84] S. Agostinho, Enarrat. in Ps 44, 23: C.C.L. XXXVIII, p. 510; cf. Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n.1: AAS 58 (1966), p. 947.

[85] S. Gregório Magno, Hom. in Evang. 19,1: PL 96,1154.

[86] At 1,8; cf. Didakè, 9,1: Funk, Patres Apostolici,1,22.

[87] Mt 28,20.

[88] Cf. Mt 13,32.

[89] Cf. Mt 13,47.

[90] Cf. Jo 21,11.

[91] Cf. Jo 10,1-16.

[92] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. sobre a Sagrada Liturgia, Sacrosanctum, Concilium, nn. 37-38: AAS 56 (1964), p.110. E cf. também os Livros Litúrgicos e os outros Documentos emanados pela Santa Sé para a atuação da reforma litúrgica desejada pelo mesmo Concílio.

[93] Paulo PP. VI, Discurso por ocasião do encerramento da terceira Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos (em 26 de outubro de 1974): AAS 66 (1974), p. 636.

[94] Cf. Jo 15,16; Mc 3,13-19; Lc 6,13-16.

[95] Cf. At 1,21-22.

[96] Cf. Mc 3,14.

[97] Cf. Mc 3,14-15; Lc 9,2.

[98] At 4,8; cf. 2,14; 3,12.

[99] S. Leão Magno, Sermo 69,3; Sermo 70,1-3; Sermo 94,3; Sermo 95,2: S. Ch. 200, pp. 50-52; 58-66; 258-260; 268.

[100] Cf. I Conc. Ecum. de Lião, Const. Ad apostolicae dignitatis: Conciliorum Ecumenicorum Decreta, Ed. Istituto per le Scienze Religiose, Bolonha 1973, p. 278; Conc. Ecum. de Viena, Const. Ad providam Christi, ed. cit., p. 343; V Conc. Ecum. de Latrão, Const. In apostolici culminis, ed. cit., p. 608; Const. Postquam ad universalis, ed. cit., p. 609; Const. Supernae dispositionis, ed. cit., p. 614; Const. Divina disponente clementia, ed. cit., p. 638.

[101] Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n. 38: AAS 58 (1966), p. 985.

[102] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, n. 22: AAS 57 (1965), p. 26.

[103] Cf. Conc. Ecum, Vaticano II, Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, nn. 10,37: AAS 57 (1965), pp. 14, 43; Decr, sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n, 39: AAS 58 (1966), p. 986; Decr. sobre o ministério e vida dos Sacerdotes, Presbyterorum Ordinis, nn. 2,12,13: AAS 58 (1966), pp. 992,1010,1011.

[104] Cf. 1Ts 2,9.

[105] Cf. 1Pd 5,4,

[106] Const. Dogmática sobre a Igreja, Lumen Gentium, n.11; AAS 57 (1965), p. 16; Decr. sobre o Apostolado dos Leigos, Apostolicam Actuositatem, n. 11: AAS 58 (1966) p. 848; S. João Crisóstomo, In Genesim Serm. VI, 2, VII, 2: PG 54, 607-608.

[107] Mt 3,17.

[108] Mt 4,1.

[109] Lc 4,14.

[110] Lc 4,18; cf. Is 61,1.

[111] Jo 20,22.

[112] At 2,17.

[113] Cf. At 4,8.

[114] Cf. At 9,17.

[115] Cf. At 6,5; 7,55.

[116] At 10,44.

[117] Cf. At 9,31.

[118] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Decr. sobre a Atividade

Missionária da Igreja, Ad Gentes, n. 4: AAS 58 (1966), pp. 950-951.

[119] Jo 17,21.

[120] Cf. At 20,28.

[121] Cf. Decr. sobre o ministério e vida dos Sacerdotes, Presbyterorum Ordinis, n.13: AAS 58 (1966), p.1011.

[122] Cf. Hb 11,27.

[123] Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n, 6: AAS 58 (1966), pp. 954-955; cf. Decr. sobre o Ecumenismo, Unitatis Redintegratio, n. 1: AAS 57 (1965), pp. 90-91.

[124] Bula Apostolorum Limina, VII: AAS 66 (1974) p. 305.

[125] Rm 5,5.

[126] Cf. Jo 8,32.

[127] 1Ts 2,8, cf. Fl 1,8.

[128] Cf.1Ts 2,7.11; 1Cor 4,15; Gl 4,19.

[129] Cf. 1Cor 8,9-13; Rm 14,15.

[130] Cf. Rm 12,11.

[131] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Decl. sobre a Liberdade Religiosa, Dignitatis Humanae, n. 4: AAS 58 (1966), p. 933.

[132] Cf. Ibidem, nn, 9-14:1. c., pp, 935-940.

[133] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Decr. sobre a Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes, n. 7: AAS 58 (1966), p. 955.

[134] Cf. Rm 1,16.

[135] FI 1,3-4.7-8.

▪ *Autoritas*

▪ *Índice*



Paulo VI

CARTA ENCÍCLICA ECCLESIAM SUAM

Sobre os Caminhos da Igreja

PRÓLOGO

**Veneráveis
Irmãos,
Diletos
filhos,**

Tendo Jesus Cristo fundado a sua Igreja, para ser ao mesmo tempo mãe amorosa de todos os homens e medianeira de salvação, vê-se bem o motivo por que, no decurso dos séculos, lhe deram provas de especial amor e a ela dedicaram particular solícitude todos os que se interessaram pela glória de Deus e pela salvação eterna dos homens. Entre esses notabilizaram-se, como era natural, os Vigários na terra do mesmo Cristo, numerosíssimos bispos e sacerdotes, e multidão inumerável de bons cristãos.

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A doutrina do Evangelho e a grande família humana

1. A todos parecerá, portanto, natural que nós, dirigindo ao mundo esta nossa primeira Encíclica depois de, por imperscrutável desígnio de Deus, termos sido chamado ao Sólido Pontifício, volvamos com afeto e reverência o nosso pensamento à santa Igreja.

Por esses motivos, propomo-nos nesta Encíclica esclarecer o melhor possível aos olhos de todos, quanto importa à salvação da sociedade humana e, ao mesmo tempo, quanto a Igreja tem a peito que ambas se encontrem, conheçam e amem.

Quando, por ocasião da abertura da segunda sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, na festa de São Miguel Arcanjo do ano passado, tivemos a ventura de vos falar diretamente a todos vós reunidos na basílica de São Pedro, manifestamos o propósito de vos dirigir também por escrito, como é costume no princípio de cada pontificado, as nossas palavras de irmão e pai, para vos manifestarmos alguns pensamentos, mais freqüentes no nosso espírito, que nos pareceram úteis como orientação prática, ao iniciar-se o nosso ministério pontifício.

É-nos bem difícil concretizar esses pensamentos, porque temos de os recolher na meditação mais atenta da doutrina sagrada, uma vez que também a nós se aplicam as palavras de Cristo: "A minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou" (Jo 7,16); porque devemos, além disso, adaptá-los às condições atuais da Igreja, numa hora de vida intensa e de prova, tanto da sua experiência espiritual interior como do seu esforço apostólico externo; e porque, finalmente precisamos não ignorar o estado em que se encontra hoje a humanidade, no meio da qual exercemos o nosso cargo.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



Tríplice empenho da Igreja

2. Não ambicionamos, porém, dizer coisas novas nem completas, para isso está o Concílio Ecumênico; esta nossa despretenciosa conversação epistolar não deve perturbar a sua obra, mas sim honrá-la e dar-lhe novo ânimo. Nem quer esta nossa Encíclica revestir caráter solene e propriamente doutrinal, ou propor ensinamentos determinados, morais ou sociais; quer ser apenas mensagem fraterna e familiar. Só desejamos, com este escrito, cumprir o dever de vos abrir a nossa alma, com a intenção de dar maior coesão e maior alegria à comunhão de fé e de caridade, que reina felizmente entre nós. Pretendemos assim imprimir vigor renovado ao nosso ministério, contribuir melhor para a celebração frutuosa do Concílio Ecumênico e clarificar alguns critérios doutrinários e práticos, que podem guiar utilmente a atividade espiritual e apostólica da Hierarquia eclesiástica e de quantos lhe prestam obediência e colaboração, ou mesmo só atenção benévola.

3. Dir-vos-emos desde já, Veneráveis Irmãos, que três são os pensamentos que nos ocorrem ao considerarmos o altíssimo múnus, que a Providência, contra os nossos desejos e méritos, nos quis entregar: o de reger a Igreja de Cristo, na nossa função de Bispo de Roma, e portanto Sucessor do Apóstolo São Pedro, guardador das chaves do Reino de Deus e Vigário de Cristo, que o constituiu primeiro pastor do seu rebanho universal.

O primeiro desses pensamentos é que vivemos a hora de a Igreja aprofundar a consciência de si mesma, meditar sobre o seu mistério, investigar para sua instrução e edificação a doutrina, que já lhe é conhecida e foi elaborada e difundida de modo especial neste último século, sobre a sua origem, natureza, missão e destino. Esta doutrina nunca será, porém, exaurientemente estudada e compreendida, pois contém a "dispensação do mistério escondido há séculos em Deus... para que se manifeste... pela Igreja" (Ef 3,9-10), isto é, contém a misteriosa reserva dos misteriosos desígnios divinos que, por meio da Igreja, são publicados. Essa doutrina constitui, apesar disso, o tema que hoje mais deseja examinar aquele que pretende ser discípulo dócil de Cristo e, mais ainda, quem, como nós e como vós, Veneráveis Irmãos, foi posto pelo Espírito Santo como Bispo para governar a Igreja de Deus (cf. At 20,28).

4. Desta nossa consciência esclarecida e ativa nasce o desejo espontâneo de comparar a imagem ideal da Igreja, qual Cristo a viu, quis e amou como sua Esposa santa e imaculada (Ef 5,27), de a comparar, dizemos, com o rosto que ela apresenta hoje. Este, pela graça divina, é fiel, sem dúvida, aos traços que o seu divino Fundador nela imprimiu e o Espírito Santo vivificou, ampliou, aperfeiçoou no decurso dos séculos, tornando a Igreja mais fel ao conceito inicial e, por outro lado, mais ajustada à índole da humanidade que ela ia evangelizando e incorporando a si. Nunca, porém, o rosto da Igreja mostrará toda a perfeição, beleza e santidade, todo o brilho exigido pelo conceito divino que a modela.

Daqui vem à Igreja a necessidade nobre e quase impaciente de se renovar, isto é, emendar os defeitos, que aquela reflexão, como exame interior feito diante do modelo, que nos deixou Cristo de si mesmo, descobre e repele. Qual é hoje para a Igreja o dever de corrigir os defeitos dos próprios membros e de os levar a tender a maior perfeição, e qual o método para chegar com segurança a esse renovamento? Eis o segundo pensamento que nos vem ao espírito e vos desejamos manifestar, não só para encontrarmos maior coragem nas reformas necessárias; mas também para a vossa adesão nos oferecer conselho e apoio. Trata-se com efeito de empresa delicada e custosa.

5. O nosso terceiro pensamento, que será também vosso, deriva dos dois primeiros: Quais as relações que a Igreja deve hoje estabelecer com o mundo que a circunda e em que vive e trabalha?

Uma parte deste mundo, como todos sabem, recebeu influxo profundo do cristianismo e absorveu-o intimamente, apesar de agora muitas vezes não reconhecer que lhe deve o que tem de melhor; a cristandade foi-se distanciando e separando, nestes últimos séculos, da origem da sua civilização. E outra parte, e a maior, deste mundo dilata-se pelos horizontes ilimitados das nações novas, como se costuma dizer. Uma parte e outra formam um mundo só, que oferece à Igreja não um, mas mil contatos possíveis: evidentes e fáceis, alguns; delicados e complexos, outros; hostis e refratários ao colóquio amigo, hoje muitíssimos, infelizmente.

É o chamado problema do diálogo entre a Igreja e o mundo moderno, problema cuja apresentação, na sua amplitude e complexidade, cabe ao Concílio, como também o esforço para o

resolver da melhor maneira possível. A realidade, porém, e a urgência do problema, se por um lado nos afligem, são-nos por outro estímulo, quase diríamos vocação. Este ponto era desejo nosso aclará-lo de algum modo aos nossos olhos, e aos vossos, Veneráveis Irmãos. Não estais, sem dúvida, menos habituados que nós a senti-lo nas suas exigências apostólicas. Desejávamos propor este exame como preparação comum nossa, para as discussões e deliberações que no Sínodo Ecumênico, todos juntos, julgarmos oportunas em matéria tão grave e complexa.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Zelo assíduo e ilimitado pela paz

6. Notareis certamente que este sumário da nossa Encíclica não inclui alguns temas urgentes e graves que interessam não só a Igreja mas a humanidade, como: a paz entre os povos e entre as classes sociais; a miséria e a fome que ainda afligem povos inteiros; o acesso das nações novas à independência e ao progresso civil; as relações entre o pensamento moderno e a cultura cristã; as condições infelizes de tanta gente e de tantas partes da Igreja a que são contestados os direitos próprios de cidadãos livres e de pessoas humanas, os problemas morais da natalidade, e outros semelhantes.

À grande e universal questão da paz no mundo, digamo-lo desde já, sentir-nos-erros particularmente obrigado a dirigir não só a nossa atenção vigilante e cordial, mas também o interesse mais assíduo e eficaz. Limita-se, é certo, ao âmbito do nosso ministério e está por isso alheio a qualquer interesse puramente temporal e não opta por formas propriamente políticas. Desejamos, sim, contribuir para inculcar à humanidade sentimentos e atitudes que se oponham, por um lado, a quaisquer conflitos violentos e mortíferos, mas que, por outro, favoreçam todos os ajustes corteses, razoáveis e pacíficos das relações entre os povos. E teremos igualmente cuidado de ajudar a convivência harmônica e a colaboração frutuosa entre as nações, proclamando princípios humanos superiores, que possam ajudar a moderar egoísmos e paixões, que originam os conflitos bélicos. Procuraremos também intervir, quando se nos ofereça oportunidade, para ajudar as partes contendentes a chegarem a soluções honrosas e fraternas. Não nos esquecemos de que este serviço benévolo é um dever que a maturação, não só das doutrinas mas também das instituições internacionais, torna hoje mais necessário na consciência da nossa missão cristã no mundo, cujo objeto inclui tornar os homens irmãos, porque é reino de justiça e de paz o inaugurado pela vinda de Cristo ao mundo.

Mas se por agora nos limitamos a considerações de caráter metodológico para a vida da Igreja, não esquecemos os problemas graves mencionados. A alguns deles vai o Concílio dedicar a sua atenção. E nós reservamo-nos tomá-los como objeto do nosso estudo e atividade, no exercício futuro do ministério apostólico, conforme o Senhor se dignar conceder-nos inspiração e força.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



I. A CONSCIÊNCIA

7. Pensamos que hoje é necessário à Igreja aprofundar a consciência que ela deve ter de si mesma, do tesouro de verdades de que é herdeira e guarda, e da missão que deve exercer no mundo. Ainda antes de ela se propor o estudo de qualquer questo em particular, e de considerar a atitude que deve tomar perante o mundo que a circunda, a Igreja deve neste momento refletir sobre si mesma, para se confirmar no conhecimento dos desígnios divinos a seu respeito, para encontrar maior luz, nova força e maior alegria no cumprimento da própria missão, e para escolher o melhor modo de estreitar, ativar e melhorar os seus contatos com a humanidade a que pertence, embora possua caracteres próprios inconfundíveis.

Parece-nos que esta reflexo pode abranger também o modo escolhido por Deus para se revelar aos homens e para estabelecer com eles aquelas relações religiosas de que a Igreja é instrumento e expresso. Porque, se é verdade que a revelação divina se realizou "em muitos lugares e de muitos modos" (Hb 1,1), e com fatos históricos externos e incontestáveis, é também certo que a inserção dela na vida humana se faz por caminhos só próprios da palavra e da graça de Deus. Esta comunica-se interiormente às almas, por meio da pregação da mensagem salvífica e do conseqüente ato de fé, princípio da nossa justificação.

-
- *Anterior*
 - *Índice*
 - *Posterior*



A vigilância dos fiéis sequazes de Cristo

8. Refletir sobre a origem e natureza da relação nova e vital, que a doutrina de Cristo estabelece entre Deus e o homem, desejávamos constituísse ato de docilidade a toda a palavra do Divino Mestre dirigida aos seus ouvintes, especialmente aos seus discípulos, entre os quais nós mesmo, com toda a razão, nos gostamos de colocar. Dentre as muitas recomendações, que Ihes faz Nosso Senhor, lembraremos uma das mais sérias e repetidas, que ainda hoje vale sempre para quem o deseja seguir com fidelidade. Referimo-nos à recomendação da vigilância.

É certo que este conselho do Divino Mestre se refere principalmente ao destino último do homem, próximo ou remoto no tempo. Mas, exatamente porque esta vigilância deve atuar sempre na consciência do servo fiel, determina-lhe na prática o comportamento moral a cada momento. É o que deve caracterizar o cristão no meio do mundo. Nosso Senhor recomenda-nos a vigilância mesmo falando de fatos muito próximos, de perigos e tentações que podem fazer decair ou transviar a atitude do homem (cf. Mt 26,41). Fácil é descobrir no Evangelho um apelo contínuo à retidão no pensar e agir. Acaso não se referia a ela a mensagem do Precursor, que inicia a vida pública no Evangelho? E o próprio Jesus Cristo não nos convidou a aceitarmos interiormente o reino de Deus? (Mt 17,21). Não é toda a sua pedagogia um apelo, uma iniciação à interioridade? A consciência psicológica e a consciência moral são chamadas por Cristo à plenitude simultânea, quase como condição para recebermos, como convém ao homem, os dons divinos da verdade e da graça. E a consciência do discípulo tornar-se-á depois memória (cf. Mt 26,75; Lc 24,8; Jo 14,26; Jo 16,4) de todas as lições de Jesus e de tudo quanto sucedeu à sua volta. Virão depois o progresso e aprofundamento na compreensão de quem ele é, e do que ensinou e fez.

O nascimento da Igreja e o despertar da sua consciência profética são os dois fatos característicos e simultâneos do Pentecostes. Ambos a par vão completar-se: a Igreja progredirá na sua organização e no seu desenvolvimento hierárquico e comunitário; e a consciência da sua vocação, da sua natureza misteriosa, da boa doutrina e da sua missão acompanhará gradualmente esse progresso, segundo a aspiração de São Paulo: "E peço que a vossa

caridade abunde mais e mais em ciência e em todo discernimento" (FI 1,9).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



"Creio, Senhor!"

9. Poderíamos exprimir de outro modo o apelo que dirigimos, tanto a cada pessoa em particular que esteja disposta a ouvi-lo, portanto, a cada um de vós, Veneráveis Irmãos, e aos que convosco seguem o nosso ensinamento, quanto a toda a "sociedade dos féis", que é a Igreja considerada no seu conjunto. Poderíamos convidar a todos para um ato de fé, viva, profunda e consciente, em Jesus Cristo Senhor Nosso. Este momento da nossa vida religiosa deveria caracterizar-se por esta profissão de fé, vigorosa e convicta, ainda que sempre humilde e ansiosa, semelhante à que nos transmite o Evangelho, pronunciada pelo cego de nascença, a quem Jesus Cristo, com bondade igual ao poder, abriu os olhos: "Creio, Senhor" (Jo 9,38); ou semelhante à de Marta, no mesmo Evangelho: "Sim, eu creio, Senhor, que tu és o Cristo, Filho de Deus vivo, que vieste a este mundo" (Jo 11,27); ou ainda semelhante à tão comovente de Simão, depois transformado em Pedro: "Tu és o Cristo, Filho de Deus vivo" (Mt 16,16).

Por que nos atrevemos a convidar-vos a este ato de consciência eclesial? a este ato de fé explícito, ainda que interior?

Muitas são as razões, segundo nos parece, e todas derivam de exigências profundas e essenciais do momento particular em que se encontra a vida da Igreja.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Viver a própria vocação

10. Ela precisa refletir sobre si mesma; precisa sentir-se viver. Deve aprender a conhecer-se melhor, se quer realizar a própria vocação e oferecer ao mundo a sua mensagem de fraternidade e salvação. Precisa experimentar Cristo em si mesma, segundo a palavra do Apóstolo São Paulo: "Habite Cristo pela fé nos vossos corações" (Ef 3,17).

Todos sabem que a Igreja está mergulhada na humanidade, dela faz parte, a ela vai buscar os seus membros, dela extrai tesouros preciosos de cultura, dela sofre as vicissitudes históricas e pelo bem dela trabalha. Ora é sabido igualmente que a humanidade no tempo atual está em vias de grandes transformações, abalos e progressos, que lhe modificam profundamente não só o estilo de vida no exterior, mas também o modo de pensar. O pensamento, a cultura e o espírito sofrem modificação profunda, originada no progresso científico, técnico e social, como também nas correntes do pensamento filosófico e político, que a invadem e penetram. Tudo isto, como ondas do mar, envolve e sacode a Igreja. As almas, que a ela se confiam, são muito influenciadas pelo clima do mundo temporal; de maneira que um perigo quase de vertigem, de aturdimento, de extravio pode abalar a solidez dos seus membros e levar muitos a admitir os pensamentos mais desvairados, como se a Igreja houvesse de negar-se a si mesma e adotar formas novíssimas e nunca imaginadas de viver. Não foi, por exemplo, o fenômeno modernista que ainda se manifesta em várias tentativas de expressão heterogêneas à realidade autêntica do catolicismo, não foi ele um episódio duma exaltação semelhante das tendências psicológico-culturais, próprias do mundo profano, que pretendiam suplantar a expressão fiel e genuína da doutrina e das normas da Igreja de Cristo? Ora, para nos imunizarmos desse perigo ameaçador e múltiplo, que vem de várias partes, parece-nos que é remédio bom e óbvio aprofundarmos o conhecimento que temos da Igreja, daquilo que ela é na verdade, segundo o plano de Cristo, que nos é conservado na Sagrada Escritura e na Tradição, e depois interpretado e desenvolvido pela genuína tradição eclesial. Esta é, como sabemos, iluminada e guiada pelo Espírito Santo, sempre pronto, todas as vezes que o imploramos e ouçamos, a dar cumprimento indefectível à promessa de Cristo: "O Espírito Santo, que o Pai enviará no meu nome, vos ensinará todas as coisas e vos

recordará tudo o que Eu vos tiver dito" (Jo 14,26).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A consciência segundo a mentalidade moderna

11. Coisa semelhante poderíamos dizer a propósito dos erros que se espalham mesmo no interior da Igreja e fazem vítimas naqueles que só em parte conhecem a natureza e a missão da mesma, sem terem na devida conta os documentos da revelação divina e do magistério instituído pelo próprio Cristo.

Aliás, esta necessidade de refletir sobre coisas já conhecidas, para as contemplar no espelho interior do próprio espírito, é característica do homem moderno; o pensamento deste curva-se facilmente sobre si mesmo e só confere certeza e plenitude quando se apresenta em plena luz à própria consciência. Não quer dizer que este hábito se encontre imune de perigos graves. Correntes filosóficas muito conhecidas exploraram e exaltaram esta forma de atividade espiritual, apresentando-a como definitiva e suprema, e até como medida e fonte da realidade, fazendo chegar o pensamento a conclusões abstrusas, desoladas, paradoxais e radicalmente falazes. Mas habituar-se a buscar a verdade, que se reflete na própria consciência, não deixa de ser muito apreciável e hoje muito praticado como expressão requintada da cultura moderna. Nem estes transvios impedem que o ato de reflexão, quando bem fundado na apreensão objetiva da realidade, revele cada vez melhor, a quem se dá ao trabalho de o realizar, algo do fato da existência do próprio ser, da própria dignidade espiritual, e da própria capacidade de conhecer e agir.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



Do Concílio de Trento às Encíclicas hodiernas

12. E sabido, além disso, que a Igreja se lançou nestes últimos tempos a estudar-se melhor a si mesma, valendo-se de insígnos investigadores, de homens grandes e intelectuais, de escolas teológicas qualificadas, de movimentos pastorais e missionários, de experiências religiosas notáveis e sobretudo de ensinamentos pontifícios dignos de memória.

Levar-nos-ia longe demais, aludir só que fosse, à abundância da literatura teológica, editada no século passado e no atual, que tem por objeto a Igreja. Muito demorado seria igualmente lembrar os documentos que o Episcopado católico e esta Sé Apostólica publicaram sobre tema de tanta amplitude e alcance. A partir do Concílio de Trento, que fez o possível por reparar as conseqüências da crise que afastou tantos cristãos no século XVI, a doutrina sobre a Igreja contou grandes cultores e conseqüentemente notáveis progressos. Basta referirmo-nos aqui aos ensinamentos do Concílio Ecumênico Vaticano I neste campo, para compreendermos como o estudo sobre a Igreja solicita a atenção, tanto dos Pastores e Mestres como dos féis e de todos os cristãos. Esse tema é, quase diríamos, fase obrigatória no caminho do conhecimento exaustivo de Cristo e de toda a sua obra; tanto assim que, conforme já foi dito, o Concílio Ecumênico Vaticano II não passa de continuação e complemento do I, precisamente pelo encargo de retomar o exame e aprofundamento da doutrina sobre a Igreja. E, se não dizemos mais, por amor de brevidade, pois falamos a quem muito bem conhece esta matéria, não pouco vulgarizada hoje dentro da Igreja pela catequese e pela espiritualidade, não podemos deixar de nomear com honra dois documentos dignos de particular memória: a Encíclica "Satis Cognitum", do Papa Leão XIII (1896) e a Encíclica "Mystici Corporis", do Papa Pio XII (1943). Ambos os documentos nos oferecem doutrina abundante e luminosa sobre a instituição divina, pela qual Cristo prolonga no mundo a sua obra de salvação, e sobre a qual recai agora o nosso discurso. Baste recordar as palavras iniciais do segundo documento pontifício assinalado, que se tornou, podemos dizer, texto clássico da teologia sobre a Igreja e fonte de meditações espirituais sobre esta obra da misericórdia divina que a todos nós diz respeito. Apraz-nos recordar as palavras magistrais de tão grande predecessor nosso: "A doutrina do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja, recebida dos lábios do próprio

Redentor e que põe na devida luz o grande e nunca assaz celebrado benefício, da nossa íntima união com tão excelsa Cabeça, é de sua natureza tão grandiosa e sublime que chama à contemplação todos os que são movidos pelo Espírito de Deus; e, iluminando as suas inteligências, incita-os eficazmente a obras salutares, consentâneas com a mesma doutrina". (AAS, 35, p. 193-248; ano 1943).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A ciência do Corpo Místico

13. É para ouvirmos este convite, que julgamos poder ainda hoje atrair os nossos espíritos e revelar-nos uma das necessidades fundamentais da vida da Igreja nestes tempos, que hoje o propomos. Cada vez mais instruídos na ciência do Corpo Místico, apreciaremos melhor os sentidos divinos que encerra, fortificando ao mesmo tempo as nossas almas de modo incomparável e dispendo-nos cada vez melhor para a correspondência aos deveres da nossa missão e às necessidades dos homens. Nem nos parece difícil aumentar em nós esta ciência, quando por um lado observamos, como dizíamos, o florescimento enorme de estudos que têm por objeto a santa Igreja, e sabemos por outro que é sobre ela que mais se fixa o olhar do Concílio Ecumênico Vaticano II. Queremos, neste momento, tributar um elogio bem sentido àqueles investigadores, que, especialmente nos últimos anos, se dedicaram ao estudo eclesiológico com perfeita docilidade ao magistério católico e genial capacidade de pesquisa e de expressão. Consagraram-lhe árduas, contínuas e frutuosas canseiras e apresentaram múltiplos esclarecimentos da doutrina sobre a Igreja, alguns de alto valor e de grande utilidade, trabalhando quer nas escolas teológicas e na discussão científica e literária, quer na apologia e na divulgação, e ainda na assistência espiritual às almas dos féis e no colóquio com os irmãos separados.

Temos esperança que a obra do Concílio, assistida pela luz do Espírito Santo, será continuada e levada a bom termo com tal docilidade às suas inspirações divinas, com tal esforço na indagação profunda e completa do pensamento original de Cristo e dos seus necessários e legítimos progressos no tempo, com tal esforço para tornar as verdades divinas não espada para dividir os espíritos, em discussões estéreis ou em cisões fastidiosas, mas laço para os unir e os levar a maior clareza e concórdia, que a obra do Concílio reverterá inteiramente em glória de Deus, alegria da Igreja e edificação do mundo.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



A videira e os ramos

14. Abstemo-nos deliberadamente de pronunciar qualquer juízo, nesta Encíclica, sobre os pontos doutrinários relativos à Igreja, apresentados ao exame do Concílio, que nos compete presidir: a tão alta e autorizada reunião queremos por agora deixar liberdade de estudo e de palavra, reservando ao nosso múnus apostólico, de mestre e pastor colocado à frente da Igreja de Deus, o momento e modo de exprimir o nosso juízo. Muita alegria sentiremos se o pudermos apresentar em plena conformidade com os Padres conciliares.

Mas não podemos deixar de aludir de algum modo aos frutos, que esperamos hão de provir tanto do Concílio como do esforço a que nos referíamos, que a Igreja deve realizar para conseguir consciência mais plena e vigorosa de si mesma. São esses frutos que temos agora em vista no nosso ministério apostólico, enquanto iniciamos os trabalhos, doces e ingentes ao mesmo tempo, que são, por assim dizer, o programa do nosso pontificado; e vo-lo expomos, Veneráveis Irmãos, com bastante brevidade mas sinceramente, esperando que nos queirais ajudar a pô-lo em execução mediante o vosso conselho, a vossa adesão e o vosso concurso. Pensamos que, patenteando-vos o nosso espírito, o patenteamos a todos os féis da Igreja de Deus e que o eco da nossa voz chegará mesmo aos que se encontram para além dos confins definidos do redil de Cristo.

15. O primeiro fruto da tomada de consciência mais profunda da Igreja quanto a si mesma é a descoberta renovada da sua relação vital com Cristo, coisa bem conhecida, mas fundamental, indispensável, e nunca suficientemente compreendida, meditada e pregada. Que se deveria dizer sobre este capítulo central de todo o nosso patrimônio religioso? Felizmente, vós já conheceis bem esta doutrina; nem nós agora lhe acrescentaremos nada, simplesmente a recomendação de a terdes sempre presente como objeto principal e como diretriz tanto da vossa vida espiritual como da vossa pregação. Mais que a nossa palavra exortatória, valerá a do nosso mencionado predecessor na sobredita Encíclica "Mystici Corporis": "É necessário que nos habituemos a ver a Cristo na Igreja. Pois é Cristo quem vive na sua Igreja, quem por ela ensina, governa e confere a santidade; é também Cristo quem se manifesta de vários modos nos seus vários membros da sua sociedade" (AAS, 35,1943,

p. 238). Muito agradável nos seria deter-nos nas reminiscências da Sagrada Escritura, dos Santos Padres, dos Doutores e dos Santos que afluem ao nosso espírito, quando reconsideramos este ponto luminoso da nossa fé. Não nos diz o próprio Jesus que ele é a videira e nós os sarmentos? (cf. Jo 15,1ss). Não se apresenta à nossa mente toda a doutrina riquíssima de São Paulo, que não se cansa de nos recordar: "Vós sois uma só coisa em Cristo Jesus" (Gl 3,28) e de nos recomendar: "...cresçamos em tudo em direção àquele que é a cabeça, Cristo, pelo qual todo o corpo... realiza o seu crescimento" (Ef 4,15-16) e de nos lembrar: "...Cristo é tudo em todos"? (Cl 3,11). Baste-nos recordar, entre os mestres, a Santo Agostinho: "... alegremo-nos e demos graças por termos sido feitos não só cristãos, mas Cristo. Entendeis, Irmãos, compreendeis a misericórdia de Deus para conosco? Admirai, alegrai-vos: fomos feitos Cristo. Pois, se Ele é a cabeça, nós somos os membros; homem completo somos Ele e nós... Logo a plenitude de Cristo constituem-na a cabeça e os membros. Que vem a ser a cabeça e os membros? Cristo e a Igreja" (In Jo. tract. 21,8: PL 35,1568).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



O mistério da Igreja

16. Bem sabemos que é um mistério, é o mistério da Igreja. Se nós, com a ajuda de Deus, fixarmos o olhar da alma neste mistério, conseguiremos muitos benefícios espirituais, aqueles exatamente que agora julgamos mais necessários para a Igreja. A presença de Cristo, mais, a própria vida dele, tornar-se-á operante em cada uma das almas e no conjunto do Corpo Místico, pelo exercício da fé viva e vivificante, que fará: "Cristo habitar pela fé em vossos corações", segundo a palavra do Apóstolo (Ef 3,17). A consciência do mistério da Igreja é um fato próprio da fé adulta e vivida. Produz nas almas aquele "sentir da Igreja", que penetra o cristão formado na escola da palavra divina, alimentado pela graça dos sacramentos e pelas inspirações inefáveis do Espírito Paráclito, habituado a praticar as virtudes evangélicas, embebido da cultura e do modo de ser da comunidade eclesial, e cheio de alegria vendo-se revestido daquele sacerdócio real que é próprio do povo de Deus (cf. 1Pd 2,9).

O mistério da Igreja não é simples objeto de conhecimento teológico, deve ser fato vivido, em que a alma fiel, antes de ser capaz de definir a Igreja com exatidão, a pode apreender numa experiência conatural. E a comunidade dos crentes certifica-se intimamente da sua participação no Corpo Místico de Cristo, ao reparar que, por divina instituição, o ministério da Hierarquia eclesiástica a inicia, a gera (cf. Gl 4,19,1Cor 4,15), a instrui, a santifica e a dirige. De maneira que, por meio deste santo canal, Cristo derrama nos seus membros místicos as comunicações admiráveis da sua verdade e da sua graça, e dá ao seu Corpo Místico, peregrino no tempo, a organização visível, a unidade ilustre, a funcionalidade orgânica, a variedade harmônica e a beleza espiritual. As imagens não conseguem traduzir-nos, em conceitos acessíveis, toda a realidade e profundidade deste mistério. Ainda assim, depois da imagem recordada do Corpo Místico, sugerida pelo Apóstolo São Paulo, deveremos fazer especial menção de outra, porque é do próprio Cristo: a do edifício de que Ele é arquiteto e construtor; edifício fundado sobre um homem, frágil por natureza, mas por Ele transformado milagrosamente em pedra sólida, isto é, dotado de prodigiosa e perene indefectibilidade: "sobre esta pedra educarei a minha Igreja" (Mt 16,18).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Pedagogia daquele que é batizado

17. Se soubermos reavivar em nós mesmos, e acender nos fiéis com profunda e acertada pedagogia, este sentido confortante da Igreja, sucederá que muitas antinomias, aflição do pensamento dos cultores da eclesiologia, serão praticamente vencidas e resolvidas na experiência da realidade viva da Igreja inspirada na sua doutrina. Tais antinomias são, por exemplo, a Igreja simultaneamente visível e espiritual, livre e disciplinada, comunitária e hierárquica, já santa e sempre a caminho da santificação, contemplativa e ativa, e assim por diante. Mas o sentido da Igreja porá em relevo principalmente a sua espiritualidade do melhor quilate, alimentada na leitura piedosa da Sagrada Escritura, dos Santos Padres e Doutores, e em todas as outras fontes que produzem essa consciência. Queremos referir-nos agora à catequese exata e sistemática; àquela escola admirável, de palavras, sinais e divinas efusões, que é a Sagrada Liturgia; à meditação silenciosa e ardente das verdades divinas; e finalmente à oração contemplativa. A vida interior continua a ser a grande fonte da espiritualidade da Igreja, condiciona-lhe a receptividade às irradiações do Espírito de Cristo, é expressão fundamental e insubstituível da sua atividade religiosa e social, e é ainda para ela defesa inviolável e renascente energia no seu difícil contato com o mundo profano.

18. É preciso restituir toda a sua importância ao fato de termos recebido o santo batismo, termos sido enxertados, por este sacramento, no Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. O batizado deve sobretudo apreciar conscientemente a sua elevação, melhor, a nova geração que recebe e o eleva à incomparável realidade de filho adotivo de Deus, à dignidade de irmão de Cristo, à felicidade, queremos dizer à graça e ventura da inabitação do Espírito Santo, à vocação duma vida nova. Nada perde ele do que é humano, a não ser a infeliz sorte derivada do pecado original, e fica habilitado a valorizar e utilizar do melhor modo tudo quanto é humano. Ser cristão, ter recebido o santo batismo, não deve parecer-nos coisa indiferente ou desatendível; deve ser característica profunda e venturosa da consciência de cada batizado; deve ser para ele, como o foi para os cristãos antigos, uma "iluminação", que ao atrair sobre ele os raios vivificantes da Verdade divina, lhe abre o céu, lhe alumia a vida terrena, o torna capaz de se dirigir, como filho da luz, para a visão de Deus, fonte de eterna felicidade.

Que programa prático sugere à nossa vida e ao nosso ministério essa consideração! E bem fácil descobri-lo. Alegremo-nos ao constatar que este programa se encontra já em vias de aplicação em toda a Igreja, servido por zelo prudente e ardoroso. Animamo-lo, recomendamos-lo e abençoamo-lo.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



II. A RENOVAÇÃO

19. Mais, é grande em nós o desejo de que a Igreja de Deus seja qual Jesus a quer: una, santa, toda encaminhada à perfeição a que Ele a chamou e de que a tornou capaz. Perfeita no seu conceito ideal, no desígnio de Deus, a Igreja deve-se ir aperfeiçoando sempre na expressão real, na sua existência terrestre. É este o grande problema moral que domina a sua vida, a caracteriza, a estimula, a acusa, a sustenta e a enche de gemidos e de orações, de arrependimentos e de esperanças, de esforço e de confiança, de responsabilidades e de méritos. É problema inerente às realidades teológicas de que depende a vida humana. Não podemos ajuizar sobre o homem, a sua natureza e a sua perfeição original, sobre as conseqüências ruinosas do pecado original, capacidades do homem para o bem e auxílio de que precisa para o desejar e realizar, sobre o sentido da vida presente e das suas finalidades, os valores que o homem deseja ou de que pode dispor, sobre o critério de perfeição e de santidade, e sobre os meios e modos para dar à vida o seu grau mais alto de beleza e plenitude, não podemos fazer nada disto sem nos referirmos ao ensino doutrinal de Cristo e do magistério eclesiástico dele derivado. A ambição de conhecer os caminhos do Senhor é e deve ser constante na Igreja, e a discussão que se vai mantendo, de século em século no seio da Igreja, sobre as questões, de perfeição, sendo tão fecunda e variada, bem queríamos que tornasse a despertar o interesse máximo a que tem direito. E isto no tanto para elaborar novas teorias, quanto para gerar energias novas, que levem àquela santidade que Jesus Cristo nos ensinou e nos possibilita conhecer, desejar e conseguir. Para isso nos dá o seu exemplo, a sua palavra, a sua graça, a sua escola baseada na tradição eclesiástica, fortificada pela ação comunitária, ilustrada pelas figuras singulares dos Santos.

▪ [Anterior](#)

▪ [Índice](#)

▪ [Posterior](#)



Perfectibilidade dos cristãos

20. Este afã de aperfeiçoamento espiritual e moral é também estimulado exteriormente pelas condições em que a Igreja vai vivendo. Não pode ficar imóvel e indiferente entre as mudanças do mundo que a cerca. Este, por mil caminhos, influencia e condiciona a atitude prática da Igreja. Como todos sabem, ela não está separada do mundo, vive nele. Por isso, os membros da Igreja estão sujeitos à influência do mundo, de que respiram a cultura, aceitam as leis e absorvem os costumes. Este contacto permanente, que a Igreja tem com a sociedade temporal, impõe-lhe uma problemática contínua, hoje difícilíssima. Por um lado, a vida cristã, como a Igreja a defende e promove, deve com perseverança e tenacidade preservar-se de tudo quanto pode enganá-la, profaná-la e sufocá-la, procurando imunizar-se do contágio do erro e do mal; por outro, a vida cristã deve não só adaptar-se às formas do pensamento e da moral, que o ambiente terreno lhe oferece e impõe, quando elas forem compatíveis com as exigências essenciais do seu programa religioso e moral, mas deve procurar aproximá-las de si, purificá-las, nobilitá-las, vivificá-las e santificá-las: nova missão, que impõe à Igreja um exame constante de vigilância moral, reclamado hoje com particular urgência e gravidade.

21. Também para este exame, é providencial a celebração do Concílio. O carácter pastoral que ele se propôs, as finalidades práticas de "atualização" da disciplina canônica, o desejo de tornar o exercício da vida cristã o mais fácil que seja possível, sem renunciar ao carácter sobrenatural que lhe é próprio, conferem ao Concílio um mérito particular já neste momento, apesar de não possuímos ainda a maioria das deliberações que dele esperamos. Na verdade, ele desperta, tanto nos Pastores como nos fiéis, o desejo de conservar e robustecer na vida cristã o seu carácter de autenticidade sobrenatural, e recorda a todos o dever de imprimir este carácter de maneira positiva e enérgica no proceder de cada um: leva os fracos a serem bons, os bons a serem melhores, os melhores a serem generosos e os generosos a fazerem-se santos. Abre à santidade novos caminhos, incita o amor a tornar-se fecundo, e provoca novas arrancadas de virtude e de heroísmo cristão.

▪ [*Anterior*](#)

▪ [*Índice*](#)

▪ [*Posterior*](#)



Em que sentido deve-se entender a reforma

22. Naturalmente, tocará ao Concílio sugerir as reformas na legislação da Igreja. E as Comissões pós-conciliares, especialmente a instituída para a revisão do Código do Direito Canônico, desde já designada por nós, procurarão formular em termos concretos as deliberações do Sínodo Ecumênico. A vós, Veneráveis Irmãos, pertencerá indicar-nos as medidas para purificar e rejuvenescer a face da santa Igreja. Mas novamente vos manifestamos o nosso propósito de favorecer tal reforma: quantas vezes nos séculos passados este intento aparece associado à história dos Concílios! Pois seja-o uma vez mais, e desta não já para extirpar na Igreja determinadas heresias e desordens gerais que, graças a Deus, agora não existem, mas para infundir novo vigor espiritual ao Corpo Místico de Cristo, como organização visível, purificando-o dos defeitos de muitos dos seus membros e estimulando-o a novas virtudes.

Para que isto aconteça, suposto o divino auxílio, seja-nos permitido apresentar-vos aqui algumas considerações prévias que podem facilitar a obra de renovação, infundir-lhe o necessário vigor, - não é sem algum sacrifício que ela se pode obter! -, e traçar algumas linhas, que parecem facilitar a sua realização.

23. Deveremos recordar primeiramente alguns critérios que nos mostram em que sentido esta reforma se há de promover. Não pode abarcar nem o conceito essencial nem as estruturas fundamentais da Igreja católica. A palavra reforma seria mal usada se a empregássemos nesta acepção. Não podemos acusar de infidelidade esta nossa amada e santa Igreja de Deus, pertencer à qual temos como a maior das graças. Ela dá ao nosso espírito o testemunho de "que somos filhos de Deus" (Rom 8,16). Não é orgulho, não é presunção, não é obstinação nem loucura, mas certeza luminosa, convicção alegre esta nossa: a de termos sido constituídos membros vivos e genuínos do Corpo de Cristo, de sermos autênticos herdeiros do seu Evangelho e verdadeiros continuadores dos Apóstolos, de possuímos a herança intacta e viva da tradição original apostólica, no grande patrimônio doutrinal e moral característico da Igreja católica, qual ela existe hoje. Se isto forma o nosso orgulho, ou melhor o motivo pelo qual devemos "dar sempre graças à Deus" (Ef 5,20), constitui igualmente para nós

responsabilidade: diante de Deus, a quem temos de dar contas de tão grande benefício; diante da Igreja, a quem devemos infundir, juntamente com a certeza, o desejo, o propósito de conservar o tesouro, o depósito de que fala São Paulo (1Tm 6,20), diante dos Irmãos ainda de nós separados e diante do mundo inteiro para que todos venham participar conosco no dom de Deus.

24. Se, neste particular, podemos falar de reforma, não devemos tomá-la como mudança, mas sim como confirmação no esforço para mantermos na Igreja a fisionomia que lhe imprimiu Cristo, mais ainda, no esforço para a reconduzir sempre à sua forma perfeita, correspondente por um lado ao desígnio primitivo do Fundador, e por outro reconhecida como conseqüente e legítima no progresso necessário. Como da semente se origina a árvore, assim daquele desígnio vem à Igreja a sua forma legítima, histórica e concreta. Não nos iluda o critério de reduzir o edifício da Igreja, que se tornou amplo e majestoso para a glória de Deus, como templo seu magnífico, de o reduzir às suas proporções iniciais e mínimas, como se estas fossem as únicas verdadeiras e justas. Nem nos fascine a ambição de renovar a estrutura da Igreja por via carismática, como se fosse nova e verdadeira a expressão eclesial nascida de idéias meramente particulares, embora fervorosas e atribuídas talvez à divina inspiração. Por este caminho se introduziriam sonhos arbitrários de renovações artificiosas no plano constitutivo da Igreja. Como ela é, devemos-la servir e amar, com sentido inteligente da história e buscando humildemente a vontade de Deus, que a assiste e guia, mesmo quando permite que a fraqueza humana lhe empane algum tanto a pureza das linhas e a elegância da ação. Esta pureza e esta elegância é que nós andamos procurando e queremos promover.

▪ [*Anterior*](#)

▪ [*Índice*](#)

▪ [*Posterior*](#)



Prejuízos e perigos que emanam da concepção profana da vida

25. Urge confirmarmo-nos nestas convicções, para fugir a outro perigo que o desejo de reforma poderia originar, não tanto em nós, Pastores, defendidos por um vigilante sentido de responsabilidade, quanto na opinião de muitos fiéis. Pensam estes que a renovação da Igreja deve consistir principalmente na adaptação dos seus sentimentos e costumes aos do mundo. A fascinação da vida profana é hoje violentíssima. O conformismo parece a muitos necessário e justificado. Quem não está bem firme na fé e na prática da lei eclesiástica, facilmente pensará ter chegado o momento de nos adaptarmos à concepção profana da vida, como se esta fosse a melhor, a que o cristão pode e deve tomar para si. Fenômeno de adaptação que se manifesta no campo filosófico (qual é a força da moda, até mesmo no reino do pensamento, que deveria ser autônomo e livre, apenas receptivo e dócil perante a verdade e a autoridade de mestres provados!), e que se apresenta também no campo prático, em que se torna cada dia mais incerto e difícil marcar a linha da retidão moral.

26. O naturalismo ameaça esvaziar a noção original da mensagem cristã. O relativismo, tudo justificando, e afirmando que tudo é do mesmo valor, impugna o caráter absoluto dos princípios cristãos. O hábito de excluir qualquer esforço, qualquer incômodo, da prática ordinária da vida, acusa de inutilidade enfadonha a disciplina e a ascese cristã. Às vezes, até o desejo apostólico de entrar em ambientes profanos e de conseguir boa aceitação nos espíritos modernos sobretudo juvenis, traduz-se em renúncia às formas próprias da vida cristã e mesmo àquele estilo de domínio próprio, que deve dar sentido e vigor ao desejo de aproximação e de influxo para o bem. Não é verdade, porventura, que muitas vezes o Clero novo, ou até alguns Religiosos zelantes, guiados pela boa intenção de penetrar nas massas populares e noutros meios, procuram confundir-se em vez de distinguir-se, renunciando assim com inútil mimetismo à eficácia genuína do seu apostolado? O grande princípio, enunciado por Cristo, volta a apresentar-se na sua atualidade e também na sua dificuldade: estar no mundo, mas não ser do mundo. Felizes de nós porque a altíssima e oportuníssima oração, daquele "que sempre vive para interceder por nós" (Hb 7,25), ainda hoje é repetida diante do Pai do céu: "Não peço que os tires do

“mundo, mas que os defendas do mal” (Jo 17,15).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Não imobilidade, mas "atualização"

27. O dito não significa que seja intenção nossa ver a perfeição na imobilidade dessas formas que a Igreja foi revestindo através dos séculos; ou julgar que ela consiste em tornarmo-nos refratários a qualquer aproximação nossa às formas hoje comuns e aceitáveis nos costumes e na índole do nosso tempo. A palavra, hoje famosa, do nosso venerado predecessor João XXIII de feliz memória, a palavra "atualização", sempre a teremos presente como orientação programática; confirmamo-la como critério diretivo do Concílio Ecumênico e continuaremos a recordá-la como estímulo à vitalidade sempre renascente da Igreja, à sua capacidade sempre atenta a descobrir os sinais dos tempos, e à sua agilidade sempre juvenil de sempre e em toda a parte "tudo provar e de tomar para si o que é bom" (1Ts 5,21).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Obediência, energias morais, sacrifício

28. Mas, para lição proveitosa de todos nós, ouçamos uma vez mais esta advertência: a Igreja renovará a sua juventude não tanto mudando as suas leis exteriores, quanto dispendo interiormente o espírito dos seus para obedecer a Cristo, e por isso para observar aquelas leis que a Igreja, com a intenção de seguir o caminho de Cristo, estabelece. Aqui está o segredo da sua renovação, aqui a sua "metánoia", aqui o seu exercício de perfeição. As normas eclesiásticas poder-se-ão tornar mais praticáveis pela simplificação dalguns preceitos e pela maior confiança que ela mostre na liberdade do cristão de hoje, mais instruído nos seus deveres, mais adulto e mais ponderado na escolha dos meios para os cumprir. Mas não podem deixar de manter-se na sua exigência essencial. Sempre a vida cristã, como a Igreja a vai interpretando e codificando em prudentes disposições, exigirá fidelidade, esforço, mortificação e sacrifício. Será sempre o "caminho estreito", de que Nosso Senhor nos fala (cf. Mt 7,13ss). De nós, cristãos modernos, não exigirá menores energias morais, talvez até maiores do que exigiu dos cristãos de ontem: uma prontidão na obediência, hoje não menos necessária que no passado e talvez mais difícil, sem dúvida mais meritória, devendo guiar-se mais por motivos sobrenaturais do que naturais. Não é conformidade com o espírito do mundo, não é subtração à disciplina duma ascética razoável, não é indiferença perante os costumes livres do nosso tempo, não é emancipação da autoridade de prudentes e legítimos Superiores, não é apatia diante das formas contraditórias do pensamento moderno. Nada disto pode dar vigor à Igreja, dispô-la para receber o influxo dos dons do Espírito Santo, dar-lhe autenticidade no seguimento de Cristo Senhor Nosso, comunicar-lhe o ardor da caridade fraterna e a capacidade de transmitir a sua mensagem de salvação. Mas tudo lhe há de vir da correspondência à graça divina, da fidelidade ao Evangelho do Senhor, da sua coesão hierárquica e comunitária. O Cristão não é mole e cobarde, é forte e fiel.

29. Sabemos quanto se alongaria o nosso discurso, se quiséssemos traçar, mesmo só em linhas gerais, o programa moderno da vida cristã. Não o pretendemos agora. Vós, aliás, conheceis as necessidades morais do nosso tempo, e não vos cansareis de levar os féis a compreender o prestígio, pureza e austeridade da vida cristã, como não vos furtareis a denunciar, da melhor maneira

possível e até publicamente, os perigos morais e os vícios de que sofre o nosso tempo. Todos nós recordamos as palavras solenes que a Sagrada Escritura nos propõe: "Conheço as tuas obras e o teu trabalho e a tua paciência, e que não podes suportar os maus" (Ap 2,2). E todos procuraremos ser Pastores vigilantes e ativos. Também a nós há de o Concílio Ecumênico dar normas novas e salutaras, e todos nos devemos certamente dispor desde já para as ouvirmos e cumprirmos.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



O espírito de pobreza

30. Mas não queremos renunciar a duas alusões em particular, que nos parecem referir-se a necessidades e deveres primordiais, e podem oferecer orientações gerais para a renovação eficaz da vida eclesial.

Aludimos primeiramente ao espírito de pobreza. Pensamos que ele é tantas vezes proposto no Sagrado Evangelho, e que tão intimamente se integra no plano do nosso destino para o reino de Deus, que é tão ameaçado pela apreciação dos bens hoje, predominante na mentalidade moderna, e tão necessário para nos fazer entender tantas fraquezas e ruínas do tempo passado e para nos levar igualmente a compreender qual deve ser o nosso teor de vida e qual o melhor método para anunciar às almas a religião de Cristo, e, por fim, tão difícil de praticar como é devido, que nos atrevemos a mencioná-lo explicitamente nesta nossa mensagem, não por termos o propósito de publicar especiais medidas canônicas a este respeito, mas antes para vos pedirmos, Veneráveis Irmãos, o conforto da vossa concordância, do vosso conselho e do vosso exemplo. Esperamos que vós, autorizada expresso dos melhores impulsos do Espírito de Cristo comunicados à santa Igreja, manifesteis como devem os Pastores e os fiéis adaptar hoje à pobreza a linguagem e a prática da vida. "Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus" (Fl 2,5), recomenda-nos o Apóstolo; esperamos também que indiqueis como devemos propor à vida da Igreja os critérios diretivos que devem fundar a nossa confiança mais na ajuda de Deus e nos bens do espírito, do que nos meios temporais. Eles devem recordar-nos a nós, e ensinar ao mundo, a sua primazia sobre os bens econômicos; e também que devemos limitar e subordinar a posse e uso destes ao que for útil para o conveniente exercício da nossa missão apostólica.

31. A brevidade desta alusão ao valor e obrigação do espírito de pobreza, nota característica do Evangelho de Cristo, não nos dispensa de recordar que esse espírito não nos impede compreender e utilizar devidamente a realidade econômica, que se tornou gigantesca e fundamental no progresso da civilização moderna, especialmente em todos os seus reflexos humanos e sociais. Julgamos até que a libertação interior, produzida pelo espírito de pobreza evangélica, aumenta a nossa sensibilidade e

capacidade para compreendermos os fenômenos relacionados com os fatores econômicos.

Essa libertação ensinar-nos-á a apreciar a riqueza e o progresso, que dela podem originar-se, de maneira exata, embora muitas vezes severa mas justificada; inspirar-nos-á o mais vivo e generoso interesse pela indigência e também o desejo de que os bens econômicos não sejam fonte de lutas, de egoísmos e de orgulho entre os homens, mas, pela justiça e pela eqüidade, sirvam o bem comum, sendo cada vez mais bem distribuídos. O discípulo do Evangelho é capaz de apreciar acertadamente e de cooperar com dedicação em tudo quanto se refere a estes bens econômicos, inferiores aos espirituais e eternos, mas necessários à vida presente: a ciência, a técnica e sobretudo o trabalho tornam-se para nós objeto de interesse vivíssimo; e o pão que produzem torna-se sagrado para a mesa e para o altar. Os ensinamentos sociais da Igreja não deixam dúvidas sobre este ponto; e aproveitamos com gosto esta ocasião para reafirmar a nossa adesão a essa doutrina salutar.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A hora da caridade

32. A segunda alusão, que desejamos fazer, é ao espírito de caridade. Mas este tema não o tendes vós já muito presente? Não constitui a caridade o ponto focal da economia religiosa do Antigo e do Novo Testamento? Não se dirigem à caridade os passos da experiência espiritual da Igreja? Não é a caridade a descoberta constante, mas cada vez mais luminosa e agradável, que a teologia e a piedade vão fazendo, na meditação incessante dos tesouros escriturísticos e sacramentais, de que a Igreja é herdeira, guarda, mestra e distribuidora? Com os nossos predecessores, com a coroa de Santos que o nosso tempo deu à Igreja celeste e terrestre, e com o pressentimento devoto do povo fiel, nós julgamos que é necessário dar finalmente à caridade o lugar que lhe compete: o primeiro, o mais alto na escala dos valores religiosos e morais, não só na estimativa mas também na prática da vida cristã. Isto vale tanto da caridade para com Deus, que o seu Amor derramou sobre nós, como da caridade, que, por reflexo, nós devemos efundir sobre o nosso próximo, isto é, sobre todo o gênero humano. A caridade tudo explica, tudo inspira, tudo torna possível e tudo renova. A caridade "tudo sofre, tudo acredita, tudo espera, tudo suporta" (ICor 13,7). Quem dentre nós ignora estas coisas? E se as conhecemos, não é esta a hora da caridade?

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



Culto a Maria

33. Este ideal de humilde e profunda plenitude cristã levanta o nosso pensamento até Maria Santíssima, aquela que perfeita e maravilhosamente o refletiu em si, o integrou na sua vida terrena, e agora, em conseqüência, goza no céu a luz plena e a bem-aventurança. Floresce hoje na Igreja, graças a Deus, o culto de Nossa Senhora; e nós nesta ocasião pensamos nele, admirando, na Virgem Santíssima, Mãe de Cristo, e por isso Mãe de Deus e Mãe nossa, o modelo da perfeição cristã, o espelho das virtudes sinceras e a maravilha mais sublime da humanidade. O culto de Maria é fonte de ensinamentos evangélicos: sendo ela a criatura mais abençoada, mais doce e mais humilde, a imaculada, a quem tocou o privilégio de oferecer ao Verbo de Deus um corpo humano na sua primitiva e inocente beleza, nós quisemos, na nossa peregrinação à Terra Santa, que Ela nos ensinasse a autenticidade cristã, e agora de novo lhe dirigimos os olhares suplicantes, como amorosa mestra de vida, no momento em que estamos tratando convosco, Venerados irmãos, da regeneração espiritual e moral da vida da Santa Igreja.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



III. O DIÁLOGO

34. Há uma terceira atitude, que a Igreja Católica deve tomar neste momento da história do mundo. Referimo-nos ao estudo sobre os contactos que ela há de manter com a humanidade. Se a Igreja adquire cada vez mais clara consciência de si e procura modelar-se em conformidade com o tipo proposto por Cristo, não poderá deixar de distinguir-se profundamente do ambiente humano, em que afinal vive ou do qual se aproxima. O Evangelho põe-nos diante dos olhos esta distinção quando nos fala do "mundo", isto é, da humanidade como oposta à luz da fé e ao dom da graça; da humanidade, que se exalta num ingênuo otimismo, julgando que lhe bastam as próprias forças para se realizar com plenitude, estabilidade e proveito; ou ainda da humanidade que se deprime num pessimismo cruel, declarando fatais, incuráveis e mesmo talvez apeteceíveis, como manifestações de liberdade e autenticidade - os próprios vícios, fraquezas e doenças morais. O Evangelho, que conhece, denuncia, faz suas e cura as misérias humanas com penetrante e pungente sinceridade, não cede todavia nem a ilusões sobre a bondade natural do homem, considerado auto-suficiente e com a exigência única de que o deixem expandir-se em plena liberdade, nem, por outro lado, à desesperada resignação diante duma natureza corrompida e sem cura. O Evangelho é luz, é novidade, é energia, é renascimento, é salvação. Por isso gera e caracteriza uma forma de vida nova, de que o Novo Testamento nos dá lição contínua e admirável: "Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando a vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito" (Rm 12,2). Assim nos exorta São Paulo.

Esta diversidade, entre a vida cristã e a vida profana, deriva também da justificação real, efetiva, e da consciência que dela adquirimos. Somos justificados pela nossa participação ao mistério pascal, que primeiramente nos é dada no santo batismo, como dizíamos acima, o qual é e deve considerar-se verdadeira regeneração. Também no-lo recorda So Paulo: "...todos os que fomos batizados em Cristo Jesus, é na sua morte que fomos batizados. Portanto pelo batismo nós fomos sepultados com Ele na morte para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova" (Rm 6,3-4).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Viver no mundo, mas não ser do mundo

35. Muito útil será que também o cristão de hoje tenha sempre presente esta sua forma de vida, original e admirável, que o manterá no gozo da sua dignidade e o imunizará do contágio da miséria humana ou da sedução do brilho humano que o rodeiam.

Eis como São Paulo educava os fiéis da primeira geração: "Não formeis parêntese incoerente com os incrédulos. Que afinidade pode haver entre a justiça e a impiedade? Que comunhão pode haver entre a luz e as trevas? ...Que relação entre o fiel e o incrédulo? (2Cor 6,14-15). A pedagogia cristã deverá recordar sempre ao discípulo dos nossos tempos, esta sua condição privilegiada e o conseqüente dever de estar no mundo sem ser do mundo, segundo a oração de Jesus pelos seus discípulos, acima recordada: "Não peço que os tires do mundo, mas que os guardes do Maligno. Eles não são do mundo como Eu não sou do mundo" (Jo 17,15-16). É voto que a Igreja faz seu.

36. Mas distinção não é separação. Nem é indiferença, temor ou desprezo. Quando a Igreja afirma a sua distinção da humanidade, não se opõe, aproxima-se dela. Como o médico, ao ver as ameaças da epidemia, procura preservar-se da infecção a si e aos outros, sem deixar de atender aos já contagiados, assim a Igreja não considera privilégio exclusivo a misericórdia, que lhe concede a bondade divina, não faz da própria felicidade razão para desinteressar-se de quem a não conseguiu ainda; bem ao contrário, esse mesmo tesouro de salvação, que possui, é para ela fonte de interesse e de amor por todos os que lhe estão perto. O mesmo faz com todos que pode abranger num esforço comunicativo universal.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



Missão a cumprir, mensagem para propagar

37. Se a Igreja, como dizíamos, tem consciência do que o Senhor quer que ela seja, surge nela uma plenitude única e a necessidade de efusão, adverte claramente uma missão que a transcende e um anúncio que deve espalhar. É o dever da evangelização, é o mandato missionário, é o dever de apostolado. Não lhe basta uma atitude de conservantismo. É certo que o tesouro de verdade e de graça, que nos veio em herança da tradição cristã, o devemos guardar e o devemos até defender. "Guarda o depósito", manda São Paulo (1Tm 6,20). Mas nem a guarda nem a defesa são os únicos deveres da Igreja quanto aos dons que possui. Dever seu, inerente ao patrimônio recebido de Cristo, é também a difuso, a oferta, o anúncio: "Ide, pois, ensinar todos os povos" (Mt 28,19). Foi a última ordem de Cristo aos seus Apóstolos. Estes, já com o simples nome de Apóstolos, definem a própria missão indeclinável. A este interior impulso da caridade, que tende a fazer-se dom exterior, daremos o nome, hoje comum, de diálogo.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



O diálogo

38. A Igreja deve entrar em diálogo com o mundo em que vive. A Igreja faz-se palavra, faz-se mensagem, faz-se colóquio.

Este aspecto capital da vida hodierna da Igreja será objeto de estudo especial e amplo do Concílio Ecumênico, como todos sabem. Nós não queremos entrar no exame concreto dos temas que esse estudo apresenta, para deixarmos aos Padres conciliares a missão de os tratar com toda a liberdade. Queremos só convidar-vos, Veneráveis Irmãos, a antepor a esse estudo algumas considerações, para ficarmos a conhecer mais claramente os motivos que levam a Igreja ao diálogo, os métodos mais aconselháveis e os objetivos em vista. Queremos dispor os ânimos, não tratar as matérias.

39. Nem podemos desinteressar-nos deste assunto, convencidos como estamos que o diálogo deve caracterizar o nosso cargo apostólico. Somos herdeiros do estilo e da diretriz pastoral, que nos foram legados pelos nossos predecessores do último século a partir do grande e sábio Leão XIII. Este Papa, quase personificando a figura evangélica do escriba prudente, que, "...como pai de família, tira do seu tesouro coisas antigas e coisas novas" (Mt 13,52), exerceu com autoridade o magistério católico, tomando por objeto das suas lições substanciosas os problemas do nosso tempo, considerados à luz da palavra de Cristo. E o mesmo fizeram os que lhe sucederam, como sabeis. Não é magnífico e opulento o patrimônio doutrinal que nos deixaram os nossos imediatos predecessores, especialmente os Papas Pio XI e Pio XII? É doutrina elaborada com o intento amoroso e clarividente de unir o pensamento divino ao pensamento humano, este considerado não em abstrato mas na linguagem concreta do homem moderno. Ora essa tentativa apostólica que é senão diálogo? E João XXIII nosso imediato predecessor de venerada memória, não deu ao seu ensinamento uma direção ainda mais acentuada no mesmo sentido? Pretendeu aproximá-lo quanto possível da experiência e capacidade de compreensão do mundo contemporâneo. E ao próprio Concílio não se quis dar, e com razão, orientação pastoral, toda destinada a inserir a mensagem cristã no círculo do pensamento, palavra, cultura, dos hábitos e tendências da humanidade, como ela vive hoje e se agita sobre a face da terra? Antes de convertermos o mundo, e precisamente para o convertermos, é necessário que nos

acerquemos e lhe falemos.

40. No que diz respeito à nossa humilde pessoa, ainda que não desejamos falar dela nem atrair as atenções, não podemos, nesta nossa espontânea apresentação ao colégio episcopal e ao povo cristão, passar em silêncio o nosso propósito de perseverar, quanto as nossas débeis forças no-lo permitirem e, sobretudo, quanto no-lo tornar possível a divina graça, de perseverar na mesma linha, no mesmo esforço de nos aproximarmos do mundo, em que a divina Providência nos destinou a viver. Dele nos aproximaremos com toda a reverência, cuidado e amor, para o compreendermos, para lhe oferecermos os dons de verdade e de graça de que Jesus Cristo nos constituiu depositário. Comunicar-lhe-emos a nossa missão maravilhosa de redenção e de esperança. Profundamente gravadas no nosso espírito estão as palavras de Cristo que desejamos fazer nossas com humildade e perseverança: "Pois Deus no enviou o seu Filho ao mundo, para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele" (Jo 3,17).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A religião: diálogo entre Deus e o homem

41. Eis, Veneráveis Irmãos, a origem transcendente do diálogo. Está no plano de Deus. A religião é, de sua natureza, enlace entre Deus e o homem, e a oração exprime em diálogo este enlace. A revelação, quer dizer a relação sobrenatural que Deus tomou a iniciativa de renovar com a humanidade, podemos-la imaginar como diálogo, em que o Verbo de Deus se exprime a si mesmo na Encarnação e depois no Evangelho. Esse colóquio paternal e santo, interrompido entre Deus e o homem pelo pecado original, é maravilhosamente reatado no decurso dos tempos. A história da salvação narra este diálogo longo e variado, a partir de Deus e a travar conversação com o homem, variada e admirável. É nesta conversação de Cristo entre os homens (cf. Br 3,38) que Deus dá a entender alguma coisa mais de si, o mistério da sua vida, admiravelmente una na essência e trina nas pessoas, e diz, em resumo, como quer ser conhecido: Ele é Amor, e como quer ser honrado e servido por nós: amor é o mandamento supremo que nos impõe. O diálogo torna-se pleno e confiado; é convite para a criança, o místico se exaure plenamente nele.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



Características do diálogo da salvação

42. É preciso que tenhamos sempre presente esta inefável e realíssima relação de diálogo, que Deus Pai nos propõe e estabelece conosco por meio de Cristo no Espírito Santo, para entendermos a relação que nós, isto é a Igreja, devemos procurar restabelecer e promover com a humanidade.

O diálogo da salvação foi aberto espontaneamente por iniciativa divina: "Ele [Deus] foi o primeiro a amarnos" (1Jo 4,10). A nós tocará outra iniciativa, a de prolongarmos até aos homens esse diálogo, sem esperar que nos chamem.

O diálogo da salvação partiu da caridade, da bondade divina: "Deus amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho Unigênito" (Jo 3,16). Nada, senão o amor fervoroso e desinteressado, deve despertar o nosso.

O diálogo da salvação não se proporcionou aos méritos dos interlocutores convidados, nem aos resultados que iria conseguir ou que teriam faltado: "Os são não precisam de médico" (Lc 5,31). Também o nosso diálogo deve ser sem limites nem cálculos.

43. O diálogo da salvação não obrigou fisicamente ninguém a responder: foi pedido insistente de amor que, se constituiu responsabilidade tremenda naqueles a quem foi dirigido (cf. Mt 11,21), contudo deixou-os livres para corresponder ou fechar os ouvidos, adaptou até o número e a força probante dos sinais (cf. Mt 12,38ss), às exigências e disposições espirituais dos homens (cf. Mt 13,13ss), facilitou assim aos ouvintes o consentimento livre à revelação divina, sem perda do mérito por este assentimento. Assim também a nossa missão, ainda que seja anúncio de verdade indiscutível e de salvação necessária, não se apresentará armada de coação externa, mas oferecerá o seu dom salvífico só pelas vias legítimas da educação humana, da persuasão interior e do trato ordinário, respeitando sempre a liberdade pessoal e civil.

44. O diálogo da salvação ficou ao alcance de todos; foi destinado a todos sem qualquer discriminação (cf. Cl 3,11). Também o nosso deve ser, em princípio, universal, isto é, católico, e capaz de entabular-se seja com quem for, a não ser que o homem o recuse em

toda a linha ou finja recebê-lo sem sinceridade.

O diálogo da salvação conheceu ordinariamente graus, progressos sucessivos, humildes princípios antes do resultado pleno (cf. Mt 13,31). Também o nosso atenderá às lentidões da maturação psicológica e histórica, e esperará a hora da eficácia que lhe vem de Deus. Mas, nem por isso, o nosso diálogo deixará para amanhã o que pode conseguir hoje; deve ter a preocupação da hora oportuna e o sentido do valor do tempo (cf. Ef 4,16). Deve recomeçar cada dia; e recomeçar do nosso lado, não do outro a que se dirige.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Mensagem cristã no viver humano

45. É claro que as relações entre a Igreja e o mundo podem assumir muitos e diversos aspectos. Teoricamente, seria possível à Igreja propor-se a redução ao mínimo de tais relações, procurando isolar-se do contacto com a sociedade profana; como poderia também propor-se assinalar os males que nela venha a encontrar, anatematizando-os e pregando cruzadas contra eles. E poderia, ao contrário, aproximar-se da sociedade profana até conseguir influxo preponderante ou domínio teocrático. Outras atitudes se podem imaginar ainda. Parece-nos, porém, que a relação da Igreja com o mundo, sem excluir outras formas legítimas, se representa melhor pelo diálogo, embora não necessariamente com palavras que tenham para os dois interlocutores o mesmo sentido. É necessário atender ao que é diverso nas mentalidades e nas circunstâncias de fato: um é o diálogo com a criança, outro com o adulto; um com o crente e outro com o incrédulo. Conceber essa relação como diálogo é o que nos sugerem o hábito agora muito espalhado de assim representar as relações entre o sacro e o profano; o dinamismo transformador da sociedade moderna; o pluralismo das suas manifestações; e também a maturidade do homem, tanto religioso como não religioso, habilitado pela educação profana a pensar, falar e manter com dignidade o diálogo.

46. Esta forma de relação indica, por parte de quem a inicia, um propósito de urbanidade, de estima, de simpatia e de bondade; exclui a condenação apriorística, a polémica ofensiva e habitual, o prurido de falar por falar. Se é certo que não visa a obter sem demoras a converso do interlocutor, porque lhe respeita a dignidade e liberdade, sempre visa ao bem dele e procura dispo-lo à comunhão mais plena de sentimentos e convicções.

O diálogo supõe em nós, que pretendemos iniciá-lo e continuá-lo com todos os que nos circundam, um estado de alma característico: o de quem experimenta a responsabilidade do mandato apostólico, vê que já não pode separar a própria salvação do trabalho pela salvação alheia, de quem se esforça por introduzir continuamente, no viver humano, a mensagem de que é depositário.

▪ [*Anterior*](#)

▪ [*Índice*](#)

▪ [*Posterior*](#)



Clareza, mansidão, confiança, prudência

47. O colóquio é, portanto, modo de exercer a missão apostólica, arte de comunicação espiritual. Os seus caracteres são os seguintes: 1) Primeiro que tudo, a clareza. O diálogo supõe e exige compreensibilidade, é transfusão do pensamento, é estímulo do exercício das faculdades superiores do homem. Bastaria este seu título para o classificar entre os mais altos fenômenos da atividade e da cultura humana; e basta, esta sua exigência inicial, para levar o nosso zelo apostólico a rever todas as formas da nossa linguagem: para examinar se ela é compreensível, popular e digna. 2) Outro caráter é a mansidão, aprendida na escola de Cristo, como Ele nos recomendou: "aprendei de mim que sou manso e humilde de coração" (Mt 11,29). O diálogo não é orgulhoso, não é pungente, não é ofensivo. A autoridade vem-lhe da verdade que expõe, da caridade que difunde, do exemplo que propõe; não é comando, não é imposição. O diálogo é pacífico, evita os modos violentos, é paciente e é generoso. 3) Outra característica é a confiança, tanto na eficácia da palavra-convite, como na receptividade do interlocutor. Produz confidências e amizade, enlaça os espíritos numa adesão mútua ao Bem, que exclui qualquer interesse egoísta. 4) E o último caráter é a prudência pedagógica, que atende muito às condições psicológicas e morais de quem ouve (cf: Mt 7,6): se criança, se inculto, indisposto, desconfiado e mesmo hostil. Essa prudência leva a tomarmos o pulso à sensibilidade alheia e a modificarmos as nossas pessoas e modos, para não sermos desagradáveis nem incompreensíveis.

No diálogo, assim entabulado, realiza-se a união da verdade e da caridade, da inteligência e do amor.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Dialética de autêntica sabedoria

48. Descobre-se no diálogo como são diversas as vias que levam à luz da fé, mas como apesar disso é possível fazê-las convergir para o mesmo fim. Ainda que sejam divergentes, podem tornar-se complementares, levando o nosso raciocínio para fora das sendas comuns e obrigando-o a aprofundar as investigações e a renovar os modos de expressão. A dialética deste exercício de pensamento e de paciência far-nos-á descobrir elementos de verdade mesmo nas opiniões alheias, obrigar-nos-á a exprimir com grande lealdade a nossa doutrina, e tornar-nos-á merecedores, já só pelo que nos custou expô-la às objeções e à assimilação lenta de quem nos ouve. Tornar-nos-á sábios, far-nos-á mestres.

Mas quais as formas com que apresentaremos o diálogo da salvação?

São múltiplas as formas do diálogo da salvação. Obedece a exigências ensinadas pela experiência, escolhe os meios convenientes, não se prende a vãos apriorismos nem se fixa em expressões imóveis, quando estas tenham perdido o poder de interessar e mover os homens.

▪ ***Autorior***

▪ ***Índico***

▪ ***Posterior***



Como chegar-se aos irmãos na inteireza da verdade

49. Apresenta-se nesta altura uma questão espinhosa: a adaptabilidade da missão da Igreja à vida dos homens num dado momento, ou lugar, numa dada cultura e situação social.

Até que ponto deve a Igreja adaptar-se às circunstâncias históricas e locais em que desempenha a sua missão? Como deve premunir-se contra o perigo dum relativismo que ofende a sua fidelidade dogmática e moral? Mas, ao mesmo tempo, como lhe será possível abeirar-se de todos para todos salvar, segundo o exemplo do Apóstolo: "Fiz-me tudo para todos, para salvar a todos" (I Cor 9,22). Não é de fora que salvamos o mundo; assim como o Verbo de Deus se fez homem, assim é necessário que nós nos identifiquemos, até certo ponto, com as formas de vida daqueles a quem desejamos levar a mensagem de Cristo, é preciso tomarmos, sem distância de privilégios ou diafragmas de linguagem incompreensível, os hábitos comuns, contanto que estes sejam humanos e honestos, sobretudo os hábitos dos mais pequenos, se queremos ser ouvidos e compreendidos. É necessário, ainda antes de falar, auscultar a voz e mesmo o coração do homem, compreendê-lo e, na medida do possível, respeitá-lo. E quando merece, devemos fazer-lhe a vontade. Temos de nos mostrar irmãos dos homens, se queremos ser pastores, pais e mestres. O clima do diálogo é a amizade; melhor, o serviço. Tudo isto devemos recordar e esforçar-nos por praticar, segundo o exemplo e o preceito que Cristo nos deixou (cf. Jo 13,14-17).

50. Um perigo subsiste porém. A arte do apóstolo tem seus riscos. O desejo de nos aproximarmos dos nossos irmãos não deve traduzir-se numa atenuação ou diminuição da verdade. O nosso diálogo não pode ser fraqueza nos compromissos com a nossa fé. O apostolado não pode transigir com meias atitudes, ambíguas, quanto aos princípios teóricos e práticos característicos da nossa procissão cristã. O irenismo e o sincretismo são, no fim de contas, formas de cepticismo a respeito da força e do conteúdo da Palavra de Deus, que desejamos pregar. Só quem é de todo fiel à doutrina de Cristo pode ser apóstolo eficaz. E só quem vive em plenitude a vocação cristã pode imunizar-se do contágio dos erros com que entra em contacto.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Supremacia insubstituível da pregação

51. Julgamos que a voz do Concílio, ao tratar das questões relativas à ação da Igreja no mundo moderno, indicará alguns critérios teóricos e práticos, que servirão de guia para bem orientarmos o diálogo com os homens do nosso tempo. Tratando-se de questão que diz respeito, por um lado, à missão propriamente apostólica da Igreja e, por outro, às circunstâncias várias e mutáveis em que ela se exerce, julgamos igualmente que o prudente e operante governo da Igreja traçará vez por vez limites, formas e caminhos, para manter animado um diálogo benéfico.

Deixamos por isso este tema para nos limitarmos a recordar, uma vez mais, a suma importância, que a pregação cristã conserva, e hoje desempenha de maneira especial no quadro do apostolado católico e do diálogo, que é o que nos interessa por agora. Nenhuma forma difusora do pensamento a substitui, nem mesmo às dotadas tecnicamente de extraordinária potência, como são a imprensa e os meios audiovisivos. Apostolado e pregação, equivalem-se em certo sentido. A pregação é o primeiro apostolado. O nosso, Veneráveis Irmãos, é, primeiro que tudo, ministério da Palavra. Sabemos muito bem estas coisas, mas parece-nos conveniente recordá-las agora, para a nossa ação pastoral tomar a direção justa. Devemos voltar ao estudo, não já da eloquência humana ou da retórica vã, mas sim da arte genuína da palavra sagrada.

52. Devemos procurar as leis da sua simplicidade, limpidez e força, e também da sua autoridade para vencermos a imperícia natural no emprego de tão alto e misterioso instrumento espiritual como é a palavra, e para emularmos nobremente todos os que hoje exercem por meio dela notável influxo, subindo às tribunas da opinião pública. Devemos pedir ao Senhor este carisma essencial e inebriante (cf. Jr 1,6), para sermos dignos de dar à fé o seu princípio prático e eficaz (cf. Rm 10,17) e dignos de fazer chegar a nossa mensagem aos últimos confins da terra (cf. Sl 18,5; Rm 10,18). As prescrições da Constituição conciliar "De Sacra Liturgia" sobre o ministério da palavra encontrem em nós zelosos e hábeis executores. A catequese ao povo cristão, e a toda a demais gente que seja possível atingir, use sempre linguagem oportuna e método acomodado, seja freqüente, recomende-se pelo testemunho de virtudes pessoais e tenda sempre a novos progressos. Deste modo,

levará os ouvintes à firmeza da fé, à descoberta de a Palavra divina ser vida, e ainda ao antegozo do Deus vivo.

Deveremos aludir por fim aos ouvintes do nosso diálogo. Mas, também neste particular, não queremos antecipar-nos à voz do Concílio, que em breve se fará ouvir, se Deus quiser.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Com quem dialogar

53. Falando em geral desta posição de diálogo, que a Igreja católica deve hoje assumir com renovado fervor, queremos simplesmente indicar de fugida que ela deve estar pronta a manter contacto com todos os homens de boa vontade, dentro e fora do seu âmbito próprio.

Ninguém é estranho ao seu coração materno. Ninguém é indiferente ao seu ministério. Ninguém, se não quer, é seu inimigo. Não é em vão que a Igreja se diz católica. Não é em vão que está encarregada de promover no mundo a unidade, o amor e a paz.

A Igreja não ignora as dimensões formidáveis da sua missão; conhece a desproporção estatística dos seus membros com a totalidade dos habitantes da terra; conhece o limite das suas forças; conhece até as suas fraquezas humanas, os seus erros; sabe também que a aceitação do Evangelho não depende, em última análise, de algum esforço apostólico seu, de alguma circunstância favorável de ordem temporal. A fé é dom de Deus, e só Deus marca no mundo os caminhos e as horas da salvação. Mas ela sabe, por outro lado, que é semente, fermento, sal e luz do mundo. Dá-se conta da surpreendente novidade dos tempos modernos; mas com ingênua confiança debruça-se sobre os caminhos da história, e diz aos homens: eu tenho aquilo que vós procurais, aquilo de que sentis falta. Não promete a felicidade na terra, mas oferece alguma coisa, a sua luz e a sua graça, para a conseguirmos, no que é possível.

Depois, aponta aos homens o destino transcendente, ao lhes falar de verdade, justiça, liberdade, progresso, concórdia, paz e civilização. Palavras estas, de que a Igreja conhece o segredo; confiou-lho Cristo. Por isso a Igreja tem uma mensagem especial para cada categoria de homens: para as crianças, a juventude, os homens de ciência e de pensamento, o mundo do trabalho e as várias classes sociais, os artistas, os políticos e os governantes; especialmente para os pobres, os deserdados, os que sofrem, e até para os moribundos; para todos.

Poderá parecer que, falando assim, nos deixamos transportar de entusiasmo pela nossa missão e que não consideramos as posições concretas, que a humanidade toma diante da Igreja Católica. Mas

não é verdade, porque vemos muito bem quais são essas posições concretas; e para as descrevermos de maneira sumária, parece-nos que as devemos classificar à maneira de círculos concêntricos, em que a mão de Deus nos colocou.

▪ *Autorior*

▪ *Índico*

▪ *Posterior*



Primeiro círculo: tudo o que é humano

54. Existe um primeiro, imenso círculo, de que não conseguimos descortinar os limites, pois se confundem com o horizonte. Dentro, está a humanidade toda, o mundo.

Medimos a distância entre nós e ele, mas de nenhum modo nos sentimos desinteressados. Tudo o que é humano, nos diz respeito. Temos, de comum com a humanidade inteira, a natureza, isto é a vida, com todos os seus dons e problemas. Comungamos de bom grado nesta primeira universalidade, aceitamos as exigências profundas das suas necessidades fundamentais, aplaudimos as afirmações novas e por vezes sublimes do seu gênio. Possuímos verdades morais, vitais, que se hão de por em evidência e revigorar na consciência humana; são benéficas para todos. Em qualquer esforço que o homem faça para se compreender a si mesmo e ao mundo, pode contar com a nossa simpatia; onde quer que as assembléias dos povos se reúnam para determinar os direitos e os deveres do homem, sentimo-nos honrados, quando no-lo permitem, tomando lugar nelas. Uma vez que existe no homem uma "alma naturalmente cristã", queremos honrá-la mostrando-lhe estima e dirigindo-lhe a palavra.

Poderemos recordar a nós próprio, e a todos, como a nossa atitude é, por um lado, completamente desinteressada, não temos nenhuma ambição política e temporal, e, por outro, toda empenhada em assumir, isto é, elevar a nível sobrenatural e cristão, qualquer valor honesto, humano e terreno; não somos a civilização, mas promotor dela.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



A negação de Deus: obstáculo ao diálogo

55. Sabemos, porém, que neste círculo ilimitado há muita, muitíssima gente por desgraça, que não professa nenhuma religião, sabemos até que muitos se dizem ateus, em variadíssimas formas. E sabemos que existem alguns que fazem profissão clara da sua impiedade e a defendem como programa de educação humana e de atividade política, na ingênua mas fatal persuasão de irem libertar o homem de concepções velhas e falsas sobre a vida e o mundo, para as substituírem, segundo dizem, por uma concepção científica, conforme as exigências do progresso moderno.

É o fenômeno mais grave do nosso tempo. Estamos firmemente convencidos que a teoria, sobre a qual se funda a negação de Deus, está fundamentalmente errada, não corresponde às exigências últimas e inderrogáveis do pensamento, subtrai à ordem racional do mundo as suas bases autênticas e fecundas, introduz na vida humana não uma fórmula de solução mas um dogma cego, que a degrada e desola, e arruína pela raiz todos os sistemas sociais que nele pretendem fundar-se. Não é libertação, mas drama que tenta apagar a luz do Deus vivo. Por isso resistiremos nós, com todas as forças, a esta negação avassaladora, pelo amor supremo da verdade, pelo compromisso sacrossanto de confessarmos Cristo e o seu Evangelho, com a maior fidelidade pelo amor apaixonado, irrenunciável, à sorte da humanidade, e na esperança invencível de o homem moderno vir ainda a descobrir, na mensagem religiosa do catolicismo, que é chamado a uma civilização imortal mas sempre em progresso, a caminho da perfeição natural e sobrenatural do homem. A graça de Deus torna-o capaz de possuir pacífica e honestamente os bens temporais e abre-o à esperança dos bens eternos.

56. Estas razões que nos obrigam, como obrigaram os nossos Predecessores e com eles todos quantos têm a peito os valores religiosos, a condenar os sistemas ideológicos negadores de Deus e opressores da Igreja, sistemas muitas vezes identificados com regimes econômicos, sociais e políticos, e entre estes de maneira especial o comunismo ateu. Poder-se-ia dizer que, rigorosamente, não somos nós que os condenamos, mas que esses sistemas e os regimes que os personificam se colocam em oposição radical de idéias conosco e praticam atos de opressão. A nossa queixa é,

afinal, mais que sentença de juiz, lamentação de vítima.

Em tais condições, a hipótese de diálogo torna-se bastante difícil, para não dizer impossível, ainda que mesmo hoje não temos nenhum propósito de afastar de nós as pessoas que seguem os sobreditos sistemas e apóiam esses regimes. Para quem ama a verdade, a discussão é sempre possível. Obstáculos, porém, de índole moral dificultam-na muitíssimo, por falta de liberdade suficiente de juízo e de ação, e por abuso dialético da palavra, que deixa de ser expressão da verdade objetiva para se por ao serviço de fins utilitários pré-estabelecidos.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Também no silêncio o testemunho do amor

57. É por isto que o diálogo cessa. A Igreja do silêncio, por exemplo, cala-se falando apenas com o seu sofrimento; e faz-lhe companhia a amargura de uma sociedade inteira, deprimida e aviltada, em que os direitos do espírito são dominados pelos direitos dos que discricionariamente lhe impõem a sorte. Supondo mesmo que principiávamos o nosso discurso, como poderia ele abrir diálogo nestas circunstâncias? Teria necessariamente de ser "voz que brada no deserto" (Mc 1,3). Silêncio, brado, paciência, amor apesar de tudo, tornam-se neste caso o testemunho único que a Igreja pode dar, que nem a morte pode extinguir.

Mas se firme e franca deve ser a afirmação e defesa da religião e dos valores humanos que ela proclama e defende, não está isento de intenção pastoral o esforço por descobrir, no íntimo do ateu moderno, os motivos da sua perturbação e das suas negações. Reconhecemos que são complexos e múltiplos; daí a necessidade de sermos cautos em julgar e eficazes em refutar. Vemos nascer esses motivos, às vezes da exigência de uma apresentação do mundo divino mais elevada e pura do que a predominante talvez em certas formas imperfeitas de linguagem e de culto, que deveríamos procurar tornar quanto possível límpidas e transparentes, a fim de exprimirem melhor os conceitos sagrados que representam.

58. Uma inquietação os domina, muitas vezes generosa mas não isenta de paixão e de utopia, um sonho de justiça e de progresso a serviço de finalidades sociais divinizadas. Tomam estas o lugar do Absoluto e do Necessário, são manifestações da necessidade indestrutível do Princípio e do Fim divino, cuja transcendência e imanência tocará ao nosso paciente e esclarecido magistério desvelar. Vemo-los valer-se, por vezes com entusiasmo ingênuo, dum recurso escrupuloso à racionalidade humana, com o intuito de apresentar uma concepção científica do universo. Recurso este tanto menos discutível, quanto mais fundado na lógica do pensamento muitas vezes no diferente da que nós temos na escolástica. Recurso que, pelo seu valor intrínseco, leva em última análise (bem contra a vontade dos que pensam descobrir nele uma arma inexpugnável em favor do ateísmo!), a uma armação nova e final, tanto metafísica como lógica, do Deus supremo. Não haverá entre nós quem ajude este processo obrigatório do pensamento, que

o cientista político ateu interrompe voluntariamente num dado ponto, apagando a luz mais clara que faz compreender o universo, a chegar à concepção da realidade objetiva do universo cósmico, a qual restitui ao espírito o sentido da presença divina, e aos lábios as humildes e balbuciantes sílabas duma oração pacificante? Vemo-los também movidos, às vezes, de nobres sentimentos, desprezando a mediocridade e o egoísmo de tantos ambientes sociais contemporâneos, e prontos a vir buscar ao nosso Evangelho formas e linguagem de solidariedade e de compreensão humana. Não seremos capazes um dia de reconduzir às fontes, que são cristãs, essas expressões de valores morais?

Recordando que o nosso predecessor, de venerada memória, o Papa João XXIII, escreveu na Encíclica "Pacem in Terris", que as doutrinas de tais movimentos, uma vez elaboradas e definidas, se mantêm sempre as mesmas, mas que os movimentos não podem deixar de evoluir nem de subtrair-se a mudanças mesmo profundas (cf. AAS 55,1963, p. 300), não perdemos a esperança de que eles venham um dia a entabular com a Igreja um colóquio positivo, diferente do que ele poderia ser atualmente para nós. Agora só daria lugar a lástimas e a gemidos irreprimíveis.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



O diálogo pela paz

59. Mas não podemos apartar os nossos olhos do panorama do mundo contemporâneo sem formular um voto de felicidade: o de que o nosso propósito de cultivar e aperfeiçoar o nosso diálogo, nas várias e mudáveis facetas que ele apresenta, venha a contribuir para a causa da paz entre os homens, isto, como método que procura regular as relações humanas à luz nobre da linguagem razoável e sincera, e como contribuição de experiência e de sabedoria, que pode reavivar em todos a consideração dos valores supremos. A abertura dum diálogo, tal como deseja ser o nosso, desinteressado, objetivo e leal, pesa já por si em favor duma paz livre e honesta; exclui fingimentos, rivalidades, enganos e traições; não pode deixar de proclamar, como delito e como ruína, a guerra de agressão, de conquista e de predomínio, nem pode excluir, para além das relações entre os vértices das nações como hoje se diz, as existentes no interior das mesmas e as suas bases tanto sociais como familiares e individuais. Assim se difundirão em todas as instituições e em todos os espíritos o sentido, o gosto e o dever da paz.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Segundo círculo: os crentes em Deus

60. Depois, vemos desenhar-se a nossa volta outro círculo também imenso, contudo mais próximo de nós. Ocupam-no primeiramente os homens que adoram o mesmo Deus único e supremo que nós adoramos, aludimos aos filhos do povo hebraico, dignos do nosso respeito afetivo, fiéis à religião que nós chamamos do Antigo Testamento. E depois os adoradores de Deus segundo o conceito da religião monoteísta, especialmente da muçulmana, dignos de admiração pelo que há de verdadeiro e de bom no culto que prestam a Deus. Seguem-se os adeptos das grandes religiões afro-asiáticas. Não podemos, é claro, compartilhar essas várias expressões religiosas, nem podemos diante delas ficar indiferentes, como se todas, equivalendo-se mais ou menos, dispensassem os seus fiéis de investigar se Deus revelou a forma, infalível, perfeita e definitiva, como quer ser conhecido, amado e servido. E, por dever de lealdade, devemos manifestar que estamos certíssimos que uma só é a religião verdadeira, a cristã; alimentamos a esperança de que a venham a reconhecer como tal, todos os que procuram e adoram a Deus.

Não queremos deixar de reconhecer desde já com respeito os valores espirituais e morais das várias confissões religiosas não cristãs; queremos promover e defender, juntamente com elas, os ideais que nos podem ser comuns, no campo da liberdade religiosa, da fraternidade humana, da sã cultura, da beneficência social e da ordem civil. Baseado nestes ideais comuns, o diálogo é possível do nosso lado; e no deixaremos de o propor, sempre que haja de ser bem aceito, num clima de respeito recíproco e leal.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



Terceiro círculo: os cristãos, irmãos separados

61. Eis por fim o círculo, mais perto ainda de nós, do mundo que se intitula cristão. Neste campo o diálogo, que se chamou ecumênico, já está aberto, nalguns setores, está até em fase de realização inicial e positiva. Muita coisa poderíamos dizer sobre tema tão complexo e delicado. Mas o nosso discurso não abarca tudo. Limita-se a poucas alusões, no novas aliás. Com prazer fazemos nossa esta máxima: Ponhamos em evidência primeiramente o que nos é comum, antes de insistirmos no que nos divide. Boa e fecunda orientação para o nosso diálogo. Estamos dispostos a prosseguir-lo cordialmente. Diremos mais: sobre tantos pontos de diferença quanto aos usos, à espiritualidade, às leis canônicas e ao culto, queremos estudar como se poderão satisfazer os legítimos desejos dos Irmãos cristãos ainda de nós separados. Nada desejamos tanto como abraçá-los numa perfeita união de fé e de caridade. Mas devemos também dizer que não podemos transigir sobre a integridade da fé e as exigências da caridade. Entrevemos desconfianças e resistências. Mas tendo a Igreja Católica tomado a iniciativa de refazer o redil único de Cristo, não deixará de proceder com toda paciência e toda delicadeza; não deixará de mostrar como as suas prerrogativas, que ainda mantêm longe dela os Irmãos separados, não são fruto de ambição histórica ou de especulação teológica fantasiosa, mas derivam da vontade de Cristo; e mostrará também que elas, compreendidas no seu verdadeiro significado, são para bem de todos, levam à unidade e liberdade comuns e à plenitude cristã também comum; a Igreja Católica não deixará, na oração e na penitência, de tornar-se idônea e digna para a desejada reconciliação.

62. Um pensamento, a esse respeito, nos aflige e é este: nós, fautor de tal reconciliação, somos considerados por muitos Irmãos separados como obstáculo à reconciliação; isto, por causa do primado de honra e de jurisdição, entregue por Cristo ao Apóstolo So Pedro e herança nossa dele recebida. Não dizem alguns que, se desaparecesse o primado do Papa, a unificação das igrejas separadas com a Igreja Católica seria mais fácil? Queremos pedir aos Irmãos separados que ponderem a inconsistência desta hipótese; e não só porque, sem Papa, a Igreja Católica não seria o que é, mas porque, faltando na Igreja de Cristo a autoridade pastoral suprema, eficaz e decisiva de Pedro, a unidade se arruinaria, e em

vão se procuraria depois refazê-la segundo critérios que substituíssem o autêntico, que vem do próprio Cristo. "Haveria na Igreja tantos cismas como sacerdotes", escreve com razão São Jerônimo (Diál. contra Luciferianos, n. 9). E queiram também considerar que este eixo central, na construção da santa Igreja, não quer constituir supremacia de orgulho espiritual e domínio humano, mas primado de serviço, de ministério e de amor. Não é retórica vã atribuir ao Vigário de Cristo o título de "servo dos servos de Deus".

Nestas disposições nossas germina o diálogo, que antes de se desenvolver em conversas fraternais, já é colóquio com o Pai celeste, expresso em súplica fundada na esperança.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Augúrios e esperanças

63. Devemos notar com alegria e confiança, Veneráveis Irmãos, que este variado e extensíssimo setor dos Cristos separados está todo embebido de fermentos espirituais, que parecem anunciar futuros e consoladores progressos na causa da inserção dos mesmos na única Igreja de Cristo. Queremos implorar a inspiração do Espírito Santo sobre o "movimento ecumênico". Queremos tornar a exprimir a nossa comoção e a nossa alegria pelo encontro, cheio de caridade e não menos de novas esperanças, que tivemos em Jerusalém com o Patriarca Atenágoras. Queremos saudar com respeito e reconhecimento a presença de tantos Representantes das Igrejas separadas no Concílio Ecumênico Vaticano II. Queremos garantir mais uma vez que observamos, com interesse atento e sagrado, os fenômenos espirituais relativos ao problema da unidade, que agitam pessoas, grupos e comunidades, que domina vivo e nobre religiosismo. Com amor e com reverência, saudamos todos estes Cristãos, esperando que, no diálogo da sinceridade e do amor, nos seja dado promover, juntamente com eles, a causa de Cristo e da unidade que Ele desejou para a sua Igreja.

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



O diálogo na Igreja Católica

64. Finalmente o nosso diálogo convida os Filhos da Casa de Deus, a Igreja una, santa, católica e apostólica, de que esta romana é "mãe e cabeça". Quanto prazer nos trará este diálogo doméstico, em plenitude de fé, de caridade e de obras! Quão intenso e familiar o desejamos! Quanto ambicionamos que tenha conta de todas as verdades, de todas as virtudes e de todas as realidades do nosso patrimônio doutrinal e espiritual! Quão sincero e comovido o pretendemos, na sua genuína espiritualidade! Quão pronto a recolher as vozes múltiplas do mundo contemporâneo! Quão apto a transformar os católicos em homens verdadeiramente bons, prudentes, livres, serenos e fortes!

▪ ***Anterior***

▪ ***Índice***

▪ ***Posterior***



Caridade e obediência

65. Este desejo de que as relações interiores da Igreja se caracterizem pelo tom próprio do diálogo, entre membros de um corpo cujo princípio constitutivo é a caridade, não dispensa da prática da virtude da obediência, quando a ordem que tem de haver em toda a sociedade bem unida, e sobretudo a constituição hierárquica da Igreja reclamam, por um lado, a função própria da autoridade, e, por outro, a submissão. A autoridade da Igreja é instituição de Cristo, representa-O, é transmissora autorizada da sua palavra e da sua caridade pastoral. Deste modo, a obediência procede do motivo de fé, torna-se escola de humildade evangélica, associa o obediente à sabedoria, à unidade, à educação e à caridade que regem o corpo eclesial, e confere, a quem se conforma com ela, o mérito da imitação de Cristo: "feito obediente até a morte" (Fl 2,8).

66. Por obediência, expressa em forma de diálogo, entendemos, portanto, o exercício da autoridade, bem penetrado da convicção de tratar-se de um serviço e ministério da verdade e da caridade; e entendemos também a observância das normas canônicas e a reverência ao governo do superior legítimo, ambas com prontidão e serenidade, como convém a filhos livres e afetuosos. O espírito de independência, de crítica e rebelião concorda mal com o amor que anima a solidariedade, a concórdia e a paz na Igreja. Esse espírito transforma facilmente o diálogo em discussão, rixa ou desavença: coisa desagradabilíssima, com que infelizmente sempre se deve contar. Por isso nos acautelava o Apóstolo São Paulo: "Não haja entre vós divisões" (I Cor 1,10).

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



Fervor de sentimentos e obras

67. Muito desejamos que o diálogo interior, isto é, dentro da comunidade eclesial, desperte novo entusiasmo, multiplique assuntos e interlocutores, de modo que aumentem o vigor e a santidade do Corpo Místico, terreno, de Cristo. Muito apreciamos e fomentamos tudo quanto propaga os ensinamentos, de que a Igreja é depositária e distribuidora. Já mencionamos a vida litúrgica e interior, e a pregação. Podemos agora acrescentar: a escola, a imprensa, o apostolado social, as missões e o exercício da caridade. Constituem também assuntos que nos fará considerar o Concílio. E, desde agora, animamos e abençoamos todos aqueles que, dirigidos pela autoridade competente, participam no diálogo vivificador da Igreja: os Sacerdotes de modo especial, os Religiosos, os muito estimados Leigos militantes por Cristo tanto na Ação Católica como em tantas outras associações e atividades.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A Igreja está hoje mais do que nunca viva!

68. Alegremo-nos e sentimo-nos confortados ao observar que o diálogo no interior da Igreja, e com os de fora que lhe estão mais próximos, se vai já praticando: a Igreja está hoje mais do que nunca viva! Mas, reparando bem, parece que tudo está ainda por fazer, o trabalho começa hoje e não acaba nunca. É lei da nossa peregrinação na terra e no tempo. É este, Veneráveis Irmãos, o múnus habitual do nosso ministério: tudo o estimula hoje a renovar-se, a tornar-se vigilante e operoso.

Pela nossa parte, enquanto assim vos falamos, apraz-nos contar na vossa colaboração, oferecendo-vos a nossa. Esta comunhão de intenções e atividades pedimo-la e damo-la nós, elevado recentemente à cátedra do Apóstolo São Pedro, com o nome e, queira Deus, com alguma coisa do espírito do Apóstolo das gentes. Celebrando assim a unidade de Cristo entre nós, enviamo-vos com esta nossa Carta inicial, em nome do Senhor, a nossa fraterna e paternal bênção apostólica, que de bom grado tornamos extensiva a toda a Igreja e à humanidade inteira.

Dado em Roma, junto de S. Pedro, aos 6 de agosto de 1964, na Festa da Transfiguração de Nosso Senhor Jesus Cristo.

PAULUS PP. VI

▪ [*Anterior*](#)

▪ [*Índice*](#)



Paulo VI

CARTA ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO

Sobre o Desenvolvimento dos Povos

INTRODUÇÃO

A QUESTÃO SOCIAL ABRANGE AGORA O MUNDO INTEIRO.

**Aos
bispos,
sacerdotes,
religiosos,
féis e a
todos os
homens de
boa
vontade**

1. O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens, para os ajudar a aprofundarem todas as dimensões de tão grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária neste virar decisivo da história da humanidade.

2. Nas grandes encíclicas Rerum Novarum [1] de Leão XIII, Quadragésimo Anno [2] de Pio XI, Mater et Magistra [3] e Pacem in Terris [4] de João XXIII - não falando das mensagens de Pio XII [5] ao mundo - os nossos predecessores não deixaram de cumprir o dever

que lhes incumbia de projetar nas questões sociais do seu tempo a luz do Evangelho.

3. Hoje, o fenômeno importante, de que deve cada um tomar consciência, é o fato da universalidade da questão social. João XXIII afirmou-o claramente [6] e o Concílio fez-lhe eco com a Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo.[7] Este ensinamento é grave e a sua aplicação urgente. Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência. A Igreja estremece perante este grito de angústia e convida a cada um a responder com amor ao apelo do seu irmão.

4. Antes da nossa elevação ao sumo Pontificado, duas viagens, uma à América Latina (1960) outra à África (1962), puseram-nos em contato imediato com os lancinantes problemas que oprimem continentes tão cheios de vida e de esperança. Revestido da paternidade universal, por ocasião de novas viagens à Terra Santa e à Índia, pudemos ver com os nossos próprios olhos e como que tocar com as nossas próprias mãos as gravíssimas dificuldades que assaltam povos de civilização antiga lutando com o problema do desenvolvimento. Enquanto decorria em Roma o Concílio Ecumênico Vaticano II, circunstâncias providenciais levaram-nos a dirigirmos à Assembléia geral das Nações Unidas: fizemo-nos, diante deste vasto areópago, o advogado dos povos pobres.

5. E, ultimamente, no desejo de responder ao voto do Concílio e de concretizar a contribuição da Santa Sé para esta grande causa dos povos em via de desenvolvimento, julgamos ser nosso dever criar entre os organismos centrais da Igreja, uma Comissão pontifícia encarregada de "suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos atuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que estão menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso"; [8] Justiça e paz é o seu nome e o seu programa. Pensamos que este mesmo programa pode e deve unir, com os nossos filhos católicos e irmãos cristãos, os homens de boa vontade. Por isso é a todos que hoje dirigimos este apelo solene a uma ação organizada para o desenvolvimento integral do homem e para o desenvolvimento solidário da humanidade.

▪ Índice

▪ Posterior



PRIMEIRA PARTE

PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO HOMEM

DADOS DO PROBLEMA

6. Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situação que ofendam a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais: tal é a aspiração dos homens de hoje, quando um grande número dentre eles está condenado a viver em condições que tornam ilusório este legítimo desejo. Por outro lado, os povos que ainda há pouco tempo conseguiram a independência nacional, sentem a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, tanto social como econômico, a fim de garantirem aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano e de ocuparem o lugar que lhes pertence no concerto das nações.

7. Diante da amplitude e urgência da obra a realizar, os meios herdados do passado, apesar de insuficientes, não deixam contudo de ser necessários. Sem dúvida, deve reconhecer-se que as potências colonizadoras se deixaram levar muitas vezes pelo próprio interesse, pelo poder ou pela glória, e a sua partida deixou, em alguns casos, uma situação econômica vulnerável, apenas ligada, por exemplo, ao rendimento da monocultura sujeita a variações de preço bruscas e consideráveis. Reconhecendo, embora, os defeitos de certo colonialismo e das suas conseqüências, não podemos deixar, todavia, de render homenagens às qualidades e às realizações dos colonizadores que levaram a ciência e a técnica a tantas regiões deserdadas e nelas deixaram frutos felizes da sua presença. Por muito incompletas que sejam, permanecem as estruturas que fizeram recuar a ignorância e a doença, estabeleceram comunicações benéficas, e melhoraram as condições de existência.

8. Dito e reconhecido isto, não resta dúvida alguma de que o equipamento existente está longe de bastar para se opor à dura

realidade da economia moderna. Entregue a si mesmo, o seu mecanismo arrasta o mundo, mais para a agravação do que para a atenuação da disparidade dos níveis de vida: os povos ricos gozam de um crescimento rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio aumenta: alguns produzem em excesso gêneros alimentícios, que faltam cruelmente a outros, vendo estes últimos tornarem-se incertas as suas exportações.

9. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais propagaram-se em dimensões mundiais. A violenta inquietação que se apoderou das classes pobres, nos países em via de industrialização, atinge agora aqueles cuja economia é quase exclusivamente agrária: também os camponeses tomam consciência da sua imerecida miséria. [9] Junta-se a isto o escândalo de desproporções revoltantes, não só na posse dos bens mas ainda no exercício do poder.

Enquanto, em certas regiões, uma oligarquia goza de civilização requintada, o resto da população, pobre e dispersa, é "privada de quase toda a possibilidade de iniciativa pessoal e de responsabilidade, e muitas vezes colocada, até, em condições de vida e de trabalho indignas da pessoa humana".[10]

10. Além disso, o choque entre as civilizações tradicionais e as novidades da civilização industrial, quebra as estruturas que não se adaptam às novas condições. O seu quadro, por vezes rígido, era o apoio indispensável da vida pessoal e familiar, e os mais velhos fixam-se nele, enquanto os jovens fogem dele, como de um obstáculo inútil, voltando-se avidamente para novas formas de vida social. O conflito das gerações agrava-se assim com um trágico dilema: ou guardar instituições e crenças atávicas, mas renunciar ao progresso, ou abrir-se às técnicas e civilizações vindas de fora, mas rejeitar, com as tradições do passado, toda a sua riqueza humana. Com efeito, demasiadas vezes cedem os suportes morais, espirituais e religiosos do passado, sem deixarem por isso garantida a inserção no mundo novo.

11. Nesta confusão, torna-se mais violenta a tentação, que talvez leve a messianismos fascinantes, mas construtores de ilusões. Quem não vê os perigos, que daí resultam, de reações populares violentas, de agitações revolucionárias, e de um resvalar para ideologias totalitárias? Tais são os dados do problema, cuja gravidade a ninguém passa despercebida.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A IGREJA E O DESENVOLVIMENTO

12. Fiel ao ensino e exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa Nova aos pobres,[11] a Igreja nunca descurou a promoção humana dos povos aos quais levava a fé em Cristo. Os seus missionários construíram, não só igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades. Ensinando aos nativos a maneira de tirar melhor partido dos seus recursos naturais, protegeram-nos, com frequência, da cobiça dos estrangeiros. Sem dúvida que a sua obra, pelo que tinha de humano, não foi perfeita e alguns misturaram por vezes a maneira de pensar e de viver do seu país de origem, com a pregação da autêntica mensagem evangélica. Mas também souberam cultivar e promover as instituições locais. Em muitas regiões foram contados entre os pioneiros do progresso material e do desenvolvimento cultural. Basta relembrar o exemplo do padre Charles de Foucauld, que foi considerado digno de ser chamado, pela sua caridade, "Irmão universal", e redigiu um precioso dicionário da língua tuaregue. Sentimo-nos na obrigação de prestar homenagem a estes precursores, tantas vezes ignorados, a quem a caridade de Cristo impelia, assim como aos seus êmulos e sucessores, que ainda hoje continuam a servir generosa e desinteressadamente aqueles que evangelizam.

13. Mas as iniciativas locais e individuais já não bastam. A situação atual do mundo exige uma ação de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspectos econômicos, sociais, culturais e espirituais. Conhecedora da humanidade, a Igreja, sem pretender de modo algum imiscuir-se na política dos Estados, "tem apenas um fim em vista: continuar, sob o impulso do Espírito consolador, a obra própria de Cristo, vindo ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar, não para condenar, para servir, não para ser servido".[12] Fundada para estabelecer já neste mundo o reino do céu e não para conquistar um poder terrestre, a Igreja afirma claramente que os dois domínios são distintos, como são soberanos os dois poderes, eclesiástico e civil, cada um na sua ordem. [13] Porém, vivendo na história, deve "estar atenta aos sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho".[14] Comungando nas melhores aspirações dos homens e sofrendo de os ver insatisfeitos, deseja ajudá-los a alcançar o pleno desenvolvimento e, por isso, propõe-lhes o que possui como próprio: uma visão global do

homem e da humanidade.

14. O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: "não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se incluiu. O que conta para nós, é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira".[15]

15. Nos desígnios de Deus, cada homem é chamado a desenvolver-se, porque toda a vida é vocação. E dado a todos, em germe, desde o nascimento, um conjunto de aptidões e de qualidades para as fazer render: desenvolvê-las será fruto da educação recebida do meio ambiente e do esforço pessoal, e permitirá a cada um orientar-se para o destino que lhe propõe o Criador. Dotado de inteligência e de liberdade, é cada um responsável tanto pelo seu crescimento como pela sua salvação. Ajudado, por vezes constrangido, por aqueles que o educam e rodeiam, cada um, sejam quais forem as influências que sobre ele se exerçam, permanece o artífice principal do seu êxito ou do seu fracasso: apenas com o esforço da inteligência e da vontade, pode cada homem crescer em humanidade, valer mais, ser mais.

16. Por outro lado, este crescimento da pessoa humana não é facultativo. Como toda a criação está ordenada em relação ao Criador, a criatura espiritual é obrigada a orientar espontaneamente a sua vida para Deus, verdade primeira e soberano bem. Assim o crescimento humano constitui como que um resumo dos nossos deveres. Mais ainda, esta harmonia, pedida pela natureza e enriquecida pelo esforço pessoal e responsável, é chamada a ultrapassar-se. Pela sua inserção em Cristo vivificante, o homem entra num desenvolvimento novo, num humanismo transcendente que o leva a atingir a sua maior plenitude: tal é a finalidade suprema do desenvolvimento pessoal.

17. Mas cada homem é membro da sociedade: pertence à humanidade inteira. Não é apenas tal ou tal homem; são todos os homens, que são chamados a este pleno desenvolvimento. As civilizações nascem, crescem e morrem. Assim como as vagas na enchente da maré avançam sobre a praia, cada uma um pouco mais

que a antecedente, assim a humanidade avança no caminho da história. Herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos, e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós aumentar o círculo da família humana. A solidariedade universal é para nós não só um fato e um benefício, mas também um dever.

18. Este crescimento pessoal e comunitário ficaria comprometido se se alterasse a verdadeira escala dos valores. É legítimo o desejo do necessário, e o trabalho para o alcançar é um dever: "se alguém não quer trabalhar, que também não coma".^[16] Mas a aquisição dos bens temporais pode levar à cobiça, ao desejo de ter sempre mais e à tentação de aumentar o poder. A avareza pessoal, familiar e nacional, pode afetar tanto os mais desprovidos como os mais ricos e suscitar em uns e outros um materialismo que sufoca o espírito.

19. Tanto para os povos como para as pessoas, possuir mais não é o fim último. Qualquer crescimento é ambivalente. Embora necessário para permitir ao homem ser mais homem, torna-o contudo prisioneiro no momento em que se transforma no bem supremo que impede de ver mais além. Então os corações se endurecem e os espíritos fecham-se, os homens já não se reúnem pela amizade mas pelo interesse, que bem depressa os opõe e os desune. A busca exclusiva do ter, forma então um obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações como para as pessoas, a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral.

20. Se a procura do desenvolvimento pede um número cada vez maior de técnicos, exige cada vez mais sábios, capazes de reflexão profunda, em busca de humanismo novo, que permita ao homem moderno o encontro de si mesmo, assumindo os valores superiores do amor, da amizade, da oração e da contemplação. ^[17] Assim poderá realizar-se em plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é, para todos e para cada um, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas.

21. Deve-se dizer que vivem em condições menos humanas, primeiramente os que são privados do mínimo vital pelas carências materiais ou que por carências morais são mutilados pelo egoísmo. E depois os que são oprimidos por estruturas opressivas, quer provenham dos abusos da posse ou do poder, da exploração dos

trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria à posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura. São condições mais humanas também: a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza, [18] a cooperação no bem comum, a vontade da paz; o reconhecimento, pelo homem, dos valores supremos, e de Deus que é a origem e o termo deles. E finalmente e sobretudo, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade do homem, e a unidade na caridade de Cristo que nos chama a todos a participar como filhos na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



AÇÃO A EMPREENDER: O DESTINO UNIVERSAL DOS BENS

22. "Enchei a terra e dominai-a"[19]: logo desde a primeira página, a Bíblia ensina-nos que toda a criação é para o homem, com a condição de ele aplicar o seu esforço inteligente em valorizá-la e, pelo seu trabalho, por assim dizer, completá-la em seu serviço. Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo o homem tem direito, portanto, de nela encontrar o que lhe é necessário. O recente Concílio lembrou-o: "Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade".[20] Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira.

23. "Se alguém, gozando dos bens deste mundo, vir o seu irmão em necessidade e lhe fechar as entranhas, como permanece nele a caridade de Deus?"[21] Sabe-se com que insistência os Padres da Igreja determinaram qual deve ser a atitude daqueles que possuem em relação aos que estão em necessidade: "não dás da tua fortuna, assim afirma santo Ambrósio, ao seres generoso para com o pobre, tu dás daquilo que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti, foi dado em comum para uso de todos. A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos".[22] Quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário. Numa palavra, "o direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos". Surgindo algum conflito "entre os direitos privados e adquiridos e as exigências comunitárias primordiais", é ao poder público que pertence "resolvê-lo, com a participação ativa das pessoas e dos grupos sociais".[23]

24. O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculos à prosperidade coletiva, pelo fato da sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos

interesses do país. Afirmando-o com clareza, [24] o Concílio também lembrou, não menos claramente, que o rendimento disponível não está entregue ao livre capricho dos homens, e que as especulações egoístas devem ser banidas. Assim, não é admissível que cidadãos com grandes rendimentos, provenientes da atividade e dos recursos nacionais, transfiram uma parte considerável para o estrangeiro, com proveito apenas pessoal, sem se importarem do mal evidente que com isso causam à pátria.[25]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



INDUSTRIALIZAÇÃO

25. Necessária ao rendimento econômico e ao progresso humano, a introdução da indústria é ao mesmo tempo, sinal e fator de desenvolvimento. Por meio de uma aplicação tenaz da inteligência e do trabalho, o homem consegue arrancar, pouco a pouco, os segredos à natureza e usar melhor das suas riquezas. Ao mesmo tempo que disciplina os hábitos, desenvolve em si o gosto da investigação e da invenção, o acolhimento do risco prudente, a audácia nas empresas, a iniciativa generosa e o sentido da responsabilidade.

26. Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduziu à ditadura denunciada com razão por Pio XI, como geradora do "imperialismo internacional do dinheiro".[26] Nunca será demasiado reprovado tais abusos, lembrando mais uma vez, solenemente, que a economia está ao serviço do homem.[27] Mas, se é verdade que um certo capitalismo foi a fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas com efeitos ainda duráveis, é contudo sem motivo que se atribuem à industrialização males que são devidos ao nefasto sistema que a acompanhava. Pelo contrário, é necessário reconhecer com toda a justiça o contributo insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial na obra do desenvolvimento.

27. De igual modo, se por vezes reina uma mística exagerada do trabalho, não resta dúvida de que este é querido e abençoado por Deus. Criado à sua imagem "o homem deve cooperar com o Criador no aperfeiçoamento da criação e imprimir, por sua vez, na terra, o cunho espiritual que ele próprio recebeu".[28] Deus, que dotou o homem de inteligência, de imaginação e de sensibilidade, deu-lhe assim o meio para completar, de certo modo, a sua obra: ou seja artista ou artífice, empreendedor, operário ou camponês, todo o trabalhador é um criador. Debruçado sobre uma matéria que lhe resiste, o trabalhador imprime-lhe o seu cunho, enquanto para si adquire tenacidade, engenho e espírito de invenção. Mais ainda,

vivido em comum, na esperança, no sofrimento, na aspiração e na alegria partilhada, o trabalho une as vontades, aproxima os espíritos e solda os corações: realizando-o, os homens descobrem que são irmãos.[\[29\]](#)

28. Ambivalente, sem dúvida, pois promete dinheiro, gozo e poder, convidando uns ao egoísmo e outros à revolta, o trabalho também desenvolve a consciência profissional, o sentido do dever e a caridade para com o próximo. Mais científico e melhor organizado, corre o perigo de desumanizar o seu executor, tornando-o escravo, pois o trabalho só é humano na medida em que permanecer inteligente e livre. João XXIII lembrou a urgência de restituir ao trabalhador a sua dignidade, fazendo-o participar realmente na obra comum: "deve-se tender a que a empresa se transforme numa comunidade de pessoas, nas relações, funções e situações de todo o seu pessoal".[\[30\]](#) O trabalho dos homens e, com maior razão o dos cristãos, tem ainda a missão de colaborar na criação do mundo sobrenatural,[\[31\]](#) inacabado até chegarmos todos a construir esse Homem perfeito de que fala São Paulo, "que realiza a plenitude de Cristo".[\[32\]](#)

29. Urge começar: são muitos os homens que sofrem, e aumenta a distância que separa o progresso de uns da estagnação e, até mesmo, do retrocesso de outros. No entanto, é preciso que a obra a realizar progrida harmoniosamente, sob pena de destruir equilíbrios indispensáveis. Uma reforma agrária improvisada pode falhar o seu objetivo. Uma industrialização precipitada pode desmoronar estruturas ainda necessárias, criar misérias sociais que seriam um retrocesso humano.

30. Certamente há situações, cuja injustiça brada aos céus. Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política, é grande a tentação de repelir pela violência tais injúrias à dignidade humana.

31. Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária - salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país - gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. Nunca se pode combater um

mal real à custa de uma desgraça maior.

32. Desejaríamos ser bem compreendidos: a situação atual deve ser enfrentada corajosamente, assim como devem ser combatidas e vencidas as injustiças que ela comporta. O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. Contribuir para elas com a sua parte, compete a cada pessoa, sobretudo àquelas que, por educação, situação e poder, têm grandes possibilidades de influxo. Dando exemplo, tirem dos seus próprios bens, como fizeram alguns dos nossos irmãos no episcopado.[33] Responderão, assim, à expectativa dos homens e serão fiéis ao Espírito de Deus, porque foi "o fermento evangélico que suscitou e suscita no coração do homem uma exigência incoercível de dignidade.[34]

33. Só a iniciativa individual e o simples jogo da concorrência não bastam para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos. São necessários programas para "encorajar, estimular, coordenar, suprir e integrar"[35] a ação dos indivíduos e dos organismos intermediários. Pertence aos poderes públicos escolher e, mesmo impor, os objetivos a atingir, os fins a alcançar e os meios para os conseguir e é a eles que compete estimular todas as forças conjugadas nesta ação comum. Tenham porém cuidado de associar a esta obra as iniciativas privadas e os organismos intermediários. Assim, evitarão o perigo de uma coletivização integral ou de uma planificação arbitrária que, privando os homens da liberdade, poriam de parte o exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana.

34. Porque, qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser senão colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual. Dizer desenvolvimento, é com efeito preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento econômico. Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela seja repartida eqüitativamente. Não basta promover a técnica, para que a terra possa ser habitada de maneira mais humana. Nos erros dos predecessores reconheçam, os povos que se encontram em fase de desenvolvimento, um aviso dos perigos que hão de evitar neste

domínio. A tecnocracia de amanhã pode gerar ainda piores males que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido, senão em função do homem, ao qual devem servir. E o homem só é verdadeiramente homem, na medida em que, senhor das suas ações e juiz do valor destas, é autor do seu progresso, em conformidade com a natureza que lhe deu o Criador, cujas possibilidades e exigências ele aceita livremente.

35. Pode mesmo afirmar-se que o crescimento econômico depende, em primeiro lugar do progresso social que ela pode suscitar, e que a educação de base é o primeiro objetivo dum plano de desenvolvimento. A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos: um analfabeto é um espírito subalimentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional, é ganhar confiança em si mesmo e descobrir que pode avançar junto com os outros. Como dizíamos na nossa mensagem ao Congresso da UNESCO, em Teerã no ano de 1965, a alfabetização é para o homem "fator primordial de integração social e de enriquecimento da pessoa e, para a sociedade, instrumento privilegiado de progresso econômico e desenvolvimento".[36] Por isso nos alegramos do trabalho realizado neste domínio pelas iniciativas privadas, pelos poderes públicos e organizações internacionais: são os primeiros obreiros do desenvolvimento, porque tornam o homem apto a empreendê-lo.

36. Mas o homem só é homem quando integrado no seu meio social, onde a família desempenha papel de primeira ordem. Este foi por vezes excessivo, em certas épocas e regiões, quando exercido à custa de liberdades fundamentais da pessoa. Os antigos quadros sociais dos países em via de desenvolvimento, muitas vezes demasiado rígidos e mal organizados, são ainda necessários por algum tempo, embora devam ir diminuindo o que têm de influência exagerada. Porém, a família natural, monogâmica e estável, tal como o desígnio de Deus a concebeu[37] e o cristianismo a santificou, deve continuar a ser esse "lugar de encontro de várias gerações que reciprocamente se ajudam a alcançar uma sabedoria mais plena e a conciliar os direitos pessoais com as outras exigências da vida social".[38]

37. É bem verdade que um crescimento demográfico acelerado vem, com demasiada freqüência, trazer novas dificuldades ao problema do desenvolvimento: o volume da população aumenta muito mais

rapidamente que os recursos disponíveis, e cria-se uma situação que parece não ter saída. Surge, por isso, a grande tentação de refrear o crescimento demográfico por meios radicais. É certo que os poderes públicos, nos limites da sua competência, podem intervir, promovendo uma informação apropriada, e tomando medidas aptas, contanto que sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges. Sem direito inalienável ao matrimônio e à procriação, não existe dignidade humana. Em última análise, é aos pais que compete determinar, com pleno conhecimento de causa, o número de filhos, assumindo a responsabilidade perante Deus, perante eles próprios, perante os filhos que já nasceram e perante a comunidade a que pertencem, de acordo com as exigências da sua consciência, formada segundo a lei de Deus autenticamente interpretada e sustentada pela confiança nele.[\[39\]](#)

38. Na obra do desenvolvimento, o homem, que na família encontra o seu modo de vida primordial, é muitas vezes ajudado por organizações profissionais. Se a razão de ser destas organizações é promover os interesses dos seus membros, torna-se grande a sua responsabilidade perante a tarefa educativa que elas podem e devem realizar. Através das informações dadas e da formação que propõem, têm o poder de transmitir a todos o sentido do bem comum e das obrigações que ele impõe a cada homem.

39. Toda a ação social implica uma doutrina, mas o cristão não pode admitir a que implique uma filosofia materialista e atéia que não respeite a orientação religiosa da vida para o seu último fim, nem a liberdade e a dignidade humana. Mas, garantidos estes valores, é admissível e, até certo ponto útil, um pluralismo de organizações profissionais e sindicais, contanto que ele proteja a liberdade e provoque a emulação. E com toda a nossa alma que prestamos homenagem a quem quer que, por este meio, trabalha servindo desinteressadamente os seus irmãos.

40. Além de organizações profissionais, funcionam também instituições culturais, cujo papel não é de menos valor para o bom êxito do desenvolvimento. "O futuro do mundo está ameaçado, afirma gravemente o Concílio, se na nossa época não surgirem homens dotados de sabedoria". E acrescenta: "numerosos países, pobres em bens materiais, mas ricos em sabedoria, podem trazer aos outros inapreciável contribuição".[\[40\]](#) Rico ou pobre, cada país

possui uma civilização recebida dos antepassados: instituições exigidas para a vida terrestre e manifestações superiores - artísticas, intelectuais e religiosas - da vida do espírito. Quando estas últimas possuem verdadeiros valores humanos, grande erro é sacrificá-los àquelas. Um povo que nisso consentisse perderia o melhor de si mesmo, sacrificaria, julgando encontrar vida, a razão da sua própria vida. O ensinamento de Cristo vale também para os povos: "De que serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se vem a perder a sua alma?"[\[41\]](#)

41. Nunca será demais defender os países pobres desta tentação que lhes vem dos povos ricos que apresentam, muitas vezes, não só o exemplo do seu êxito numa civilização técnica e cultural, mas também o modelo de uma atividade, aplicada sobretudo à conquista da prosperidade material. Esta não impede, par si mesma, a atividade do espírito. Pelo contrário, "o espírito, mais liberto da escravidão das coisas, pode facilmente elevar-se ao culto e contemplação do Criador".[\[42\]](#) No entanto, "a civilização atual, não pelo que tem de essencial, mas pelo fato de estar muito ligada com as realidades terrestres, torna muitas vezes mais difícil o acesso a Deus".[\[43\]](#) Naquilo que lhes é proposto, os povos em via de desenvolvimento devem saber escolher: criticar e eliminar os falsos bens que levariam a uma diminuição do ideal humano, e aceitar os valores verdadeiros e benéficos, para os desenvolver, juntamente com os seus, segundo a própria índole.

▪ [Anterior](#)

▪ [Índice](#)

▪ [Posterior](#)



PARA UM HUMANISMO TOTAL

42. É necessário promover um humanismo total.[44] Que vem ele a ser senão o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens? Poderia aparentemente triunfar um humanismo limitado, fechado aos valores do espírito e a Deus, fonte do verdadeiro humanismo. O homem pode organizar a terra sem Deus, mas "sem Deus só a pode organizar contra o homem. Humanismo exclusivo é humanismo desumano".[45] Não há, portanto, verdadeiro humanismo, senão o aberto ao Absoluto, reconhecendo uma vocação que exprime a idéia exata do que é a vida humana. O homem, longe de ser a norma última dos valores, só se pode realizar a si mesmo, ultrapassando-se. Segundo a frase, tão exata de Pascal: "O homem ultrapassa infinitamente o homem".[46]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



SEGUNDA PARTE

PARA UM DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DA HUMANIDADE

INTRODUÇÃO

43. O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade. Dizíamos em Bombaim: "O homem deve encontrar o homem, as nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como alhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade".[47] Por isso, sugeríamos a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações.

44. Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. As suas obrigações enraízam-se na fraternidade humana e sobrenatural, apresentando-se sob um tríplice aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a retificação das relações comerciais defeituosas, entre povos fortes e povos fracos; o do dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. O futuro da civilização mundial está dependente da solução deste grave problema.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



ASSISTÊNCIA AOS FRACOS

45. "Se um irmão ou uma irmã estiverem nus, diz são Tiago, e precisarem do alimento cotidiano e algum de vós lhes disser: ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, sem lhes dar o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará?".[48] Hoje ninguém pode ignorar que, em continentes inteiros, são inumeráveis os homens e as mulheres torturados pela fome, inumeráveis as crianças subalimentadas, a ponto de morrer uma grande parte delas em tenra idade e o crescimento físico e o desenvolvimento mental de muitas outras correrem perigo. E todos sabem que regiões inteiras estão, por este mesmo fato condenadas ao mais triste desânimo.

46. Já se fizeram ouvir apelos angustiados. O de João XXIII foi calorosamente atendido [49]. Nós próprio o repetimos na nossa mensagem de Natal, em 1963, [50] e novamente, a favor da Índia, em 1966 [51]. A campanha contra a fome, iniciada pela Organização Internacional da Alimentação e Agricultura (FAO) e estimulada pela Santa Sé, provocou dedicações generosas. A nossa Caritas Internacional está por toda a parte em ação e numerosos católicos, sob o impulso dos nossos irmãos no episcopado, dão e dão-se sem medida, para ajudar os que necessitam, alargando progressivamente o âmbito do seu próximo.

47. Mas isto não basta, como não bastam os investimentos realizados, privados ou públicos, as dádivas e empréstimos concedidos. Não se trata apenas de vencer a fome, nem tampouco de afastar a pobreza. O combate contra a miséria, embora urgente e necessário, não é suficiente. Trata-se de construir um mundo em que todos os homens, sem exceção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões que lhe vêm dos homens e de uma natureza mal domada; um mundo em que a liberdade não seja uma palavra vã e em que o pobre Lázaro possa sentar-se à mesa do rico,[52] Isto exige, da parte deste último, grande generosidade, muitos sacrifícios e esforço contínuo. Compete a cada um examinar a própria consciência, que agora fala com voz nova para a nossa época. Estará o rico pronto a dar do seu dinheiro, para sustentar as obras e missões organizadas em favor dos mais pobres? Estará disposto a pagar mais impostos, para que os poderes públicos intensifiquem os esforços pelo desenvolvimento? A comprar mais caro os produtos importados,

para remunerar com maior justiça o produtor? E, se é jovem, a deixar a pátria, sendo necessário, para ir levar ajuda ao crescimento das nações novas?

48. O dever de solidariedade é o mesmo, tanto para as pessoas como para os povos: "é dever muito grave dos povos desenvolvidos ajudar os que estão em via de desenvolvimento". [53] É necessário pôr em prática este ensinamento do Concílio. Se é normal que uma população seja a primeira a beneficiar dos dons que a Providência lhe concedeu como fruto do seu trabalho, é também certo que nenhum povo tem o direito de reservar as suas riquezas para seu uso exclusivo. Cada povo deve produzir mais e melhor, para dar aos seus um nível de vida verdadeiramente humano e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento solidário da humanidade. Perante a indigência crescente dos países subdesenvolvidos, deve considerar-se normal que um país evoluído dedique uma parte da sua produção a socorrer as suas necessidades; é também normal que forme educadores, engenheiros, técnicos e sábios, que ponham a ciência e a competência ao seu serviço.

49. Repetimos, mais uma vez: o supérfluo dos países ricos deve pôr-se ao serviço dos países pobres. A regra que existia outrora em favor dos mais próximos, deve aplicar-se hoje à totalidade dos necessitados do mundo inteiro. Aliás, serão os ricos os primeiros a beneficiar-se com isto. De outro modo, a sua avareza continuada provocaria os juízos de Deus e a cólera dos pobres, com conseqüências imprevisíveis. Concentradas no seu egoísmo, as civilizações atualmente florescentes lesariam os seus mais altos valores, sacrificando a vontade de ser mais, ao desejo de ter mais. E aplicar-se-ia a parábola do homem rico, cujas propriedades tinham produzido muito e que não sabia onde guardar a colheita: "Deus disse-lhe: néscio, nesta mesma noite virão reclamar a tua alma". [54]

50. Para atingirem a sua plena eficácia, estes esforços não podem ficar dispersos e isolados e, menos ainda, opostos por razões de prestígio ou de poder: a situação atual exige programas bem organizados. Um programa é, efetivamente, mais e melhor que um auxílio ocasional, deixado à benevolência de cada um. Supõe, como acima dissemos, estudos aprofundados, fixação de objetivos, determinação de meios e conjugação de esforços, para que possa responder às necessidades presentes e às exigências previsíveis. Mais ainda, ultrapassa as perspectivas do crescimento econômico e

do progresso social: dá sentido e valor à obra que se pretende realizar. Ordenando o mundo, valoriza o homem.

51. É necessário ir ainda mais longe. Pedíamos, em Bombaim, a organização de um grande Fundo mundial, sustentado por uma parte da verba das despesas militares, para vir em auxílio dos mais deserdados.[55] O que é válido para a luta imediata contra a miséria vale também no que respeita ao desenvolvimento. Só uma colaboração mundial, de que um fundo comum seria, ao mesmo tempo, símbolo e instrumento, permitiria superar as rivalidades estéreis e estabelecer um diálogo fecundo e pacífico entre todos os povos.

52. Podem manter-se, sem dúvida, acordos bilaterais ou multilaterais: estes acordos permitirão substituir as relações de dependência e os ressentimentos vindos de uma era colonial, por boas relações de amizade, mantidas num pé de igualdade jurídica e política. Mas incorporados num programa de colaboração mundial, ficariam isentos de qualquer suspeita. A desconfiança dos beneficiados seria assim atenuada. Temeriam menos certas manifestações a que se chamou neocolonialismo, dissimulados em auxílio financeiro ou assistência técnica, sob a forma de pressões políticas e domínios econômicos, tendo em vista defender ou conquistar uma hegemonia dominadora.

53. Por outro lado, quem não vê que um tal fundo facilitaria a reconversão de certos esbanjamentos que são fruto do medo ou do orgulho? Quando tantos povos têm fome, tantos lares vivem na miséria, tantos homens permanecem mergulhados na ignorância, tantas escolas, hospitais e habitações, dignas deste nome, ficam por construir, torna-se um escândalo intolerável qualquer esbanjamento público ou privado, qualquer gasto de ostentação nacional ou pessoal, qualquer recurso exagerado aos armamentos. Sentimo-nos na obrigação de o denunciar. Dignem-se ouvir-nos os responsáveis, antes que se torne demasiado tarde.

54. Quer dizer que é indispensável estabelecer entre todos aquele diálogo, para o qual apelávamos com os nossos votos, na nossa primeira Encíclica Ecclesiam suam.[56] Este mesmo diálogo, entre aqueles que fornecem os meios e os que deles se beneficiam, permitirá avaliar os subsídios, não só quanto à generosidade e disponibilidade de uns, mas também em função dos bens reais e das

possibilidades de emprego de outros. Então, os países em via de desenvolvimento já não correrão o risco de ficarem sobrecarregados de dívidas, cuja amortização e juros absorvem o melhor dos seus lucros. Os juros e a duração dos empréstimos podem ser organizados de maneira suportável a uns e a outros, equilibrando os donativos gratuitos, os empréstimos sem juros ou à taxa mínima, com a duração das amortizações. Podem dar-se garantias aos que fornecem os meios financeiros, sobre a maneira como serão empregados, segundo o plano combinado e com uma eficácia razoável, pois não se trata de favorecer preguiçosos e parasitas. E os beneficiados podem exigir que não se intrometam na sua própria política, nem perturbem a sua estrutura social. Como Estados soberanos, compete-lhes conduzir os seus próprios negócios, determinar a sua política e orientar-se livremente para a sociedade que preferirem. Portanto, é uma colaboração voluntária, uma participação eficaz de uns como os outros, numa idêntica dignidade, que deve estabelecer-se para a construção de um mundo mais humano.

55. A tarefa pode parecer impossível nas regiões onde a preocupação da subsistência cotidiana monopoliza toda a existência das famílias, incapazes de conceber um trabalho que seja suscetível de preparar um futuro menos miserável. É, contudo, a estes homens e a estas mulheres, que é necessário ajudar, levar à realização do seu próprio desenvolvimento e a adquirirem progressivamente os meios para o atingir. Certamente, esta obra comum será impossível sem um esforço combinado, constante e corajoso. Fique, no entanto, cada um bem persuadido de que estão em jogo a vida dos povos pobres, a paz civil dos países em via de desenvolvimento, e a paz do mundo.

▪ [*Anterior*](#)

▪ [*Índice*](#)

▪ [*Posterior*](#)



EQÜIDADE NAS RELAÇÕES COMERCIAIS

56. Ainda que fossem consideráveis, seriam ilusórios os esforços feitos para ajudar, no plano financeiro e técnico, os países em via de desenvolvimento, se os resultados fossem parcialmente anulados pelo jogo das relações comerciais entre países ricos e países pobres. A confiança destes últimos ficaria abalada, se tivessem a impressão de que uma das mãos lhes tira o que a outra lhe dá.

57. As nações altamente industrializadas exportam sobretudo produtos fabricados, enquanto as economias pouco desenvolvidas vendem apenas produtos agrícolas e matérias primas. Aqueles, graças ao progresso técnico, aumentam rapidamente de valor e encontram um mercado satisfatório. Pelo contrário, os produtos primários provenientes dos países em via de desenvolvimento sofrem grandes e repentinas variações de preços, muito aquém da subida progressiva dos outros. Daqui surgem grandes dificuldades para as nações pouco industrializadas, quando contam com as exportações para equilibrar a sua economia e realizar o seu plano de desenvolvimento. Os povos pobres ficam sempre pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos.

58. Quer dizer que a regra da livre troca já não pode, por si mesma, reger as relações internacionais. As suas vantagens são evidentes quando os países se encontram mais ou menos nas mesmas condições de poder econômico: constitui estímulo ao progresso e recompensa do esforço. Por isso os países industrialmente desenvolvidos vêem nela uma lei de justiça. Já o mesmo não acontece quando as condições são demasiado diferentes de país para país: os preços "livremente" estabelecidos no mercado podem levar a consequências iníquas. Devemos reconhecer que está em causa o princípio fundamental do liberalismo, como regra de transações comerciais.

59. Continua a valer o ensinamento de Leão XIII, na encíclica Rerum novarum: em condições demasiado diferentes, o consentimento das partes não basta para garantir a justiça do contrato, e a regra do livre consentimento permanece subordinada às exigências do direito natural. [57] O que era verdade do justo salário individual, também o é dos contratos internacionais: uma economia de intercâmbio já não pode apoiar-se sobre a lei única da livre concorrência, que

freqüentes vezes leva à ditadura econômica. A liberdade das transações só é equitativa quando sujeita às exigências da justiça social.

60. Foi o que já compreenderam os próprios países desenvolvidos, que se esforçam por estabelecer no interior da sua economia, por meios apropriados, um equilíbrio que a concorrência, entregue a si mesma, tende a comprometer. Assim, muitas vezes sustentam a sua agricultura à custa de sacrifícios impostos aos setores econômicos mais favorecidos. E também, para manterem as relações comerciais que se estabelecem entre países e países, particularmente em regime de mercado comum, adotam políticas financeiras, fiscais e sociais, que se esforçam por restituir às indústrias concorrentes, desigualmente prósperas, possibilidades semelhantes.

61. Mas não se podem usar nisto dois pesos e duas medidas. O que vale para a economia nacional, o que se admite entre países desenvolvidos, vale também para as relações comerciais entre países ricos e países pobres. Sem o abolir, é preciso, ao contrário, manter o mercado de concorrência dentro dos limites que o tornam justo e moral e, portanto, humano. No comércio entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, as situações são demasiado discordantes e as liberdades reais demasiado desproporcionadas. A justiça social exige do comércio internacional, para ser humano e moral, que restabeleça, entre as duas partes, pelo menos certa igualdade de possibilidades. É um objetivo a atingir a longo prazo. Mas, para o alcançar, é preciso, desde já, criar uma igualdade real nas discussões e negociações. Também neste campo se sente a utilidade de convenções internacionais num âmbito suficientemente vasto: estabeleceriam normas gerais, capazes de regular certos preços, garantir certas produções e sustentar certas indústrias nascentes. Não há quem duvide de que tal esforço comum, no sentido de maior justiça nas relações comerciais entre os povos, traria aos países em via de desenvolvimento um auxílio positivo, cujos efeitos seriam não só imediatos, mas também duradouros.

62. Existem ainda outros obstáculos à formação de um mundo mais justo e mais estruturado numa solidariedade universal: queremos falar do nacionalismo e do racismo. Comunidades recentemente elevadas à independência política, é natural que se mostrem ciosas de uma unidade nacional ainda frágil, e se esforcem por protegê-la. É também normal que nações de cultura antiga se sintam orgulhosas do patrimônio que lhes legou a história. Mas estes

sentimentos legítimos devem ser sublimados pela caridade universal, que engloba todos os membros da família humana. O nacionalismo isola os povos, contrariando o seu verdadeiro bem. E seria particularmente nocivo onde a fraqueza das economias nacionais exige, pelo contrário, um pôr em comum esforços, conhecimentos e meios financeiros, para se realizarem os programas de desenvolvimento e aumentarem os intercâmbios comerciais e culturais.

63. O racismo não é apanágio exclusivo das nações jovens, onde ele se dissimula por vezes sob aparências de rivalidades de clãs e de partidos políticos, com notável detrimento da justiça e perigo da paz civil. Durante a era colonial o racismo grassou, com freqüência, entre colonos e indígenas, impedindo o recíproco e fecundo entendimento e provocando, ressentimentos após injustiças reais. E continua ainda a ser obstáculo à colaboração entre nações desfavorecidas, e fermento de divisão e ódio, mesmo dentro dos próprios Estados quando, contrariamente aos direitos imprescritíveis da pessoa humana, indivíduos e famílias se vêem injustamente submetidos a um regime de exceção por motivo de raça ou de cor.

64. Aflige-nos profundamente tal situação, tão carregada de ameaças para o futuro. No entanto, não perdemos a esperança: sobre as incompreensões e os egoísmos, acabarão por prevalecer uma necessidade mais viva de colaboração e um sentido mais agudo de solidariedade. Esperamos que os países, cujo desenvolvimento é menos avançado, saibam aproveitar-se dos seus vizinhos para organizar uns com os outros, em áreas territoriais mais extensas, zonas de desenvolvimento combinado, estabelecendo programas comuns, coordenando os investimentos, repartindo as possibilidades de produção e organizando os intercâmbios. Esperamos também que as organizações multilaterais e internacionais encontrem, por meio da necessária reorganização, os caminhos que permitam aos povos ainda em via de desenvolvimento, sair das situações difíceis, em que parecem estar embaraçados, e descobrir, na fidelidade ao seu caráter próprio, os meios do progresso social e humano.

65. A isto temos de chegar: a que a solidariedade mundial, cada vez mais eficiente, permita a todos os povos tornarem-se artífices do seu destino. Demasiadas vezes o passado esteve marcado por relações de força entre as nações: virá um dia em que as relações

internacionais não de possuir o cunho de respeito mútuo e de amizade, de interdependência na colaboração e de promoção comum sob a responsabilidade de cada indivíduo. Os povos mais novos ou mais fracos reclamam a sua parte ativa na construção de um mundo melhor, mais respeitador dos direitos e da vocação de cada um. É reclamação legítima: a todos compete ouvi-la e satisfazê-la.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



A CARIDADE UNIVERSAL

66. O mundo está doente. O seu mal reside menos na dilapidação dos recursos ou no seu açambarcamento, por parte de poucos, do que na falta de fraternidade entre os homens e entre os povos.

67. Não é demasiado insistir sobre o dever do acolhimento - dever de solidariedade humana e de caridade cristã - que incumbe, tanto às famílias como às organizações culturais dos países que recebem. E necessário, sobretudo para os jovens, multiplicar os lares e as casas de acolhimento. Isto, em primeiro lugar, para os defender da solidão, do sentimento de abandono, e da miséria, que inutilizam toda a energia moral; também para os defender da situação malsã em que se encontram forçados a comparar a extrema pobreza da sua pátria com o luxo e desperdício que muitas vezes os rodeiam; mais ainda, para os pôr ao abrigo de doutrinas subversivas e de tentações agressivas, que os assaltam à simples lembrança de tanta "miséria imerecida"; [58] e enfim, sobretudo em vista de, por meio do calor de um acolhimento fraterno, lhes comunicar o exemplo de uma vida sã, a estima da caridade cristã autêntica e eficaz, e o apreço dos bens espirituais.

68. Confrange pensar que muitos jovens, vindos a países avançados para aprender a ciência, a competência e a cultura, que os hão de tornar mais aptos para servir a sua pátria, adquirem certamente uma formação de alta qualidade mas, com freqüência, perdem ao mesmo tempo a estima dos valores espirituais que, muitas vezes, eram tidos como patrimônio precioso nas civilizações que os viram crescer.

69. Deve-se o mesmo acolhimento aos trabalhadores emigrados que, economizando para aliviar um pouco a família que na sua terra natal ficou na miséria, vivem em condições por vezes desumanas.

70. A nossa segunda recomendação dirige-se àqueles que são trazidos pelos seus negócios a países recentemente abertos à industrialização: industriais, comerciantes, chefes ou representantes de empresas maiores. Se no seu próprio país não se mostram faltos de sentido social, por que hão de regressar aos princípios desumanos do individualismo quando trabalham em países menos desenvolvidos? A posição elevada que têm deve, pelo contrário, estimulá-los a serem iniciadores do progresso social e da promoção

humana, precisamente onde se encontram por causa dos seus negócios. Até mesmo o sentido que possuem, de organização, lhes devia sugerir os meios de valorizar o trabalho indígena, de formar operários qualificados, de preparar engenheiros e quadros, de dar lugar à iniciativa destes, de os introduzir progressivamente nos cargos mais elevados, preparando-os assim a participar, num futuro próximo, nas responsabilidades da direção. Que pelo menos as relações entre chefes e súditos sejam sempre baseadas na justiça e regidas por contratos regulares de obrigações recíprocas. Que ninguém, seja qual for a sua situação, se mantenha injustamente entregue às arbitrariedades.

71. Alegramo-nos ao ver aumentar cada vez mais o número de técnicos enviados, em missão de desenvolvimento, quer por instituições internacionais ou bilaterais, quer por organismos privados: "Não procedam como dominadores, mas como auxiliares e cooperadores". [59] Um povo depressa compreende se, os que vêm em seu auxílio, o fazem com ou sem amizade, para aplicar técnicas, somente, ou para dar ao homem todo o valor que lhe compete. A mensagem que trazem corre o risco de não ser aceita, se não é revestida de amor fraterno.

72. À competência técnica necessária é preciso juntar sinais autênticos de amor desinteressado. Livres de qualquer superioridade nacionalista e de qualquer aparência de racismo, os peritos devem aprender a trabalhar em íntima colaboração com todos. A competência não lhes confere superioridade em todos os domínios. A civilização que os formou contém, certamente, elementos de humanismo universal, mas não é única nem exclusiva e não pode ser importada sem adaptação. Os agentes destas missões tomem a peito descobrir não só a história mas também as características e as riquezas culturais do país que os acolhe. Estabelecer-se-á, deste modo, uma aproximação que fecundará uma e outra civilização.

73. Entre as civilizações, como entre as pessoas, o diálogo sincero torna-se criador de fraternidade. A busca do desenvolvimento há de aproximar os povos nas realizações, fruto de esforço comum, se todos, desde os governos e seus representantes até ao mais humilde dos técnicos, estiverem animados de amor fraterno e movidos pelo desejo sincero de construir uma civilização de solidariedade mundial. Então, abrir-se-á um diálogo centrado no homem e não nas mercadorias ou nas técnicas. E será fecundo, na

medida em que trouxer aos povos, que dele beneficiam, os meios para se educarem e espiritualizarem; na medida em que os técnicos se fizerem educadores; e na medida em que o ensino dado tiver características espirituais e morais tão elevadas, que possa garantir um desenvolvimento, não só econômico mas também humano. Terminada a assistência, permanecerão as relações assim estabelecidas. Quem pode deixar de reconhecer quanto estas não de contribuir para a paz do mundo?

74. Muitos jovens já responderam com ardor e prontidão ao apelo de Pio XII, a favor do laicado missionário.[60] Numerosos são também os que espontaneamente se puseram à disposição de organismos, oficiais ou privados, de colaboração com os povos em fase de desenvolvimento. Alegramo-nos por saber que, em algumas nações, o "serviço militar" pode tornar-se, em parte, "serviço social", unicamente "serviço". Abençoamos estas iniciativas e a boa vontade daqueles que a elas respondem. Oxalá todos os que seguem a Cristo, ouçam o seu apelo: "Tive fome e destes-me de comer, tive sede e destes-me de beber, era peregrino e recolhestes-me, estava nu e vestistes-me, enfermo e visitastes-me, prisioneiro e viestes ver-me".[61] Ninguém pode ficar indiferente à sorte dos seus irmãos ainda mergulhados na miséria, atormentados pela ignorância e vítimas da insegurança. Como o coração de Cristo, também o coração do cristão deve compadecer-se desta miséria: "tenho compaixão deste povo". [62]

75. Ao Onipotente há de elevar-se fervorosa a oração de todos, para que a humanidade, depois de tomar consciência de tão grandes males, se aplique com inteligência e firmeza a exterminá-los. A esta oração deve corresponder, em cada um, o compromisso decidido de se empenhar, segundo as suas possibilidades e forças, na luta contra o subdesenvolvimento. Dêem-se as mãos fraternalmente, as pessoas, os grupos sociais e as nações, o forte ajudando o fraco a crescer, oferecendo-lhe toda a sua competência, entusiasmo e amor desinteressado. Mais do que qualquer outro, aquele que está animado de verdadeira caridade é engenhoso em descobrir as causas da miséria, encontrar os meios de a combater e vencê-la resolutamente. Artífice da paz, "prosseguirá o seu caminho, ateando a alegria, e derramando a luz e a graça no coração dos homens, por toda a terra, fazendo-lhes descobrir, para lá de todas as fronteiras, rostos de irmãos, rostos de amigos".[63]

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



DESENVOLVIMENTO É O NOVO NOME DA PAZ

76. As excessivas disparidades econômicas, sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias, e põem em perigo a paz. Como dizíamos aos Padres conciliares, no regresso da nossa viagem de paz à ONU, "a condição das populações em fase de desenvolvimento deve ser objeto da nossa consideração, ou melhor, a nossa caridade para com todos os pobres do mundo, e eles são legiões infinitas, deve tornar-se mais atenta, mais ativa e mais generosa". [64] Combater a miséria e lutar contra a injustiça, é promover não só o bem-estar mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens. [65]

77. São os povos os autores e primeiros responsáveis do próprio desenvolvimento. Mas não o poderão realizar isolados. Fases deste caminho do desenvolvimento que leva à paz, são os acordos regionais entre os povos fracos a fim de se apoiarem mutuamente, as relações mais amplas para se entre-ajudarem e as convenções mais audazes, entre uns e outros, para estabelecerem programas comuns.

78. Esta colaboração internacional, estendida a todos, requer instituições que a preparem, coordenem e rejam, até se construir uma ordem jurídica universalmente reconhecida. De todo o coração, encorajamos nós as organizações que tomaram a peito esta colaboração no desenvolvimento e desejamos que a sua autoridade progrida. "A vossa vocação, dizíamos nós aos representantes das Nações-Unidas, em Nova Iorque, é a de levardes a fraternizar, não alguns só mas todos os povos (...). Quem não vê a necessidade de se chegar assim, progressivamente, ao estabelecimento de uma autoridade mundial, em condições de agir eficazmente no plano jurídico e político?". [66]

79. Alguns julgarão utópicas tais esperanças. Pode ser que, no seu realismo, se enganem e não se tenham apercebido do dinamismo de um mundo que quer viver mais fraternalmente e que, apesar das suas ignorâncias e dos seus erros, e até dos seus pecados, das

suas recaídas na barbárie e das longas divagações fora do caminho da salvação, se vai aproximando lentamente, mesmo sem dar por isso, do seu Criador. Este caminho para mais humanidade pede esforço e sacrifício: mas o próprio sofrimento, aceito por amor dos nossos irmãos, é portador de progresso para toda a família humana. Os cristãos sabem que a união ao sacrifício do Salvador contribui para a educação do Corpo de Cristo na sua plenitude: o povo de Deus reunidos[67]

80. Neste caminhar, todos somos solidários. A todos, quisemos nós lembrar a amplitude do drama e a urgência da obra que se pretende realizar. Soou a hora da ação: estão em jogo a sobrevivência de tantas crianças inocentes, o acesso a uma condição humana de tantas famílias infelizes, a paz do mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e todos os povos assumam suas responsabilidades.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



APELO FINAL

81. Exortamos primeiramente todos os nossos filhos. Nos países em via de desenvolvimento, assim como em todos os outros, os leigos devem assumir como tarefa própria a renovação da ordem temporal. Se o papel da hierarquia consiste em ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais que se têm de seguir neste domínio, pertence aos leigos, pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida. São necessárias modificações e são indispensáveis reformas profundas: devem eles esforçar-se decididamente por insuflar nestas o espírito evangélico. Aos nossos filhos católicos que pertencem aos países mais favorecidos, pedimos o contributo da sua competência e da sua participação ativa nas organizações oficiais ou privadas, civis ou religiosas, empenhadas em vencer as dificuldades das nações em fase de desenvolvimento. Não de ter, sem dúvida, muito a peito o ser contados entre os primeiros de quantos trabalham por estabelecer, na realidade dos fatos, uma moral internacional de justiça e de equidade.

82. Não duvidamos de que todos os cristãos, irmãos nossos, não de querer aumentar o seu esforço comum e organizado, com o fim de ajudarem o mundo a triunfar do egoísmo, do orgulho e das rivalidades, a ultrapassar as ambições e injustiças, a permitir a todos o acesso a uma vida mais humana, onde cada um seja amado e ajudado como próximo, como irmão. E, comovido ainda pelo nosso inesquecível encontro, em Bombaim, com os nossos irmãos não-cristãos, de novo os convidamos a trabalharem, de todo o coração e com toda a sua inteligência, para que todos os filhos dos homens possam levar uma vida digna de filhos de Deus.

83. Finalmente, voltamo-nos para todos os homens de boa vontade, conscientes de que o caminho da paz passa pelo desenvolvimento. Delegados às instituições internacionais, homens de Estados, publicistas, educadores, todos, cada um no seu campo sois os construtores de um mundo novo. Suplicamos a Deus todo-poderoso que esclareça a vossa inteligência e fortifique a vossa coragem para despertardes a opinião pública e conduzirdes os povos. Educadores, compete a vós estimular, desde a infância, o amor para

com os povos que vivem na miséria. Publicistas, a vós pertence pôr diante dos nossos olhos os esforços realizados, no sentido da ajuda mútua entre os povos, assim como o espetáculo das misérias que os homens tendem a esquecer para tranqüilizar a consciência: que ao menos os ricos saibam que os pobres estão à sua porta e esperam os sobejos dos festins.

84. Homens de Estado, incumbe-vos mobilizar as vossas comunidades para uma solidariedade mundial mais eficaz e, sobretudo, levá-las a aceitar os impostos necessários sobre o luxo e o supérfluo, a fim de promoverem o desenvolvimento e salvarem a paz. Delegados às organizações internacionais, de vós depende que perigosas e estéreis oposições de forças dêem lugar à colaboração amiga, pacífica e desinteressada, a favor de um desenvolvimento solidário da humanidade, onde todos os homens possam realizar-se.

85. Se é verdade que o mundo sofre por falta de convicções, nós convocamos os pensadores e os sábios, católicos, cristãos, os que honram a Deus, os que estão sedentos de absoluto, de justiça e de verdade: todos os homens de boa vontade. Seguindo o exemplo de Cristo, ousamos pedir-vos instantemente: "buscai e encontrareis", [68] abri os caminhos que levam pelo auxílio mútuo a um aprofundamento do saber, a ter um coração grande, a uma vida mais fraterna numa comunidade humana verdadeiramente universal.

86. Vós todos que ouvistes o apelo dos povos na aflição, vós que vos empenhais em responder-lhes, vós sois os apóstolos do bom e verdadeiro desenvolvimento, que não consiste na riqueza egoísta e amada por si mesma, mas na economia ao serviço do homem, no pão cotidiano distribuído a todos como fonte de fraternidade e sinal da Providência.

87. De todo o coração, nós vos abençoamos e chamamos todos os homens de boa vontade a unirem-se a vós fraternalmente. Porque, se o desenvolvimento é o novo nome da paz, quem não deseja trabalhar para ele com todas as forças? Sim, a todos convidamos nós a responder ao nosso grito de angústia, em nome do Senhor.

Roma, junto de São Pedro, 26 de março, solenidade da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo festa da Páscoa, de 1967, IV do nosso pontificado.

PAULUS VI, PAPA

▪ *Anterior*

▪ *Índice*

▪ *Posterior*



NOTAS

NOTAS

[1] Cf. Acta Leonis XIII, t. XI (1892), pp. 97-148.

[2] Cf. AAS 23 (1931), pp.177-228.

[3] Cf. AAS 53 (1961), pp. 401-464.

[4] Cf. AAS 55 (1963), pp. 257-304.

[5] Cf. principalmente Radiomensagem de 1 de junho de 1941 no 50º aniversário da Rerum Novarum, AAS 33 (1941), pp.195-205; Radiomensagem do Natal 1942, AAS 35 (1943), pp. 9-24; Alocução a um grupo de operários no aniversário da Rerum Nouarum, 14 de maio de 1953, AAS 45 (1953), pp. 402-408.

[6] Cf. Encíclica Mater et Magistra, 15 de maio de 1961, AAS 53 (1961), p. 440.

[7] Gaudium et Spes, n. 63-72, AAS 58 (1966), pp.1084-1094.

[8] Motu proprio Catholicam Christi Ecclesiam, 6 de janeiro de 1967, AAS 59 (1967), p. 27.

[9] Encíclica Rerum Novarum, 15 de maio 1891, Acta Leonis XIII, t. XI (1892), p. 98.

[10] Gaudium et Spes, n. 63 § 3.

[11] Cf. Lc 7,22.

[12] Gaudium et Spes, n. 3 § 2.

[13] Cf. Encíclica Immortale Dei, 1 de novembro 1885, Acta Leonis XIII, t. V (1885), p.127.

[14] Gaudium et Spes, n. 4 § 1.

[15] L. J. Lebreton, O.P., Dynamique concrète du développement, Paris, Economic et Humanisme, Les Editions Ouvrières, 1961, p. 28.

[16] 2Ts 3,10.

[17] Cf., por exemplo, J. Maritain, Les conditions spirituelles du progrès et de la paix, in Rencontre des cultures à l'UNESCO sous le signe du concile oecuménique Vatican II, Paris, Mame, 1966, p. 66.

[18] Cf. Mt 5,3.

[19] Gn 1,28.

[20] Gaudium et Spes, n. 69 § 1

[21] Jo 3,17.

[22] De Nabuthe, c.12, n. 53, PL 14, 747. Cf. J.R. Palanque, Saint Ambroise et l'empire romain, Paris, de Boccard, 1933, pp. 336ss.

[23] Lettre à la Semaine sociale de Brest, em L'homme et la révolution urbaine, Lyon, Chronique sociale, 1965, pp. 8 e 9.

[24] Gaudium et Spes, n. 71, § 6.

[25] Cf. Ibid., n. 65 § 3.

[26] Encíclica Quadragesimo Anno, 15 de maio de 1931, AAS 23 (1931), p. 212.

[27] Cf., por exemplo, Colin Clark, The conditions of economic progress, 3, ed., London, Macmillan & Co., New York, St. Martin's Press, 1960, pp. 3-6.

[28] Lettre à la Semaine sociale de Lyons, em Le travail et les travailleurs dans la société contemporaine, Lyon, Chronique

sociale,1965, p. 6.

[29] Cf., por exemplo, M. D. Chenu, O.P. Pour une théologie du travail, Paris, Editions du Seuil,1955.

[30] Mater et Magistra, AAS 53 (1961), p. 423.

[31] Cf., por exemplo, O. von Nell-Breuning S.J., Wirtschaft und Gesellschaft, t. 1: Grundfragen, Freiburg, Herder,1956, pp.183-184.

[32] Ef 4,13.

[33] Cf., por exemplo, D. M. Larrain Errazuriz, Bispo de Talca (Chile), Presidente da CELAM, Desarrollo: Exito e Fracasso en America Latina: lantado de um Obispo a los Christianos,1965, Edit. Universidad Catolica, Santiago, Chile.

[34] Gaudium et Spes, n. 26, § 4.

[35] Mater et Magistra, AAS 53 (1961), p. 414.

[36] L'Osservatore Romano, 11 de setembro,1965.

[37] Cf. Mt 19,6.

[38] Gaudium et Spes, n. 52, § 2.

[39] Cf. Ibid., n. 50-51 (e n.14), n. 87, § 2 e 3.

[40] Ibid., n.15, § 3.

[41] Mt 16,26.

[42] Gaudium et Spes, n. 57,4.

[43] Ibid., n.19 § 2.

[44] Cf., por exemplo, J. Maritain, L'humanisme intégral, Paris, Aubier,1936.

- [45]** H. de Lubac S. J., *Le Brame de l'humanisme athée*, 3^a ed., Paris, Spes, 1945, p.10.
- [46]** *Pensées*, ed. Brunschvicg, n. 434. Cf. M. Zundeil, *L'homme passe l'homme*, Le Caire, Editions du Lien,1944.
- [47]** *Alocução aos representantes das religiões não-cristãs*, 3 de dezembro 1964, AAS 57 (1965), p.132.
- [48]** Tg 2,15-16.
- [49]** Cf. *Mater et Magistra*, AAS 53, (1961), p. 440ss.
- [50]** Cf. AAS 56 (1964), pp. 57-58.
- [51]** Cf. *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, vol. IX, Roma, ed. Paoline,1966, pp. 132-136.
- [52]** Cf. Lc 16-19-31.
- [53]** *Gaudium et Spes*, n. 86, § 3.
- [54]** Lc 12, 20.
- [55]** Cf. *Mensagem ao mundo*, em 4 de dezembro de 1964, Cf. AAS 57 (1965), p.135.
- [56]** Cf. AAS 56 (1964), pp. 639ss.
- [57]** Cf. *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), p.131.
- [58]** Cf. *Ibid.*, p. 98.
- [59]** *Gaudium et Spes*, n. 85, § 2.
- [60]** Cf. *Encíclica Fidei Donum*, 21 de abril 1957, AAS 49 (1957), p. 246.

[61] Mt 25, 35-36.

[62] Mc 8,2.

[63] Alocução de João XXIII, por ocasião do prêmio Balzan em 10 de maio de 1963, AAS 55 (1963), p. 455.

[64] AAS 57 (1965), p. 896.

[65] Cf. Encíclica Pacem in Terris, 11 de abril 1963, AAS 55 (1963), p. 301.

[66] AAS 57 (1965), p. 880.

[67] Cf. Ef 4,12; Lumen Gentium, n.13.

[68] Lc 11,9.

▪ *Anterior*

▪ *Índice*